



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Programa de Pós-Graduação em História

UNIRIO
história

MARCOS MOREIRA MARQUES

**CURA DO CORPO, DA CIDADE E DA ALMA.
MEDICINA, POLÍTICA E ESPIRITISMO NA
TRAJETÓRIA DE ADOLFO BEZERRA DE
MENEZES.**

2015

**Cura do corpo, da cidade e da alma. Medicina, política e espiritismo
na trajetória de Adolfo Bezerra de Menezes.**

Marcos Moreira Marques

Orientador: Prof^o Dr^o Anderson José Machado de Oliveira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em História da Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em História.

Rio de Janeiro – RJ

2015

Marcos Moreira Marques

**Cura do corpo, da cidade e da alma. Medicina, política e espiritismo
na trajetória de Adolfo Bezerra de Menezes.**

Banca Examinadora da Dissertação

Prof^o Dr^o Anderson José Machado de Oliveira – UNIRIO
(Orientador)

Prof^a Dr^a Cláudia Rodrigues - UNIRIO

Prof^a Dr^a Beatriz Teixeira Weber - UFSM

Prof^a Dr^a Keila Grinberg – UNIRIO (Suplente)

Prof^o Dr^o Willian de Souza Martins – UFRJ (Suplente)

AGRADECIMENTOS:

Agradecer sempre é ato de relembrar, ação que pode sair prejudicada em função do tempo a que se estende a lembrança, por conta da abrangência espacial ou ainda da quantidade dos que estão a ela ligados. Sendo assim, começo pelas lembranças mais recentes, onde não poderia deixar de figurar a pessoa do Professor Anderson de Oliveira, sempre paciente, solícito e profundamente conhecedor do ofício de historiar. Do nosso contato inicial, tão moderno quanto as amizades virtuais, a partir da licenciatura em História na modalidade EAD da UNIRIO até a proposta de uma pesquisa de mestrado abordando um tema tão pouco explorado, Anderson esteve sempre disposto a colaborar de forma profissional e dedicada ao trabalho que propus, por isso “meus muitos” obrigado.

Neste caminho não foram menos valiosas as críticas, propostas e direcionamentos apontados quando da qualificação do projeto, realizadas pelas professoras Cláudia Rodrigues e Beatriz Weber. É provável que sem o direcionamento então realizado esta pesquisa não tivesse sido concretizada, de forma que agradeço profundamente as sugestões apontadas.

Na esteira desse trabalho, ainda que com características particulares de uma pesquisa de mestrado, algo muitas vezes solitário, travamos amizades proveitosas da qual a da amiga Monique Vidal não poderia deixar de ser mencionada. Por todos os arquivos, dúvidas, seminários e projetos que, de alguma forma compartilhamos, meu muitíssimo obrigado.

Nas lembranças mais antigas, mas sempre presentes, destacadas e inseparáveis, estão a da minha companheira, amiga, incentivadora e esposa Rosângela Marques. Acho que todas as lembranças e agradecimentos serão sempre dirigidas para ti, com quem tenho o privilégio de compartilhar essa existência e a quem sou agradecido por ter me apresentado outras vidas.

Por fim, embora não seja comum, resta agradecer ao Dr. Adolfo Bezerra de Menezes. Conhecer um pouco das suas dúvidas, dilemas, sofrimentos e projetos me ajudaram a encontrar um homem que passou por todas as dores, alegrias e sofrimentos a que, de alguma forma, todos nós somos submetidos. Mas também me fez encontrar um ser humano que com todas essas dores pode dedicar muito tempo a amenizar as dores dos que o cercaram. Por isso, meu muito obrigado.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a forma como a cura, ou os processos de intervenção na saúde da população, estiveram presentes na trajetória de Adolfo Bezerra de Menezes, médico que viveu e trabalhou no Rio de Janeiro entre os anos de 1851 e 1900. Partindo da área médica, analisamos sua formação na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e posterior atuação como médico na Corte. Em seguida, analisamos sua atuação como político junto à Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro e à Câmara dos Deputados, discutindo as posições que ele e vários outros médicos tiveram na área política, incluindo o projeto higienista e a medicalização da sociedade. Por fim, acompanhamos sua vinculação ao movimento espírita, priorizando as ações de cura relacionadas com a religião que surgia no Rio de Janeiro no final do século XIX.

Palavras-chave: medicina-política-espiritismo-cura-adolfo-bezerra-de-menezes.

ABSTRACT

This academic work aims to examine how the cure, or intervention processes on population health, attended the trajectory of Adolfo Bezerra de Menezes, physician who lived and worked in Rio de Janeiro between 1851 and 1900. Starting the medical field, we analyze their training at the School of Medicine of Rio de Janeiro and later acting as a doctor in court. Then we analyze its performance as a politician by the City Council of Rio de Janeiro and the House of Representatives, discussing the positions that he and several other doctors had in the political arena, including hygiene project and the medicalization of society. Finally, we follow their links to the spiritual movement, emphasizing the healing actions related to religion that emerged in Rio de Janeiro in the late nineteenth century.

Keywords: medicine – politic – spiritism – cure – Adolfo-bezerra-de-menezes.

QUADROS

QUADRO 1: DISCIPLINAS DO CURSO DE MEDICINA NA FMRJ DE ACORDO COM O REGULAMENTO DE 1832.	41
QUADRO 2: VEREADORES NA LEGISLATURA DE 1861 À 1864.	67
QUADRO 3: VEREADORES NA LEGISLATURA DE 1865 À 1868.	67
QUADRO 4: VEREADORES ELEITOS PARA A LEGISLATURA DE 1873 A 1876.	76
QUADRO 5: RELAÇÃO DE PALESTRANTES, TEMAS E DATAS PROFERIDAS NAS CONFERÊNCIAS PATROCINADAS PELA FEDERAÇÃO ESPÍRITA BRASILEIRA ENTRE 1885 E 1888.	166
QUADRO 6: DIAGNÓSTICO DOS DOENTES QUE DEIXARAM O HOSPÍCIO PEDRO II ENTRE OS ANOS DE 1869-1870 E 1873-1874.....	177
QUADRO 7: RECEITAS E PRESCRIÇÕES AVIADAS NA FEB ENTRE 1902 E 1910.	217
QUADRO 8: RECEITAS E PRESCRIÇÕES SUPOSTAMENTE AVIADAS NA FEB ENTRE 1895 E 1910.	218

FIGURAS

FIGURA 1:AMA DE LEITE MÔNICA.	1466
FIGURA 2: LAVADEIRAS NA FLORESTA DA TIJUCA.	147
FIGURA 3: CAIXA DOS CIGARROS AMAPÁ – RIO DE JANEIRO, 1862.....	1477
FIGURA 4: JORNAL SENTINELLA DA LIBERDADE, DE 29 DE AGOSTO DE 1869.	1488
FIGURA 5: REVISTA ILLUSTRADA, ED. 132, S/D, 1878.	1499
FIGURA 6: RETIRANTES DA SECA NO CEARÁ - CEARÁ 1877.....	1499
FIGURA 7: MATADOURO DO RIO DE JANEIRO EM SANTA CRUZ.....	15050
FIGURA 8: CARTOGRAMMA DO CHOLERA-MORBUS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, DURANTE O ANNO DE 1895.....	15050
FIGURA 9: REVISTA ILLUSTRADA, ANO 4, Nº 183, 1879.	15151
FIGURA 10: REVISTA ILLUSTRADA ANO 4, Nº 179, 1879.	15151
FIGURA 11: REVISTA ILLUSTRADA, ANO 4, Nº 175, 1879.	15252
FIGURA 12: REVISTA ILLUSTRADA, ANO 3, Nº 119, 1878..	15252
FIGURA 13 REFORMADOR, ANO I, Nº 1, DE 21 DE JANEIRO DE 1883.	15353
FIGURA 14 REFORMADOR, ANO XVIII, Nº 411, DE 15 DE ABRIL DE 1900.....	1544

GRÁFICOS

GRÁFICO 1: QUANTIDADE DE RECEITAS PRODUZIDAS NA FEB ENTRE 1902 E 1910.....	217
----------------------------------------------------------------------------	-----

SIGLAS

AIM- Academia Imperial de Medicina
 BN – Biblioteca Nacional
 FEB – Federação Espírita Brasileira
 FMRJ – Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
Capítulo 1: Cura do corpo.....	16
1.1 Infância e Juventude no Ceará. Política e medicina no início de uma trajetória.	16
1.2 O contexto da formação médica de Adolfo Bezerra de Menezes.	34
1.3 Atuação médica antes da prática política.	54
Capítulo 2: A cura da cidade.....	65
2.1 O Matadouro e os Cemitérios na cidade doente.	81
2.2 Escravidão e emancipação. O destino dos negros na cidade doente.	93
2.3 A Floresta e o Meio Ambiente	113
2.4 Cortiços, fumo e epidemias na cidade doente.	128
Capítulo 3: A cura da alma.	155
3.1 Loucura e obsessão na trajetória de Adolfo Bezerra de Menezes.....	161
3.2 O Código Penal de 1890 e a criminalização do Espiritismo.	193
3.3 A cura do céu e o médico dos pobres.....	207
CONCLUSÃO:	231
FONTES e BIBLIOGRAFIA	234

**Para Rosângela, Tiago e Mateus, nesta, e
em outras vidas.**

INTRODUÇÃO

Todos os anos, em diversas casas espíritas, associações e entidades beneficentes espalhadas em várias regiões do Brasil, comemora-se, em 29 de agosto, o aniversário de nascimento do Dr. Adolfo Bezerra de Menezes. O termo de tratamento, referência a sua titulação como médico, tornou-se com o decorrer dos anos elemento identitário fundamental, o que poderia sugerir a alguém sem nenhum conhecimento do personagem, que o mesmo possa ser identificado pela sua atuação como médico e vinculação à religião espírita. Embora essas inferências não estejam de todo incorretas, os espaços onde Adolfo atuou foram bem mais amplos, incluindo a atividade política parlamentar, a participação como articulista e redator em vários jornais, a ação empresarial nos ramos da construção civil, do transporte ferroviário e das companhias securitárias, a escrita e publicação de vários romances, além da presidência e atuação em sociedades médicas e científicas.

Dada esta multiplicidade de atuações, por que a identificação de Adolfo se dá, quase que exclusivamente, pelo lado religioso? Além disso, se levarmos em consideração que diversos outros médicos, seus contemporâneos, também atuaram no final do século XIX, na edificação do espiritismo como religião, por que essa relação de “santificação” erguida sobre a figura de Adolfo Bezerra de Menezes? Diversos autores tem apontado como resposta a esses questionamentos a necessidade, por parte dos construtores da religião espírita, de edificar personagens que servissem de modelo a um conjunto de posicionamentos e comportamentos, peculiares à religião que inauguravam. Essa construção, efetivamente presente nos trabalhos que tratam de alguma forma do personagem Adolfo e que estão relacionadas com o espiritismo, nos levou a examinar com muito cuidado tais trabalhos, embora nos víssemos na curiosa situação de, muitas vezes, não termos outras fontes se não essas.

Por outro lado, a questão das diversas formas de cura empregadas ao longo do Império, as estratégias de legitimação e condenação, a normatização da sociedade, a forma como as técnicas de curar estavam vinculadas a diversos outros campos como as religiões, a política e a cultura de diversos ramos da sociedade, nos levaram a pesquisar, entender e analisar a cura como algo que vai além do ato de curar o corpo. Para isso, procuramos verificar como saúde, doença, salubridade, meio-ambiente, liberdade, foram temas presentes, direta ou indiretamente, em diversos debates médicos, políticos e religiosos apresentando-se em teias de relações e interesses que nunca permitiram o debate desses temas de forma isolada.

Desta forma, preocupados em examinar como a questão da cura foi tratada em áreas e regiões diferenciadas na sociedade imperial do século XIX, ao mesmo tempo em que a figura de Adolfo Bezerra de Menezes nos atraía pela multiplicidade de esferas em que atuou e simultaneamente diante da dificuldade em se tratar de temas tão amplos no âmbito de uma pesquisa de mestrado, nos vimos impelidos, então, a examinar a cura ao longo da trajetória de Adolfo. Esta perspectiva de análise nos trouxe benefícios metodológicos, uma vez que o exame fica restrito a uma experiência pessoal, ainda que incrustada na teia de outras experiências, pessoais e coletivas. Por outro lado, nos põe numa situação de escolha, difícil e muitas vezes problemática, haja vista a multiplicidade de posicionamentos e análises passíveis de se adotar para cada uma das esferas que escolhemos. Nos salva o fato de que se trata de uma pesquisa de mestrado, com suas peculiaridades de tempo reduzido, acrescida da pouca experiência em pesquisa do mestrando, e por aqueles e por estes fatores, perspectivas de aprofundamento limitadas. Sendo assim, a forma como escolhemos tratar do tema da cura integrando-a a questão médica, política e religiosa, traçando essa análise ao longo da trajetória de um personagem que viveu e interferiu em algumas dessas esferas, nos permite analisar alguns pontos do tema “cura” em cada uma das esferas sem a pretensão de um aprofundamento que estaria além de nossas condições.

É importante lembrar que a forma como entendemos a trajetória de Adolfo, desvinculando-o do discurso santificador produzido pelos precursores do espiritismo no Brasil e, por isso mesmo, tomando diversos cuidados ao utilizar como material de pesquisa as construções biográficas por estes erigidas, apegou-se a constatação de que:

A possibilidade de uma individualidade fixa, unitária e coerente parece (...) se perder em meio a uma pluralidade de identidades, referências, locais. Os indivíduos não podem mais ser enquadrados em esquemas conceituais definidos em marcos teóricos pré-estabelecidos. Os vários aspectos de uma vida não são suscetíveis a uma narrativa linear, não se esgotam numa única representação, na ideia de uma identidade. Ao construir biografias, os historiadores devem estar atentos aos perigos de formatar seus personagens e de induzir o leitor à expectativa ingênua de estar sendo apresentado a uma vida marcada por regularidades, repetições e permanências. A desconstrução deste arcabouço deve fazer do historiador alguém que não aponta caminhos únicos, mas que descobre bifurcações, entroncamentos, cruzamentos de caminhos que são ao mesmo tempo fronteiras e possibilidades.¹

¹ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. A singularidade: uma construção nos andaimes pingentes da teoria histórica. In: __, História: a arte de inventar o passado: ensaios de teoria da História. Bauru/SP: EDUSC, 2007, p. 248.

Sob esse aspecto, embora não estejamos escrevendo uma biografia, é importante considerar a forma como a narrativa biográfica e a escrita da história têm sido consideradas nos últimos anos. Fruto do renascimento de uma nova história política, fundamentada na crítica aos macros modelos explicativos e suas teorias sociais globais, e dando ênfase à valorização das ações individuais com a busca da subjetividade dos sujeitos, a biografia deve sempre considerar a relação entre normas e práticas, entre indivíduo e grupo, entre determinismo e liberdade, ou ainda entre racionalidade absoluta e racionalidade limitada². Para isso é fundamental entender as redes sociais nas quais o biografado está inserido vislumbrando as tensões pelas quais passa e os processos de escolha desenvolvidos, sempre levando em consideração a não existência de trajetórias lineares e pré-determinadas, afinal, o real é formado do inesperado, do imprevisto.

Nessas condições, nossa intenção foi enxergar Bezerra de Menezes a partir das tensões pelas quais passou, observando as redes sociais em que estava envolvido e seus processos de escolha. Nesse caminho, levando em consideração rupturas e continuidades, podemos analisar o doloroso rompimento com a medicina alopática e a aproximação com a homeopatia, fato que o colocava na difícil situação de “um médico deslocado que não cria na medicina oficial e aconselhava a dos Espíritos, o que não lhe dava mais o direito de exercer a profissão.”³ Declaração bombástica e impactante, não? Mas, até onde podemos considera-la verdadeira, se produzida por um autor espírita preocupado em demonstrar não só a afirmação do espiritismo como religião como também a relação próxima entre homeopatia e espiritismo? A ruptura com a política partidária, quando apresentada por esses mesmos autores o foi como um abandono em favor de sua conversão ao espiritismo, no entanto, Adolfo aplicou toda a sua experiência política, assim como da rede de contatos que construiu, na defesa do espiritismo quando da criminalização de suas práticas de cura na década de 1890. Não menos importante foi o rompimento com o catolicismo e a adoção do espiritismo, algo que se dá sob acusações dos primeiros quanto à possibilidade da doutrina produzir loucos e suicidas. Além disso, como crer nessa real ruptura se Adolfo era um dos espíritas que continuava cultuando Maria e adotando um conjunto de ensinamentos, devidos à Roustaing, que contradiziam em diversos pontos a codificação kardequiana? Para tratar dessas ‘ambivalências’ não podemos deixar de aceitar que :

² LEVI, Giovanni. Usos da biografia, in: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 179.

³ ABREU, Canuto. Bezerra de Menezes: Subsídios para a História do espiritismo no Brasil até o ano de 1895. São Paulo: FEESP, 1987, p. 68.

Como nós, nossos personagens históricos não são modelos de coerência, de continuidade, de racionalidade; como para nós, as tensões entre o vivido e o que foi imaginado e desejado são fundamentais em suas vidas. E, para eles, como para nós, há uma parte indecifrável do aleatório, do imprevisível, do misterioso da vida.⁴

Outra questão importante nesse trabalho relaciona-se ao uso abundante que fizemos da imprensa como fonte para a pesquisa histórica. Inicialmente é necessário termos em mente que os diversos materiais da imprensa, jornais, revistas, almanaques, panfletos, não existem para a pesquisa dos historiadores e cientistas sociais, além de não serem simples depositários de acontecimentos, muito ao contrário, a imprensa é força ativa da vida moderna, atuando muito mais como agente de processos do que registro de acontecimentos, por isso, a necessidade de entendermos criticamente a historicidade da fonte jornalística utilizada, não nos esquecendo de que partem de um processo de escolha do pesquisador⁵. Além disso, a imprensa é espaço de articulações, debates, interesses, projetos, atuando como veículo de mobilização, denúncia, convencimento, impossibilitando qualquer visão inocente sobre o seu papel de mero instrumento de comunicação. Sua utilização, seja como fonte, ou como objeto de pesquisa, deve compreender a análise histórica da fonte em relação ao tempo e local onde estejam inseridas, como se situa em relação aos debates realizados na sociedade, quais ideologias abraça, quais interesses defende, que questões procura combater. Outro aspecto importante é a análise das diversas vozes atuantes no veículo examinado, isto é, existem discursos antagônicos ou que se afastam em determinados momentos, quais são, quais as diferenças?

Desta forma, ao iniciarmos o trabalho de pesquisa e escrita nos valem os diversos momentos da imprensa no Ceará das primeiras décadas do século XIX. Sempre que possível, em função da vinculação política da família Bezerra de Menezes do Riacho do Sangue com os grupos liberais, procuramos relativizar os escritos partidos de jornais alinhados com essa linha política. Da mesma forma, ao tratar da imprensa médica na Corte, sobretudo os Anais Brasileiros de Medicina, onde Adolfo foi redator, tomamos o cuidado de utilizar seus escritos levando sempre em consideração tratar-se de um periódico que em momento algum foi dedicado exclusivamente às questões médicas, mas imbuído de profundo

⁴ BORGES, Vavy Pacheco. O “eu” e o “outro” na relação biográfica: algumas reflexões. In, NAXARA, Márcia; MARSON, Izabel; BREPOHL, Marion (Org). Figurações do outro. Uberlândia: EDUFU, 2009, p. 233.

⁵ CRUZ, Heloisa de Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na Oficina do Historiador: Conversas sobre História e Imprensa. São Paulo: Projeto História USP, nº 35, p. 258, 2007.

caráter político. Preocupação e cuidado que se repetiu ao utilizarmos os escritos de O Apóstolo, voz do catolicismo na Corte, ou do Reformador, voz da doutrina espírita.

O que dizer então da relação entre cura e espiritismo, quando esses processos ocorrem utilizando-se de técnicas combatidas pela medicina, criminalizadas pelo legislativo e executadas sob os auspícios de uma religião que acabava de se estabelecer, com pressupostos e fundamentos ainda em formação e sob acirrado processo de disputa entre seus adeptos, sendo que muitos dos quais nem mesmo a consideravam como religião?

De qualquer forma, todas essas questões foram vistas por nós muito mais como atrativos e incentivos à pesquisa do que como dificuldades intransponíveis ou elementos que desqualificassem todo o processo de coleta de informações, análise de fontes e crítica a outros trabalhos. Além disso, a diversidade de áreas com que o trabalho deparou-se foi em parte amenizada pelo fato de serem vistas em função das trajetórias e escolhas assumidas por apenas um personagem, ainda que em grupos que dialogaram com interesses contrários, o que, segundo alguns, poderia empobrecer a profundidade da pesquisa para nós apresenta-se como a constatação de que é impossível estabelecer conclusões definitivas a temas tão abrangentes.

Dito isto, passemos a exposição da estrutura do trabalho. Dividimos a pesquisa em três partes, escritas na forma de três capítulos. No primeiro capítulo examinamos a formação médica de Adolfo iniciando pelos elementos que o teriam levado a escolher a medicina como profissão. Esse capítulo se subdivide em três partes. Na primeira, traçamos um panorama de sua infância e adolescência no Ceará das décadas de 1830 e 1840, levando em consideração o envolvimento de sua família com a política cearense, as influências sobre ele de alguns personagens que se dividiam entre a atuação médica e a política partidária, o que poderia ter influenciado em seu processo de escolha e o possível local originário de sua vocação no Liceu do Ceará. Na segunda parte, dedicamo-nos a examinar os anos de formação na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, os processos de modificações pelos quais passava a medicina, tanto como disciplina relacionada com a cura, quanto ao seu aspecto de intervenção na sociedade, num processo de formação de uma medicina chamada ‘social’, que influenciou posturas políticas, ações administrativas e todo um conjunto de procedimentos visando excluir outros processos de cura. Por fim, na terceira parte, analisamos o intervalo entre os anos de 1857 e 1860, quando Adolfo passou a exercer a profissão na Corte e os caminhos que escolheu para esse exercício. As esferas em que atuou, o conjunto de relações que construiu, assim como a forma como o fez, nos levou a identificar nesta trajetória as afirmações de historiadores como José Murilo de Carvalho e Ilmar Mattos quanto a necessidade de médicos

procurarem outras ocupações como forma de sustento e a escolha pela ocupação pública num conjunto de relações que iam muito além do sustento para misturar-se à própria estrutura que sustentava o sistema político de então. É nesse intervalo também, que examinamos o processo que o levou a enveredar pela atuação político partidária nas fileiras do Partido Liberal e sua primeira eleição para vereador.

O segundo capítulo é todo dedicado à atuação política de Adolfo, tanto como vereador da Câmara Municipal do Rio de Janeiro quanto como deputado. Escolhemos como viés as questões relacionadas à cura, envolvendo a medicalização da sociedade em função da atuação política de um grande número de médicos nas esferas políticas. Dos projetos e ações que tomou na Câmara de Vereadores, onde várias vezes foi seu presidente, àqueles que submeteu a Câmara dos Deputados, a questão da saúde e da doença foi examinada através dos diversos projetos que apresentou e das discussões que participou, levando em consideração a intervenção administrativa do poder público nas cidades. Nesse conjunto, onde diversos temas são debatidos, incluindo a secularização dos cemitérios, a abolição da escravidão, o uso de escravas como amas de leite, a preservação florestal, o combate às epidemias e às secas, o abastecimento de carne, entre outros, não deixamos de analisa-los levando em consideração questões políticas e sociais a que se relacionavam, incluindo a criminalização da pobreza e do negro na cidade doente.

No último capítulo, dedicamo-nos a examinar a cura vista na sua relação com o espiritismo. Necessitamos introduzir um pouco do início da história do espiritismo no Brasil tanto como forma de evidenciar o papel que as ações de cura tiveram nesse processo como também demonstrar o papel que as curas tiveram na conversão de Adolfo. A primeira parte deste terceiro capítulo avalia a loucura, os caminhos que a medicina, ao transformar o louco em doente mental procurou trilhar para efetivar-se como campo único e privilegiado para tratar do tema e as relações entre loucura e espiritismo. O papel do hospício, além dos artigos e textos deixados por Adolfo, assim como as formas de tratamento realizadas nas casas espíritas foram avaliadas levando em consideração as aproximações e afastamentos com a medicina oficial e discutindo a possível noção de “legado” como algo deixado por Adolfo na esfera dos tratamentos da loucura. Na segunda parte, examinamos a criminalização do espiritismo por conta do Código Penal de 1890, nos preocupando principalmente com os efeitos dessa condenação nas práticas de cura realizadas nas casas espíritas e o papel de Adolfo e outros adeptos no combate aos aprisionamentos, nas tentativas de remoção dos artigos do código penal que criminalizavam a doutrina e dos efeitos dessa criminalização para a religião espírita. Além disso, esse exame não poderia deixar de considerar sua relação com

um período de acirradas disputas entre aqueles que consideram o espiritismo pela sua faceta religiosa, algo que a aproximava de ações caritativas e de cura, de outros que a viam pelo seu lado científico e filosófico e que eram contra as ações de assistência. Por fim, na última parte examinamos o período entre os anos de 1895 e 1900, intervalo em que Adolfo assumiu pela segunda vez a presidência da FEB até a sua morte. As ações por ele implantadas na rotina da Federação, o serviço de Assistência aos Necessitados além da intensa produção jornalística e de romances que serviram para a propaganda da doutrina e o levou a ser conhecido como o “Kardeç brasileiro”.

Capítulo 1: Cura do corpo.

1.1 Infância e Juventude no Ceará. Política e medicina no início de uma trajetória.

De acordo com o assentamento de batismo lavrado pelo vigário Antônio Francisco Régis de Leão Saraiva⁶, Adolfo Bezerra de Menezes Cavalcanti nasceu em 29 de agosto de 1831 na Fazenda das Pedras, às margens do Riacho das Pedras, então Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, distante cerca de 248 quilômetros de Fortaleza, no Ceará. Mais tarde, em 6 de maio de 1833, a Freguesia foi elevada à condição de Vila, passando a chamar-se Vila do Riacho do Sangue, local frequentemente atribuído como de seu nascimento. Adolfo foi o sexto, de sete filhos, de Antônio Bezerra de Menezes, fazendeiro e Coronel da Cavalaria Miliciana do Ceará, e Fabiana Cavalcanti de Albuquerque. Embora não possamos precisar o tamanho e a quantidade de suas propriedades, a genealogia de suas famílias⁷ indica notável proximidade com o poder político e econômico local. Isso nos induz a pensar em uma situação econômica abastada para os Bezerra de Menezes do Riacho do Sangue, algo que, frequentemente no nordeste da primeira metade do século XIX, estava relacionado com o envolvimento político de um conjunto de famílias que desde o período colonial constituíram redes de influência regionais, teias de relacionamentos mútuos e relações de proximidade com o poder administrativo.

Para algumas dessas famílias, constituiu-se em grande preocupação a preservação de suas histórias, frequentemente recorrendo à construção de um passado heroico. No caso dos Bezerra de Menezes⁸, seus membros se apresentam como pertencentes a dois grupos originais: os do “Cariri” e os do “Riacho do Sangue”. Estes grupos, a partir do final do século XIX, procuraram reconstruir suas histórias como perpetuadores e vinculados a atributos sociais diferentes. O primeiro, às atividades militares e ao poder político, e o segundo, pela dedicação ao ofício das letras e as atividades que exigiam preparação formal, principalmente advogados, médicos e professores, construções que perdem sustentação quando verificamos a existência tanto de militares que exerceram o poder político e o mandonismo local no segundo grupo, quanto de descendentes com formação universitária e técnica entre os membros do

⁶ KLEIN FILHO, Luciano. Bezerra de Menezes, fatos e documentos, 2ª ed. Niterói/RJ: Lachâtre, 2000, p. 24.

⁷ BEZERRA, Antônio Herbert Paz. Genealogia dos Bezerra de Menezes – História e Diáspora. Fortaleza: Premius Editora, 2004, p. 19.

⁸ LEMENHE, Maria Auxiliadora. Família, tradição e poder: o caso dos Coronéis. São Paulo: ANNABLUME/Edições UFC, 1995, p. 49.

primeiro. Ainda assim, é possível observar na escrita dessa história familiar algumas preocupações que se repetem, sobretudo a idealização do passado através do destaque a marcas de fidalguia, fortuna e pioneirismo.⁹

Assim, de acordo com alguns autores,¹⁰ a origem dos Bezerra retroagiria a Antônio Bezerra Felpa de Barbudo que teria vindo para o Brasil em 1535 na comitiva de Duarte Coelho acompanhado da esposa e de três filhos menores fixando-se na Capitania de Pernambuco. Em 1565, Domingos Bezerra Felpa de Barbudo, um dos filhos de Antônio Bezerra, casou-se com Brázia Monteiro, filha de Pantaleão Monteiro, dono do Engenho Pantaleão, nas várzeas do Rio Capibaribe, em Olinda. Um dos bisnetos do casal, Bento Rodrigues Bezerra, casou-se com Petrolina Velho de Menezes no início do século XVIII. Foram dos filhos desse casal que se formaram os quatro troncos familiares dos Bezerra de Menezes no Ceará: João Bezerra Monteiro, no Cariri; Francisco e Jerônimo Bezerra de Menezes, nos vales do Acaraú e Aracatiaçu; e Joana Bezerra de Menezes, no vale do Jaguaribe, principalmente no Riacho do Sangue.¹¹ A divisão apresentada pelas genealogias familiares estabelecendo a caracterização dos dois grupos mencionados, os militares/políticos e os doutores, irá se concentrar na trajetória dos descendentes de dois desses irmãos: João Bezerra Monteiro e Joana Bezerra de Menezes.¹²

As diferenciações advindas de cada um dos grupos familiares, sobretudo aquelas ligadas à maior ou menor extensão das terras possuídas, da quantidade de gado ou da

⁹ LEMENHE, Maria Auxiliadora. Família, tradição e poder: o caso dos Coronéis. São Paulo: ANNABLUME/Edições UFC, 1995, p. 65.

¹⁰ KLEIN FILHO, Luciano. Bezerra de Menezes, fatos e documentos. Niterói/RJ: Lachâtre, 2001; Sá, Murilo Bezerra de. Famílias cearenses: estudo genealógico dos Bezerra de Menezes. Revista do Instituto do Ceará, T. 60: 215, 1946; MENEZES, Geraldo Mantedônio Bezerra de. O capitão-mor Joaquim Antonio Bezerra de Menezes e sua descendência. Revista do Instituto Genealógico Brasileiro, nº 17 e 18: 49-59, 1948. Para um inventário mais completo dos trabalhos voltados para a genealogia dos Bezerra de Menezes, ver LEMENHE, obra citada.

¹¹ KLEIN FILHO, Luciano. Bezerra de Menezes, fatos e documentos. Niterói/RJ: Lachâtre, 2001, p. 28.

¹² SILB – Sesmarias do Império Luso Brasileiro. Um aspecto peculiar e que os diferencia de vários grupos familiares na chegada ao Ceará é o fato de não podermos vincular todas as suas terras como oriundas de datas de sesmarias. Recorrendo ao banco de dados da plataforma SILB encontramos apenas dois donatários com o sobrenome Bezerra de Menezes: o primeiro foi Bento Bezerra de Menezes que recebeu uma sesmaria com três léguas de comprimento e uma légua de largura, na região chamada da Lagoa dos Patos, em 21/02/1744. O segundo é Francisco Barbosa Bezerra de Menezes, alferes da companhia de infantaria do quartel de Fortaleza, recebedor de uma sesmaria em 12/09/1790 na região do rio Cocó, próximo a Fortaleza, onde a doação foi registrada, localidades muitíssimo afastadas tanto do Cariri quanto do Riacho do Sangue. Isso torna possível e plausível a aquisição de terras por compra ou herança, hipótese já considerada por outros pesquisadores. O sistema já tem catalogado 3720 cartas de sesmarias das cerca de 16.000 que pretende catalogar entre as sesmarias concedidas na América Portuguesa. A equipe envolve profissionais da UFRN, UNB, CNPQ e colaboradores de outras universidades como a UFF e a UFRJ. As informações do primeiro donatário, Bento Bezerra de Menezes estão registradas em: Datas de sesmarias. Fortaleza: Typographia Gadelha, 1926. v.14. p. 173-174. Já as informações sobre Francisco Barbosa Bezerra de Menezes foram colhidas em Datas de sesmarias. Fortaleza. Typographia Gadelha, 1926, v. 8. p 88-90. O acesso ao sistema foi realizado pela última vez em 16/12/2013. <http://www.silb.cchla.ufrn.br/>¹².

influência regional, adquiriram novos aspectos após a deflagração da Confederação do Equador em função da posição que assumiram no conflito o Brigadeiro Leandro Bezerra Monteiro, neto de João Bezerra Monteiro, e o Coronel Antonio Bezerra de Souza e Menezes, avô de Adolfo, e neto de Joana Bezerra de Menezes. O posicionamento, a favor das forças imperiais e da centralização política ou do conjunto de reivindicações levantadas pelos revoltosos que iam desde a república e a autonomia da região até a libertação dos escravos, marcou profundamente o destino das famílias Bezerra de Menezes do Cariri e do Riacho do Sangue, além de desmistificar o alinhamento político advindo exclusivamente do sobrenome.

Desta forma, enquanto o Brigadeiro Leandro Bezerra Monteiro atuou decisivamente na repressão ao movimento de 1824, o Coronel Antonio Bezerra de Souza e Menezes foi preso e condenado à morte por sua participação na Confederação do Equador, pena que foi comutada pela de degredo perpétuo em uma das vilas do interior do Maranhão, punição esta que não chegou a cumprir uma vez que morreu a caminho do local de degredo, em 2 de setembro de 1827. O episódio, lembrado mais tarde nas páginas dos jornais “A Reforma”, na Corte, “O Cearense”, vinculado ao Partido Liberal, e “A Constituição”, vinculado ao Partido Conservador, ambos de Fortaleza, demonstram a importância que a postura de líderes como o Coronel Antonio teve no episódio e a forma como essas memórias foram preservadas.¹³

Para a família e a comunidade onde estava inserido, o Coronel Antonio Bezerra de Souza e Menezes, não fora apenas um dos partícipes da rebelião, ao contrário, fora um dos líderes, alguém que arriscara a vida, posição e posses em favor da causa da liberdade, à que se contrapunha o centralismo político do primeiro reinado. Não bastasse esse aspecto político,

¹³ Em 1870, o conselheiro João Manoel Pereira da Silva publicou uma obra dedicada ao primeiro reinado de D. Pedro I, onde apresenta o coronel Conrado Jacob de Niemeyer, presidente da comissão militar e comandante das armas no Ceará entre 1824 e 1825, como um facínora e assassino. A partir da edição nº 245, de 27 de outubro de 1871, do jornal “A Reforma”, um dos filhos do coronel publica uma série de artigos onde defende a memória do pai. Na edição seguinte, Adolfo Bezerra de Menezes, já um médico e político conhecido na Corte, publicou artigo em que agradece ao Coronel Niemeyer pela sua atuação na condução dos processos contra os partícipes da Confederação e particularmente as ações que permitiram a comutação da pena de morte do avô em degredo perpétuo no interior do Maranhão, uma vez que, segundo ele, o avô nunca solicitaria tal mudança, haja vista que o coronel “não foi apenas comprometido na revolução. Pelo contrário, foi um dos seus primeiros chefes: foi um dos poucos que recusaram o indulto imperial, e foi o último que se retirou do campo de luta, e só quando não mais era possível resistir” (A Reforma, ed. 247 de 29/10/1871). O caso estaria terminado, não fosse a iniciativa do jornal “O Cearense” de contestar a posição de Adolfo, ao publicar os autos do processo, onde seu avô apresentava como defesa “insciência, coação, fraqueza intelectual e moral de uma idade octogenária, e o fato de ter aceito o indulto oferecido pelo Almirante Cockrane, além de ter proclamado em tempo o governo imperial” (O Cearense, ed. 140, de 6/12/1871). Para completar, em janeiro de 1872, o jornal “A Constituição”, repreendeu a atitude do Senador Pompeu, redator de “O Cearense”, por ter exposto publicamente a memória do Coronel Antonio, argumentando nas edições posteriores que uma atitude como a apresentada pelo Cearense seria incompatível com o passado do coronel. O debate pode ser consultado nas páginas dos jornais “A Reforma”, edições nº 247 e 248, “O Cearense”, edições 134 à 142 e “A Constituição”, edições 10 e 11, todas disponíveis e consultadas na BN – Hemeroteca Digital.

lembramos que a comutação da pena de morte em degredo perpétuo, condicionava que o transporte do coronel, sua vigilância e responsabilidade pelo cumprimento da pena, ficassem sob a responsabilidade do filho, Antonio Bezerra de Menezes, pai de Adolfo, a quem coube, também, a comunicação do falecimento do coronel ao tribunal da Relação de Pernambuco. Desta forma, mesmo tendo nascido praticamente quatro anos após a morte do avô, é impossível não crer que as memórias do episódio não fossem preservadas na família e transmitidas aos netos, intensificando marcas de heroísmo, idealismo e coragem. Além disso, havia também o pai, pelo menos até 1831, Coronel das Milícias cearenses e detentor de algum poder político no entorno da região onde vivia a família.

Essa necessidade de se manter em sintonia com as forças políticas da Província, exigiu de seus membros e descendentes a busca por elementos que os distinguissem e qualificassem, algo que nas primeiras décadas após a Independência vinculou-se à conquista de formação universitária. Esta formação, por sua vez, efetivou-se em elemento de unificação ideológica da elite imperial, que se firmara como uma ‘ilha de letrados num mar de analfabetos’¹⁴. A educação superior, concentrada em formação jurídica e circunscrita a poucos centros, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, tornou-se, então, poderoso elemento de qualificação daqueles que comporiam as elites regionais e nacional. Desta forma, o envio dos dois irmãos mais velhos de Adolfo, Manoel Soares da Silva Bezerra, nascido em 21/10/1810, e Theóphilo Rufino Bezerra de Menezes, nascido em 05/03/1818, para a Academia de Olinda a fim de cursarem Direito, formação que concluíram respectivamente em 1836¹⁵ e 1839¹⁶, deve ser vista como uma estratégia familiar para manter-se em sintonia com as esferas do poder. Além disso, denunciavam também a situação financeira privilegiada da família, uma vez que:

Os alunos das escolas de Direito provinham de famílias com recursos. As duas escolas¹⁷ cobravam taxas de matrícula (que no primeiro ano de funcionamento foi de 51\$200 réis). Além disso, os alunos que não eram de São Paulo ou do Recife tinham que se deslocar para essas cidades e manter-se lá por cinco anos. Muitos, para garantir a admissão, faziam cursos preparatórios ou pagavam repetidores

¹⁴ CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 65.

¹⁵ BN – Hemeroteca Digital. O Cearense, edição nº 274 de 30 de novembro de 1888.

¹⁶ Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense. Consultado no <http://portal.ceara.pro.br>, em 14/03/2014.

¹⁷ Academia de São Paulo e Academia de Olinda, em Pernambuco, respectivamente formadas em 1828, conforme, CARVALHO, José Murilo. Op. Cit., p. 74.

particulares. Esses custos eram obstáculos sérios para alunos pobres, embora alguns conseguissem passar pelo peneiramento.¹⁸

É possível ainda sustentar esta tese, de que a formação universitária procurada pelos filhos das elites objetivava mantê-los em condições de atuar nas esferas políticas e administrativas, relacionando-a com as modificações trazidas pelo Ato Adicional de 1834, que trouxe para as Câmaras a possibilidade de retomar, senão em sua totalidade, pelo menos em parte, o prestígio e a importância política junto aos poderes locais. Além disso, serão em colegiados como as Câmaras Municipais e as Assembleias Provinciais que a busca pela maior autonomia das províncias, a influência dos poderes locais e as disputas com o poder central serão deflagradas, o que não significou perda de controle por parte da Corte, sustentada, sobretudo, pela nomeação dos presidentes de província, pelo controle sobre a arrecadação de tributos, pela posse do aparato militar e policial além do domínio sobre a aplicação dos recursos.

As Assembleias Provinciais, como dissemos, foram importantes elementos modificadores do jogo de poderes nas províncias. Juridicamente embasadas no Ato Adicional, essa instância político administrativa veio representar o que estava previsto na Constituição de 1824 (art. 71): “A Constituição reconhece, e garante o direito de intervir todo o Cidadão nos negócios da sua Província, e que são imediatamente relativos a seus interesses particulares”, de sorte que as Assembleias, em substituição aos Conselhos, “terão por principal objeto propor, discutir, e deliberar sobre os negócios mais interessantes das suas Províncias; formando projetos peculiares, e acomodados às suas localidades, e urgências .” (Constituição de 1824 -Art. 81).

No caso do Ceará, em 1835, quando se estabeleceu a primeira eleição para a Assembleia Provincial, os eleitos deixaram à mostra as forças políticas que compunham a província. Dos 28 membros, conforme determinava o artigo 2º do Ato Adicional, 10 eram padres e 11 eram identificados por patentes militares.¹⁹

¹⁸ CARVALHO, José Murilo. Op. Cit., p. 74.

¹⁹ Os Clérigos Católicos na Assembleia Provincial do Ceará (1834-1889). Memorial Deputado Pontes Neto. Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Fortaleza/CE: INESP, 2008, p. 28 e 29 (disponível em: <http://www.al.ce.gov.br/index.php/publicacoes?start=48>). Os clérigos foram: Padre Carlos Augusto Peixoto de Alencar, natural do Crato; Padre Antônio de Castro e Silva, natural de Sobral; Padre José Ferreira Lima Supupira, natural do Crato; Padre Francisco de Paula Barros, natural de Natal/RN e Capelão de Canindé; Padre Frutuoso Dias Ribeiro; Padre Antônio Francisco Sampaio, natural de Aracati; Padre Bento Antonio Fernandes, vigário de Quixeramobim; Padre Francisco Gomes Parente, natural de Acaraú e vigário de Santa Quitéria e Padre José da Costa Barros, natural de Aracati). Já os militares foram: Coronel Francisco Fernandes Vieira, Visconde de Icó; Coronel Francisco de Paula Pessoa, Coronel Agostinho José Thomaz de Aquino, Tenente-coronel João Franklin de Lima, Tenente-coronel José de Castro Silva Júnior, Tenente-coronel Francisco Paulino

Ainda que a predominância de clérigos e militares²⁰ não possa ser totalmente explicada pela importância que estes elementos tiveram no decorrer da colonização brasileira, era evidente a dependência do Estado em relação à máquina administrativa da Igreja, incluindo prédios, infraestrutura de pessoal, documentação e controle de informações. Podemos acrescentar ainda a proximidade do pároco com a população, a presença da paróquia na vida cotidiana dos cidadãos e os registros eclesiásticos, que conferiam ao vigário múltiplos conhecimentos a respeito da vida de seus paroquianos. Aliado a isso, ainda temos o poder do vigário no âmbito espiritual, o que denuncia a importante relação de poder e saber advinda do vigário e que penetrava a vida dos habitantes, sustentado por uma valiosa economia sacramental da confissão e da penitência.

Por outro lado, os militares²¹ foram sempre a instituição que cuidou do aparato de vigilância e controle populacional, sem contar que eram formados em sua maioria por elementos das ‘famílias’ ou a elas ligadas, de forma que a influência que podiam exercer sobre os eleitores era considerável, muitas vezes determinante. Mesmo assim, observamos semelhança com a distribuição dos clérigos e militares no que diz respeito àqueles que se reconheciam a favor da descentralização política e autonomia da província, enquanto outros preferiam as fileiras da centralização. Ainda que dividida por esses posicionamentos, esta primeira Assembleia se compôs em sua maioria por elementos ligados aos interesses de descentralização e busca de autonomia da província, o que compactuava com a postura de José Martiniano de Alencar, presidente da Província na época da eleição e no período de funcionamento da primeira Assembleia Provincial cearense. Esta sintonia possibilitou relativa harmonia entre os projetos aprovados pela Assembleia e sancionados pelo presidente entre os anos de 1835 e 1837, perfazendo 24 leis em 1835, 36 leis em 1836 e 53 leis em 1837²². A partir de 1838, no entanto, com a indicação de presidentes alinhados com a centralização imperial iniciaram-se disputas exacerbadas com as lideranças liberais representadas em diversas Câmaras Municipais e na Assembleia Provincial do Ceará, lideranças essas compostas por vários membros da família Bezerra de Menezes.

Galvão, Major João Facundo de Castro Menezes, Capitão-mor Joaquim José Barbosa, Capitão-mor José de Castro Silva, Capitão-mor José Teixeira Castro e Capitão-mor João Gomes Brazil.

²⁰ Análises sobre o papel do clérigo e dos militares na política imperial pode ser consultada em: BASTOS, Ana Marta Rodrigues. *Católicos e Cidadãos: A Igreja e a legislação eleitoral no império*. Rio de Janeiro: LUMEN JURIS, 1997; e CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

²¹ Não podemos afirmar se as patentes apresentadas pelos deputados se referem aquelas auferidas ainda devido às milícias e ordenanças ou se já se referiam as nomeadas após a criação da Guarda Nacional.

²² BARROSO, José Liberato. *Índice alfabético da legislação provincial do Ceará*. Fortaleza/CE: Fundação Waldemar Alcântara, 2009.

O ponto central dessas disputas foi desencadeado pela votação junto à Assembleia Provincial do Ceará da lei de 22 de setembro de 1838, que determinava a eleição dos oficiais da Guarda Nacional de cada uma das cidades do Ceará para o dia 8 de dezembro daquele ano, eleição essa que deveria ocorrer na mesma data que o pleito para escolha dos Juizes de Paz e demais cargos judiciários. A lei, que não foi sancionada pelo presidente da província, trazia para o âmbito da Assembleia Provincial, a autonomia sobre a nomeação tanto dos responsáveis pela segurança e controle populacional, os oficiais da Guarda Nacional, quanto a escolha daqueles que lidariam diretamente com as questões judiciais, os juizes municipais, de órfãos e os promotores, o que poderia traduzir significativa perda de poder por parte da presidência e, indiretamente, da Corte. Sua elaboração, apreciação e votação parece ter sido proveniente de estratégia da oposição liberal no sentido de retirar a maior esfera de poder possível das mãos do poder central, a luz do que já havia ocorrido com o Ato Adicional. Ora! Os liberais já vinham obtendo maioria nas eleições para as Câmaras Municipais e para a Assembleia Provincial, sem contar que, de acordo com o Ato Adicional, cabia à Assembleia Provincial, através de eleição, a escolha do vice-presidente da província, escolha essa que vinha recaindo no Major João Facundo de Castro Menezes, um dos chefes do Partido Liberal no Ceará e parente dos Bezerra de Menezes²³, desde a 1ª Assembleia e continuou ocorrendo até sua morte, portanto, se conseguissem obter também a maioria dos detentores de cargos na Guarda Nacional e nos órgãos do Judiciário estariam com o domínio de praticamente toda a esfera administrativa e política da Província. Desta forma, ainda que previsto no Ato Adicional, a decisão de submeter esses cargos à escolha da Assembleia não pode ser pensada fora de uma estratégia de domínio.

A votação da lei, assim como as tentativas de impedir que esses cargos fossem ocupados pelos escolhidos nas eleições, levou a um ferrenho embate entre a presidência da província, cargo ocupado por elementos alinhados com as posturas centralizadoras da Corte, e os grupos que desejavam maior autonomia da província, representada por deputados provinciais e vereadores abrigados no seio do Partido Liberal, dos quais, vários eram pertencentes à família Bezerra de Menezes do Riacho do Sangue. É assim que, entre 1838 e 1842, os presidentes Manuel Felizardo de Souza e Melo (dezembro de 1837 a fevereiro de 1839), João Antonio de Miranda (fevereiro de 1839 a fevereiro de 1840), Francisco de Souza

²³ João Facundo de Castro Menezes participou de várias atividades políticas nas primeiras décadas do século XIX no Ceará. Em 1824 foi preso e enviado para o Rio de Janeiro por conta de sua atuação na Confederação do Equador. Já durante a década de 1830 foi repetidas vezes eleito deputado para Assembleia Provincial do Ceará onde, também de forma repetida, assumiu a presidência da Assembleia e a vice-presidência da Província. Foi nesse cargo que atuou na oposição liberal aos presidentes de Província.

Martins (fevereiro de 1840 a outubro de 1840) e José Joaquim Coelho (maio de 1841 a março de 1843), tentarão das mais diversas formas impedir a ascensão do grupo liberal.²⁴

Esse processo de lutas e embates durou até 1841, com o assassinato do major Facundo, e a perseguição aos liberais em batalhas ocorridas em 1842, especialmente em Minas Gerais e São Paulo, o que enfraqueceu a ação liberal em todo o império, levando alguns autores a comparar suas posições e atuações à dos conservadores.

No caso particular do Ceará, a narrativa da morte de Facundo foi de tal forma construída pelos jornais conservadores e pelos elementos ligados ao governo, que os liberais e seus familiares acabaram sendo acusados de tramar contra o governo e de conspirar contra a vida do presidente da Província. A atuação da polícia comandada por elementos ligados aos conservadores e ao presidente Coelho levou a que a esposa do major, Florência de Andrade Bezerra e Castro, tivesse a casa invadida e revirada por duas vezes à procura de armas e provas que pudessem amparar a denúncia de sedição e tentativa de assassinato contra o presidente. Malgrado as denúncias não encontrassem fundamentação ou provas, foram pronunciados, em julho de 1842, o Capitão-mor Joaquim José Barboza, grande amigo de Facundo e primeiro presidente da Assembleia Provincial do Ceará entre 1835 e 1837, Padre Cerbelon Verdeixa, João Franklin de Lima, Antônio Bellarmino Bezerra de Menezes, tio de Adolfo, Antônio Tavares da Luz e José de Castro Barbosa, todos acusados de conspirar contra o governo e planejarem o assassinato do presidente. Em agosto de 1842, a justiça mantém o processo apenas contra o Capitão-mor Barboza e o Padre Cerbelon, condenando-os ainda em outubro do mesmo ano, sendo o primeiro sentenciado a oito anos de prisão com trabalho. Barboza permaneceu preso até junho de 1843 quando foi considerado inocente das acusações pelo tribunal da relação de Pernambuco.

Quanto ao assassinato do Major Facundo, decorreu-se mais de dois anos até que os acusados fossem a julgamento, mas não todos! De acordo com o processo, Facundo foi morto “pelo preto Antônio Manoel Abrahão e o cabra Pedro José das Chagas”²⁵ a mando da esposa do presidente, a Baronesa de Victoria, sendo toda a trama intermediada pelo tenente Joaquim Ferreira de Souza Jacarandá. Os assassinos foram condenados a galés perpetuas pelo

²⁴ A luta travada entre esses grupos esta fartamente ilustrada nas páginas do “Correio da Assembleia Provincial do Ceará” entre os anos de 1838 e 1842. O jornal, de orientação liberal, publicou as diversas leis, cartas, ofícios e manifestações da oposição liberal contra os governos conservadores, endereçadas à imprensa da Corte, à Câmara dos Deputados, ao Senado e a vários ministérios da administração central. Essas reclamações iam desde o roubo de correspondência, patrocinado pelos presidentes da província, dos políticos do partido liberal até o recrutamento obrigatório, a invasão de sessões eleitorais e a aprisionamentos e detenções para influenciar no processo eleitoral da província.

²⁵ STUDART, Barão. Dicionario Bio-Bibliográfico Cearense.

júri de Fortaleza. Jacarandá passou por três julgamentos, sendo absolvido no primeiro, condenado a galés perpétuas no segundo, e absolvido pelo voto de minerva no terceiro. A Baronesa, que, segundo Studart²⁶, “nos últimos tempos de sua vida não mais escondia a parte importante que tomara na tragédia”, nunca foi denunciada.

Apesar do processo, assim como o desenrolar dos crimes, ter ocorrido em Fortaleza, a perseguição aos liberais, representada pela represália às pessoas próximas ao Major João Facundo, estendeu-se a várias outras regiões do Ceará, pois a família do Coronel Antônio Bezerra de Menezes muda-se em 1842 para a região da Fazenda Martins, no Rio Grande do Norte, fugindo das perseguições, o que demonstra a seriedade e a periculosidade envolvendo esses acontecimentos. Devemos perguntar então: Como foi possível que o assassinato de Facundo fosse esquecido e em seu lugar fossem desencadeadas acusações, perseguições, aprisionamentos, indiciamentos, ameaças e mortes sobre o pretexto de suspeitas de sedição e conspiração para a morte do presidente? Uma série de indícios nos leva a crer que se não houve um planejamento para aniquilar politicamente a oposição cearense, os acontecimentos no, e fora, do Ceará, serviram para que essa intenção fosse efetivada, não só politicamente, mas também com o uso da força, sustentada juridicamente.

Primeiro porque, ao contrário dos presidentes Manoel Felizardo e João Antônio de Miranda, o escolhido para assumir a presidência do Ceará em 1840, Francisco de Souza Martins, já gozava de significativa experiência administrativa em circunstâncias que envolviam o risco de rebeliões, uma vez que ocupou a presidência da Bahia entre dezembro de 1834 e abril de 1835, período em que eclode a Revolta dos Malês, fora Juiz de Direito na comarca de Oeiras, no Piauí, onde nasceu, além de chefe de polícia na Corte e Deputado Geral na legislatura de 1834 a 1837. Ou seja, após os diversos protestos, ofícios e ações desenfreadas pela oposição cearense, inclusive articulando-se com a imprensa local e da Corte, é difícil imaginar que sua escolha não tenha sido fruto de uma mudança no perfil dos presidentes designados para o Ceará, recaindo estas em elementos capazes de manter a oposição sob vigilância e reagir prontamente em caso de revolta. Posteriormente, a escolha do militar e político luso-brasileiro José Joaquim Coelho, só faz ratificar essa disposição.

Em segundo lugar, as reformas legais explicitadas na Lei de Interpretação do Ato Adicional, em maio de 1840, retiravam das Assembleias Provinciais “o poder de definir atribuições aos agentes policiais e subordinavam a política judiciária ao governo geral. O efeito dessas alterações foi fundamental para transferir ao governo central todo o sistema

²⁶ STUDART, Barão. Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense.

judicial e policial.”²⁷ Além disso, a reforma do código de processo criminal, publicada em dezembro de 1841, acabou com o princípio eletivo no sistema judicial, subordinando-o inteiramente à magistratura togada, o que:

Despojou o juiz de paz da maior parte de suas funções, reduzindo-o praticamente a suas atribuições notariais. Suas funções policiais mais importantes foram transferidas para os chefes de polícia e para os delegados que eram os agentes locais destes. As atribuições judiciais e criminais do juiz de paz passaram para os juízes municipais. As atribuições do júri foram consideravelmente reduzidas e esse tribunal popular ficou praticamente sob a tutela do juiz de direito. Os juízes municipais e promotores passaram a ser de nomeação direta do governo central.²⁸

A reação dos liberais tanto à Lei de Interpretação do Ato Adicional quanto à reforma do Código Criminal desencadeou no ano de 1842 revoltas em diversas localidades das quais as mais conhecidas foram as de Minas Gerais e de São Paulo, mas a atuação do governo também se deu no sentido de prevenir que ocorressem em outros locais e a atitude do presidente Coelho diante da morte de Facundo não pode ser vista fora desta disposição. Isso fica evidenciado tanto pela reviravolta do processo quanto nas perseguições aos elementos próximos ao Major, entre eles, os Bezerra de Menezes do Riacho do Sangue.

A relação da família de Adolfo, incluindo pai, tios e irmãos, com os liberais ficou evidenciada em ofícios enviados à presidência da província e à Corte em diversos momentos desde a indicação de Felizardo, como podemos ver pelo ofício enviado à presidência em 14/12/1838 pela Câmara Municipal da Vila do Sobral protestando contra a decisão de Felizardo em suspender as eleições e assinado por José Bezerra de Menezes²⁹, tio de Adolfo, o mesmo motivo que leva a Câmara Municipal da Vila do Riacho do Sangue a protestar em 9 de janeiro de 1839 e que vai assinado pelo Padre José Bernardo Bezerra de Menezes Sênior³⁰, também tio de Adolfo, ou ainda o ofício enviado também pela Câmara de Riacho do Sangue em 16/02/1839 informando que não acatou as ordens da presidência quanto à proibição das eleições dos oficiais da Guarda Nacional e Juízes e que é subscrito por Antônio Bezerra de

²⁷ CASTRO, Paulo Pereira. “A experiência republicana”, 1831-1840. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.) - História geral da civilização brasileira. 2ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1967, p. 57. Citado por MARSON, Izabel Andrade. Política, Polícia e Memória: A atuação do chefe de polícia Jerônimo Martiniano Figueira de Melo na Revolução Praieira. Rio Grande do Sul: Revista Justiça e História, v.4, nº 7, 2004.

²⁸ CASTRO, Paulo Pereira. “A experiência republicana”, 1831-1840. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.) - História geral da civilização brasileira. 2ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1967, p. 164.

²⁹ BN – Hemeroteca Digital. Correio da Assembleia Provincial, nº 55, 19/01/1839.

³⁰ BN – Hemeroteca Digital. Correio da Assembleia Provincial, nº 57, 02/02/1839.

Menezes³¹, pai de Adolfo. Além disso, a candidatura e eleição do filho mais velho, Manoel Soares da Silva Bezerra, para Deputado da Assembleia Provincial do Ceará no conturbado pleito de 1839, para o exercício de 1840 e 1841, evidencia o intuito familiar de manter-se próximo a essa importante instância política e dos poderes a ela ligada, ratificando a estratégia de preparação dos filhos para a ocupação de cargos políticos.

De qualquer forma, a família mudou-se em 1842 para a Cidade Martins, no Rio Grande do Norte, e lá permaneceu até que os ânimos se acalmaram, o que só ocorreu após quatro anos de exílio involuntário. Embora não possamos precisar as razões que os levaram a escolher essa cidade, é bastante plausível supor que a família possuísse posses ou relações com outros elementos dos Bezerra de Menezes na Província vizinha. Ainda assim, é na Cidade Martins, junto à Escola da Latinidade, fundada por Jesuítas, que Adolfo consolidou seus estudos no ciclo fundamental de aprendizagem, destacando-se, segundo alguns historiadores espíritas no estudo do latim e tecendo elogios vigorosos às aulas que assistira com o professor Francisco Emiliano Pereira, segundo ele, que primava por sua finíssima educação.³²

Em 1846, Adolfo foi enviado para Fortaleza onde iniciou o ensino secundário no Liceu do Ceará. O ano anterior foi um período bastante difícil para os cearenses em função da grave seca que assolou a região e seu pai, que já sofrera graves perdas de patrimônio ao deixar a fazenda em Riacho do Sangue quando se mudaram para a Cidade Martins, passou a administrar os negócios de outras pessoas tanto como forma de sobreviver quanto para resgatar dívidas pendentes. É provável que Adolfo tenha ido residir com um dos dois irmãos, Manoel ou Theóphilo, isso porque ambos serão seus professores no Liceu. Como a escola não possuía sede própria e as aulas eram ministradas nas casas dos professores, estabelecia-se enorme proximidade entre alunos e mestres. No entanto, mesmo com a precariedade nas acomodações, o Liceu do Ceará, instituído formalmente através do decreto nº 304 de 15/07/1844, fez parte das primeiras escolas secundárias do Brasil, ao lado do Ginásio Pernambucano, fundado em 1825, o Atheneu Norte Rio-Grandense, criado em 3 de fevereiro de 1834, o Colégio Pedro II, de 1837, e os Liceus da Bahia e Paraíba, ambos de 1836.³³

O período que se estende de 1846 aos primeiros meses de 1851 foi bastante rico em acontecimentos e experiências, que acreditamos, tenham tido reflexo para Adolfo tanto na

³¹ BN – Hemeroteca Digital. Correio da Assembleia Provincial, nº 66, 10/04/1839.

³² MENEZES, Adolfo Bezerra de. Evangelho do futuro. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 2011, p.15.

³³ HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. O Ensino Secundário no Brasil Império. São Paulo: EDUSP, 2008, p.12. ZOTTI, Solange Aparecida. Sociedade, educação e currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980. Campinas: Autores Associados; Brasília: Ed. Plano, 2004, p. 44.

escolha da Medicina como profissão como na manutenção de certa obrigação de participação política, algo que, como já vimos, estava bastante presente em sua família. Além disso, consolidava-se na província um período de relativa tranquilidade após o arrefecimento das forças políticas capazes de representar algum perigo para a consolidação dos interesses conservadores, esvaziamento esse que também ocorreu em várias outras províncias do Império, sobretudo após a derrota das forças liberais nas revoltas de 1842.

A Fortaleza que Adolfo conhecerá estava cercada de vários dos elementos que estiveram presentes em sua vida por um longo tempo: a medicina tentando firmar-se como legítima e única detentora dos conhecimentos e práticas capazes de curar, a mesma medicina interferindo nos hábitos e comportamentos dos habitantes, determinando onde deveriam ser enterrados, como deveriam se vestir, o que deveriam comer; a discussão política envolvendo todos os problemas da cidade se estendendo às páginas dos jornais abertamente declarados como ligados aos partidos políticos vigentes; a religião, presente em todos os momentos, ditando comportamentos, condenando escolhas, apontando o caminho para uma felicidade futura, para os que seguissem os seus ditames, ou uma condenação eterna, em um inferno que não diferi

a da vida de muitos cearenses, para os que a contrariassem, e tudo isso cercado por uma cidade Fortaleza que via desfilar por suas ruas todos os dias os corpos doentes, famintos e sedentos de centenas de moribundos vindos de todos os cantos da província. Apesar de tudo, mudanças significativas ocorriam no Ceará, e se o apaziguamento das forças contrárias à orientação conservadora propiciava relativa tranquilidade política, por outro lado, deixava exposta a fragilidade econômica e administrativa para solução de seus problemas.

Mesmo com todas essas dificuldades a administração provincial precisava encontrar meios para atuar nas diversas áreas de sua competência, dentre as quais duas nos interessam em particular, tanto pela influência que exerceu na vida de Adolfo quanto pela forma com que se entrelaçaram no Ceará da década de 1840: a educação e a saúde. Além disso, há alguns indícios que nos levam a concluir que foi nesse ambiente que surgiu a vocação de Adolfo para a medicina.

Em primeiro lugar, quando Adolfo chegou à Fortaleza, em 1846, é provável que nunca tivesse antes visto um médico. “Em 1848, existiam no Ceará apenas seis profissionais de medicina e dois boticários. Desses, três eram cirurgiões, formados pelo Proto-medicado, e

dois deles eram portugueses.”³⁴ A escassez desse profissional nas províncias ao norte da Corte ficava demonstrada pela sua concentração nas cidades maiores como Fortaleza, ficando o cuidado da saúde nas demais regiões entregue em grande parte ao uso da sabedoria popular, recorrendo-se a profissionais mais especializados, como cirurgiões, somente nos casos de epidemias.

Essa escassez pode ter sido a razão que levou José Martiniano de Alencar a criar, quando Presidente da Província em 1837, o cargo de Médico da Pobreza. A este profissional, além da exigência de residir na cidade, caberia de acordo com o artigo 4º da lei nº 133 de 1837:

§1º. Receitar e curar a todas as pessoas pobres, inclusive os presos, que também forem pobres, receitando-os por um formulário (ou fora dele quando julgar conveniente), que deverá apresentar a câmara municipal desta cidade para esta contratar com um boticário, que por menos o fizer.

§2º. Visitar os doentes se for necessário, todos os dias, sendo além disto encarregado da vacina, com exclusão de outro qualquer facultativo.

§3º. Comunicar no fim de cada mês ao presidente da província, publicar pela imprensa, sendo possível, o numero das pessoas que experimentam e o bom ou mal resultado dele.³⁵

É possível, também, que a iniciativa de Alencar tenha ocorrido em função do crescimento populacional do Ceará e das epidemias que se tornavam cada vez mais comuns nas primeiras décadas do século XIX, o que acarretava um deslocamento populacional em direção as cidades maiores, principalmente Fortaleza. Em que se pesem as várias determinações dos governos provinciais que sucederam Alencar suspendendo a nomeação do primeiro médico da pobreza, José Lourenço de Castro e Silva³⁶, o fato é que, a partir de 1842 o médico da pobreza estava totalmente incorporado aos cargos provinciais e sua atuação era solicitada e reverenciada tanto pela população mais carente quanto pelos mais abastados, movidos talvez por certa responsabilidade de praticar a caridade.

Apesar disso, a efetivação de um profissional voltado prioritariamente para atender aos mais pobres guarda de alguma forma preocupação com o papel que esses pobres

³⁴ GADELHA, Georgina da Silva. A formação e um corpo médico cearense durante a segunda metade do século XIX. XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza, 2009, p.1.

³⁵ Coleção de Leis, Decretos, Resoluções e Regulamentos da Província do Ceará. Fortaleza: [s.n], 1837. p. 124.

³⁶ Nomeação de José Lourenço de Castro e Silva para médico da pobreza realizada por determinação da Assembleia Provincial do Ceará em 1839 e publicada no Correio da Assembleia Provincial de 18/05/1839. BN – Hemeoteca Digital.

desempenhavam nas cidades e influenciou ações governamentais em pelo menos duas esferas: uma, no tocante à prevenção, e outra, posta em prática nos momentos de epidemias.

No primeiro caso, o discurso e as iniciativas da administração, indicam a necessidade de tornar salubre o ambiente urbano, uma vez que a tese que os orientavam, atribuía a proliferação de doenças à existência do que então, denominavam “miasmas”. Deste modo é que as autoridades se voltavam, com frequência, para a avaliação das condições das lagoas, riachos e córregos, assim como do abastecimento d’água, para a necessidade de localização e aterramento dos pântanos e, para a identificação de lugares e atitudes considerados, pelos médicos, insalubres.

Por outro lado, as estratégias mais ocasionais giravam em torno da nomeação de “Comissões Sanitárias”, do fornecimento de remédios e dietas, do envio de médicos e enfermeiros às localidades atingidas por alguma doença.³⁷

Pois é justamente com figuras como os médicos da pobreza de Fortaleza que Adolfo terá íntimo contato, uma vez que o primeiro deles, José Lourenço, foi seu professor no Liceu, e o segundo, Liberato de Castro Carreira, além de primo de Lourenço, era, como este, sobrinho do Major Facundo, sendo ambos ligados ao Partido Liberal e às famílias que mantinham vínculos com a família Bezerra de Menezes. A evidência da intensidade dessas relações pode ser vislumbrada pelo fato de a casa dos irmãos de Adolfo, Manoel (seu professor de geometria e filosofia no Liceu) e Theóphilo (seu professor de retórica) além de local de estudo era também ponto de encontro de professores e políticos locais, entre eles José Lourenço e Castro Carreira. Não fosse somente a proximidade, é preciso mencionar que tanto um quanto o outro enveredaram pela carreira política, ambos pelo Partido Liberal, sendo o primeiro Deputado Provincial de 1838 à 1847³⁸, e o segundo, além de ter sido nomeado médico da pobreza em 1845, no ano seguinte foi nomeado substituto do juiz de direito municipal e de órfãos dos termos reunidos da capital, de Aquiraz, de Cascavel e de Imperatriz, nomeação esta que foi renovada para os biênios de 1848 a 1850 e de 1850 a 1854.³⁹

José Lourenço de Castro e Silva, originário do Aracaty, ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1832. Formou-se em 1837 e logo após passou a clinicar no

³⁷ BARBOSA, Francisco Carlos Jacinto. Cidade, saúde e doença: epidemias, endemias e serviços de saúde em Fortaleza (1838-1851). XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza, 2009, p. 3.

³⁸ OLIVEIRA, Carla Silvino de. Cidade (in)salubre: ideias e práticas médicas em Fortaleza (1838-1853). 2007.156 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFC, Fortaleza/CE. 2007, p. 29.

³⁹Ibidem, p. 40.

Hospital Regimental. No mesmo ano recebeu convite de José Martiniano de Alencar para assumir o recém-criado cargo de “Médico da Pobreza” na cidade de Fortaleza. O convite não foi sem razão. Alencar e José Lourenço se conheciam desde a Corte onde foram confrades na *Sociedade Amantes da Filosofia Racional e Moral*, o primeiro como sócio honorário ao lado de personagens conhecidos como Evaristo da Veiga e o Marquês de Maricá, e o segundo, eleito três vezes vice-presidente e seis vezes presidente da sociedade. Empossado como médico da pobreza no final do mandato de Alencar, com a assunção dos presidentes conservadores e sua eleição para Deputado Provincial, já em 1837, foi pressionado pelo presidente Miranda a escolher entre uma das duas posições, o que acabou acontecendo em favor do cargo político. Com o retorno de Alencar, entre outubro de 1840 e abril de 1841, foi novamente empossado no cargo de médico da pobreza, revelando maior preocupação com as questões diretamente ligadas à saúde, entre elas, construção de açudes, qualidade da água e cuidados no tratamento das febres que assolavam a cidade. José Lourenço permaneceu na função até 1845 quando se tornou professor da cadeira de francês no Liceu do Ceará.⁴⁰ Em sua carreira desenvolveu vários trabalhos na área da medicina, destacando-se aqueles que vislumbravam a doença como consequência de condições sociais. Em 1850, por exemplo, quando defendeu sua tese de doutorado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro⁴¹, *“Ligeiras observações sobre algumas enfermidades dos órgãos anexos ao globo ocular e a oftalmia aguda em geral”*, sustentou que a ocorrência das doenças oculares no Ceará não era consequência do clima, como argumentavam alguns autores, mas referia-se à falta de preceitos higiênicos da população, agravada pelo aumento populacional e pela falta de condições sanitárias adequadas nas cidades.⁴² Ainda em 1850, com o intuito de tornar-se membro correspondente da Academia Imperial de Medicina, desenvolveu e enviou para publicação nos *Annaes Brasilienses de Medicina*, a memória *“Breves considerações sobre a climatologia do Ceará precedidas de uma ligeira descrição da cidade e seus subúrbios”*, além do trabalho *“Os Jequity nas Oftalmias Granulosas”*.⁴³

Liberato de Castro Carreira era primo de José Lourenço e viajou para o Rio de Janeiro em 1839 para ingressar na Faculdade de Medicina. Formou-se em 1844 retornando

⁴⁰ OLIVEIRA, Carla Silvino de. Cidade (In)salubre: ideias e práticas médicas em Fortaleza (1838-1853). Fortaleza/CE: Dissertação apresentada ao PPGH da Universidade Federal do Ceará, 2007, p.25 a 27.

⁴¹ Apesar de ter-se formado em 1837, somente veio a defender tese de doutoramento em 1850. Segundo ele, a defesa da tese só era exigência para aqueles que desejassem seguir carreira no ensino médico, o que não era o seu caso quando da conclusão do curso. Além disso, o custo de confecção da tese, a cargo do aluno, fora-lhe impeditivo em 1837.

⁴² GADELHA, Georgina da Silva. Op. Cita., p.3.

⁴³ BN – Hemeroteca Digital. *Annaes de Medicina Brasiliense*. Seção: Climatologia, edição nº 11, ano 1850, p. 222.

para Fortaleza logo em seguida. Mesmo seguindo carreira política semelhante à de José Lourenço, Liberato foi mais dedicado aos escritos relacionados à prática médica. Sua tese de formatura “*Dissertação sobre a Pleurizia*”⁴⁴ foi apresentada em 1844. No ano seguinte, em carta datada de 2 de dezembro de 1845, informou ao periódico *Arquivo Médico Brasileiro* o descobrimento de uma “fonte de água férrea na Província do Ceará”, detalhando os procedimentos químicos que adotou para reconhecer os princípios ferrosos da fonte.⁴⁵ Em 1847, após tomar conhecimento dos experimentos que vinham sendo realizados com o uso do éter como anestésico, efetuou experimentos de teste com voluntários e promoveu a amputação da perna de uma escrava, valendo-se do anestésico para a realização do procedimento, primeira, de uma série de cirurgias que promoveu e noticiou em periódicos de Fortaleza e da Corte. Os detalhes dos testes e da cirurgia foram publicados em jornais do Ceará e na Corte.⁴⁶ Como médico da pobreza, cargo que assumiu em 1845, Liberato foi sempre enfático em solicitar das autoridades melhores condições para tratamento dos pacientes. Em 1846, escrevia nas páginas de *O Cearense*⁴⁷, reclamando a necessidade de se construir um Hospital de Caridade a fim de melhor atender aos doentes pobres da província.⁴⁸ Em 1848, mais uma vez, chamava a atenção das autoridades para o estado de insalubridade em que se achava a cidade, referindo-se em particular “aos montões de sisco onde são lançados os animais, cuja putrefação tem toda ali lugar, sem que causa alguma seja tomada em consideração, porque isto de miasmas é luxo da medicina dizem alguns entendidos do Ceará.”⁴⁹ Por fim, com as discussões promovidas na cidade por conta da edificação de um cemitério fora dos muros da matriz de Fortaleza, foi Liberato que se opôs, por razões científicas, à intenção da Irmandade de São José de fazer construir atrás dos muros da Matriz um segundo cemitério.

Ao tratar desse objeto não posso me furtar a algumas reflexões à cerca da edificação de um cemitério que se diz, querem mandar edificar atrás da Igreja Matriz. Além de ser isto detrimtoso à saúde pública, é um desrespeito à lei, que determinou a edificação daquele que já na crônica passada dei notícia, e que se acha quase pronto. Para bem se poder compreender a extravagância de tal ideia, basta dizer que a matriz se acha colocada a barlavento da cidade em lugar, onde pela corrente dos ventos todos os miasmas tem de ser lançados sobre a maior parte da população da Cidade. A ignorância porem de alguém é

⁴⁴ Pleurizia é a inflamação das pleuras, tecidos que revestem os pulmões e a parede do peito.

⁴⁵ BN – Hemeroteca Digital. *Arquivo Médico Brasileiro*, ed. 2, tomo II, nº 5, de janeiro de 1846, p. 120.

⁴⁶ BN – Hemeroteca Digital. *Arquivo Médico Brasileiro*, ed. 3, tomo III, nº 12, de agosto de 1847, p. 287.

⁴⁷ BN – Hemeroteca Digital. *O Cearense*, ed. 11 de 13/12/1846.

⁴⁸ OLIVEIRA, Carla Silvino de. *Op. Cit.*, p. 29.

⁴⁹ BN – Hemeroteca Digital. *O Cearense*, ed. 155, de 01/06/1848.

tamanha, que o anima a proferir, que isto de miasmas exalados de cadáveres, é luxo da medicina, portanto não admira quem tenha a desgraçada ideia da construção de um cemitério por detrás da Matriz. – Se hoje esforçam-se todos os homens filantropos, e ilustrados por evitar as emanações insalubres dos centros das cidades, como se há de consentir que tendo nós um cemitério com todas as condições higiênicas, (...) se edifique outro no lugar mais insalubre que ser possa?⁵⁰

Artigos como o de Liberato, além de demonstrarem a influência que a medicina cada vez mais vinha exercendo nas ações administrativas, demonstram também o quanto o discurso higienista era capaz, inclusive, de interferir nas decisões da Igreja, algo que naquela ocasião se deu exclusivamente valendo-se de argumentos científicos.

Um segundo aspecto que nos leva a crer que o contato de Adolfo com as questões médicas em Fortaleza apontaram para a definição de sua vocação médica era o fato de que o Liceu em sua organização curricular preparava seus alunos basicamente para o ingresso na carreira do Direito, fato denunciado mais de uma vez, inclusive pelo Presidente Fausto Augusto de Aguiar em seu pronunciamento em 1850: “Parece que este Liceu foi fundado com vistas somente de habilitar os moços que se dedicassem as Academias Jurídicas, pois que seu programa compreende apenas os estudos exigidos nessas Academias como preparatórios.”⁵¹ Desse modo, Adolfo frequentou uma escola que não tinha em sua organização curricular o objetivo de preparar seus alunos para outra carreira que não a jurídica.

Apesar disso, devemos levar em conta que à escola não cabe tão somente a transmissão de conteúdos. Sua função é a de identificar e valorizar a inteligência e a aptidão, dando acesso à ciência, à cultura e determinando os que serão bem sucedidos dentro e fora dela. Mesmo porque, é um espaço de separação entre aqueles que receberão o arsenal cultural e científico da sociedade e àqueles que devem desenvolver as ocupações sem prestígio. Por fim, mesmo que os conteúdos do Liceu priorizassem a preparação aos que se dedicariam ao direito, “a cultura erudita veiculada pela escola dispõem de um sistema de categorias de percepção, de linguagem, de pensamento e de apreciação”⁵² que colocam o conjunto de pessoas a ela ligados em contato direto com as profissões eleitas pela sociedade como aquelas a que devem dirigir-se seus membros, e a medicina era uma delas.

⁵⁰ BN – Hemeroteca Digital. O Cearense, ed. 143, de 20/04/1848.

⁵¹ Relatório com que o excellentissimo senhor doutor Fausto Augusto de Aguiar, presidente da provincia, abriu a 1.a sessão da Assembleia Legislativa Provincial no dia 1.o de julho de 1850. Ceará, Typ. Cearense, 1850.

⁵² BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2011, p. 219.

Além de tudo isso, os professores do Ceará foram várias vezes convidados a participarem das ações na área da saúde. Em 1838, quando a questão da salubridade da água servida no chafariz do palácio presidencial de Fortaleza foi apontada como uma das possíveis causas das doenças que assolavam a cidade, o presidente convocou alguns “professores” para procederem ao exame.⁵³ Em 1843, o presidente Bittencourt em seu pronunciamento anual, agradecia a ausência de epidemias na província, apesar das chamadas “febres intermitentes” continuarem fazendo suas vítimas. Além disso, reclamava dos moradores que fugiam da aplicação das vacinas, o que levava a que apenas alguns habitantes tivessem sido vacinados na capital e, como não havia procura, acabara que o pus usado nas vacinas apodrecera⁵⁴. Em vista disso, procurou-o junto à Corte e ao governo de Pernambuco e **“confio que os professores da Província se prestarão de bom grado ao bem da humanidade”**⁵⁵.

Por tudo o que foi apresentado, nos parece razoável argumentar que teria sido ao longo dos estudos secundários que se desenvolveu em Adolfo a intenção de tornar-se médico, ainda que se considere que, de acordo com o jornal “A Constituição” seu avô tenha sido alguém que “era um homem sem letras por que não passou da escola primaria, mas de muita intelligencia e bom senso, pois exerceu na sua terra a medicina com tino e felicidade, segundo a tradição geral e constante”⁵⁶, é difícil crer que esse tipo de referência somente tenha sido sua fonte vocacional.

Mais tarde ele escreverá que a ideia não foi bem aceita por parte da família, o que não é difícil de crer uma vez que dos três irmãos mais velhos, dois eram advogados e o terceiro fazendeiro. Mas a relutância de alguns membros da família não se mostrou obstáculo grave uma vez que concluído o ensino secundário em 1850, no ano seguinte viajou para a Corte onde se tornou o quarto cearense a ingressar na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

⁵³ BARBOSA, Francisco Carlos Jacinto. Op. Cit., p. 3.

⁵⁴ A produção e distribuição das vacinas era realizada a partir de um indivíduo doente do qual se extraía uma determinada quantidade de pus. Este era remetido aos diferentes lugares onde deveriam ser reaplicados em outros indivíduos para que novamente em suas feridas fosse produzido o pus a ser usada como vacinas em outras pessoas. Na mensagem do presidente vê-se que os corpos dos professores seriam os utilizados para a reprodução do elemento utilizado nas vacinas.

⁵⁵ Relatório que á Assembleia Legislativa Provincial do Ceará, apresentou na sessão ordinaria no dia 1.o de junho de 1843, o ex.mo presidente e commandante das armas da mesma provincia, o brigadeiro José Maria da Silva Bitancourt. Ceará, Typ. de José Pio Machado, 1843, p. 4, grifo nosso. Consultado na Center for Research Libraries, <http://www.crl.edu/brazil/provincial/cear%C3%A1>. Para que a vacina pudesse manter-se apta para o uso era necessário que o pus fosse inoculado em voluntários que, após a inflamação na região, produziriam mais pus que seria injetado na população. De acordo com o documento, os voluntários eram os professores.

⁵⁶ BN – Hemeroteca Digital. A Constituição, edição nº 11, de 16 de janeiro de 1872.

1.2 O contexto da formação médica de Adolfo Bezerra de Menezes.

Adolfo chegou ao Rio de Janeiro em 23 de janeiro de 1851 no *Paquet Paraense*.⁵⁷ Encontramos pouquíssimo material relativo a ele entre os anos de 1851 e 1856, intervalo em que cursou a Faculdade de Medicina. Além disso, o que há sobre o período são relatos onde se verifica a preocupação em descrevê-lo como possuidor de um caráter que já abrigava virtudes e comportamentos pregados pelo Espiritismo: simplicidade, firmeza de posições, prática de caridade, desapego aos bens materiais. Esses traços são frequentemente utilizados por seus biógrafos para ilustrar suas ações frente a supostas dificuldades financeiras e de adaptação ao novo ambiente, algo que devemos relativizar, e isso por duas razões. A primeira se deve ao fato de que as informações sobre esse período são todas decorrentes de afirmações do próprio Adolfo, escritas pelo menos trinta anos após a sua chegada, contidos em obras, romances e periódicos que estavam diretamente relacionadas à construção do espiritismo. Esse material nos empobrece a possibilidade de confronto, comparações e críticas em face de algum tipo de revelação que não se mostre plausível, ou tendenciosa. A segunda, é que as fontes secundárias decorrentes da apreciação de sua trajetória também são oriundas de autores envolvidos em construir a história do espiritismo no Brasil, construção essa que se apoia em edificar personagens detentores de traços ‘espirituais’ que os identificam como enviados da vontade divina⁵⁸. Jorge Damas Martins⁵⁹, por exemplo, assume como verdade histórica a narrativa romanceada de um jovem vindo do nordeste para estudar Medicina na Faculdade do Rio de Janeiro⁶⁰, escrita por Adolfo no final do século, como sendo um relato da vida de

⁵⁷ BN – Hemeroteca Digital. Correio Mercantil, edição nº 47 de 23 e 24 de fevereiro de 1851.

⁵⁸ Xavier, Chico. Brasil: Coração do Mundo, Pátria do Evangelho. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 33ª ed., 2008, p. 159. Na obra, editada pela primeira vez em 1938, Adolfo é apresentado como o enviado do espírito Ismael para o Brasil, onde “Descerás às lutas terrestres com o objetivo de concentrar as nossas energias no país do Cruzeiro, dirigindo-se para o alvo sagrado dos nossos esforços. Arregimentarás todos os elementos dispersos, com as dedicações do teu Espírito, a fim de que possamos criar o nosso núcleo de atividades espirituais, dentro dos elevados propósitos de reforma e regeneração. Não precisamos encarecer aos seus olhos a delicadeza dessa missão; mas, com a plena observância do código de Jesus e com a nossa assistência espiritual, pulverizarás todos os obstáculos, à força de perseverança e de humildade, consolidando os primórdios de nossa obra, que é a de Jesus, no seio da pátria de seu Evangelho.” Na página seguinte, a narrativa conclui: “Daí a algum tempo, no dia 29 de agosto de 1831, em Riacho do Sangue, no estado do Ceará, nasce Adolfo Bezerra de Menezes, o grande discípulo de Ismael, que vinha cumprir no Brasil uma elevada missão.”

⁵⁹ MARTINS, Jorge Damas. Os Bezerra de Menezes e o Espiritismo. Rio de Janeiro: Novo Ser, 2011.

⁶⁰ MENEZES, Adolfo Bezerra de. A Casa Assombrada. São Paulo: Editora Camille Flammarion, 2011, p. 120 e 121. A obra foi publicada nas páginas do jornal “O Reformador” a partir de 1888 e posteriormente reunido em livro pela FEB nos primeiros anos do século XX.

Bezerra nos seus primeiros anos acadêmicos. No entanto, ao fazê-lo, expõe algo que pode ser visto como uma contradição da narrativa de Adolfo, uma vez que as dificuldades financeiras que atravessaria a sua família não foram impeditivas para que se recusasse a residir em uma república e, ao invés disso, alugasse uma casa, servida por criado e que, pela descrição, comprometeria valores significativos do montante que recebia mensalmente da família para manter-se.

Tinha na frente um bem plantado jardim, de que se destacavam pujantes roseiras de espécies estimadas, dalias de cores variadíssimas, magnólias cujas flores embalsamavam o ar, craveiros das apreciadas espécies de São Paulo e de Minas, canteiros de amores perfeitos, de violetas, de margaridas, um lindo prado de gramas no meio do qual belo repuxo se prestava a jogos de d'água de formas agradabilíssimas. (...) Nos fundos, rico pomar de frutas estimadas (...) Os cômodos consistiam numa sala com duas janelas para a frente e uma para a sala e para um oitão, um quarto comunicado com aquela sala e com o corredor, tendo janela para fora, sala de jantar que recebia ar e luz por janelas laterais, um pequeno quarto para o criado, despensa e cozinha.⁶¹

Canuto Abreu, por outro lado, afirmará que “apesar de poucos recursos, não gostava de morar em república de estudantes. Vivia comumente só, em quarto modesto, e tinha pequeno número de amigos.”⁶² Afirmará também que Adolfo ministrava aulas particulares de Filosofia e Matemática para obter ganhos que complementassem seus rendimentos, e ilustrará sua ‘penúria’ com uma situação que ficará amplamente conhecida no movimento espírita.

Certo dia, em que tivera de pagar à Faculdade a taxa de exame para não perder o ano, ficara limpo e com o aluguel do quarto vencido. O senhorio, que conhecia por longa experiência a força e a lãbia dos estudantes, era atrevido. Bezerra não tinha livro vendável para levar ao "sebo", nem joia a pôr no "prego". Sensitivo, brioso e impulsivo, disfarçava a angústia numa esperança sem revolta, confiando a Deus o que lhe viesse em prova de sua virtude. Bateram à porta. O seu coração agita-se, como se fora criminoso procurado pela polícia. O espírito conturba-se pelo receio de não saber se ouviria resignado, sob o ardor da vergonha, a ameaça grosseira do cobrador. Mas abre a porta resoluto. Era um moço que o vinha procurar para lições de

⁶¹ Ibidem.

⁶² ABREU, Silvino Canuto. Subsídios para a História do espiritismo no Brasil até o ano de 1995. São Paulo: FEESP, 1987, p.10.

matemática, justamente a matéria que Bezerra detestava. O novo aluno, enquanto ele hesitava em o aceitar, tirou a carteira do bolso e disse:

— Como posso esbanjar a mesada e preciso das suas lições, vou pagá-las adiantadamente.

E ato contínuo meteu nas mãos de Bezerra certa quantia e partiu, prometendo vir à hora marcada para a lição. Bezerra, que não tinha livros sobre a matéria, saiu para ir estudar o ponto à Biblioteca Pública, passando pela casa do senhorio. O moço não veio à hora. Nunca mais lhe apareceu. Bezerra, que lhe não pedira sequer o nome, jamais o reviu na vida e dizia, como filósofo:

— Foi a única vez em que estudei a fundo uma lição de matemática e ela me valeu de alguma coisa.

Anos mais tarde, em 1894, quando Adolfo é convidado por um grupo liderado por Bittencourt Sampaio para assumir pela segunda vez a presidência da Federação Espírita Brasileira, em face das brigas entre grupos que ameaçavam destruir a entidade e, por conta dos obstáculos impostos por Adolfo quanto à necessidade de dedicar-se exclusivamente ao espiritismo, o médium Frederico Junior, incorporando o espírito de Santo Agostinho, lhe dirá: “Viverás de tua profissão, dando ao teu cliente o fruto do teu saber humano (...). Nós te ajudaremos de outro modo: trazendo-te, quando precisares, novos discípulos de Matemática.”⁶³

Narrativas como essas nos levam a suspeitar da intenção de revestir toda a sua existência, já desde os anos iniciais, passando pelo período de formação em medicina, como dotada de valores e comportamentos próprios daqueles que deveriam ser um autêntico espírita. Não queremos aqui afirmar que Adolfo não fosse dotado desses valores, mas, a impossibilidade de confronto com outras fontes deixa mitigado o esforço de entendê-lo historicamente, isto é, de compreender o seu conjunto de escolhas e atitudes frente às alternativas históricas que lhe foram sendo apresentadas pelo tempo, pelo menos no período de estudante de medicina. Ainda assim, através do seu comportamento acadêmico, do exame das relações entre alunos e professores e das propostas educacionais postas em prática na Faculdade é possível nos aproximarmos do que foi o jovem Adolfo em seu período de formação médica.

Quando iniciou o curso de Medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Adolfo adentrava a uma instituição que, sob nomes diferentes e com objetivos diversos daqueles com os quais começou a funcionar, já existia desde 1808. Sua breve, porém rica

⁶³ ABREU, Silvino Canuto. Subsídios para a História do espiritismo no Brasil até o ano de 1995. São Paulo: FEESP, 1987, p. 61.

história iniciou-se no mesmo ano da chegada da família real portuguesa, e sustentou-se durante todo esse período na necessidade de existirem profissionais capazes de cuidar da saúde de uma população cada vez mais sujeita as doenças que impregnavam cidades e vilas por todo o Brasil, mas também, na efetivação de uma visão de mundo amparada pelo poder da ciência, na estratégia de atuar em todos os campos que pudessem se relacionar com o corpo e sua docilização, e ainda por excluir qualquer tipo de profissional ou prática de cura não sustentada pelos estatutos científicos importados da Europa, sobretudo da França.⁶⁴

As ações voltadas para a implantação de uma instituição que pudesse disseminar as práticas de cura assim como eram concebidas na Europa iniciaram-se, no Rio de Janeiro, em 2 de abril de 1808 com o decreto de D. João VI que mandava estabelecer uma cadeira de Anatomia no Hospital Real Militar da Corte, antigo Colégio dos Jesuítas, nomeando como lente o cirurgião Joaquim da Rocha Mazarém. Antes disso, em 18 de fevereiro do mesmo ano, quando desembarcou no Brasil, D. João VI já havia criado a Escola Cirúrgica, em Salvador, na Bahia, considerada a primeira escola médica brasileira. Cabia a Mazarém lecionar os cursos de “Ligaduras, Partos e Operações de Cirurgia”, razão pela qual o curso ficaria conhecido como “Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro”⁶⁵. No mesmo ano foi incluída a cadeira de “Terapêutica Cirúrgica e Particular”, entregue a José Lemos de Magalhães e, em 12 de abril de 1809, oficializou-se uma terceira cadeira, “Medicina Clínica Teórica e Prática e Princípios de Matéria Médica e Farmacêutica”, confiada a José Maria Bomtempo.⁶⁶

Em 1813 aconteceu a primeira reorganização da escola anatômica, transformando-se em Academia Médico Cirúrgica do Rio de Janeiro, instalada em duas salas da Santa Casa da Misericórdia. Mais do que uma alteração no nome, a modificação expôs a crescente disputa pela consolidação de modelos de ensino e práticas médicas que deveriam ser adotadas nas duas escolas médicas do Brasil, pois a Academia da Bahia foi implantada em 1815.⁶⁷

⁶⁴ CORADINI, Odaci Luiz. A formação da elite médica, a Academia Nacional de Medicina e a França como centro de importação. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, n 35, jan-jun de 2005, p.3-22.

⁶⁵ GONDRA, José. Artes de Civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte imperial. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004, p. 67.

⁶⁶ Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930) Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz – (<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>).

⁶⁷ GONDRA, José. Artes de Civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte imperial. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004, p. 68. As propostas foram apresentadas pelo Dr. Manuel Luiz Carvalho de Andrade, aceita, e pelo Dr. Navarro de Andrade, derrotada, mas que previa critérios mais rigorosos para ingresso no curso, assim como uma grade curricular mais extensa e abrangente. No entanto, ainda segundo GONDRA, “nesses dois projetos percebe-se a incidência de preocupações comuns, como a inclusão de anatomia, fisiologia, cirurgia, patologia, farmacologia, obstetrícia e terapêutica, sendo igualmente verificado, já em 1813, a presença do tema da higiene nos dois projetos. Desse modo, é possível perceber a existência de um projeto de medicina

Por outro lado, se internamente a consolidação de novos estatutos pudesse ser representativa de maior institucionalização dos cursos de medicina e hierarquização de seus formados, externamente o ensino de medicina e a prática médica continuavam sujeitas a toda uma estrutura de funcionamento estreitamente ligada ao que existira durante a colonização, e isso por duas razões. Primeiramente porque a prática de cura existente no Brasil estava sujeita as decisões e fiscalizações realizadas pelo Juiz Comissário Delegado do Physco-mór do Reino, cargo instituído por D. João VI através do Alvará de 22 de janeiro de 1810, e que gozava de poderes superiores, pois em seu artigo 37 determinava que:

Nenhum Governador, Capitão General, Ministro de Justiça, Capitão Mór, Commandante de Districto, poderá embargar ou suspender acto ou diligência alguma dos Juizes Commissarios Delegados do Physico Mór do Reino, antes todos lhes darão o auxilio de que precisarem e requererem por Officio; e quando entenderem que elles tem commetido algum excesso, darão conta, ou ao Physco Mór do Reino ou m'o farão saber pela Secretaria de Estado competente, sem com tudo lhes embaraçar o exercício de que estão encarregados e os seus mandados e diligencias...⁶⁸

Além disso, cabia à fisicatura determinar quem podia e o que podia fazer cada um dos profissionais envolvidos com as artes de curar. Desta forma, podia-se vislumbrar a existência dos médicos, a quem competia atuar clinicamente e prescrever remédios, dos boticários, cuja função era manipular e vender os medicamentos e dos cirurgiões a quem cabia cuidar de moléstias externas. No entanto, como herança daquilo que se constituiu como o conjunto de conhecimentos e práticas de cura na colônia, e que apresentamos como a segunda razão para as dificuldades enfrentadas por aqueles que terminavam os cursos de medicina no Brasil, havia também os sangradores, que podiam sangrar e aplicar sanguessugas e ventosas, as parteiras, que ajudavam as mulheres a parir, os curandeiros, que podiam cuidar das doenças leves e aplicar remédios feitos com plantas medicinais nativas, ou ainda os licenciados a tratar moléstias específicas como a embriaguez ou a morfêia (lepra), e que se constituíam nos profissionais a quem a maioria da população recorria. Mesmo porque, conforme denúncias recebidas pela Fisicatura-mór “parteiras prescreviam remédios e curandeiros, muitas vezes,

preocupado em recobrir as questões da ordem social e que deveria ser desenvolvido junto aos acadêmicos de medicina.”

⁶⁸ COELHO, Edmundo Campos. *As Profissões Imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 115.

atendiam pessoas a quem os médicos não tinham conseguido curar”⁶⁹. Assim, se do ponto de vista financeiro essas pessoas representavam uma competição importante para uma profissão que dependia do pagamento de consultas, por outro lado, também mantinham viva uma concepção de cura e doença ligada a práticas e conhecimentos que vinham das ancestralidades africanas e indígenas principalmente, parte da população em que estava a maioria dessas pessoas, dificultando por parcela significativa dos habitantes a aceitação dos procedimentos, conhecimentos e ações desenvolvidas por aqueles que recém saíam das academias médicas.

Alguns fatores vão contribuir para que as reformas no ensino de medicina e da prática médica voltassem a sofrer alterações nos anos seguintes. A primeira delas foram as constantes reclamações por parte da população sobre “as vexações, arbitrariedades, e extorsões por parte dos juízos da provedoria-mor da saúde, e fisicatura mór do império”⁷⁰, fazendo com que a Comissão de Saúde Pública da Câmara dos Deputados propusesse em 1826 a confecção de um projeto de lei que extinguisse esse juízo, fato que só ocorrerá em 1828. A partir de 1830 somente aqueles que já possuísem as cartas de autorização poderiam exercer as funções de boticário, parteira, sangrador ou qualquer facultativo, no Município do Rio de Janeiro, obrigando ainda seus titulares a registrar suas cartas na Câmara Municipal, instituições essas que passaram a ter responsabilidades acima das suas capacidades. A segunda foi a autonomia conquistada ainda em 1826 para que as academias concedessem as cartas de 'cirurgião' e de 'cirurgião formado' aos alunos que frequentassem os cursos por mais um ano, retirando essas prerrogativas da fisicatura. Para alguns autores⁷¹ a conquista dessa autonomia foi fortemente influenciada pelo sentimento antilusitano então em voga e da ligação da cirurgia-mór e da fisicatura-mór com a estrutura deixada pelos portugueses.

Em 1830 a Comissão de Saúde Pública enviou à recém-criada Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro algumas propostas e projetos discutidos na casa para reformulação das Academias de Medicina, a fim de que esta propusesse alterações e sugestões. O material foi devolvido pela Sociedade em julho de 1831 contendo um “Plano de organização das escolas médicas do Império do Brasil, redigido pela Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, por convite que a Augusta Camara dos Deputados lhe dirigio em 7 de

⁶⁹ PIMENTA, Tânia Salgado. Entre sangradores e doutores: práticas e formação médica na primeira metade do século XIX. Campinas/SP: Caderno CEDES, v. 23, n. 59, p. 91-102, abril 2003, p. 93.

⁷⁰ Anais da Camara dos Deputados, sessão de 17 de agosto de 1826, citado por PIMENTA, Tânia Salgado. Entre sangradores e doutores: práticas e formação médica na primeira metade do século XIX. Campinas/SP: Caderno CEDES, v.23, n. 59, p. 91-202, abril 2003, p. 93.

⁷¹ COELHO, Edmundo Campos. As Profissões Imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro 1822-1930. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 116. PIMENTA, Tânia Salgado. Entre sangradores e doutores: práticas e formação médica na primeira metade do século XIX. Campinas/SP: Caderno CEDES, v. 23, n. 59, p. 91-102, abril 2003, p. 96.

outubro de 1830”⁷². Comparando o projeto apresentado pela Sociedade com a “Lei que dá nova organização ás actuaes Academias Medico-cirurgicas das cidades do Rio de Janeiro, e Bahia”, promulgado em 3 de outubro de 1832, é possível verificar poucas mudanças efetuadas pela Câmara, de um lado, impedindo que o regulamento criasse uma reserva de mercado aos brasileiros, de outro, mantendo no texto da lei artigos de notória ambiguidade, uma vez que, de acordo com o artigo 33 da lei aprovada, “qualquer pessoa, nacional ou estrangeira, poderá [...] estabelecer cursos particulares sobre os diversos ramos das ciências medicas, e lecionar à sua vontade sem opposição alguma de parte das Faculdades”⁷³. Com isto, tinha-se uma legislação que restringia a prática médica aos detentores de diploma, mas permitia a existência de cursos livremente estabelecidos, sem determinar se estes poderiam ou não diplomar. Ainda assim, através da lei de 1832, as Academias (do Rio de Janeiro e da Bahia) passavam a ser designadas Faculdades de Medicina e em seus estatutos consagrava-se a estruturação dos cursos em três seções: ciências acessórias, medicina e cirurgia. O ano letivo começava em 1 de março e as aulas iam até 31 de outubro, ficando reservado os meses de novembro e dezembro para os exames, que eram anuais. Para o ingresso nas faculdades o candidato deveria comprovar idade mínima de 16 anos completos, conhecimento de línguas (latim e inglês ou francês), de filosofia racional e moral, de aritmética e de geometria, além de apresentar atestado de bons costumes emitido pelo juiz de paz da freguesia e pagar a taxa de matrícula no valor de 20\$000 réis, quantia elevada para época⁷⁴. Ficou também estabelecido um total de catorze cadeiras, cada uma com um regente, e dois substitutos para cada seção, a serem estudadas num período de seis anos e assim distribuídas:⁷⁵

⁷² BN – Hemeroteca Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, nº 10, TOMO XIX, março de 1868, p. 458-464.

⁷³ *Ibidem*.

⁷⁴ SANTOS FILHO (1991, p. 91). À título de comparação o “Correio Mercantil”, ed. nº 527, de 2 de novembro de 1832, anunciava o bom resultado da educação oferecida na Escola de Ensino Mútuo da Villa de Magé, onde “recebem-se pensionistas a 12\$ rs. por mez, e são tratados com todo asseio e delicadeza. Tambem se aceitação surdos mudos a 16\$ rs. por mez, e lhes ensina a ler, escrever, contar, e qualquer outro estudo, excepto musica e dança”. Também na ed. nº 558, de 10 de dezembro de 1832, p. 3, aparecia o seguinte anuncio: “O Sr. que na rua Direita n. 26, offereceo 500\$000 pela escrava, lavadeira e engomadeira de perfeição, e falla bem Francez, e pede ir buscar então qualquer Sr. que lhe faça conta; e na mesma tem hum preto bom padeiro e forneiro que se dá por 300\$000.”

⁷⁵ Artigo 17 da Lei de 3 de Outubro de 1832, “Dá nova organização ás actuaes Academias Medico-cirurgicas das cidades do Rio de Janeiro, e Bahia.” http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37274-3-outubro-1832-563716-publicacaooriginal-87775-pl.html. A cadeira de Clinica Externa e Anatomia Patológica deveria ser frequentada desde o segundo anno até o sexto inclusive; a de Clinica Interna e Anatomia Patológica no quinto e sexto ano.

Quadro 1: Disciplinas do curso de medicina na FMRJ de acordo com o regulamento de 1832.

ANO	CADEIRA	PROFESSOR
1º	Física Médica	Francisco de Paula Cândido
	Botânica Médica e Princípios Elementares de Zoologia	Francisco Freire Allemão de Cysneiros
2º	Química Médica e Princípios Elementares de Mineralogia.	Joaquim Vicente Torres Homem
	Anatomia Geral e Descritiva.	Joaquim José Marques
3º	Anatomia Geral e Descritiva.	Joaquim José Marques
	Fisiologia	Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto
4º	Patologia Externa	Luis Francisco Ferreira
	Patologia Interna	Joaquim José da Silva
	Farmácia, Matéria Médica, especialmente brasileira, Terapêutica e Arte de Formular.	João José de carvalho
5º	Anatomia Topográfica, Medicina Operatória e Aparelhos	Manoel Feliciano Pereira de Carvalho
	Partos, Moléstias de Mulheres Pejadas e Paridas e de Meninos Recém-Nascidos	Francisco Júlio Xavier
6º	Higiene e História da Medicina	José Maria Cambuci do Vale
	Medicina Legal	José Martins da Cruz Jobim

Fonte: Artigo 17 da Lei de 3 de Outubro de 1832, “Dá nova organização ás actuaes Academias Medico-cirurgicas das cidades do Rio de Janeiro, e Bahia.” http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37274-3-outubro-1832-563716-publicacaooriginal-87775-pl.html

A deficiência na estrutura do curso⁷⁶, foi considerada, tanto no que diz respeito à parte material quanto ao que se relacionava com os conhecimentos e práticas ali disseminadas eram

⁷⁶ Azevedo Americano, primeiro professor da Faculdade a realizar uma “viagem científica” pela Europa custeada pela instituição, em documento escrito em 1845 criticava a situação do curso de medicina e reivindicava a cobrança de novos conhecimentos em línguas, geografia, álgebra, trigonometria e geometria espacial para os

conhecidas, o que levou a uma nova reestruturação, levada a efeito através da Reforma Bom Retiro, também conhecida como Reforma Couto Ferraz, efetivada pelo decreto nº 1.387, de 28/04/1854. A nova estrutura concluiu o que ficou em aberto na reforma de 1832 tratando da regulamentação dos cursos, apresentou novos estatutos, reformulou a estrutura administrativa e ampliou o quadro docente com a criação da classe de opositores. Os cursos de medicina continuavam a ter seis anos de duração, mas a quantidade de cadeiras passava de quatorze para dezoito, com a inclusão de anatomia geral e patológica, patologia geral, química orgânica e farmácia. Além disso, as faculdades passavam a ser dirigidas por um diretor e uma junta de todos os lentes, chamada de Congregação dos Lentes. Ainda de acordo com a reforma, ficava criada a classe de opositores e suprimida a dos lentes substitutos, e, a cada três anos, escolhia-se um lente ou opositor de cada Faculdade, para realizar pesquisas e investigações científicas no Brasil ou no exterior comissionado pelo governo. Por último, a reforma também preocupou-se com a questão disciplinar, sinal que era um problema importante, determinando a aplicação de penas disciplinares, acabando com a liberdade de ensino e autorizando a que apenas os opositores mantivessem cursos particulares no interior da escola. A estrutura material do curso continuou a quem do necessário pois havia um pequeno gabinete para as demonstrações práticas, uma sala para dissecações e um ou dois microscópios.⁷⁷

Paralelamente à organização das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e de Salvador, grupos de médicos começaram a reunir-se para discutir a situação do ensino e da prática médica no Brasil. Esses grupos encontraram sua maior representação na Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, entidade que se organizou a partir de 1829. Inicialmente a Sociedade estava dividida em quatro seções: vacinação, consultas gratuitas, doenças repugnantes e higiene geral da cidade do Rio de Janeiro, sendo que em dois dias da semana fazia-se a consulta gratuita aos indigentes com os medicamentos doados por um farmacêutico membro da sociedade⁷⁸. Isso nos leva a crer que a Sociedade não tinha tão somente um caráter deliberativo ou consultivo, mas ratificava a responsabilidade da prática médica com o atendimento aos menos necessitados e o papel da medicina com as mudanças nos quadros de

alunos ingressantes, a aquisição de instrumentos científicos e a criação de laboratórios, a criação de uma escola prática para o aprendizado de anatomia descritiva, a criação de uma maternidade escola, a administração comum dos diferentes hospitais existentes na Corte com a participação da Faculdade, cf EDLER, Flávio Coelho. Ensino e profissão médica na Corte de D. Pedro II. São Paulo: UFABC, 2014, p. 36 a 39. Ver também GONDRA, José. Artes de Civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte imperial. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004, principalmente as páginas de 50 à 74.

⁷⁷ Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930) Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz – (<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>).

⁷⁸ *Ibidem*.

miséria e doenças presentes na sociedade, isso dentro de uma concepção filantrópica⁷⁹ consagrada à Medicina. No entanto, apesar dessa atuação prática cobrada de seus membros, o real interesse da Sociedade era a possibilidade de influir na formação dos médicos e atuar junto às instâncias de poder em questões vinculadas à higiene e saúde pública. Em seus estatutos, assim como no histórico dos membros fundadores, vê-se a clara influência da medicina francesa, sendo seus regimentos inteiramente inspirados pela Académie de Médecine de Paris, o que conferirá a essa agremiação e às instâncias a que se ligará a preocupação cada vez maior com a higienização da sociedade, o que fica bastante claro ao se verificar entre seus membros e diretores médicos formados pela Faculdade de Medicina de Paris como Joaquim Cândido Soares de Meirelles, José Martins da Cruz Jobim, Francisco Freire Alemão de Cysneiros, e Francisco de Paula Cândido, além de José Francisco Xavier Sigaud, formado em Estrasburgo, sendo que os dois primeiros estiveram presentes nos debates médicos ocorridos em Paris em 1820 e que culminaram com a criação da Academia de Medicina de Paris.

Em 8 de maio de 1835, através de decreto imperial, a Sociedade foi transformada em Academia Imperial de Medicina, tendo como objetivos, de acordo com o artigo 15 de seu estatuto:

Responder às perguntas do Governo sobretudo quanto pode interessar à saúde pública, e principalmente sobre epidemias e moléstias particulares de certos países, as epizootias, os diferentes casos de Medicina Legal, os quaes (menos os corpos de delicto por occasião de ferimento) no Rio de Janeiro não poderão ser resolvidos senão por ella, ou pelos professores da Faculdade de Medicina; a propagação da vaccina, os remédios novos ou secretos, os quaes não poderão ser expostos ao público sem o seu exame e approvação, ou da referida Faculdade; sobre as aguas mineraes assim naturaes como ficticias: occupando-se além disto de todos os objectos de estudo, e de indagação, que podem concorrer para o progresso dos differentes ramos da arte de curar.⁸⁰

⁷⁹ O atendimento médico ofertado pela Sociedade aos mais pobres, acompanhado das ações e conselhos relacionados à higiene e práticas que pudessem levar à doença, assim como o convencimento para aceitação da vacinação, faziam parte de uma prática que visava não só atender aos mais pobres, mas soerguê-lo da situação em que se encontrava, além de discipliná-lo. OLIVEIRA, Anderson José Machado de. *Devoção e Caridade: Irmandades Religiosas no Rio de Janeiro Imperial (1840-1889)*. Niterói/RJ: Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 1995, p. 249.

⁸⁰ Estatuto da Academia Imperial de Medicina de 8 de maio de 1835. Consultado em http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-20/Legimp-20_27.pdf#page=3

Com esta alteração a Academia passa de uma agremiação de médicos que se reuniam para tratar de assuntos relacionados à medicina, para entidade responsável por assessorar o governo nos assuntos relativos à saúde pública, higiene, epidemias, vacinação, o que lhe conferirá poderes que iam além daqueles relativos ao exercício da prática médica. No entanto, as divergências existentes na Academia em diversos assuntos a impediu de obter o grau de intervenção que alguns de seus membros, tais como o Dr. Roberto Haddock Lobo e o Dr. José Martins da Cruz Jobim, tanto ansiavam, restando infrutíferas suas sugestões de intervenção, condenação, aprisionamento dos chamados charlatães, categoria em que se enquadravam curandeiros, sangradores e homeopatas, entre outros.

A chegada de Adolfo à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro coincide com a significativa perda de representatividade da Academia junto às instâncias de poder em face da criação da Junta Central de Higiene Publica em 1850, por conta do surto de febre amarela que se disseminava no Império desde o ano anterior, atingindo, sobretudo a Corte e cidades litorâneas, surto esse inclusive que será o causador da morte de seu pai em Fortaleza em outubro de 1851, provando que as epidemias permaneciam por um longo período após seu início. Com isso, a entidade que reunia os médicos passou a concentrar sua atuação na denúncia e combate aos saberes que contrariavam a prática médica, incluindo barbeiros, sangradores e mais recentemente a homeopatia. É difícil não imaginar que essas visões e posturas não fossem levadas para as Faculdades de Medicina, sobretudo a do Rio de Janeiro, uma vez que os professores que nela lecionavam eram quase todos membros da dita Academia. Um fato curioso é que, apesar de a Academia perder representatividade junto ao governo, o mesmo não ocorreu com seus membros, uma vez que figuras como as do Dr. Francisco de Paula Cândido, Dr. Joaquim Cândido Soares de Meirelles, Dr. Antônio Feliz Martins e Dr. José Pereira Rego compuseram a diretoria da referida Junta, sendo Meirelles o seu primeiro presidente e Pereira Rego assumido o cargo em anos posteriores. Apesar disso, vários foram os desentendimentos ocorridos entre a Junta, a Academia e a Câmara de Vereadores, com relação às ações de combate à doenças e outros assuntos referentes à Saúde na Corte. Sobre isso, se havia um visível conflito de poder entre as várias esferas, este era agravado pela fragilidade com se concebia as razões das epidemias, a sua transmissão, combate e profilaxia, culminando com a produção de vários discursos conflitantes e o conseqüente desgaste político e social decorrentes dessa disputa. O surgimento da febre amarela no Rio de Janeiro é um desses episódios e os efeitos da devastação que provocava aparecia estampada nos diversos periódicos da cidade, inclusive nos *Annaes de Medicina Brasiliense*, que em sua edição nº 4 de 1850, informava:

A epidemia reinante vai se estendendo lentamente por toda a cidade. As únicas freguesias que por ora se podem considerar menos acometidas são as do Engenho Velho e Lagoa; se bem que n'esta última já alguns casos um pouco mais numerosos vão apparecendo. Assim nos exprimindo não queremos dizer com isto que a febre que grassa por este modo, seja no geral a verdadeira febre amarella, observada em grande cópia no lazareto, e em determinados lugares da cidade; mas sim uma ligeira febre – ephemera – cujos symptomas se dissipam em poucos dias.

A epidemia reinante na Bahia. - Em uma carta que recebemos do Sr. Dr. José Joaquim Rodrigues, diz-nos este distinto médico, que a epidemia reinante atacou ali a quase toda a população da cidade, orçando-se o numero das pessoas atacadas em 80.000. Faleceram cerca de 2.000, dos quaes 600 eram estrangeiros.⁸¹

Artigos como esse nos trazem informações importantes a respeito da doença, da forma como era encarada e dos estragos que provocava. Com relação às causas, havia um enorme mistério, o que teria provocado intensas discussões na Academia, resultando em algum tipo de modernização no sentido de se buscar soluções para o controle e combate às epidemias. Sob esse aspecto é impressionante como a responsabilização pela disseminação no mal recaia sobre o modo de vida da população, sobretudo dos mais pobres, versão essa que coincidia com aquela disseminada pela Igreja, que responsabilizava o modo promiscuo com que viviam os habitantes do reino, mergulhados em espetáculos, festas e bailes públicos⁸². Interessante interseção de interesses, que a um só tempo levou a busca de novas tecnologias médicas como também de controle social, e por conseguinte, religioso. A Igreja promovia missas e procissões pela cidade e quando as epidemias diminuía, ou desapareciam, capitalizava ganhos de reconhecimento junto à população. Quanto aos médicos, responsáveis por produzir, ou reproduzir, o conhecimento científico capaz de explicar a febre amarela, estes se dividiam entre contagionistas ou infeccionistas.

Os contagionistas acreditavam que a febre podia ser transmitida de pessoas a pessoa, ou diretamente, através do contato físico, ou indiretamente, através do toque em objetos contaminados pelos doentes ou da respiração do ar que os circundava. Em outras palavras, os contagionistas achavam que o aparecimento de determinada

⁸¹ BN – Hemeroteca Digital. Annaes de Medicina Brasiliense, que em sua edição nº 4 de 1850

⁸² COSTA, Elaine Gonçalves da. A Febre Amarela vista através da Junta Central de Higiene Pública (1851). In: 13º Seminário Nacional da Ciência e da Tecnologia, 2012, São Paulo. Anais do 13º Seminário de História da Ciência e da Tecnologia, 2012.

moléstia sempre se explicava pela existência de um veneno específico que, uma vez produzido, podia se reproduzir no indivíduo doente e assim se espalhar na comunidade, e isso independentemente da continuação das causas originais reinantes quando da produção do veneno.⁸³

Por outro lado, os infeccionistas acreditavam que os responsáveis pela disseminação da doença eram os miasmas mórbidos, ou seja:

A infecção se devia à ação que substâncias animais e vegetais em putrefação exerciam no ar ambiente. A infecção não atuava senão na esfera do foco do qual se emanavam os tais “miasmas morbíficos”. Era possível que uma doença infecciosa se propagasse de um indivíduo doente a outro são; contudo, tal processo não ocorria propriamente por contágio: o indivíduo doente agia sobre o são ao alterar o ar ambiente que os circundava.⁸⁴

É claro que se haviam formas diferentes para se entender a doença, também existiram formas diversas, coerentes com a interpretação do mal, para combatê-las. Desta forma, vamos encontrar contagionistas recomendando a quarentena dos navios que chegavam ao porto e a transferência dos doentes para lugares afastados, enquanto para os infeccionistas, estas ações não produziram efeitos havendo a necessidade de medidas mais abrangentes. Por fim, restava ainda a receita católica, para quem era necessário rezar e aplacar a cólera de Deus, materializada no vômito negro, opção preferida por muitos.

Seja como for, a partir de 1851 a Junta Central de Higiene Pública passou a centralizar as ações de gestão sanitária, incorporando os serviços de Inspeção de Saúde do Porto do Rio de Janeiro e o Instituto Vacínico. Alguns autores creditam o surgimento da Junta a “uma maior preocupação com uma administração competente e da gestão técnica da coisa pública”⁸⁵. Outros enxergam a Junta dentro de um quadro de constituição de instituições capazes de utilizar a informação e a sua circulação como forma de controlar, vigiar e enquadrar o aparato social, condenando lugares e criminalizando práticas sociais⁸⁶. De nossa parte, não podemos deixar de vislumbrar a preocupação política de centralizar e controlar os

⁸³ CHALHOUB, Sidney. Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 64.

⁸⁴ *ibidem*.

⁸⁵ CHALLOUB, 1996, p. 8.

⁸⁶ Icléia Thiesen - A informação na pré-história da Ciência da informação: pré-conceito, natureza, episteme. Projeto de Pesquisa. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2009, p. 8.

órgãos responsáveis pela administração, neste caso, aproximando saúde e controle populacional via mecanismo de polícia médica.

Não há como não concluir que o debate público envolvendo a saúde, a higiene, a salubridade, mas também as leis, as punições, as ações administrativas, judiciárias e policiais não penetrassem os muros da Faculdade e cobrasse posicionamentos de alunos e professores., refletindo-se ainda nos conteúdos e programas utilizados no curso. Há ainda que se considerar que os alunos a partir do segundo ano passavam a atuar como praticantes internos na Santa Casa, o que só aproximava os estudantes da dura realidade enfrentada pela população no tocante aos cuidados médicos, e a partir do terceiro ano como praticantes externos, o que levará esses aprendizes ao contato direto com a cidade, tão doente quanto seus habitantes. Para Adolfo esse é um período bastante rico em face de sua aproximação com o Dr. Manoel Feliciano Pereira de Carvalho⁸⁷, conceituado cirurgião e professor da Faculdade que ao realizar operações permitia o acompanhamento pelos estudantes que se interessassem. Talvez tenha sido essa aproximação a razão pela qual Adolfo tenha escolhido a cirurgia como campo principal de atuação, mas, não há como não imaginá-la como fruto do papel que a cirurgia passou a desempenhar em face do conjunto de conhecimentos e possibilidades de cura que desenvolvia. No entanto, é necessário também levarmos em conta as transformações que ocorrem na Medicina do período, necessitada de novos estatutos capazes de explicar as doenças e promover tratamentos realmente eficazes, mas também, de excluir os saberes com quem competia. Para isso, Adolfo será testemunha de duas ações importantes que caminham nesse sentido.⁸⁸

O primeiro deles foi o processo de sujeição dos saberes locais, “saberes que estavam desqualificados como saberes não conceituais, como saberes insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, saberes hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos”⁸⁹, a um saber unificador, centralizado a partir da Europa e que foi consagrado com o nome de Medicina. Essa exclusão se fará em várias instâncias, mas duas delas nos interessam particularmente. Primeiramente, o hospital, aqui representado pela Santa Casa da Misericórdia, local onde se realizava a parte prática do ensino médico. Desde 1827 seu regimento interno impunha a necessidade dos estudantes mais adiantados sangrarem e vinte anos após essa atividade se tornou obrigatória, desqualificando a

⁸⁷ Esta aproximação ficou evidenciada em relações que foram além do curso de medicina. Feliciano foi padrinho de casamento de Adolfo com a primeira esposa e foi também quem lhe concedeu a primeira ocupação como médico após a sua formatura, tornando-o seu assistente na Santa Casa de Misericórdia e indicando-o para médico do Exército, como veremos mais adiante.

⁸⁸ Ver “Nos domínios da Medicina”, in GONDRA, José. Op. Cit., p. 118 à 130.

⁸⁹ FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p.8

ideia de que essa seria uma prática menor, mecânica, portanto, indigna do profissional médico. Apesar disso, durante um longo tempo, “a Santa Casa continuava a contratar fornecedores de sanguessugas, que incluíam no serviço as aplicações por sangradores”⁹⁰ o que evidenciava a permanência desses profissionais dentro do hospital, ainda que sob a supervisão de seus empregados. Em 1852, com a reforma da Santa Casa, realizada a partir de um projeto sugerido pela Academia Imperial de Medicina em 1838, os sangradores deixaram de atuar no interior do hospital e consolidaram-se no novo prédio os anseios requeridos pelos higienistas, pois com:

o formato do estabelecimento, a divisão das enfermarias, o tamanho e a localização das janelas, além das observações sobre o assoalho, telhas e forro, os médicos garantiriam condições mais propícias à recuperação dos doentes internados. Lançando mão de um recurso caro aos higienistas – a estatística-, os médicos procuraram demonstrar aos leigos a eficácia de suas medidas e atrair pessoas de grupos sociais mais remediados para se tratar no hospital.⁹¹

Mas, se expulsar os sangradores, e conseqüentemente todos os seus saberes, da Santa Casa, foi tarefa relativamente fácil em face da crescente condenação desses saberes por parte da elite médica, o mesmo não ocorreu com a homeopatia. Surgida na Europa a partir dos pressupostos do médico alemão Samuel Christian Friedrich Hahnemann, descritos na obra "Organon da arte de curar", a homeopatia adotava o princípio de que “semelhantes curam-se pelos semelhantes”, de forma que os medicamentos utilizados deveriam provocar no indivíduo saudável os mesmos sintomas que aqueles apresentados pelos indivíduos doentes, fazendo com que o corpo desenvolvesse formas de combater a doença. Esses ensinamentos foram desenvolvidos no Brasil pelo médico Benoit Jules Mure, formado pela Faculdade de Montpellier e que, em 1843, fundou, juntamente com Vicente José Lisboa, o Instituto Homeopático. A inauguração do Instituto contou com 72 sócios fundadores, entre eles membros da Academia Imperial de Medicina, como José Maria de Noronha Feital e José Pereira do Rego, que em anos posteriores tornou-se ferrenho adversário da homeopatia. A partir de 1846, a divulgação se deu através da inauguração de consultórios na Corte e pelo interior das províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, além da inauguração de uma farmácia homeopática, a Botica Homeopática Central, e da Casa de Saúde Homeopática na Chácara do

⁹⁰ PIMENTA, Tânia Salgado. Entre sangradores e doutores: práticas e formação médica na primeira metade do século XIX. Campinas/SP: Caderno CEDES, v. 23, n. 59, p. 91-102, abril 2003, p. 99

⁹¹ *ibidem* – p. 100

Marechal Castelo. A Academia Imperial de Medicina procurou combater de várias formas as ações tanto do Instituto Homeopático quanto da Academia Médico Homeopática, dissidência surgida em 1847 a partir da ruptura de Domingos de Azevedo Coutinho Duque-Estrada e outros para os quais eram admitidos alguns procedimentos da alopatia e que defendiam a necessidade de que a homeopatia só fosse praticada por médicos formados pelas escolas oficiais alopáticas. O ponto culminante dessa batalha se deu quando, em 1846, o governo, valendo-se do artigo 33 (da liberdade de ensino) da Lei de 3 de outubro de 1835, “deu reconhecimento oficial à escola Homeopática e confirmando também o direito que tinham os seus egressos de prestarem exame de suficiência perante as bancas das faculdades, abria-lhes, desde que aprovados, a via do exercício legal da medicina em todo o Império.”⁹² Para a Academia Imperial de Medicina esse era um sinal de afronta ao conjunto de conhecimentos da alopatia e dos profissionais a eles vinculados, por isso, mesmo restando infrutíferas, a Academia e seus membros procuraram de todas as formas que lhes eram possíveis desmerecer, desqualificar e condenar os conhecimentos da homeopatia, utilizando-se principalmente da imprensa e acusando a população que a eles recorria de ingênuos e desinformados. É claro que essa postura foi levada para o interior das Faculdades de Medicina, tanto do Rio de Janeiro quanto a de Salvador, e acabou incorporada ao conjunto de posturas assumidas por professores e alunos. Mesmo assim, a batalha contra esses conhecimentos e práticas, dos sangradores e dos homeopatas, não foi realizada sem resistências e disputas, uma vez que a população recorria frequentemente a esses profissionais, o que pode ser confirmado pela frequência com que os serviços de sangria continuaram sendo anunciados nos jornais⁹³, e pela atuação dos homeopatas atendendo gratuitamente aos mais pobres, além das simpatias despertadas “na alta sociedade da Corte, ciente da difusão do sistema hahnemanniano na Europa”.⁹⁴

A segunda ação diz respeito ao papel que a cirurgia passou a ter no conjunto de procedimentos capazes de curar, o que ocorreu a partir da constituição de um novo olhar sobre a doença, olhar esse que era bastante anterior ao uso do laboratório, mas que se apresentava como necessidade de penetrar o corpo doente, indo além da superfície. Para isso, o uso, primeiro, do óxido nitroso, e logo após, do éter, como anestésicos por dentistas norte-

⁹² COELHO, Edmundo Campos. *As Profissões Imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 126.

⁹³ PIMENTA, Tânia Salgado. Entre sangradores e doutores: práticas e formação médica na primeira metade do século XIX. *Campinas/SP: Caderno CEDES*, v. 23, n. 59, p. 91-102, abril 2003, p. 101 (A autora localizou anúncios de sangradores até o ano de 1855).

⁹⁴ COELHO, Edmundo Campos. *Op. Cit.*, p. 127.

americanos na década de 1840, técnica rapidamente disseminada pela Europa, propiciou aos cirurgiões tempo para realizar operações longas e delicadas, que antes disso seriam impossíveis. Permitiu também que o médico tivesse contato com o corpo vivo enquanto operava propiciando a observação e estudo de estruturas que antes só podia fazer em cadáveres o que modificava sobremaneira a percepção sobre diversas enfermidades. A discussão travada entre o Dr. Feital, Dr. Costa e Dr. Rego na sessão de 5 de setembro de 1850 da Academia Imperial de Medicina⁹⁵, em que se discute o tratamento para os câncros de útero era evidencia do novo estatuto adquirido pela cirurgia. Apresentando uma “Memória de Leroy d’Etiolles”, o Dr. Feital argumenta pela não realização de cirurgias de remoção de câncros do útero, pois, segundo a memória, a maioria das cirurgias de cancro na verdade não se tratavam de câncros verdadeiros, mas de tumores àqueles assemelhados. Rebatendo essa postura, o Dr. Costa sustentava que o Dr. D’Etiolles sempre tentou desmerecer a técnica desenvolvida por M. Ceviale, o inventor da lithotricia, segundo Costa, “esta operação que tanta glória tem grangeado à cirurgia”, defendendo ainda a premissa de que “o cancro é muitas vezes e na sua origem moléstia local, e só se torna moléstia geral pela demora que ha em fazer a ablação delle”. Para completar, o Dr. Rego se refere à dificuldade de diagnóstico do verdadeiro cancro, mas admite que nos casos “em que a moléstia é local, parece-lhe que se não pode prescindir da operação, em quanto que nos outros esta não só é quase sempre inútil, como pode ser perigosa, sobretudo quando o estado geral do doente estiver já muito deteriorado.” Na mesma edição, o Dr. Costa apresentou relatório sobre uma memória oferecida pelo Dr. José Alves Nogueira a cerca de uma rescisão e desarticulação de parte de um dos ramos da mandíbula inferior por conta de um grande osteosarcoma, que conferiu ao paciente pronto restabelecimento em vinte dias. Por isso, o Dr. Costa sugeriu que a Academia agradecesse ao Dr. Nogueira por ter contribuído para os “progressos da cirurgia brasileira”⁹⁶. Na edição nº 6, de março de 1852⁹⁷, o dr. Pennel relatava a construção de um anus artificial no paciente G.G. de 50 anos, usando a técnica de abrir a flexura sysmoide do colon pela região lombar, cirurgia esta realizada em 1849. Na edição nº 3, de 1853, o Dr. Noronha Feital tratava de alguns apontamentos sobre as feridas penetrantes do peito, argumentando que “não se deve lançar mão de meios exploradores para reconhecer-se se uma ferida é, ou deixa de ser penetrante”, chamando a atenção de que “sua situação e extensão, a importância dos órgãos lesados, acidentes sobrevividos, e estado do indivíduo, marcaram sua gravidade, e o que deveremos

⁹⁵ BN – Hemeroteca Digital. Annaes Brasilienses de Medicina, nº 1, outubro de 1851, p. 2 e 3.

⁹⁶ ibidem, p.4.

⁹⁷ BN – Hemeroteca Digital. Annaes Brasilienses de Medicina, nº 6, março de 1852, p. 8 a 10.

seguir”, concluindo por fim que “o emprego da sonda, injeções e outros indagues, induzem a erro e podem-se tornar fatais.”⁹⁸ Na edição nº 11, de agosto de 1854, vê-se a discussão travada entre os membros da Academia a respeito das considerações apresentadas pelo Dr. Bompani sobre o uso do clorofórmio como anestésico. Para o Dr. Rego não haveria dúvida de que “um grande numero de casos funestos depende da falsificação do clorofórmio, que anda nos mercados”⁹⁹, mas que em alguns pacientes sobrevieram reações adversas durante e após o procedimento cirúrgico, que acabou resultando no óbito dos operados.

Como se vê, a cirurgia era assunto repetidamente tratado nas reuniões da Academia, sustentando discussões, fornecendo argumentos e direcionando tratamentos. Adolfo parece ter abraçado a carreira cirúrgica desde os primeiros anos na Faculdade, pois em diversos momentos vamos observar sua presença em operações realizadas na Corte por médicos da Faculdade. É o caso, por exemplo, da cirurgia de amputação da perna esquerda no seu terço superior de doente na Santa Casa pelo método ordinário, realizada pelo Dr. Netto Machado, auxiliado pelos doutores T. da Rocha, Soares Ribeiro e os alunos do 6º ano de medicina Bezerra de Menezes, Josué, Baptista Pereira e Furtado¹⁰⁰. Em outros momentos encontramos referência ao seu trabalho em situações de epidemias ocorridas na Corte, como quando foi enviado para socorrer os habitantes da Ilha do Governador juntamente com outros estudantes e professores da Faculdade de Medicina no ano de 1856¹⁰¹. Diante de um curso que deixava a desejar em vários aspectos, sobretudo em termos de estrutura material, a participação em cirurgias ou trabalhos fora da faculdade eram momentos que propiciavam aprendizado além da sala de aula, fornecendo ao estudante o contato mais direto com pacientes e o compartilhamento de experiências entre professores, médicos e alunos.

De qualquer forma, Adolfo chegou ao final do curso em 1856 e nesta fase dois acontecimentos eram marcantes para os estudantes concluintes. O primeiro era a confecção da tese de formatura, obrigatória para quem desejasse obter o título de “Doutor em Medicina”, imprescindível para o exercício do magistério, mas dispensável para aqueles que somente quisessem atuar como médicos. Ainda assim, parece que havia quase que uma obrigação 'social' de sua execução, pois praticamente todos os alunos a confeccionavam. Adolfo escolheu como assunto de sua tese, “Diagnóstico do Cancro”¹⁰², tratando das formas de identificação do câncer e das possibilidades de tratamento, dando especial atenção à cirurgia.

⁹⁸ BN – Hemeroteca Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, nº 3, dezembro de 1853, p. 13.

⁹⁹ BN – Hemeroteca Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, nº 11, agosto de 1854, p. 237 e 238

¹⁰⁰ BN – Hemeroteca Digital. *Correio Mercantil*, Ed. 163, 13 de junho de 1856.

¹⁰¹ BN – Hemeroteca Digital. *Correio Mercantil*, Ed. 233, 21 de outubro de 1856.

¹⁰² Infelizmente, devido ao fechamento da Academia Nacional de Medicina e transferência de seus arquivos para um depósito não tivemos acesso à tese.

Em função da impossibilidade de analisarmos a tese por ele produzida, fomos obrigados a nos contentar com o possível confronto do tema por ele escolhido com as demais teses produzidas à época, vislumbrando não só entendê-la em seu contexto de produção como também situá-la no ambiente acadêmico da Faculdade em torno do ano de 1856.

Em primeiro lugar, é preciso situar a tese em seu ambiente de produção. Para tanto, lembremos que sua confecção não era produto da escolha individual do formando, pelo contrário, recebia orientação, situava-se no conjunto de conhecimentos escolhidos em determinada época e visava satisfazer determinada expectativa, funcionando como “atestado de competência do candidato à condição de sujeito da racionalidade médica”.¹⁰³

Nesse contexto, percebe-se que o conjunto de teses produzidas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro podem ser classificadas, inicialmente, em dois grupos. As que estavam voltadas para assuntos específicos da medicina, como os estudos de patologias, técnicas de intervenção, medicamentos, aproximando-se da cirurgia, da farmacologia e da obstetrícia; e aquelas que se preocupavam com práticas sociais, hábitos e costumes, tais como os enterramentos, o aleitamento, a higiene militar, até a puberdade, prostituição, pobreza, passando por temas morais como o casamento e a fidelidade conjugal. Sob esse aspecto, ainda que pese a autonomia apenas relativa para a escolha do tema permitida ao candidato, infere-se que tal escolha prendia-se de alguma forma a maneira como o candidato entendia a medicina e seu papel na sociedade, assim como os rumos que pretendia dar à sua prática médica. Desta forma, a escolha de Adolfo pelo tema do diagnóstico do cancro, estava em sintonia com a prática que vinha exercitando ao longo do curso, mas, também poderia sugerir a sua pouca preocupação com temas periféricos aos de uma medicina pura, como as questões sociais.

Se tomarmos por base que a tese também sofria mecanismos de controle presentes na seleção dos temas, sua abordagem em sintonia com discursos consagrados e a posterior avaliação por determinado grupo, verificamos que o tema escolhido por Adolfo fazia parte do conjunto de assuntos importantes na agenda médica da época, lembrando que:

Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.¹⁰⁴

¹⁰³ GONDRA, José. Op. cit., p.82.

¹⁰⁴ FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. São Paulo: Edições Loyola, 2012, p.8.

Por fim, restava a sustentação da tese, realizada diante de banca constituída de lentes indicados pelo diretor da faculdade e aceitos pela congregação. A cerimônia, tanto um espetáculo quanto um processo de avaliação, era frequentemente acompanhada pelo imperador, membros da família real ou pessoas a ela vinculadas.

Tratava-se, dessa forma, de uma continuação de relações de reciprocidade baseadas na personificação, que eram anteriores mesmo ao momento em que se estaria, formalmente, adquirindo o certificado de posse do saber médico – de certo modo, uma autorização para ingressar na ordem das pessoas distintas ou, então, confirmação de seus pertencimento à mesma.¹⁰⁵

O segundo acontecimento era a formatura. Revestida de todo um ritual que denunciava o caráter ostentatório da cerimônia, e contando com a presença de Dom Pedro II e de vários membros das elites intelectuais e políticas da Corte, a formatura expunha uma sociedade marcada por relações de preservação e reprodução do poder nas mãos de uma classe de privilegiados.

A cerimônia de colação de grau era ato tão importante que sua ritualística chegou a fazer parte dos próprios estatutos da faculdade, incluindo escolha dos padrinhos, salas ornamentadas, uso de vestes doutorais, um anel com pedra de esmeralda (de topázio, se farmacêutico), borla e capelo, além de descrever toda a rotina de entrada, acompanhamento e postura dos convidados, discursos e juramentos.¹⁰⁶

Desta forma, os formandos não eram somente os novos doutores do Império, eram os filhos da classe de privilegiados que mantinham relações de aproximação com o poder imperial. Era através deles que essas relações tinham chance de perpetuação. Para o Império, por sua vez, a cerimônia representava o olhar de aprovação do poder central sobre os elementos que ali se apresentavam: estudantes, famílias, intelectuais, políticos, mas, também, a seletividade regional dos que mantinham relações mais íntimas com o Império, o que podia ser percebido pelas origens provinciais dos formandos.

Na presença de SMI foi conferido ontém o grau de Doutor em Medicina a 29 alunos que concluíram o curso, sendo 1 baiano, 2 cearenses (Adolfo Bezerra de Menezes e Josué Torres de Albuquerque), 1 pernambucano, 3 riograndenses e 22 do Rio de

¹⁰⁵ GONDRA, José. Op. cit., p.127.

¹⁰⁶ GONDRA, José. Op. cit., p. 123.

Janeiro. Estavam presentes o Marquês de Abrantes e outras “pessoas de distinção”. O Senador Jobim falou aos doutorandos e pelos alunos falou Henrique Cezar Muzzio, orador da turma.¹⁰⁷

1.3 Atuação médica antes da prática política.

As instituições onde se formaram os cearenses que concluíram o curso de medicina, assim como os locais onde passaram a exercer o ofício ao longo do Império e início da República, foram os seguintes:

Dos 195 médicos cearenses que se formaram durante o período de 1838 a 1913: pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro formaram-se 143 médicos (43,33%), pela Faculdade de Medicina da Bahia 46 (23,68%), 1 pela de Paris, 1 em Montpellier, 1 em Harvard e 1 em Cambridge-Inglaterra. Destes, 68 (34,87%) fixaram residência em Fortaleza, 24 (12,83%) foram para o interior e 103 (53,87%) permaneceram no Rio de Janeiro e em outras cidades do Brasil.¹⁰⁸

Por outro lado, no período próximo à formatura de Adolfo, pouquíssimos eram os médicos que praticavam no Ceará, tanto é que, “em 1848 existiam no Ceará seis profissionais da medicina e dois boticários. Desses, três eram cirurgiões, formados pelo Proto-medicado, e dois deles eram portugueses”¹⁰⁹. Mais tarde, já em meados da década de 1850, os indicadores não são muito diferentes, o que pode ser visto pela pequena quantidade de cearenses formados em medicina, lembrando que na turma de Adolfo apenas dois formandos eram naturais do Ceará, e relembrando a dificuldade de um profissional da área médica sobreviver exclusivamente da sua prática em terras cearenses, o que invariavelmente levava esses personagens a procurarem outras atividades, como aconteceu com os dois primeiros médicos da pobreza, ao tornarem-se professores do Liceu do Ceará e ingressarem na carreira política.

Esta situação deve ter pesado na decisão de Adolfo em continuar no Rio de Janeiro. No entanto, se no Ceará as circunstâncias tornavam difíceis a sobrevivência de um

¹⁰⁷ BN – Hemeroteca Digital. Correio Mercantil, 9/12/1856.

¹⁰⁸ SALES, José Borges. Ensaio Histórico de Medicina no Ceará. In: Anais da Academia Cearense de Medicina. Fortaleza: Ano II, nº 2, s.d., p. 273-303. Citado por GADELHA, Georgina da Silva. A formação de um Corpo Médico Cearense durante a segunda metade do século XIX. Anais do XXV Simpósio Nacional de História ANPUH, Fortaleza, 209.

¹⁰⁹ LEAL, Vinicius Barros. História da Medicina no Ceará. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Desporto e Promoção Social, 1978, p. 89.

médico levando em conta a escassez desses profissionais, no Rio de Janeiro a situação era inversa, configurando-se na enormidade de esculápios que, como ele, decidiram permanecer na Corte. Há que se considerar, no entanto, que, se a capital do Império apresentava-se como espaço privilegiado para a prática médica, a diminuição no número de profissionais formados na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro a partir de 1855, representou uma possível saturação do mercado para esses profissionais dentro e fora da Corte.

De fato, “enquanto a média de formandos entre 1832 e 1854 girava em torno de 40 alunos por ano, no decênio de 1855-1865 reduziu-se para 12 alunos”.¹¹⁰ Algumas razões para essa redução estão ligadas à reforma dos Estatutos de 1854 que aumentou o número de matérias exigidas para ingressar no curso médico, além de impor maior rigor nos exames preparatórios.¹¹¹ Contudo, não se pode descartar que as notícias a respeito das possíveis dificuldades profissionais, sobretudo para um recém-formado, pudessem diminuir a procura pelo curso.

Por outro lado, se observarmos o conjunto de médicos que permaneciam na Corte, e não só aqueles que de alguma forma tivessem obtido destaque, podemos verificar que essa insuficiência de clientela capaz de garantir sobrevivência para um profissional da medicina, já vinha se configurando há algum tempo, não sendo um fenômeno particular da década de 1850. Talvez por isso, o Dr. Piotr Czerniewicz¹¹², em 1840, ano de sua chegada ao Brasil, tenha escrito:

Se começo a pensar na minha profissão, vejo como o povo está enganado, achando que os médicos estão felizes e bem-sucedidos; de fato há alguns que o vento da boa fortuna elevou acima da multidão, mas a maioria dificilmente consegue ganhar seu sustento, há portanto muitos que não conseguiriam sobreviver se não tivessem outros lucros.

Mesmo que nos valhamos dos dados informados por Edmundo Coelho¹¹³, com relação à década de 1840, onde aponta uma população de cerca de 137 mil habitantes e por

¹¹⁰ EDLER, Flávio Coelho. Ensino e profissão médica na corte de Pedro II. Santo André/SP: Universidade Federal do ABC, 2014, p. 48.

¹¹¹ Ibidem.

¹¹² Piotr Czerniewicz foi um médico polonês que chegou ao Rio de Janeiro em 1840 e, após aproximar-se de figuras conhecidas da área médica, principalmente o Dr. José da Cruz Jobim, conseguiu bons lucros com a edição e comercialização de uma obra intitulada “Dicionário de Medicina Popular e Formulário ou Guia Médico do Brasil”, que passou a ser utilizada por aqueles que não tinham acesso aos serviços médicos, o que era motivo de protestos por parte da classe médica. A informação foi obtida de COELHO, Edmundo Campos, op. cit., p.71.

¹¹³ COELHO, Edmundo Campos. Ob. Citada, p. 73.

volta de 90 médicos, o que daria uma relação de aproximadamente 15 médicos para cada 10.000 habitantes, verificamos que, após descontarmos a população rural (aproximadamente 71% do total de habitantes) e a população escrava (cerca de 1/3), o número de habitantes cairia para 26.486 habitantes. Sendo assim, não é o quantitativo de profissionais em relação à população que determina os ganhos financeiros do profissional, mas sim, o valor que é dado ao conjunto de conhecimentos que o profissional oferece, a possibilidade de pagamento por parte da população, além de certa fama adquirida tanto pela categoria de conhecimentos que o profissional representa como pelo próprio profissional, aspecto que no Brasil de 1857 ainda estava engatinhando.

Em cenários de grande competitividade é natural que certas ações sejam tomadas a fim de aumentar a possibilidade de sucesso em face de determinado objetivo. No caso dos médicos da Corte estas ações iam desde a censura ao tratamento empregado por outro colega, a promessa de realização dos mesmos serviços a um custo menor, até a divulgação pública do sucesso de algum procedimento que desenvolvesse ou substância que tivesse criado.¹¹⁴ De qualquer forma, o fato é que “havia uma tendência de empobrecimento da maioria dos médicos, gerada pela crescente competição em torno da reduzida clientela de boa casa, e aguçada pela livre atuação de outras categorias de curadores.”¹¹⁵

Se os anúncios dirigidos a uma potencial clientela eram uma das possíveis estratégias, outra iniciativa, um pouco mais refinada e direcionada para seus pares, envolvia notícias a respeito de procedimentos e tratamentos mais complexos. Neste caso, o local de divulgação, a linguagem, assim como certa necessidade de ‘testemunho’ com relação à veracidade da notícia, objetivava destacar a atuação de algum facultativo dando a este status de pioneirismo e saber destacado. É assim, por exemplo, que encontramos o Dr. A. da Costa, cirurgião da Santa Casa de Misericórdia, divulgando o sucesso dos atendimentos em seu consultório particular ao longo do ano de 1856, propagandeando o pioneirismo dos

¹¹⁴ As páginas de classificados dos jornais da Corte estavam repletas de produtos, substâncias e tratamentos para todos os tipos de moléstias. No Diário do Rio de Janeiro, ed. 20, de 22/01/1858, por exemplo, havia o anúncio das “Chapas Medicinais de Ricardo Kirk”. O nome vem antecipado por informação, em caixa alta e negrito, de que o produto era aprovado tanto pela Academia Imperial de Medicina quanto pela Junta Central de Higiene Pública. Indicada para o tratamento das mais diversas doenças, prometia a cura “radical e infalível” das inflamações internas e externas, fossem elas do fígado, bofe, baço, rins, útero, peito, garganta, etc. Já no Correio da Tarde, ed. n° 08, de 9/1/1857, a “Pharmácia Homeopathica de José Maria de Souza”, segundo o anúncio, boticário aprovado pela Escola de Medicina do Rio de Janeiro, anunciava a venda em suas dependências do “Novo Manual de Homeopathia Domestica”, informando que “cada artigo de moléstia trás o seu tratamento, explicando a maneira de dar o remédio, os intervalos das doses e a dieta que exige cada caso especial.” Ver BN – Hemeroteca Digital.

¹¹⁵ Ibidem, idem, p. 54.

procedimentos por ele utilizados e agradecendo a participação de Adolfo em um deles, quando ainda era estudante¹¹⁶:

Em 386 pacientes que operei este anno, só tenho que lamentar a perda de um que, em circunstancias as mais graves e críticas, poucas esperanças apresentava para um feliz êxito da operação, que todavia não recusei praticar.

(...) Tive a satisfação de ser o primeiro que no paíz empregou o esmagamento e o drainage de Chassaignac, e que executou o processo de Jobert de Lamballe (crystoplastia par glissement, na fístula vesicovaginal)¹¹⁷; os obstaculos que obtive provão que, se não fiz um benefício, pelo menos introduzi uma innovação cirurgica no meu paíz. O resultado da ligadura da íliaca externa é o segundo coroado de successo de que tenho notícia: o primeiro, reclamado por ferimento de femoral, deve-se ao meu colega, o Sr. Dr. A. J. Peixoto; o segundo, e primeiro para cura do aneurisma, pertence-me; todos os outros de que tenho conhecimento forão seguidos de insuccesso, notando-se um da pratica do illustre professor de clínica cirúrgica, o Sr. Dr. Manuel Feliciano Pereira de Carvalho, que vinte e um dias depois da operação succumbio victima de um accidente imprevisto.

Estas operações forão praticadas em presença dos principaes cirurgiões e medicos da capital, assim como ajudadas por muitos alumnos da escola de medicina; e aquelles e a estes confessarme-hei eternamente grato (...) é com prazer que agradeço aos **Srs. Estudantes Bezerra de Menezes, hoje doutor em medicina, Teixeira da Costa e Capper.**

Muito embora a proximidade com médicos conhecidos ou a menção do seu nome na imprensa lhe permitisse certo destaque em relação à quantidade cada vez maior de médicos que abriam consultórios na cidade, isso não foi suficiente para lhe garantir uma clientela inicial capaz de promover, segundo ele, nem ao menos o seu sustento. Ainda assim, logo nos primeiros meses de 1857 vamos encontrá-lo com dois consultórios em atividade. O primeiro,

¹¹⁶ Diário do Rio de Janeiro, 09/01/1857, edição nº 9, p.2, grifo nosso. Ao final do artigo é acrescentada uma observação em que o Dr. A. da Costa informa que o Dr. Manuel Joaquim Pereira de Magalhães diz ter praticado com sucesso a operação; tornando-se, então, o terceiro caso de cura. Ver BN – Hemeroteca Digital.

¹¹⁷ Tanto Édouard-Pierre-Marie Chassaignac quanto Antoine Joseph Jobert de Lamballe foram médicos franceses que se destacaram como cirurgiões e desenvolvedores de processos cirúrgicos inovadores para a época. O primeiro tornou-se professor de anatomia e cirurgia da Universidade de Paris em 1869, mas já era presidente da Sociedade Cirúrgica desde 1857. Foi quem desenvolveu o processo cirúrgico de remoção de tumores sem efusão sanguínea utilizando tubos para drenagem, ou drenagem de Chassaignac. O segundo era membro da Academia de Medicina de Paris desde 1840 e tornou-se membro da Academia de Ciências em 1856. Era conhecido pela excelência ao operar e desenvolveu o processo de autoplastia onde o tecido saudável era utilizado para reparar o tecido doente. O procedimento descrito pelo Dr. A. da Costa consistia na reparação por meio da autoplastia da fístula vesicovaginal, trajeto festiculoso anormal que se estende da bexiga até a vagina, ocasionando o derramamento de urina na cavidade vaginal, frequentemente provocado após trabalhos de parto prolongados ou estupro.

na Rua dos Pescadores, nº 47¹¹⁸ era destinado aos pacientes com maior poder aquisitivo. O segundo, provavelmente em São Cristóvão, onde Adolfo residia, era destinado aos pacientes mais pobres, e foi justamente este consultório o que lhe trouxe a fama de médico dos pobres, atraindo a simpatia e a procura pelos pacientes que podiam pagar. É preciso frisar, no entanto, que a prática de atender pacientes empobrecidos, incapazes de pagar consulta, não foi invenção nem era ato particular de Adolfo, pois em diversos anúncios de médicos encontramos a informação de atendimento ‘aos pobres’ em determinados dias e horários.¹¹⁹

De qualquer forma, pertencer a uma agremiação que pudesse projetar de alguma maneira o nome do profissional, ou levá-lo a ter contato com uma clientela de maior poder aquisitivo e que acreditasse na medicina como prática de cura, além de conseguir o vínculo com alguma outra atividade que proporcionasse ganhos regulares, mostravam-se alternativas que tornavam mais fácil a prática do médico, e foi essa a linha de ação seguida por Adolfo.

Logo em fevereiro de 1857, Adolfo foi nomeado cirurgião adjunto¹²⁰ da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro na enfermaria do Dr. Manoel Feliciano, seu professor de cirurgia na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro¹²¹. É provável que essa atividade não lhe rendesse muitos recursos, mas o fato de trabalhar ao lado de um dos médicos mais conhecidos da Corte e o contato com uma clientela abundante, além da propaganda, já seriam ganhos consideráveis.

Fosse por considerar relevante o papel da Academia Imperial de Medicina como órgão de disseminação e discussão dos conhecimentos médicos, ou procurando a aproximação com um grupo de profissionais profundamente infiltrados com as camadas mais ricas e influentes da Corte, o fato é que, em 27 de abril de 1857¹²², Adolfo envia correspondência solicitando o seu ingresso como membro efetivo da Academia. Para ingressar na agremiação era exigida do candidato a apresentação de uma memória que tratasse de uma doença ou assunto relacionado ao trabalho médico, em seguida, o trabalho era distribuído entre um de seus membros titulares, que assumia o papel de relator do pedido, o qual faria a apreciação do trabalho e opinaria sobre a aceitação da proposta. Adolfo apresentou a memória “Algumas

¹¹⁸ A Rua dos Pescadores é a atual rua Visconde de Inhaúma, no centro do Rio de Janeiro.

¹¹⁹ No Correio da Tarde, ed. nº 9, de 9/1/1857, aparecia o anúncio do Dr. J.B. Cordeiro, que, de volta de sua viagem de observações científicas à Ilha de Java, diversas partes da China, Santa Helena, Cuba, Estados Unidos, Canadá e Nova Escócia, oferecia seus serviços médicos à Rua do Hospício, 266. No anúncio também informava que “consultas e conselhos médicos” seriam dados gratuitamente aos pobres das 9 às 11 horas da manhã. Ver BN – Hemeroteca Digital.

¹²⁰ Ao que parece, a escolha dos cirurgiões adjuntos partia dos médicos detentores da clínica, no caso, Manoel Feliciano.

¹²¹ BN – Hemeroteca Digital. Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal, ed. 39 de 9/2/1857.

¹²² BN – Hemeroteca Digital. Annaes Brasilienses de Medicina. Edição nº 6 de agosto de 1857. A memória foi apresentada na sessão de 27 de abril de 1857.

considerações sobre o Cancro, encarado pelo lado do seu tratamento”, baseado em sua recém-apresentada tese de doutoramento na Faculdade de Medicina. O trabalho foi direcionado ao Dr. Pereira Rego, que na sessão de maio de 1857 apresentou relatório em que aprova o ingresso de Adolfo, parecer este que também foi aprovado por unanimidade, através de votação secreta, pelos demais membros, conforme previa o regulamento da instituição.

Tendo como ponto central as possíveis formas de tratamento para o cancro (câncer), Adolfo inicia o trabalho questionando justamente as possibilidades de cura para a doença.

Será o cancro uma moléstia curável, ou é um mal contra o qual vão se esbroar inutilmente todos os esforços dos medicos, todos os meios que a medicina offerece? Os homens da sciencia se dividem. Acreditam uns, e é a maioria, que o cancro tem uma marcha sempre invasora e uma terminação sempre fatal, a despeito das applicações medicas e dos instrumentos chirurgicos. Outros, pelo contrario, pensam que é uma affecção perfeitamente curavel, uma vez que seja tratada em tempo. Estes confirmam sua opinião com a estatística de seus trabalhos, em que com effeito se vê muitos exemplos de cancros radicalmente curados.¹²³

Para posicionar-se a respeito da questão Adolfo admite que o cancro é maligno, isto é, leva inevitavelmente ao óbito, no entanto, afirma que é necessário identificar quais as circunstâncias, qual o grau de desenvolvimento e, sobretudo, se o tumor é local ou se é geral, isto é, se já se espalhou pelo organismo, até porque, para ele “nenhuma razão sólida ha para suppor-se, que uma affecção circumscripta e limitada a um ponto do organismo possa reproduzir-se com os mesmos caracteres e a mesma natureza, depois de ter sido destruido o tecido ou o órgão que lhe servia de sede”¹²⁴. Logo após, avisa que antes de discutir o tratamento, fará “uma breve apreciação”, levando em consideração primeiro, as causas, e, em seguida, o modo de desenvolvimento, marcha e terminação, “tomando para typo a especie mais geral, o cancro scirroso.”¹²⁵

O que segue na memória é uma notável evidencia de como se fazia a apreciação de uma doença, seu aparecimento, seu desenvolvimento e as razões que levavam ao desenvolvimento de certo mal em determinados indivíduos. É desta forma que Adolfo a princípio rejeita informações estatísticas argumentando “do que adianta saber-se que o cancro

¹²³ BN – Hemeroteca Digital. Annaes Brasileienses de Medicina, Edição nº 7 de 1857, p. 182.

¹²⁴ ibidem

¹²⁵ ibidem

é mais frequente no homem dos vinte annos em diante, e na mulher depois da menopausa?”. Da mesma forma, pergunta: “de quanto serve saber-se, que é mais frequente na mulher do que no homem; mais ligado a um temperamento bilioso ou lymphatico, e uma constituição fraca, que ao temperamento sanguineo e constituição forte.” Afinal, para ele, todos esses dados não tinham importância, pois, a despeito deles, qualquer um esta sujeito à doença.

Em seguida, apresentava a visão de alguns autores, todos franceses, para o desenvolvimento do cancro. Citando Amussat¹²⁶, critica a importância exagerada que este atribui às “paixões moraes, tristes e deprimentes”, da qual conclui o corolário de que o cancro “tem sua sede no systema nervoso.” Quanto à questão da hereditariedade, Adolfo confronta as opiniões de Amussat e Velpeau¹²⁷, esclarecendo que:

A hereditariedade não é menos para Amussat, que para Mr. Velpeau, uma questão de importância transcendente no estudo da etiologia do cancro; somente para o primeiro essa questão esta esclarecida e muito satisfatoriamente resolvida, tanto, que para o segundo é um ponto, que ainda demanda sério e apurado estudo para ser bem esclarecido, e que por ora esta mui longe de ser uma conquista da sciencia.¹²⁸

Por fim, opina que o tratamento do cancro é possível, desde que o diagnóstico seja precoce, isto é, ainda não tenha havido enraizamento, e que seu tratamento, com a possível cura do mal, só é obtido com o uso da cirurgia. Essa perspectiva, tanto de avaliação da doença quanto de seu tratamento evidencia uma postura que considera a doença em si mesma, e isso em relação tanto ao cancro quanto a outros males, isto é, sem levar em conta todo um conjunto de fatores que poderiam ocasioná-la como as condições de higiene e salubridade, os

¹²⁶ Jean Zulema Amussat (21 de Novembro 1796-13 May 1856) foi um cirurgião francês. Tornou-se renomado devido às suas contribuições no campo da cirurgia genital e urinária. Ele é frequentemente lembrado pela criação do "método de Amussat" ou "torção das artérias", procedimento utilizado para travar hemorragias arteriais. Também iniciou a litotripsia, cirurgia "minimamente invasiva" para esmagar pedras dentro da bexiga através da uretra. Amussat tem vários epônimos relacionados a ele, entre eles, a “Dobra de Amussat”, dobras anormais da uretra membranosa ao nível do cálculo seminal. A operação de Amussat, colostomia extraperitoneal na região lombar para a obstrução do cólon. Válvulas de Amussat: válvulas espirais dentro do ducto cístico. O ducto cístico é a estrutura anatômica que se junta a vesícula biliar para o ducto biliar comum. Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/Jean_Zul%C3%A9ma_Amussat.

¹²⁷ Alfred Armand Louis Marie Velpeau: (Brèches, 18 de maio de 1795 - 24 de agosto de 1867) foi um anatomista e cirurgião francês. Velpeau foi um cirurgião experiente e renomado por seus conhecimentos de anatomia cirúrgica. Ele publicou mais de 340 títulos sobre acirurgia, embriologia, anatomia e obstetrícia. Em 1830 ele publicou um livro importante sobre obstetrícia, intitulado *Traité élémentaire de l'art des accouchements*. Em 1827, Velpeau forneceu a primeira descrição clínica exata de uma leucemia. Velpeau também foi autor da Lei de Velpeau, que diz que um fato raro ocorre duas ou mais vezes em um curto espaço de tempo, geralmente dias ou semanas. Velpeau percebeu esse fenômeno através de seus pacientes, pois casos semelhantes da mesma doença (rara) se repetiam em curto intervalo de tempo. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Alfred_Velpeau.

¹²⁸ BN – Hemeroteca Digital. Annaes Brasilienses de Medicina n° 7 de 1857, p. 183.

fatores genéticos, as condições de alimentação, ou ainda, os conhecimentos auxiliares ao estudo das doenças, com a estatística e outros levantamentos. Fica clara ainda a desconsideração que Adolfo dava ao uso de medicamentos, desqualificando a eficácia de um grande número deles no tratamento do câncer.

Esse tipo de avaliação e proposta de tratamento deixa claro que, para Adolfo, qualquer tipo de tratamento médico que não fosse capaz de extirpar completamente a doença era ineficiente. Talvez por isso a escolha pela cirurgia que, com o advento dos anestésicos, mostrava-se como campo de intervenção capaz de propiciar ao médico maior poder de intervenção sobre o corpo. Mas, também nos sugere a urgência com que a classe médica precisava responder à população em face de procedimentos realmente capazes de levar à cura.

Já fazendo parte da Academia Imperial de Medicina e atuando em consultórios particulares, assim como operando na Santa Casa, em fevereiro de 1858, Adolfo foi empossado como cirurgião-tenente do Exército¹²⁹, cargo este que lhe conferiria relativa estabilidade financeira e a possibilidade de continuar clinicando em seus consultórios com menor preocupação sobre os rendimentos que pudesse auferir. O processo que o levou a essa nomeação provavelmente iniciou-se ainda em 1857¹³⁰, quando o Corpo de Saúde do Exército lançou convite para os interessados em tornarem-se cirurgiões médicos da corporação. De acordo com o Decreto 800A, de 30/11/1851, o acesso ao Corpo de Saúde do Exército seria feito exclusivamente através de concurso. Neste, inicialmente o candidato apresentava documentação que o qualificava para o cargo e, logo após, em data definida pela entidade seria submetido a exame em hospital militar supervisionado por comissão formada por dois oficiais e o cirurgião-mor da corporação (artigo 2º).¹³¹ No exame, o candidato deveria avaliar um doente do hospital e redigir texto onde descrevia a história, diagnóstico, terapêutica e prognóstico do paciente. Não encontramos notícias que nos possibilitassem angariar maiores detalhes sobre o processo, como quantidade de candidatos ou temas arguidos, mas, é necessário frisar que o Dr. Manoel Feliciano havia sido promovido a Cirurgião-mor do Exército em dezembro de 1856, portanto, o processo de avaliação assim como sua nomeação, foi acompanhada diretamente pelo antigo professor e seu atual chefe na Santa Casa de Misericórdia.

Ainda em 1858, em março, Adolfo inscreveu-se para concorrer a uma vaga de Opositor, junto à sessão cirúrgica, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. O processo,

¹²⁹ BN – Hemeroteca Digital. Diário do Rio de Janeiro. Edição nº 62, de 6 de março de 1858. O jornal aponta que o decreto de nomeação foi assinado com data de 20 de fevereiro de 1858.

¹³⁰ BN – Hemeroteca Digital. Correio Mercantil, ed. 102, de 15/4/1857.

¹³¹ BN – Hemeroteca Digital. Correio Mercantil, ed. 113, de 13/5/1851.

publicado em edital do Ministério do Império, ao anunciar a inscrição de apenas dois candidatos, Adolpho Bezerra de Menezes Cavalcanti e Antonio Teixeira da Rocha, desafiou a congregação a pensar maduramente sobre as razões de tão ínfima procura por um lugar de professor na faculdade, quando em outros países isto seria tido como uma honra que levaria várias “notabilidades científicas” a participarem do processo.¹³²

De qualquer forma, o processo iniciou-se em 9 de maio e estendeu-se até ao dia 12, quando os candidatos foram submetidos a prova oral, escrita e prática¹³³. Apesar da pequena procura pelo cargo, o processo ganhou ares de espetáculo, contando com a presença do Imperador e de seu séquito, estampando as páginas de vários jornais da Corte e de tantos outros espalhados pelo Império que noticiavam os interesses e atuação do monarca. O processo foi concluído em 28 de maio com a classificação de ambos os candidatos e a indicação de Teixeira da Rocha como primeiro colocado. É possível que Adolfo contasse com a indicação e influência de Manoel Feliciano e com o conhecimento dos professores que atuaram na banca, afinal de contas, formara-se a pouco mais de um ano, no entanto, esse mesmo quesito deve ter tido peso no momento da escolha, haja vista que o perfil dos professores da Faculdade de Medicina era de profissionais com mais experiência e tempo de atuação na área, caso de Teixeira da Rocha. Nascido em 1824, portanto com 34 anos de idade no período do processo seletivo, formara-se em 1846 e era cirurgião da Santa Casa da Misericórdia, enquanto que Adolfo tinha apenas 27 anos e acabara de formar-se.

Apesar disso, em maio de 1858, Adolfo foi nomeado presidente do Instituto Médico Brasileiro¹³⁴, entidade criada por estudantes de medicina da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1853 com a denominação de Sociedade Physico-Chimica. A sociedade tinha como objetivos iniciais estudar e publicar artigos voltados para o papel que a Física e a Química tinham no conjunto de conhecimentos utilizados pela Medicina. Em 27 de maio de 1858, seus estatutos foram modificados e sua denominação passou a ser Instituto Médico Brasileiro. É possível que Adolfo tenha participado de sua criação, pois em 1853 ainda era aluno da Faculdade, mas o fato de ter sido indicado por unanimidade para ocupar o cargo de presidente da entidade sugere que já gozasse de algum prestígio junto aos alunos, o que não

¹³² BN – Hemeroteca Digital. Brasil. Ministério do Império. Edição nº1, de 1858, relativo aos atos praticados em 1857.

¹³³ O processo pode ser acompanhado através dos periódicos “Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal”, edições 61, 123, 126 e 138 de 1858, e “Diário do Rio de Janeiro”, edições 120, 123 e 126 de 1858. Ambos estão disponíveis em BN – Hemeroteca Digital.

¹³⁴ Para ver os anúncios das sessões e dos assuntos tratados ver Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal. Edições nº 137, 144, 185, 240, de 1858; 178, 206, 222, 226, 273, 287, 288, 294, 308 de 1859; 107, 115, 208, 268, 310 de 1860. Disponível em BN – Hemeroteca Digital.

pode ser visto fora de uma trajetória que, em pouco tempo já galgara diversos postos dentro do universo médico da Corte.

Desta forma, ao iniciar o ano de 1859, Adolfo estava casado¹³⁵, era membro da Academia Imperial de Medicina, onde, em março deste ano fora eleito redator dos *Annaes Brasilienses de Medicina*¹³⁶, era presidente do Instituto Médico Brasileiro, cirurgião tenente do Exército, além de atuar em pelo menos dois consultórios. Se o seu objetivo inicial era, além de clinicar, participar ativamente de órgãos e entidades que discutiam o papel da medicina na sociedade, as ações e ambientes em que se inseriu demonstram que seus planos foram bem sucedidos. Há que se considerar ainda que sua atuação se dá em universos em que a Medicina e as artes de curar estavam diretamente envolvidas, no entanto, sua participação não era puramente médica, isto é, não estava restrita ao consultório ou aos procedimentos cirúrgicos. Ao filiar-se a agremiações que de alguma forma pretendiam interferir na sociedade, Adolfo dotava seu comportamento profissional de todo um caráter político que o incluía em um grupo ainda mais estratificado da sociedade, àqueles que podiam interferir diretamente nas estruturas da carreira e da sociedade.

Não por outras razões, ao longo do ano de 1860, Adolfo, já pai do primeiro filho, Adolpho Bezerra de Menezes Filho, nascido no primeiro dia do ano, passou a receber indicações para concorrer ao posto de vereador na Chapa Liberal nas eleições que ocorreriam naquele ano. Essas indicações são interessantes, pois aparecem nas sessões “publicações a pedido”, que muitas vezes enchiam uma página inteira dos periódicos, anúncios que provavelmente eram pagos. Além disso, essas publicações não estavam concentradas em um único perfil, envolvendo tanto pessoas identificadas ou não, como entidades. Encontramos, por exemplo, a indicação do “*Real Gabinete de Leitura*”¹³⁷ para pessoas que deveriam ocupar o conselho deliberativo da entidade e que deveriam ser indicados para concorrer ao cargo de vereador, e isso por se tratarem de pessoas que, segundo o Gabinete, se destacavam pela sua “inteligência, patriotismo e honradez, (...) atributos pelos quais se tornam recomendáveis”, e entre os nove indicados, o Dr. Adolfo Bezerra de Menezes.

¹³⁵ A esposa, Maria Cândida de Lacerda Prego, nascida em Campos dos Goytacazes em meados de 1844, portanto com apenas quatorze anos no momento do casamento, era filha do falecido Dr. Francisco Gomes Alves Prego e Maria Cândida Lacerda Machado. O enlace foi autorizado pelo padrasto, Mariano José Machado Filho e a mãe. Compareceu como padrinho do noivo seu chefe no Corpo de Saúde do Exército e antigo professor, Dr. Manoel Feliciano Pereira de Carvalho. A cerimônia foi realizada na Igreja de São Cristóvão e celebrada pelo padre Escobar, o mesmo que batizará vários filhos de Adolfo. A certidão está arquivada na Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro sob o nº HN 70.710.

¹³⁶ BN – Hemeroteca Digital. *Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal*. Edição nº 82, de 23/03/1859; *Annaes Brasilienses de Medicina*, edição nº 13, de 1859.

¹³⁷ BN – Hemeroteca Digital. *Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal*. Edição nº 40, de 09/02/1860.

Na edição nº 246 do Correio Mercantil, alguém que assina a publicação com o pseudônimo “O Guarda Nacional”, recomenda Adolfo e outras oito pessoas, sustentando a apresentação com perguntas que recaiam sobre a postura que os nomes listados apresentavam, afinal, “quem são os livres, os honestos, os inteligentes? Quem valeu o guarda nacional desvalido? Quem socorre o pobre enfermo no seu leito de dor e miséria?”¹³⁸ Mesmo não sendo possível identificar quem escreveu o artigo, fica clara a presença de profissionais de saúde, pois, dos nove nomes, seis são médicos. Isso nos leva a crer que o trabalho filantrópico angariava junto à população simpatias que se manifestavam, entre outros momentos, por ocasião das eleições.

Em outro artigo, este mais robusto, assinado por “Do Archivo Municipal”¹³⁹, eram recomendados os nomes dos doutores Adolpho Bezerra de Menezes e Francisco de Menezes Dias da Cruz, ambos, médicos. A curiosidade desta indicação estava na crítica que fazia aos vereadores que ocupavam o cargo, capazes de ser “coniventes nos abusos, dar calçamento aos seus apaniguados, esbanjar os dinheiros da Câmara”, e a convicção de que os nomes sugeridos seriam capazes de “justificar a atuação dos atuais vereadores e elevar as nuvens o nome do Sr. Dr. Roberto Jorge Haddock Lobo”. Talvez para o indicador o partido político não tivesse grande importância, uma vez que enquanto os primeiros concorrerem pelo Partido Liberal, o segundo era chefe político do Partido Conservador.

De qualquer forma, a eleição, elogiada pelo clima de paz em que ocorrera, teve o resultado oficial divulgado em 12/10/1860, onde o nome de Adolfo aparecia como sexto colocado, com 4107 votos. O candidato melhor votado foi o Dr. José João da Cunha Teles, com 5798 votos e, o último, dos nove vereadores, foi o Dr. João de Oliveira Fausto. O eleitor “Do Archivo Municipal” deve ter ficado satisfeito, pois tanto Adolfo quanto o Dr. Dias da Cruz, assim como o Dr. Haddock Lobo, foram eleitos. Além disso, a partir do ano seguinte, os habitantes da Corte teriam como seus representantes na ‘honrosa e denodada’ Câmara Municipal, nada menos que seis médicos, responsáveis pela confecção das posturas, mas, sobretudo imbuídos do desejo de “curar” a “cidade doente”.

¹³⁸ BN – Hemeroteca Digital. Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal. Edição nº 246 (a data esta ilegível).

¹³⁹ BN – Hemeroteca Digital. Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal. Edição nº 258 (17/09/1860). Este artigo foi publicado após a ocorrência das eleições, realizada em 7/09, e antes da divulgação dos resultados.

Capítulo 2: A cura da cidade.

Logo após a divulgação do resultado final das eleições, o Dr. Haddock Lobo, um dos chefes do Partido Conservador, ingressou com representação junto ao Ministério do Império questionando a legalidade de um membro da primeira linha do Exército assumir o posto de vereador. Sua argumentação fundamentava-se no Decreto Legislativo de 25 de junho de 1831¹⁴⁰ e visava atingir tanto a eleição de Adolfo quanto a do Tenente Coronel Manoel de Frias Vasconcelos, ambos do Partido Liberal. Caso ocorresse o impedimento, poderia acarretar a assunção de dois conservadores, propiciando a estes a maioria na Câmara, o que sugere, também, o nível de disputas existentes para o acesso à casa legislativa.¹⁴¹

A resposta foi dada pelo Ministério do Império em despacho de 26 de dezembro de 1860¹⁴², confirmando a impossibilidade legal de detentores de patentes de primeira linha assumirem o cargo de vereador. Com isso, restava a Adolfo duas alternativas: solicitar a demissão do Exército ou desistir da carreira política. Para ele, um médico da Corte, sujeito às dificuldades financeiras que a profissão poderia levar, abandonar um posto que lhe garantia remuneração fixa e certa, era um risco considerável, ainda mais se levarmos em conta o recente casamento e o nascimento do primeiro filho, isso sem contar que o exercício do cargo de vereador não lhe garantia nenhum tipo de subsídio financeiro. Mesmo assim, Adolfo optou pela vereança e nos primeiros meses de 1861 ingressou com pedido de dispensa junto ao Exército.¹⁴³ Anos mais tarde, Adolfo creditaria à esposa a opção pelo cargo político¹⁴⁴, possivelmente em função do status social que representava, no entanto, não há como não deixar de creditar sua escolha aos compromissos de reconstrução higiênica da sociedade, perspectivas à que teve acesso e esteve diretamente ligado tanto na Faculdade quanto na Academia Imperial de Medicina.

Outra possibilidade que pode ter facilitado sua escolha era a inauguração da ‘Casa de Saúde Godinho e Bezerra’¹⁴⁵, localizada no Morro da Saúde, onde era apontado seu endereço

¹⁴⁰ Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil – 1860 – Tomo XXIII – Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1861, p. 498.

¹⁴¹ Esta foi a primeira vez que a ação foi deflagrada por conta da eleição de vereadores que ocupavam patentes militares. É possível que o recurso estivesse ligado a tentativa de promover a maior representação de interesses dentro do Estado, impedindo que funcionários públicos exercessem mandatos representativos. Cf. CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial, 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 43.

¹⁴² BN – Hemeroteca Digital. Correio Mercantil, edição nº 339, de 1 de dezembro de 1860.

¹⁴³ BN – Hemeroteca Digital. Correio Mercantil, edição B00089, de 2 de abril de 1861.

¹⁴⁴ BN – Hemeroteca Digital. Reformador, ed. 232, de 15/07/1892.

¹⁴⁵ Há anúncios da Casa de Saúde Godinho e Bezerra pelo menos de 1861 até 1865, e sua abertura esta inserida num processo que vai se intensificar ao longo da década de 1860, consistindo na inauguração de diversas clínicas

residencial, negócio que começava em 1861 e continuou em atividade durante vários anos, o que nos sugere que a atividade prosperara.

Na década de 1860, Adolfo foi eleito para duas legislaturas como vereador e uma como Deputado Geral. Com relação à vereança, essas legislaturas compreenderam os períodos entre 1861 e 1864 e o quadriênio de 1865 a 1868. Quanto ao Cargo de Deputado Geral, correspondeu ao biênio de 1867 e 1868, relativos à 13ª legislatura. Neste intervalo firmou-se como médico na Corte gozando de clientela, que lhe garantiu rendimentos, e capital político, que lhe deu status e poder de influência. Nesses primeiros anos de atividade política é possível observar acentuada modificação em seus discursos, projetos e formas de avaliar a sociedade que o cercava e de propor alternativas de intervenção em sintonia com o que a classe médica entendia como sociedade civilizada.

A Câmara Municipal do Rio de Janeiro estava estruturada para funcionar, de acordo com a lei de 1º de outubro de 1828, com nove vereadores. A composição da mesma nas legislaturas dos oito primeiros anos da década de 1860 ocorreu conforme os quadros abaixo, mas essa composição é apenas inicial, pois vários vereadores abandonaram o cargo durante as respectivas legislaturas sendo substituídos por suplentes, o que de alguma forma modificava a sua atuação em conjunto, em função da assunção de vereadores de partidos diferentes. Como se tratava do Município neutro, onde estava localizada a sede do Império, suas ações eram ainda mais restritas que nos demais municípios do Brasil em função da dependência de autorizações dos diversos ministérios imperiais para as mais diversas ações.¹⁴⁶

particulares, estabelecimentos que mantinham estrutura e atendimento muito semelhantes. No caso da Casa de Saúde Godinho e Bezerra, oferecia-se aos pacientes cômodos e condições higiênicas, grandes salões, quartos particulares e perfeitamente arejados, isolamento de qualquer vizinhança que trouxesse impurezas no ar. Apesar de todas essas ofertas, além de banho de mar, e transporte até o local, também era ofertado, de modo geral por todas as clínicas desse tipo, o atendimento à escravos e doentes livres. Ver Diário do Rio de Janeiro, edição nº 320, de 28 de novembro de 1862. BN – Hemeroteca Digital.

¹⁴⁶ Com a implantação do Ato Adicional de 1834, a Província e a Cidade do Rio de Janeiro foram administrativamente separadas, recebendo a primeira, autonomia administrativa, enquanto que a cidade passou a figurar como Município Neutro ainda sob a gestão do Ministério do Império. Ainda que houvesse eleições para a Câmara de Vereadores, e a administração da cidade estivesse a cargo desta, a criação de cargos, entidades, assim como os seus projetos e gastos teriam que receber aprovação do governo central. Cf. GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. O Império das Províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 23.

Quadro 2: Vereadores na Legislatura de 1861 à 1864.¹⁴⁷

Título/Atividade	Nome	Votos
Comendador (Militar)	José João da Cunha Teles	5798
Dr. (Médico)	Roberto Jorge Haddock Lobo	4809
Dr. (Médico)	José Mariano da Costa Velho (reeleito)	4754
Dr. (Médico)	José Marianno da Silva	4545
Comendador	Jerônimo José de Mesquita	4367
Dr. (Médico)	Adolpho Bezerra de Menezes	4107
Dr. (Médico)	Francisco de Menezes Dias da Cruz	3885
Comendador	José Lopes Pereira Bahia	3766
Dr. (Médico)	José Joaquim Monteiro dos Santos	3762

Fonte: Correio Mercantil/RJ, edição nº 282, (data ilegível, porém referente ao mês de outubro de 1860). Disponível em BN – Hemeroteca Digital.

Quadro 3: Vereadores na Legislatura de 1865 à 1868.¹⁴⁸

Título/Atividade	Nome	Votos
Dr. (Médico)	João Baptista dos Santos	5059
Dr. (Médico)	Adolpho Bezerra de Menezes	4888
Dr. (Médico)	Francisco de Menezes Dias da Cruz	4615
Dr. (Médico)	José Pereira Rego	4172
Tenente-Coronel	Manoel de Frias e Vasconcelos	4150
Tenente-Coronel	João Tavares Guerra	4069
Dr. (Médico)	Claudino José Viegas	3799
Dr. (Médico)	Antonio José Gonçalves Fontes	3777
Major	João Antonio Leite Junior	3490

Fonte: Correio Mercantil/RJ. Edição nº 259, de 18 de setembro de 1864. BN – Hemeroteca Digital.

Apesar da lei de 1º de outubro de 1828 reservar às Câmaras de Vereadores função meramente administrativa (Art. 24), o conjunto de atribuições a que estava responsável

¹⁴⁷ BN – Hemeroteca Digital. Correio Mercantil/RJ, edição nº 282, (data ilegível, porém referente ao mês de outubro de 1860). Os vereadores Comendador José Lopes Pereira Bahia e Dr. José Joaquim Monteiro dos Santos substituíram aos eleitos Tenente Coronel de Frias Vasconcelos, com 4091 votos, e Dr. João de Oliveira Fausto, com 3821 votos.

¹⁴⁸ BN – Hemeroteca Digital. Correio Mercantil/RJ. Edição nº 259, de 18 de setembro de 1864. O Major João Antonio Leite Junior substituiu ao eleito Dr. José Joaquim Monteiro dos Santos.

quando da elaboração da lei dava-lhe papel relevante na rotina das cidades. Em seu artigo 66, a lei conferia-lhe a responsabilidade para atuar sobre diversas áreas que iam desde o alinhamento, limpeza e iluminação de ruas, cais e praças, conservação e reparos de muralhas feitas para segurança dos edifícios e prisões públicas, calçadas, pontes, fontes, aquedutos, chafarizes, poços, tanques, até o estabelecimento de cemitérios fora do recinto dos templos, esgotamento de pântanos e qualquer estagnação de águas infectas; economia e asseio dos currais e matadouros públicos; a colocação de curtumes, o cuidado para não haver depósitos de imundícies e tudo que pudesse alterar e corromper a salubridade da atmosfera, passando pela construção, reparo e conservação das estradas e caminhos, além da proteção aos criadores e todas as pessoas que trouxessem seus gados para os venderem.¹⁴⁹

Para atuar sobre esse conjunto de atribuições, do ponto de vista administrativo, as Câmaras elaboravam posturas, ou seja, preceitos escritos de regulação da sociedade a que os munícipes estavam sujeitos. As posturas determinavam as regras de funcionamento dos municípios, mas só se tornavam definitivas quando aprovadas pelo Ministério do Império, podendo vigorar por até um ano enquanto não houvesse a aprovação, ou ser definitivamente cancelada caso fosse recusada pelo governo central. No entanto, na prática a Câmara enviava primeiramente para aprovação as posturas elaboradas antes de sua publicação, o que lhe evitava possíveis constrangimentos. Esta dependência das Câmaras na aprovação de seus projetos, assim como os avisos e intervenções dos ministérios junto às Câmaras, gerou diversos conflitos em que alguns culminaram com a suspensão de vereadores e a convocação de suplentes.¹⁵⁰

Além das posturas, as Câmaras Municipais se utilizavam de outros instrumentos de gestão. Os ofícios, ferramenta administrativa de comunicação entre órgãos públicos distintos ou de particular com órgão público eram normalmente os primeiros documentos lidos na abertura das sessões. Juntamente com os ofícios, o início dos trabalhos se dava com a leitura de portarias, um documento de ato administrativo, normalmente produzido em algum ministério e que continha ordens ou instruções sobre a aplicação de alguma lei ou regulamento, ou ainda, recomendações ou instruções sobre a execução de serviços. Os requerimentos, por sua vez, eram dispositivos de comunicação voltados para atender a reclamações, pedidos de concessão ou oferecimento de algum serviço à Câmara. Já as

¹⁴⁹ Lei de 1º de Outubro de 1828. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-1-10-1828.htm, consultado em 15/07/2015.

¹⁵⁰ SANTOS, Murilo Eugenio Bonze. Dinâmica política no Rio de Janeiro: a Câmara Municipal na corte imperial (1861-1872). 2008. 120 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, Rio de Janeiro, 2008, p. 36.

propostas eram a forma com que os vereadores apresentavam projetos e intervenções. Após a apresentação estas eram votadas e caso fossem aprovadas era feita a comunicação através de ofícios ou cartas.¹⁵¹

É preciso lembrar que as Câmaras possuíam poucos funcionários sendo estes em sua maioria voltados para a parte administrativa da entidade. Sendo assim, as ações empregadas a partir das Câmaras eram realizadas por particulares que apresentavam propostas e preços cada vez que a Câmara expunha a realização de um serviço. Mesmo assim era comum que particulares solicitassem a autorização da Câmara para realizar em todo ou em parte algum serviço, normalmente algo que o afetasse diretamente como a reforma de uma calçada, um cais ou algo semelhante. Além disso, como a verificação do cumprimento das posturas era realizada por fiscais da Câmara, o que podia sujeitar a população a multas e até prisões, havia um movimento constante de pedidos, reclamações e processos envolvendo a população e as Câmaras municipais.¹⁵²

Esta proximidade com os assuntos diretamente ligados à rotina da população talvez obrigasse os vereadores a manter postura mais ativa com relação aos assuntos tratados na Câmara, algo que se diferenciava, pelo menos até a década de 1860, com o comportamento dos Deputados eleitos para a Assembleia Provincial Fluminense, onde frequentemente era dada liberdade ao presidente da casa para conduzir os assuntos da forma que achasse melhor, com exceção dos períodos de votação do orçamento, onde os interesses dos municípios a que pertenciam os levavam a maior participação nos debates.¹⁵³

Além disso, o conjunto de intervenções sob a responsabilidade da Câmara gozava de significativa aproximação com os interesses higienistas constantemente propagandeados pelos médicos e isso era algo que ficava claro também na definição e atribuições das Comissões, divisões lideradas por um a três vereadores e que cuidavam de assuntos específicos da Câmara. Assim, por exemplo, à Comissão de Obras caberia a pavimentação e rega das ruas, aterramento de pântanos, soluções para os esgotos e o lixo, tudo isso dentro da perspectiva de salubridade e higiene e da disseminação de doenças através de miasmas. À Comissão do Matadouro, além da regulamentação do abate de gado, aferição da pesagem e consequente cobrança de impostos, cabia também a morte e erradicação dos restos de animais

¹⁵¹ Ibidem, p. 17.

¹⁵² Ibidem, p. 13.

¹⁵³ GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Op. cit., p. 80 e 233 A autora argumenta que em termos gerais as discussões eram encaminhadas por alguns dos principais líderes na Assembleia, como Luis Honório Vieira Souto. Os demais deputados, ou manifestavam-se eventualmente, interferindo de alguma forma nos debates, enquanto que outros, em maior número, pouco se manifestavam nas discussões. Essa postura modifica-se a partir da década de 1870, sobretudo após a instituição da Lei do Ventre-Livre, quando, eleger-se Deputado Provincial tornou-se mais caro, mais competitivo e a oposição ao governo imperial mostrou-se mais enfática.

doentes e moribundos que eram capturados na cidade. À Comissão de Saúde, além de nomear médicos, cabia agir em consonância com os fiscais no sentido de identificar possíveis focos de doenças. Esse conjunto se apresentava como ponto privilegiado de atuação aos indivíduos comprometidos com a transformação da sociedade através dos pressupostos da medicina social e que na Câmara Municipal estava ligada aos médicos vereadores.¹⁵⁴

É preciso ainda lembrar que, do ponto de vista do projeto higienista, não era mais somente o corpo doente que precisava de cura, agora se tratava da sociedade, a grande propagadora de doenças. Políticos como Adolfo, desta forma, passam a encarar a cidade como um corpo, que necessitava de tratamento. Para tanto, o remédio vinha da política e das estruturas administrativas capazes de identificar os males de que a sociedade padecia, prescrevendo-lhe tratamento, profilaxia e possibilitando a sua reconstrução higiênica. Contudo, esta não é uma concepção que estivesse com ele desde os primeiros anos de atividade parlamentar, foi construída, modificada e redefinida na própria atividade política, até porque, ao iniciar sua atuação na Câmara de Vereadores, Adolfo não contava com outra bagagem de princípios e ideias do que a adquirida na atividade médica. Aliás, nada menos que seis, dos nove vereadores eleitos em 1860, vinham dos bancos médicos. Desta forma, era natural que, de alguma forma, quisessem levar esse conhecimento para a prática política. Sob esse aspecto, a utilização de terminologias médicas e referências a doenças, partes do corpo, ou menção a procedimentos cirúrgicos torna-se lugar comum em seus discursos. Todavia, tal uso vai além de um simples transplantar retórico, buscando a análise da sociedade a partir de sua concepção como corpo, os elementos necessários para o seu melhor funcionamento como

¹⁵⁴ Para maiores detalhes sobre a estrutura e funcionamento da Câmara de Vereadores da Corte no período de 1861 a 1872 ver SANTOS, Murilo Eugenio Bonze. *Dinâmica política no Rio de Janeiro: a Câmara Municipal na corte imperial (1861-1872)*. 2008. 120 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, Rio de Janeiro, 2008. As comissões eram instâncias de deliberação de determinados assuntos que tramitavam dentro do colegiado visando tornar o debate e a apreciação dos temas mais ágil e eficiente. A existência e atribuições das comissões variavam de acordo com as legislaturas, embora algumas tenham permanecido por maior período. Desta forma, na legislatura de 1861 havia as Comissões: da Fazenda, responsável pelas questões de gastos e orçamentos, impostos, empréstimos, movimentação bancária, pagamentos de dívidas, divulgação de balancetes; de Patrimônio e Tombamento, responsável pelos bens e propriedades da municipalidade; de Justiça, incumbida das questões judiciais envolvendo a Câmara; de Redação, que deveria cuidar da documentação da Câmara, redação das posturas e publicação dos boletins; de Saúde e Praças, que fornecia médicos para atendimento à população; de instrução pública, que apesar de existir, praticamente não há referências a ela nos Boletins da Câmara; de Obras, voltada para a execução de obras aprovadas pela Câmara; e de Matadouro, que indicava o seu administrador e determinava as normas para seu funcionamento. Já na legislatura de 1865, foram criadas também a ‘Comissão de Visitas de Prisões e Estabelecimentos Públicos de Caridade’, a ‘Comissão de Licenças, Alvarás, Mercados, e Praça do Mercado’, a ‘Comissão de Contabilidade e Tesouraria’, a ‘Comissão de Matadouro e Estatística’, e a Comissão de Posturas, substituindo a antiga ‘Comissão de Redação’.

a saúde desta sociedade, e os problemas dos quais sofria, como as doenças que a podiam danificar.

Desta forma, teorias e práticas se retroalimentavam e se, de um lado os higienistas propunham alterações sociais, de outro, tinham suas teorias alimentadas pelo contato com a sociedade, elegendo grupos e práticas como responsáveis pela barbárie em que se encontrava. A presença dos negros escravizados, por exemplo, aparecia como importante elemento de disseminação de doenças, hábitos embrutecidos e degradação social. As habitações ocupadas pela população mais pobre, os cortiços, como ponto de concentração e perpetuação de hábitos insalubres que contribuíam negativamente para o desenvolvimento da sociedade. Uma grande quantidade de fatores como os hábitos de amamentação, o consumo de alimentos, as vacinações, a arquitetura das residências, a prostituição, as práticas do sexo fora dos casamentos, entre outras, passam a sofrer intervenção da medicina e estes profissionais a tentarem interferir na sociedade para implantar suas avaliações e modificações.

Por outro lado, se as Câmaras forneciam destacado campo de intervenção médica na cidade, intervenção esta muitas vezes apoiada pelo poder central, em outras ocasiões os conflitos entre as duas esferas de poder levavam a embates e disputas que na maioria das vezes deixava as maiores consequências nos membros do poder municipal. Em mais de uma ocasião Adolfo se viu envolvido nesses conflitos. Em 1863, por exemplo, tanto ele quanto o vereador Dr. Monteiro dos Santos foram enfáticos em se declararem contra a existência do cargo de inspetor de calçadas, função criada pela Câmara e declarada ilegal pelo Ministério do Império que a mandava suprimir. É importante mencionar que tanto o calçamento quanto a irrigação das ruas eram ações higiênicas que visavam combater o surgimento e a propagação de miasmas, logo, gozavam de significativa importância na preservação da saúde populacional. Apesar disso, Adolfo considerava o cargo mero ‘cabide eleitoral’, criado através de redação que encobria sua existência no orçamento e concebido para trazer benefícios eleitorais a membros da casa. Neste mesmo ano, com a decisão do governo imperial de criar o cargo de Agente Oficial do Matadouro, responsável pela negociação do gado e diretamente subordinado ao Chefe de Polícia, o que retirava da Câmara de Vereadores a gerência sobre o local de abate dos animais, Adolfo e outros vereadores, que protestaram e questionaram a decisão governamental, foram suspensos e processados.

Embates como esse não impediram que os vereadores tentassem apresentar projetos ou se opusessem às decisões do governo central. Envolvidos em uma agenda voltada para alterar a estrutura da cidade e pressionados por diversos segmentos desta, além de participarem diretamente de suas mazelas, como as constantes epidemias que invadiram a

Corte principalmente a partir da segunda metade do século XIX, estes políticos esforçaram-se por apresentar soluções que pudessem transformar a sociedade em que viviam. Desta forma, ainda em 1866, enquanto o vereador Pereira Rego apresentava projeto para a proibição da construção de cortiços, Adolfo propunha a implantação de um Instituto de Amas de Leite, e isso em meio a ampliação do primeiro sistema de esgotos em cidades brasileiras implantado no município neutro da Corte pela “The Rio de Janeiro City Improvements Company”, de capital inglês.¹⁵⁵

Os anos na Câmara de Vereadores, os diversos confrontos com o poder central por conta de iniciativas que a municipalidade procurara implantar na cidade e as constantes negativas por parte dos ministérios agravaram ainda mais a visão que Adolfo nutria com relação à centralização política. É possível que sua decisão de tornar-se deputado estivesse ligada à participação em outra esfera colegiada que lhe permitisse por em prática as suas ideias sobre a administração da sociedade. Talvez por isso, em seu primeiro discurso ele apresente uma análise bastante depreciativa das condições em que a sociedade brasileira estruturava-se, diagnosticando as causas do mal, apontando o tratamento e prescrevendo a medicação.

Em seu primeiro pronunciamento como Deputado Geral, em 4 de junho de 1867, ele começou estabelecendo o que seriam as diferenças entre conservadores e liberais. Diz ainda que se considerava um liberal ‘da velha guarda’ e contestava a afirmação de que ‘nada se parece mais com um conservador como um liberal’. Para ele, “toda a absorção das prerrogativas do cidadão e das liberdades do povo, em benefício da autoridade; é uma inversão da ordem legítima; é um crime contra as leis divinas e humanas; e o partido que pratica essa absorção é duplamente condenável.”¹⁵⁶

Era mais que condenável, era criminoso, pois destruía os mais sagrados princípios sociais. Uma vez que o homem, ao unir-se em sociedade, abdicou parte de seus direitos em proveito da comunhão, e se com a soma desses direitos a sociedade instituiu um chefe

¹⁵⁵ O intervalo entre meados do século XIX, sobretudo após a primeira epidemia de febre amarela, em 1850, até 1922, é considerado o primeiro período de gestão de serviços de saneamento básico no Brasil. Sua principal característica é a entrega desses serviços a empresas de capital estrangeiro privado como foi o caso da City. O sistema de esgotos implantado na Corte ampliou-se de tal forma que, o recenseamento de 1872 já indicava 30 mil ligações, o que significava a cobertura de cerca de 47% das edificações. Cf MARQUES, Eduardo Cesar. Da higiene à construção da cidade: o Estado e o saneamento no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: História, Ciências, Saúde - Manguinhos, v.2(2), p.51-67, jul-out., 1995.

¹⁵⁶ NOBRE, Freitas. Perfis Parlamentares: Bezerra de Menezes. Brasília: Câmara dos Deputados, 1986, p. 38. Segundo CARVALHO, José Murilo de. Op. cit., p. 207, os programas liberais da década de 1860 registra modificações importantes no sentido de introduzir reivindicações novas referentes a liberdades civis, participação política e reforma social. Autonomia provincial e local continuaram presentes convivendo com outras demandas.

soberano, este nada mais devia ser que delegado do povo, e as relações que existiam entre ele e a sociedade eram as mesmas que existiam entre o procurador e o constituinte, teoria esta que era repelida pela escola conservadora.

Para ele, da forma como se encontrava a nação seria impossível alcançar os dois estados a que podia chegar toda sociedade humana onde haveria equilíbrio entre a autoridade e os direitos dos cidadãos: o desenvolvimento material e o aperfeiçoamento moral. Quebrado o equilíbrio, o que se tinha era a “desordem que desce das camadas superiores ou a que sobe das inferiores, é a desordem que parte do poder, ou que prorrompe do povo, abuso de autoridade, ou excesso de liberdade”¹⁵⁷, e ele, dizia, preferia a segunda, à primeira.

Esse estado de desequilíbrio levou à cegueira da inteligência que invadiu a administração oficial, ao abatimento do espírito público que afetou as camadas inferiores, ao governo que corrompia a consciência pública, aos poderes do Estado e sua própria constituição que tinham sido postergados, à existência de um único poder, o Moderador, e à submissão dos deputados pelas suas ligações com os governos. Com isso, a “Nação foi nação até 1853; o Governo foi governo até o último gabinete do Marques de Paraná; e os partidos, esses desapareceram pela ação dissolvente da conciliação.”¹⁵⁸

Feita a primeira avaliação do paciente, passou ao diagnóstico. Do ponto de vista político, o paciente sofria de descrença, “essa chaga das nações que só pode ser curada pelo bálsamo da confiança”¹⁵⁹. Do ponto de vista social, padecia da corrupção, que fazia leis de ocasião, que criava empregos segundo a necessidade dos afilhados, “que premia o vício quando pode ser proveitoso, que reprime a virtude quando se torna embaraçosa.”¹⁶⁰ Por fim, sob o ponto de vista religioso, seu mal era a incredulidade, cujo mais perigoso disfarce era o filosofismo moderno. Tudo isso o levava a concluir que a sociedade brasileira estava extremamente doente.

Está pior, porque o mal é moral.

Para conhecer esse mal e prover de remédio enquanto é tempo, precisamos tomar nas entranhas dessa sociedade os gérmenes de vida que lhe restam e o cancro que a devora. Se chegamos a conhecer as causas da descrença, da corrupção e da incredulidade, temos posto a mão na ferida, e não resta senão aplicar o bálsamo curativo.

Pois bem, Senhores, vejamos quais poderão ser essas causas, cujo conhecimento tanta importância tem para o País.

¹⁵⁷ Ibidem, p. 40.

¹⁵⁸ Ibidem, p. 42.

¹⁵⁹ Ibidem.

¹⁶⁰ Ibidem.

Digo que a centralização administrativa é a causa única, eficiente da descrença, e peço licença para demonstrá-lo.¹⁶¹

Ao apontar a descrença como mal político da nação, Adolfo acusava indiretamente o Marquês de Olinda, Pedro de Araújo Lima, e as ações do Partido Conservador, a partir dos quais até “o lugar de carcereiro da última cadeia do Império, cujo ordenado não exceda de 80\$ anuais, depende do Governo, precisa da assinatura do ministro da justiça”¹⁶². Na presença do Presidente do Conselho, Zacarias de Góis e Vasconcelos, e sob uma chuva de apartes e reclamações, mencionava a afirmação atribuída a este último de que a Câmara seria nada mais que uma ‘confraria de pedintes’. Relembrava os protestos de 1842 e 1848, celebrando os derrotados como os primeiros, e talvez os últimos, que pressentiram a onda de despotismo que se levantava e cresceu em proporções ameaçadoras. Quanto à conciliação, criadora de uma verdadeira Babel política, deixou o povo sem luz e sem guia, provocada por uma tal incoerência que levou-o a precipitar-se “no abismo da descrença em que jaz mergulhado o País, e de que não sairá senão pelo desespero, quando cansar de descrever.”¹⁶³

A corrupção, por sua vez, era fruto de um povo que, seduzido pelo atrativo do gozo material, tinha abandonado, tinha esquecido todos os princípios morais e religiosos, tinha posto toda a sua atenção na fortuna, na riqueza e no ouro, uma vez que:

Depois que foi estabelecida a lei da centralização, os governos que criaram esse funesto princípio, e os que o têm sustentado, todos têm procurado afastar a atenção do povo da absorção diária de seus direitos, desenvolvendo diante de seus olhos o espetáculo sedutor das grandezas materiais.

(...) A corrupção tem invadido todo o corpo social, transpira por todos os seus poros, infecciona a atmosfera que a cerca e de novo o envenena pelo ar que ele respira.¹⁶⁴

Diante de tantas mazelas, e da urgente necessidade de reformas, segundo ele, uma coisa era certa: “O que se chama falsamente Partido Progressista não é um partido, é uma facção; é um produto espúrio da descrença, da corrupção e da incredulidade. Nem diante do bom-senso, da razão e da lógica, esse partido acha acolhimento e razão de ser.”¹⁶⁵ Até porque,

¹⁶¹ NOBRE, Freitas. Perfis Parlamentares: Bezerra de Menezes. Brasília: Câmara dos Deputados, 1986, p. 43.

¹⁶² Ibidem, p. 44.

¹⁶³ Annaes do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Srs. Deputados. Sessão de 1867. Tomo 1. Rio de Janeiro: Typografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C. p. 31.

¹⁶⁴ Ibidem, p. 32.

¹⁶⁵ Ibidem, p. 33.

a existência de um terceiro partido é uma anomalia perante a História e um absurdo perante a razão e a lógica. Sendo assim, a organização política a que estava submetida a nação, dirigida por uma Liga que nada tinha de provisória, uma vez que se estendia desde 1860, nunca seria capaz de retirá-la da inércia em que se encontrava. Somente ao Partido Liberal, possuindo um programa que tendia ao desenvolvimento das publicas liberdades e ao aperfeiçoamento da educação dos povos, cabia o patriótico encargo de regenerar o país. Ainda mais, se este partido não lograr subir ao poder, ou for mal dirigido, só restará a misericórdia divina.

Este primeiro pronunciamento de Adolfo, embora tratasse da centralização de forma geral como a maior doença que assolava a sociedade, parece guardar referência com as diversas tentativas de implantar projetos e atuar mais diretamente nos problemas da cidade, deflagradas a partir da Câmara de Vereadores e que acabaram sucumbindo por conta da centralização política e administrativa imposta pelo Império. Não podemos deixar de notar que, entre os anos de 1867 e 1868, Adolfo exercia simultaneamente os cargos de vereador e Deputado¹⁶⁶, o que lhe colocava em duas esferas de atuação: de um lado a cidade, do outro, o país. De qualquer forma, com a dissolução do Gabinete Zacarias em 1868 e o fim do mandato de vereador, no mesmo ano, Adolfo deixou de atuar em ambas as esferas colegiadas.

No intervalo entre os anos de 1869 e 1872, período em que não exerceu nenhum mandato político, Adolfo dedicou-se à atividade jornalística e empresarial. Ainda em 1869, juntamente com outros empresários conseguiu a autorização para construção de uma Estrada de Ferro ligando as cidades de Macaé a Campos¹⁶⁷. No ano seguinte tornou-se um dos conselheiros administrativos da “Imperial Companhia de Seguro Mutuo contra Fogo” e foi um dos diretores da Companhia Arquitetônica que em 1872 inaugurou o “Boulevard 28 de Setembro”.

Esses empreendimentos, todos de grande movimentação financeira não podem ser vistos sem levarmos em consideração o capital político adquirido tanto junto à população, que o elegeu para os mandatos de vereador e deputado, quanto ao relacionamento desenvolvido junto a empresários e financistas, alguns oriundos dos capitais antes empregados no tráfico de escravos. Mas, as atividades desenvolvidas, estradas de ferro, companhia de seguros e bulevares fizeram parte do processo de modificação pelo qual passava a cidade e o Império, nos primeiros anos da década de 1870.

¹⁶⁶ Naquela época não havia obstáculo legal ao exercício do cargo em duas casas legislativas, mesmo porque nem todas funcionavam durante todo o ano.

¹⁶⁷ A autorização foi dada através da lei 1464 de 19 de novembro de 1869. Para a construção foi criada a empresa “Companhia Estrada de Ferro Macaé a Campos”. Em 3 de fevereiro de 1870 a Companhia recebeu uma concessão para explorar a navegação a vapor entre o porto do Rio de Janeiro e de Imbetiba, em Macaé.

Essas atividades, porém, não o impediram de continuar participando ativamente da vida política da Corte. Tanto é assim que em 1872, como presidente do Club da Reforma, órgão central do Partido Liberal no Município Neutro da Corte, apontou a chapa que concorreria à Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, encabeçada por ele e seguida por mais oito nomes, entre eles Dias da Cruz¹⁶⁸. Adolfo foi mais uma vez eleito, sendo o segundo mais votado, no entanto, foi o único candidato eleito pela chapa apontada, ficando Dias da Cruz com a primeira suplência¹⁶⁹.

Quadro 4: Vereadores eleitos para a legislatura de 1873 a 1876.¹⁷⁰

Título/Atividade	Nome	Votos
Tenente Coronel	Antônio Barroso Pereira	5179
Dr. (Médico)	Adolfo Bezerra de Menezes	4928
Dr. (Médico)	João Fortunato Saldanha da Gama	4673
Comendador	Manoel Dias da Cruz	4640
Comendador	Antônio José dos Santos	4460
Dr. (Médico)	Manoel Thomaz Coelho	4271
Dr. (Médico)	André Cordeiro de Araújo Lima	4198
Visconde	de Silva	4172
Comendador	João Chrysostomo Monteiro	3876

Fonte: A Reforma, ed. 256, de 6 de novembro de 1872.

A composição da Câmara, apresentada cima, sugere que a presença de médicos em seu quadro de vereadores daria continuidade a intervenções com razões higiênico-sanitárias nos assuntos da Corte. No entanto, o que vamos verificar é a aproximação entre projetos que pretendiam intervir diretamente na estrutura da cidade, a afluência de capitais ansiosos por participar, e lucrar, com as modificações em curso e a crescente expulsão das camadas mais pobres para regiões mais afastadas do centro da Corte. Adolfo esteve inserido nesse processo, ora atuando no ramo empresarial, ora na atividade legislativa, sem nunca deixar a prática médica.

¹⁶⁸ BN – Hemeroteca Digital. A Reforma, edição nº 202 de 2 de setembro de 1872.

¹⁶⁹ BN – Hemeroteca Digital. A Reforma, edição nº 256, de 6 de novembro de 1872.

¹⁷⁰ BN – Hemeroteca Digital. A Reforma, ed. 256, de 6 de novembro de 1872.

De fato, entre os anos de 1873 e 1881, Adolfo ocupou por duas vezes o cargo de vereador, relativos aos períodos de 1873 a 1876 e de 1877 a 1880, e foi eleito deputado para a 17ª legislatura, entre os anos de 1878 e 1881. Na Câmara de Vereadores esteve diretamente envolvido com as discussões relativas aos planos de melhoria da cidade, planos esses que, se de um lado pretendiam promover na Corte diversas intervenções urbanísticas, frequentemente apresentando razões higiênicas, por outro lado, debitava à parcela mais pobre da população a responsabilidade por diversos males sociais. Quanto à participação na Câmara dos Deputados envolveu-se nas discussões por conta da secularização dos cemitérios, apresentou projetos em defesa do meio ambiente e de criação de uma Escola de Farmácia.

Já na década de 1880, Adolfo deixou de atuar no âmbito da vereança e exerceu funções políticas exclusivamente na Câmara de Deputados, sendo eleito para a 18ª legislatura, de 1882 a 1884, e a seguinte, compreendendo apenas o ano de 1885, seu último ano como político. Neste período apresentou diversos projetos envolvendo a fiscalização sanitária da carne, defesa dos trens de subúrbio do Rio de Janeiro, estabilidade dos professores do Município, legislação sobre o trabalho doméstico, direito à licença médica, defesa do consumidor, além de subir ao palanque em mais de uma ocasião para protestar contra a agressão sofrida por abolicionistas. Um desses projetos sintetizava o pensamento de Adolfo sobre a administração pública em sua faceta local, mais uma vez apontando a centralização política do Império como o maior mal da nação.

Com o projeto municipalista, apresentado na sessão de 3 de outubro de 1882, Adolfo voltava a denunciar a situação em que se encontrava a administração municipal, acusando novamente que “a decadência do elemento municipal no Brasil é obra exclusiva da centralização administrativa, que, chamando toda a atribuição para o poder geral, determina a *anemia* e inércia do poder local e a indiferença que o cerca de parte da sociedade.”¹⁷¹ Acrescenta ainda que, a função pública administrativa causaria dois grandes e incalculáveis prejuízos à sociedade: “O primeiro é a *congestão do cérebro social* e a consequente *anemia dos membros*”¹⁷², o que levaria à impossibilidade daquele, o governo central, de atender aos interesses e necessidades de todos, e a este, o governo local, à indiferença e ao retraimento em relação à causa pública. “O segundo é a substituição do sentimento social pelo de egoísmo, o mais terrível *cancro* a devorar a fibra moral e patriótica de um povo.” Por fim, relacionando mais uma vez corpo e sociedade, utiliza-se da criação divina ao mencionar que “Deus não

¹⁷¹ Ibidem, p. 221.

¹⁷² Ibidem, p. 222.

julgo conveniente confiar a saúde e a vida do corpo humano exclusivamente ao coração”¹⁷³, logo, não cabe ao homem a pretensão de fazer coisa melhor, confiando os interesses da sociedade ao seu coração, o governo geral.

Para sustentar o seu raciocínio Adolfo faz a seguinte comparação entre o governo central e o governo municipal:

O governo geral, não saindo da esfera dos interesses da massa social, em geral, pode ser muito satisfatoriamente desempenhado por homens comuns, que, além da limitação de seus encargos e mesmo por causa dela, disporão de tempo para estudarem atentamente os negócios e de meios para leva-los à conveniente execução.

O governo local, que é o essencialmente incumbido da administração pública, compreendendo apenas, a limitada esfera de uma circunscrição ou município, estará ao alcance de todo cidadão, porque, no caso, o essencial não é a ilustração, é o conhecimento e o sentimento das necessidades do município.¹⁷⁴

A partir dessa construção, Adolfo sustentava que a participação de cidadãos em todos os pontos do país converteria as Câmaras em verdadeiras escolas de formação de administradores, além de, a partir do momento que esses cidadãos, inicialmente movidos por seus próprios interesses tomassem parte na organização e direção dos governos municipais, haveria maior interesse pela causa pública, que passaria a ter como *res sua* e não mais como *res allius*¹⁷⁵. Para concluir a introdução ao projeto, Adolfo, talvez consciente da incapacidade que haveria em diversos municípios do Império, ou temeroso que essa fosse a visão de seus companheiros, informa que seu projeto não é de uma reforma geral, é limitado apenas ao mais adiantado município do Império, a Corte, “e só chegará aos outros quando eles estiverem habilitados para recebe-la”¹⁷⁶.

Na segunda parte do projeto, Adolfo criticava o uso e a desfiguração à que foi submetida a lei de 1828, onde o papel das Câmaras foi reduzido pelo uso de avisos e decretos do governo geral, de modo que as atribuições municipais relativas à higiene foram totalmente direcionadas para a Junta Central de Higiene, passando a mesma de órgão consultivo à instância executiva das ações de prevenção, fiscalização e combate aos males da saúde locais. No tocante à polícia, segundo ele, “é notório como a civil tem absorvido a municipal,

¹⁷³ Ibidem.

¹⁷⁴ Ibidem, p. 223.

¹⁷⁵ “Res sua” e “res allius”, respectivamente, coisa própria e coisa do povo.

¹⁷⁶ Ibidem, p. 226.

chegando a impor por sua conta as penas por infrações de posturas.”¹⁷⁷ Pior ainda é a situação dos assuntos administrativos e orçamentários, uma vez que, Ministros e secretários os alteram de tal forma que muitas vezes restam-lhes apenas o título, e os orçamentos são diminuídos e alterados com o desaparecimento de despesas e a inclusão de outras sequer discutidas nas Câmaras. Isso sem contar toda uma série de prerrogativas retiradas do poder municipal como o direito de conceder linhas de bondes pelas ruas da cidade, a de fornecer água e luz, a de manter o asseio das ruas e praças, o serviço de irrigação, da canalização das águas pluviais e das matérias fecais, restando aos vereadores “apenas o direito de reunir-se publicamente, sem licença do Governo!”¹⁷⁸

O projeto apresentado por Adolfo amparava-se, ainda, na avaliação feita pelo autor da inutilidade das alterações nas Câmaras impetradas pela lei de 9 de janeiro de 1881¹⁷⁹, pois segundo ele, os *remédios* aplicados foram recomendados em função de falsas apreciações. Primeiro, porque o aumento no número de vereadores, embora fosse conveniente, ratificaria apenas a necessidade da separação entre o executivo e o deliberativo da Câmara, não trazendo por si só nenhum benefício adicional. Segundo, porque a não reeleição, embora impedisse que os vereadores fizessem clientela, levava a administração municipal a ser sempre confiada a aprendizes. Por último:

(...) a designação dos presidentes pelos próprios vereadores é um meio de evitar-se que sejam eleitos presidentes homens sem os precisos requisitos para desempenharem tão alto cargo; não deve porém, ser aceito, desde que se separa o executivo do deliberativo, e que é o presidente o incumbido do executivo.¹⁸⁰

Para finalizar, aponta no projeto a necessidade de eleição em separado para o cargo executivo da Câmara, justificando que:

Assim, o presidente, recebendo sua investidura no mesmo poder que dá aos vereadores, ficará independente destes no exercício de suas funções privativas; e teremos os dois poderes: deliberativo e executivo, fiscais um do outro, em vez de sujeito um ao outro, como decorre da doutrina da lei de 9 de janeiro.¹⁸¹

¹⁷⁷ Ibidem, p. 227.

¹⁷⁸ Ibidem, p. 228.

¹⁷⁹ Decreto nº 3029, de 9 de janeiro de 1881, conhecida como Lei Saraiva.

¹⁸⁰ Ibidem, p. 230.

¹⁸¹ Ibidem.

Para Adolfo, o mal só seria extirpado se fosse produzida uma mudança radical, capaz de propiciar às Câmaras completa autonomia, algo que seu projeto propiciaria, pois, segundo o mesmo, as Câmaras passariam a ser divididas em três seções: a deliberativa, composta de todos os vereadores e do presidente; a administrativa, composta por comissões por ela nomeadas e do presidente; a executiva, exclusivamente a cargo deste. À primeira recairia a responsabilidade pela resolução de todos os negócios de interesse geral do município, inclusive, aprovando posturas, balanços de contas, orçamentos, revisão de impostos municipais e tomada de contas ao executivo. À segunda, caberia o expediente e a confecção das posturas, dos balanços e dos orçamentos. À última, exercida exclusivamente pelo presidente, seria auxiliado pelas repartições municipais e seria dotado do direito de veto sob as resoluções da Câmara, quando ferisse o interesse público, sendo que estas resoluções só seriam efetivadas se contassem com retificação aprovadas por dois terços dos vereadores.

Nesta rápida apreciação dos anos de atuação política de Adolfo fica muito clara a faceta local de seus projetos e pensamento. Estes, mesmo quando guardavam relação com assuntos de maior amplitude, como o caso da emancipação dos escravos, partiu da apreciação dos efeitos da escravidão na cidade. Além disso, os protestos frequentes contra a centralização e os projetos voltados para dar autonomia à administração dos municípios revelavam a força que esse princípio tinha em sua postura como político.

Contudo, não é possível creditar a Adolfo o papel de vanguardista, ou mesmo de voz isolada, na questão da descentralização. Seus posicionamentos parecem ter sido oriundos principalmente dos embates que participou em suas atividades como vereador, sem contar o histórico familiar no Ceará, por conta das diversas contendas a que se envolveram os Bezerra de Menezes em favor da liberdade política administrativa reivindicada pela região em relação ao governo central. Esse conjunto de posicionamentos seria então fruto de alguma influência histórica e familiar aliada às dificuldades que encontrou na prática como vereador, o que pode ter levado a posicionamentos que deixavam de considerar questões que iam além do regional. Além disso, vários outros políticos e intelectuais protestaram, apresentaram propostas, analisaram e procuraram intervir em favor das administrações regionais, dos quais Tavares Bastos¹⁸² é sempre considerado como a figura mais representativa. Sendo assim, apesar de ter feito do municipalismo uma bandeira que hasteava em todos os seus projetos, Adolfo não era

¹⁸² Aureliano Cândido Tavares Bastos destacou-se nas décadas de 1860 e 1870 na Câmara dos Deputados e na imprensa da Corte por conta da defesa intransigente que fazia da autonomia regional e do federalismo. Em suas obras “Cartas do Solitário”, de 1862, e “A Província”, de 1870, defendia o fim da centralização política imposta pelo modelo vigente, e apontava o centralismo administrativo como um dos maiores males no desenvolvimento da sociedade.

seu único, nem maior, defensor, fazendo parte de um conjunto de políticos que viam na autonomia regional a chave para a melhoria nas condições do país.

Nos itens seguintes procuramos apresentar alguns de seus projetos, particularmente aqueles que guardaram relação mais direta com as questões envolvendo saúde, preservação do meio ambiente e das florestas, combate a epidemias, saneamento, secularização dos enterros, emancipação dos escravos, relacionando esses temas sempre com a questão da cura da cidade e da sociedade.

2.1 O Matadouro e os Cemitérios na cidade doente.

O primeiro matadouro da cidade do Rio de Janeiro foi criado em 1777 a pedido dos vereadores da cidade ao vice-rei, o Marquês do Lavradio. Estava localizado na Praia de Santa Luzia, próximo à Santa Casa da Misericórdia, vizinho à Igreja de Santa Luzia, à forca e ao cemitério de indigentes.¹⁸³ Antes disso, o gado era abatido fora da região central da cidade e seu corte feito no açougue grande, na esquina do Beco do Cotovelo.¹⁸⁴ O local, destinado ao recebimento, abate e distribuição das carnes verdes que chegavam à Corte permaneceu na Praia de Santa Luzia até 1853, quando foi desativado. Em seu lugar foi construído outro estabelecimento na região de São Cristóvão, próximo a atual Praça da Bandeira. A partir da década de 1860 diversas questões sanitárias envolvendo o mau cheiro produzido no lugar, algo que se apresentava, na perspectiva da época, como produtor de miasmas deletérios e possível causador de doenças, além dos constantes alagamentos por conta da baixa altitude do terreno, levaram a Câmara a promover, juntamente com o Governo Central, a transferência do matadouro, em 1873, para a região de Santa Cruz, zona oeste do Rio de Janeiro.

Mais do que um local de abate, o matadouro mobilizava todo um conjunto material e humano que se relacionava com diversos aspectos de seu funcionamento. Do ponto de vista logístico, havia a necessidade de existir em seu entorno currais e terrenos capazes de receber o gado trazido para o abate. Este, normalmente era trazido de Minas Gerais e São Paulo em longas travessias que se arrastavam por vários dias, o que normalmente impunha aos produtores a rápida venda dos animais. Feita a recepção, havia toda uma regulamentação

¹⁸³ TAVARES, Georgia da Costa. A atuação dos marchantes no Rio de Janeiro colonial: Estratégias de mercado e redes de sociabilidade no comércio de abastecimento de carne verde 1763-1808. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Arquivo geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2012, p. 61.

¹⁸⁴ *Ibidem*, p. 61. O Beco do Cotovelo entendia-se do Morro do Castelo, prolongando-se até a esquina da Rua do Carmo com Rua São José.

que envolvia a fiscalização sobre as condições sanitárias do gado vivo, a quantidade de rezes que poderiam ser abatidas e a comercialização da carne pela cidade.¹⁸⁵

O papel do poder público, normalmente representado pela Câmara de Vereadores extrapolava questões sanitárias ou de recolhimento de tributos para intervir na atuação de atravessadores, conhecidos como marchantes, que interferiam no preço de compra e venda do gado vivo e carne comercializável. Sob esse aspecto havia toda uma discussão relacionada ao papel interventor do Estado, o livre comércio, as várias indisposições entre o poder central e o poder local, além das já citadas condições sanitárias e de saúde pública relacionados com a atividade. Desta forma, o abate e a comercialização das carnes verdes, na Corte do Rio de Janeiro, devem ser vistos sob a ótica da disputa entre diversos grupos pelo controle comercial de um mercado cada vez mais lucrativo e competitivo envolvendo o abastecimento de cidades que se tornavam mais populosas, além de administrativamente mais complexas e dinâmicas.

Adolfo atuou diretamente em duas esferas de poder, a Câmara Municipal da Corte e a Câmara dos Deputados, onde a questão do matadouro e da comercialização das carnes verdes se fez presente em vários momentos. Em ambos os colegiados sua atuação, assim como dos demais membros, no que se refere à regulamentação, fiscalização e controle do abate de carnes verdes extrapolavam questões puramente sanitárias ou de saúde pública, embora estas estivessem presentes, demonstrando a faceta política, social e econômica desses temas.

Logo após assumir lugar como vereador em 1861, ele tornou-se responsável pela Comissão do Matadouro da Câmara. Infelizmente não nos foi possível recuperar as discussões sobre a escolha dos membros das Comissões relativas ao período de 1861 a 1864, uma vez que a coleção dos Boletins da Câmara Municipal do Rio de Janeiro está incompleta, algo que poderia nos trazer importantes esclarecimentos sobre as disputas deflagradas nesse processo. Contudo, é possível que a escolha tenha recaído sobre Adolfo por conta de seu histórico familiar voltado para atividade pecuária no Ceará. Quanto à legislatura que se iniciava em 1865, a escolha dos membros das comissões se deu por indicação do presidente, Dr. João Baptista dos Santos,¹⁸⁶ escolha essa aceita pelos indicados, na qual consta que Adolfo continuaria à frente da Comissão de Matadouros, sendo seu único membro, além de ocupar uma vaga também na Comissão de Posturas, ao lado dos vereadores Dr. Dias da Cruz e Dr. Gonçalves Fontes.

¹⁸⁵ TAVARES, Georgia da Costa. A atuação dos marchantes no Rio de Janeiro colonial: estratégias de mercado e redes de sociabilidade no comércio de abastecimento de carne verde: 1763-1808. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2012, p. 68.

¹⁸⁶ BN – Hemeroteca Digital. Boletim da Câmara Municipal da Corte, ed. 1, de 1 a 31/1/1865, p. 4.

Se a Comissão do Matadouro foi sua primeira responsabilidade na Câmara de Vereadores, foi também por conta do matadouro que Adolfo recebeu sua primeira suspensão do cargo por desobediência ao governo central. Em 1863 o governo imperial decidiu criar o cargo de Agente Oficial do Matadouro, responsável pela negociação do gado e diretamente subordinado ao Chefe de Polícia, que, por sua vez, estava subordinado ao poder imperial. Esta decisão criou um enorme mal estar na Câmara que se viu ferida em suas atribuições de administrar, fiscalizar e acompanhar as operações de abate, recolhimento de tributos e comercialização das carnes verdes no âmbito da Corte. Após a divulgação da decisão ministerial, alguns vereadores colocaram-se francamente contra a decisão e manifestaram seus descontentamentos através de protestos na tribuna da Câmara Municipal. Adolfo e Monteiro dos Santos foram os mais enfáticos contra a decisão, indignação que culminou com a redação de um protesto. Por conta do episódio o governo central determinou o afastamento dos vereadores José Joaquim Monteiro dos Santos, José Mariano da Costa Velho, Francisco de Menezes Dias da Cruz e Adolfo Bezerra de Menezes¹⁸⁷, com a consequente denuncia e abertura de processo criminal contra os representantes do poder municipal. A questão ocupou as páginas dos jornais e tanto a deflagração do processo, quanto o julgamento e absolvição em primeira e segunda instância¹⁸⁸, assim como a consequente reintegração de políticos a seus cargos fez parte das discussões jornalísticas da Corte naquele final de ano de 1863.

Apesar do confronto e do gesto de poder deflagrado pelo Ministério do Império, os problemas relacionados ao Matadouro continuaram e foram motivos de diversos desentendimentos envolvendo a Câmara Municipal da Corte, a Polícia, fiscais, criadores de gado e a população, por conta do abate e da comercialização das carnes verdes.

As queixas envolviam a presença de atravessadores, os marchantes, que adquiriam o gado trazido nas comitivas por preço reduzido e comercializavam a carne na cidade por preço muito acima daquele pago aos criadores. Como o gado era trazido de fora do Rio de Janeiro, os criadores precisavam que o abate e venda das carnes fosse realizado com a maior brevidade possível, haja vista a necessidade de alimentar e alojar os animais até a venda. Se, em algum momento, houvesse redução no número de abates por conta de alguma decisão da Câmara, os produtores eram pressionados pelos marchantes para vendê-los por preço reduzido. Adolfo, como vereador, tentou interferir em diversos momentos nesse processo impedindo a limitação no número de abates, solicitando intensificação na fiscalização, ou impedindo que elementos ligados aos atravessadores agissem no matadouro. Contudo, é

¹⁸⁷ BN – Hemeroteca Digital. A Actualidade, edição n° 554, de 26/10/1863.

¹⁸⁸ BN – Hemeroteca Digital. A Actualidade, edições n° 604 e 620, respectivamente de 30/12/1863 e 20/01/1864.

preciso considerar que os indivíduos ligados a esse comércio vinham construindo redes de sociabilidade há várias décadas, o que muitas vezes dificultava esse tipo de fiscalização.¹⁸⁹

No decorrer da década de 1860, o aumento da população, a maior demanda pelas carnes verdes, assim como os problemas que cercavam o matadouro fizeram com que o assunto chegasse à Câmara dos Deputados. Curiosamente, o local que nascera da necessidade de concentrar o abate em um local único, facilitando a fiscalização e o controle sobre a higiene e o comércio das carnes, acabou tornando-se um dos problemas desse comércio. Adolfo, que durante vários anos fora o responsável pela Comissão do Matadouro da Câmara de Vereadores da Corte participou das discussões a fim de regulamentar o comércio das carnes verdes no Rio de Janeiro travadas junto à Câmara dos Deputados.

Seu projeto foi apresentado em 1882 e, no preâmbulo deste, Adolfo enfatizou a relevância do problema não só para o Município neutro da Corte, mas também para as províncias criadoras de Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso e Goiás. Na verdade, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro já havia encaminhado um projeto, ao qual Adolfo acrescentou o seu para discussões junto à Comissão de Câmaras Municipais.

O Regulamento, designado pelo número 145/1882, estava dividido em 52 artigos onde é possível encontrarmos dois princípios importantes que Adolfo repetidas vezes defendeu em seus projetos e escritos. O primeiro era a marca do liberal defensor da liberdade de relações entre os vários componentes da sociedade e da mínima interferência do Estado, representado pelas Câmaras Municipais, sobretudo, nos assuntos envolvendo negócios. Estas marcações podem ser vistas nos artigos, 1º, onde se lê que “É livre a todos cortar gado vacum, suíno e lanígero no matadouro público da Corte”¹⁹⁰, no 2º, “Em nenhum matadouro poderá a ilustríssima Câmara limitar o número ou estabelecer preferência na matança”¹⁹¹, no 6º, “Os agentes municipais nenhuma intervenção podem ter na marcha dos negócios da feira, que correrão livremente, entre compradores e vendedores”¹⁹², no 15º, “A Ilma. Câmara, estabelecendo um matadouro público, só visa a facultar aos criadores e negociantes de gado os meios de exercerem sua indústria e comércio com plena liberdade. A Câmara, pois não pode impor-lhes a mínima restrição”¹⁹³, 38º “Para facilitar ao criador a venda direta de seu

¹⁸⁹ CAMPOS, Pedro Henrique Pereira. Nos caminhos da acumulação: negócios e poder no abastecimento de carnes verdes para a cidade do Rio de Janeiro, 1808-1835. 2007. 274 p. Dissertação (Mestrado em História Social). UFF, 2007, p. 61.

¹⁹⁰ Projeto apresentado à Câmara dos Deputados, sessão de 13 de junho de 1882. Anais da Câmara dos Deputados, 1882, p. 423. Disponível em <http://www2.camara.jeg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/publicacoes-e-estudos>. Consultado em 14/2/2015.

¹⁹¹ Ibidem.

¹⁹² Ibidem.

¹⁹³ Ibidem, p. 424.

gado ao consumidor (...) e como meio heroico de fulminar o monopólio (...) a Câmara estabelecerá e manterá a sua custa vinte açougues públicos”¹⁹⁴, e, por último, no 44º, onde fica estabelecida a liberdade para aplicação dos preços uma vez que, “o preço das carnes trazidas aos açougues municipais será taxado livremente, e alterado como quiser, pelo dono, sem que o agente municipal lhe possa opor embaraços.”¹⁹⁵

O segundo princípio é o poder conferido à medicina como campo de conhecimento autorizado para interferir, inclusive, na liberdade de negociações. No projeto acima, ao estabelecer a estrutura dos matadouros, Adolfo determinava que o administrador do estabelecimento deveria ser, obrigatoriamente, médico, além de outros quatro profissionais formados em medicina incumbidos do exame do gado em pé e do exame das carnes das três espécies de gado (Art. 16º)¹⁹⁶. Ao administrador caberia toda a rotina de recepção do gado, recolhimento de tributos, organização da matança e corte, assim como de nomear e demitir livremente aos demais funcionários e manter o estado de higiene e limpeza do estabelecimento. Aos médicos, por sua vez, além do já mencionado exame do gado em pé, caberia também o exame do gado depois de morto (Art. 22, §2º)¹⁹⁷. É interessante observar que todas as atividades e todos os funcionários são diretamente subordinados ao Administrador recaindo sobre este, inclusive, a obrigação de residir no matadouro.

Por último, verificarmos ainda que o liberalismo de Adolfo relegava ao Estado a função de fornecer condições para que os negócios se desenvolvessem, função esta que seria uma constante nas visões liberais de sociedade onde, ao invés de um tão citado Estado mínimo, o que se tinha era uma estrutura estatal de nenhuma forma minimizada, mas estendida para atender aos interesses empresariais. Apesar disso, Adolfo reservava um papel especial ao conhecimento médico, pois, do ponto de vista administrativo e fiscalizatório, este era o único conhecimento capaz de interferir no conjunto de negociações do matadouro. Mesmo que no artigo 23 a contratação de médicos fosse temporária enquanto não se desse a contratação de veterinários formados, era o conhecimento médico que determinaria qual gado não estivesse apto para ser morto ou para ser comercializado. Além disso, ao obrigar que o administrador da empresa fosse um médico, Adolfo ratificava a supremacia de conhecimentos desse profissional sobre todos os demais elementos envolvidos nos negócios ali realizados.

O fato de este ser o primeiro projeto apresentado por Adolfo na legislatura que se iniciava guarda relação direta com os acontecimentos envolvendo o abate e comercialização

¹⁹⁴ Ibidem, p. 426.

¹⁹⁵ Ibidem.

¹⁹⁶ Ibidem, p. 425.

¹⁹⁷ Ibidem.

da carne na Corte e a crescente pressão do meio médico em responsabilizar as condições insalubres de determinadas regiões pelo aparecimento e disseminação de doenças e epidemias. Em junho de 1881, por exemplo, uma comissão formada pelo Dr. Baptista dos Santos, presidente da Junta de Higiene, e pelos vereadores Hermogeneo Silva, Henrique Hermeto e Chaves Faria, componentes da Comissão de Saúde da Câmara, ao visitar as instalações do Matadouro Municipal no Engenho Velho, denunciavam que a obstrução do rio em diversos pontos e cheios de resíduos das fábricas, seriam um “verdadeiro foco de infecções”¹⁹⁸. Além disso:

Nas fábricas e terrenos adjacentes no matadouro encontraram os visitantes o espetáculo o mais nauseabundo que a imaginação pode criar – casas em ruínas, águas esverdeadas e pútridas, detritos orgânicos por toda a parte, exalando o mais repugnante odor, grandes acumulamentos de carnes, cartilagens, unhas, tudo em estado de putrefação, lixo servindo de aterro, enfim o maior esterquilínio possível, despreendendo exalações mefíticas.¹⁹⁹

A conclusão da comissão foi pela interseção junto ao governo a fim de que as obras do novo matadouro se dessem o mais rapidamente possível. Aliás, foram pressões como a que se desejava então, que levaram à autorização do governo central para transferência, em 1873, do matadouro municipal da Corte para a região de Santa Cruz, local afastadíssimo, e onde se esperava que a atividade de matança de animais não viesse a provocar doenças nas pessoas que residissem em seu entorno. A construção do novo matadouro levou anos e foi cercada por reiteradas denúncias de superfaturamento, obras inacabadas ou mal realizadas, suspensão e recontração de engenheiros, o que levou que a inauguração só ocorresse em 30 de dezembro de 1881.²⁰⁰

Ainda assim, as reclamações não cessaram, passando a envolver tanto a metodologia de matança dos animais, considerada cruel e bárbara²⁰¹, como a qualidade da carne denunciada como ruim em função do longo trajeto à que era submetido de trem a partir de Santa Cruz e o consequente aumento da mesma, por conta da grande quantidade de carne que era condenada pelo médico responsável pela sua fiscalização. Além disso, continuou, de

¹⁹⁸ BN – Hemeroteca Digital. Gazeta de Notícias, edição nº 154, de 9 de junho de 1881.

¹⁹⁹ Ibidem.

²⁰⁰ BN – Hemeroteca Digital. Gazeta de Notícias, edição nº 362, de 30 de dezembro de 1881.

²⁰¹ BN – Hemeroteca Digital. Gazeta de Notícias, edição nº 2, de 2 de janeiro de 1882. No artigo, o método de matança com o emprego de seguidas machadadas quanto o uso de estiletos é denunciado como de extrema crueldade. É recomendado o uso do choque elétrico como forma de promover a morte instantânea do animal sem prolongar seu sofrimento e garantindo maior qualidade à carne.

forma clandestina, a matança de animais no antigo matadouro do Engenho Velho. Para a solução do problema recomendações não faltavam, envolvendo a cobertura dos vagões com toldos, o uso de gelo para conservação e a prática de duas matanças diárias.

Em 1884, quando a questão do matadouro municipal da Corte entrou mais uma vez em discussão, Adolfo posicionou-se contra o projeto apresentado pelo senador Lima Duarte e defendido pelos deputados Olímpio Valadão, Montandon e Silviano Brandão criando preferências para o abate. A discussão iniciou-se na sessão de 16 de julho e Adolfo, ao dirigir-se da tribuna, ensaiou um esclarecimento inicial a fim de justificar, sendo ele apoiador do governo o fato de vir contestar representação apresentada por senador Lima Duarte, também da base governista. Ele esclareceu que o senador não pesou os fundamentos da representação, não só contrária aos princípios do liberalismo como ofensiva aos “princípios mais sagrados aceitos pelos povos cultos, pedir a limitação ou a preferência em qualquer matéria do comércio, quanto mais em um comércio que entende com a alimentação pública.”²⁰² Para Adolfo, não havendo liberdade na oferta do gênero, o consumidor ficava prejudicado uma vez que pagaria mais caro. Respondendo ao aparte do deputado Olímpio Valadão, diz: “V. Ex^a compreende perfeitamente que, quanto mais daqui da Corte favorecermos a indústria pastoril, tanto maior será a afluência desse gênero de primeira necessidade ao mercado consumidor, e, por consequência, a baixa do preço que interessa aos habitantes da capital.”²⁰³

Para Adolfo, que se debateu diretamente com a questão durante todos os anos de vereança, as medidas que tinham sido tomadas visando a maior liberdade no comércio foram prejudicadas por conta da existência de atravessadores que se beneficiavam do comércio das carnes auferindo lucros muito acima dos produtores e obrigando aos consumidores a aquisição da carne a preços elevados. Além disso, demonstrou que essa ação só teria sido possível por contar com a ajuda de políticos dentro do governo, da Câmara e do Senado, advogando seus interesses com a manta de interesse público. Para ilustrar a questão, Adolfo revelou que, “a carne que importa o mineiro é vendida na feira ao preço de 120 a 160 réis, no máximo; e, dentro de poucas horas, ela é revendida à população consumidora da Corte ao preço de 440 ou 500 réis o quilo.”²⁰⁴ Por isso, ao reservar o mercado à uma parcela dos produtores, o projeto só facilitaria a ação daqueles que viviam na agiotagem, comprando a preços ínfimos e revendendo por preços exorbitantes. Além disso, relembra que o Marquês de Olinda ao criar a Agência Oficial, dotada dos mesmos poderes de dar preferência e limitar

²⁰² NOBRE, Freitas. Ob. Cit., p. 255.

²⁰³ Ibidem, p. 256.

²⁰⁴ Ibidem, p. 257.

o abate, em pouco tempo teve de mandá-la liquidar, pois a agência nada mais fazia que autorizar o abate justamente do gado adquirido por marchands, verdadeiros chefes do monopólio.

Eles traziam os documentos necessários para provar a procedência da boiada, para provar que era da fazenda onde ela tinha sido criada. Traziam atestados do presidente da Câmara Municipal, do vigário, do delegado, do subdelegado de Polícia, e tudo isso reconhecido pelo tabelião. Quem podia saber que tabelião da Boca da Mata, por exemplo, tinha aquela letra e aquele sinal público que vinham em tais papeis? O administrador do matadouro recebia esses papeis, considerava-os na devida forma e mandava admitir o gado. O que acontecia? O gado era dos monopolizadores, que compravam lá em cima aos engordadores, e vinham vendê-lo como gado privilegiado, com desproveito do produtor e do consumidor. (Apoiados).²⁰⁵

A questão arrastou-se até a sessão do dia seguinte, quando o deputado Montandon tentou convencer aos demais que o problema estava na liberdade de comércio. Adolfo, por sua vez, procurava demonstrar que a questão era justamente oposta e estava na formação de monopólios, coisa que só podia ser obstada pelo livre comércio. Para sustentar sua argumentação, Adolfo se utilizou de dois pontos: Primeiro, relembra que o produtor era fatalmente obrigado a vender o gado a intermediários pelo valor de 160 réis, uma vez que o gado que desceu a serra não podia mais voltar, nem demorar-se, levando o dono a necessitar desfazer-se dele o mais rápido possível. Ora! O mesmo gado era revendido ao preço de 480 réis, desta forma, o lucro do intermediário era de 360 réis. Pelo projeto que apresentou no ano anterior, caso o criador o vendesse por 320 réis, sem a interferência de intermediários, portanto com um lucro de 100%, ganharia também o consumidor que o adquiria com economia de 120 réis. Lembra, também de acordo com seu projeto, que o mesmo previa a instalação de açougues públicos onde a carne seria vendida pelos produtores que a ofertassem pelo menor preço, sendo esta, segundo Adolfo, a preferência real.

As discussões sobre o matadouro e a regulamentação de seu funcionamento prolongaram-se até o fim do império e nunca foi estabelecido um regulamento que efetivamente vigorasse no comércio de carnes verdes. Com o advento da República ocorreu o fim do matadouro público e o comércio de carnes passou a se realizar livremente pelas partes envolvidas, produtores, açougueiros e comerciantes.

²⁰⁵ Ibidem, p. 259.

Se o destino dos animais mortos ao longo do período imperial era decidido no matadouro da Corte, o que já mostramos, envolvia mais que questões puramente sanitárias, o destino dos homens mortos era o cemitério, lugar recoberto por questões que, além de sanitárias, eram também religiosas, políticas e que motivaram diversas sessões da Câmara dos Deputados em 1879.

O projeto de secularização dos enterros foi apresentado originalmente em 16 de fevereiro de 1879 pelo deputado Saldanha Marinho. Em sua estrutura, o projeto acabava com a intervenção dos poderes eclesiásticos nos cemitérios, intervenção essa que ia além de um simples ato administrativo e afetava parte significativa do conjunto de práticas de dominação estabelecidas pelo catolicismo ao longo dos séculos. A apresentação do projeto era reflexo de diversas situações que se espalhavam pelo país relativas à recusa de autoridades católicas em permitir o sepultamento de acatólicos, ou de pessoas mortas por atentado contra a própria vida, em terras que, segundo ela, destinavam-se aqueles que em vida tivessem comungado de seus ensinamentos. Esta atitude incentivara grupos numerosos a desobedecer aos ditames clericais, patrocinarem invasões a cemitérios e realizarem enterros mesmo sob a recusa dos párocos. Além disso, havia a crescente presença de protestantes no Brasil por conta das ações de imigração e de profissionais que aqui vinham para realizar alguma atividade e faleciam no curso destas. Alguns desses cadáveres foram impedidos de serem sepultados nos cemitérios administrados pela Igreja o que criava graves situações de embaraço tanto com esses novos habitantes quanto com empresas e governos estrangeiros. Não faltava ainda o crescente antagonismo por parte de grupos que não toleravam a intromissão da Igreja em assuntos civis, mesmo que a Constituição ainda consagrasse ao catolicismo o papel de religião oficial.²⁰⁶

Na Comissão de Câmaras Municipais foi apresentado um projeto substitutivo que excluía da “administração e da direção municipal os cemitérios particulares, os pertencentes a conventos, a irmandades, a ordens e congregações religiosas, bem como a hospitais.”²⁰⁷ Apesar de preservar a possibilidade de a Igreja continuar atuando sobre os enterramentos, para a entidade isso não era suficiente o que a levou a utilizar de seus órgãos de imprensa, sobretudo o periódico “O Apóstolo”, para atacar os defensores da secularização dos cemitérios. Quando se iniciaram os debates na Câmara, com preferência pelo projeto original e não os substitutivos das comissões ficaram ainda mais claras as razões dos que apoiavam e dos que discordavam da secularização.

²⁰⁶ RODRIGUES, Cláudia. Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p. 257 a 260.

²⁰⁷ *Ibidem*, p. 260.

Para os defensores do projeto original, entre eles, Saldanha Marinho, Joaquim Nabuco, Barros Pimentel, Antônio de Siqueira, Rui Barbosa, “a questão de fundo era o combate ao princípio do cemitério eclesiástico, sob a alegação de que esta era uma instituição da esfera de competência do poder público das municipalidades”²⁰⁸. No seio dessa fundamentação ocorriam princípios higiênicos e de salubridade pública, uma vez que no final da década de 1870 prevalecia a ideia de que as doenças eram causadas por miasmas, ou, perturbações na composição da estrutura atmosférica, algo que poderia ser provocado, entre outras razões, pela exposição de cadáveres, humanos inclusive. Sendo assim, como dever da administração pública estava a polícia, vigilância e direção dos destinos que deveriam seguir os corpos sem vida.²⁰⁹

Não se pode deixar escapar ao conjunto de argumentos dos que defendiam a secularização toda uma nova concepção de corpo e cadáver, mais próxima do biológico e natural que do espiritual e sagrado, rejeição ao poder da Igreja sobre a sociedade civil, controle sobre as instituições por parte dessa mesma esfera e preservação por parte do poder eclesiástico de seu domínio sobre os fiéis em face da administração da morte.²¹⁰

Por outro lado, coube aos defensores da sepultura sagrada, entre eles os deputados Antonio Carlos, Felício dos Santos, Afonso Pena, João José do Monte e Adolfo Bezerra de Menezes, sustentarem a preservação do enterramento eclesiástico na existência de ampla maioria católica no Brasil. Para esses deputados, seguindo em sua maioria o que determinava a cúpula eclesiástica, excluir esses fiéis da possibilidade de usufruírem da sepultura benta, seria “obrigar os católicos a serem enterrados em lugares que a Igreja reputava como profanos”, o que acarretaria em um “desrespeito à liberdade de consciência dos seguidores dessa religião”.²¹¹ Outros argumentos, surgidos ao longo dos debates, incluíam a possibilidade de perturbação da ordem pública em função da revolta da população contrariada em suas tradições funerárias, inexecutabilidade do projeto em função da necessidade de se construir cemitérios públicos em todas as freguesias e falhas no projeto com relação ao destino que seria dado aos cemitérios particulares existentes no Brasil.

Adolfo, fazendo parte da Comissão de Câmaras Municipais não assinou o parecer que indicava o substitutivo para apreciação no plenário, segundo ele, por “motivos imperiosos

²⁰⁸ Ibidem, p. 262.

²⁰⁹ Ibidem, p. 263.

²¹⁰ Ibidem, p. 277.

²¹¹ Ibidem, p. 280.

que o afastaram das sessões da Câmara por alguns dias”²¹², no entanto, se lá estivesse o teria assinado por concordar completamente com o seu teor. Pronunciando discurso na Câmara em 1º de outubro, Adolfo iniciou sua fala defendendo que a questão ali discutida envolvia os interesses do Estado e da Igreja, da sociedade civil e da sociedade religiosa. Para ele, o “Estado só tem o dever de aplicar-lhe as prescrições da higiene, exigindo que os enterramentos se façam na conformidade daquelas prescrições”²¹³, impedindo ainda que não fiquem insepultos os restos humanos. Esta seria a única missão do Estado. Para a sociedade religiosa, no entanto, a questão ia além. Em função de suas crenças e princípios, os restos dos que lhe pertenceram deveriam ser submetidos a certas fórmulas e cerimônias, incluindo o depósito do cadáver em terreno sagrado. Adolfo sustentou ainda que, para o Estado, não importava que o cadáver fosse enterrado em solo sagrado ou profano, o que importava é que fosse enterrado, respeitando as condições exigidas pela ciência de modo a não prejudicar aos sobreviventes.

Na continuação do discurso, mais uma vez foi possível identificar o papel que a religião assumia na concepção de sociedade civilizada para Adolfo. O homem, disse ele, era naturalmente um ser religioso, inteligente e livre. Por outro lado, as sociedades tinham por base a unidade de objeto e a harmonia de vontades, coisa que só foi obtida por duas sociedades ao longo da história, a sociedade romana e a sociedade cristã, e estas só alcançaram esse estágio por conta da unidade religiosa, que atua como meio de governo e como meio único de aperfeiçoamento moral do homem.²¹⁴

Declarando-se católico, apostólico, romano, mas não, ultramontano, Adolfo sustentava sua argumentação defendendo o posicionamento da Igreja, embora dissesse não aceitar o seu domínio sobre os Estados, sobre as sociedades civis. Para ele, a Igreja e o Estado eram dois aliados que visavam ao mesmo fim, que tinham os mesmos interesses reais e que seguiam a mesma via, uma vez que no Brasil, o cidadão era filho da Igreja e o filho da Igreja era cidadão.²¹⁵ Não casar, repetia ele, o Estado com a Igreja, era semear a discórdia e a

²¹² Pronunciamento na Câmara dos Deputados, sessão de 01 de outubro de 1879. Anais da Câmara dos Deputados, 1879, p. 272. Disponível em <http://www2.camara.jeg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/publicacoes-e-estudos>. Consultado em 16/7/2015.

²¹³ Ibidem.

²¹⁴ Apud NOBRE, Freitas. Op. Cit. p. 168.

²¹⁵ A postura de Adolfo, definindo-se como católico, mas não ultramontano, foi peculiar a vários elementos que se assumiam como liberais, mas continuavam adeptos, e defensores, do catolicismo. Assim como Adolfo, vários outros parlamentares e clérigos conseguiram conciliar o liberalismo político, tido como expressão de defesa de princípios contra o despotismo e o poder absoluto que se afirmavam no Brasil, sobretudo após os conflitos de 1842, com os ditames da Igreja Católica e, assim como o movimento conservador pode ser visto como reação aos liberais, os princípios do ultramontanismo, que pretendia colocar as decisões da Igreja acima das decisões dos Estados também pode ser entendido como reação à tutela destes sobre a estrutura católica, contra os liberais

perturbação nas consciências. Além disso, tudo que a Igreja queria, “em satisfação às suas crenças, que, se não valem por si, valem como direitos à liberdade, são garantias para os cadáveres dos que forem seus membros.”²¹⁶ Isto não significa que não concordasse com o dever do estado em dar sepultura aos acatólicos, como determinava o projeto original, no entanto:

O que não posso admitir é que, para garantir os acatólicos, se tirem aos católicos os direitos adquiridos, e dos quais, tomadas as providências propostas, contanto que se expurguem eles do exclusivismo, nenhum mal resulta para a sociedade.²¹⁷

Para concluir, Adolfo comparava a questão da secularização dos cemitérios ao projeto aprovado na Câmara que tratava da questão dos casamentos, uma vez que envolvia o mesmo tipo de divisão entre acatólicos e católicos. Neste, foi estabelecido o casamento civil, o que satisfazia aos primeiros, e não se excluiu o casamento religioso, o que satisfazia aos segundos. Sendo assim, por que não aplicar o mesmo princípio à questão dos cemitérios?

Estabeleça-se o cemitério público como estabeleceu-se o casamento civil, para garantias daqueles que não encontram proteção na Igreja, e que precisam do Estado. (Apoiados e apartes).

Ora, pergunto à Câmara dos Srs. Deputados: que razões de conveniência pública pode haver para se suprimirem os cemitérios das ordens, que são os que satisfazem às exigências mais ou menos razoáveis da sociedade religiosa?

Que mal fazem esses cemitérios? (Apartes).

Eu já disse. O Estado só tem que ver na questão dos cemitérios que não contrariem as prescrições da higiene.

Pois bem, desde que o Estado tenha estabelecido para os cemitérios das ordens religiosas a polícia municipal, ou geral; desde que por esse modo tenha exercido sua função nos enterramentos, que conveniência pode alegar para leva-la até o ponto de suprimir esses cemitérios?²¹⁸

A pergunta de Adolfo foi respondida pelo projeto substitutivo de seu contrêrâneo, o deputado Theodoro Souto. Na proposta, tida como ‘conciliadora’ haveria em cada

e protestantes. Rui Barbosa, por exemplo, manteve-se cristão embora defendesse a liberdade religiosa, acusando o ultramontanismo de fortalecer a superstição e o fanatismo nas práticas religiosas do povo. Além disso, não podemos esquecer que a segunda metade do século XIX no Brasil ainda é marcada pela presença de um espiritualismo eclético, cristão e crítico em relação a vários dogmas católicos, entre os quais a infalibilidade papal e a supremacia da Igreja sobre o Estado. Para uma leitura mais apurada do tema, ver: AZZI, Riolando. O altar unido ao trono: um projeto conservador. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.

²¹⁶ Apud NOBRE, Freitas. Op. Cit. p. 177.

²¹⁷ Ibidem, p. 178.

²¹⁸ Ibidem.

municipalidade do Império pelo menos um cemitério público, cuja fundação, polícia, direção e administração seriam da exclusiva competência das câmaras municipais, sem intervenção, ou dependência de qualquer autoridade eclesiástica.²¹⁹

Os demais artigos do projeto estabeleciam os locais onde deveriam ser alocados os cemitérios, preferencialmente fora das cidades, em atenção à saúde pública, assim como a liberdade para enterramento de qualquer defunto, independente da religião professada em vida, ainda que nenhuma tivesse seguido, além da possibilidade de celebração do culto por qualquer credo religioso.

O substitutivo foi aprovado na sessão de 20 de setembro de 1880 e encaminhado ao Senado. Na casa senatorial ficou arquivado por cerca de sete anos, só entrando em discussão em 1887. De qualquer forma, a secularização dos enterros precisou aguardar a República, só sendo regulamentada através do decreto nº 789, de 27 de setembro de 1889.

Como mostramos, morrer é ato natural, mas está cercado de todo um conjunto de questões políticas, sanitárias, religiosas e sociais que tornam a morte, dos humanos, ou dos animais, questão que mobiliza interesses, recursos e ações denunciando a forma como as sociedades compreendem a vida e o destino de seus mortos.

2.2 Escravidão e emancipação. O destino dos negros na cidade doente.

Em sua trajetória como político, há três momentos em que Adolfo tratou diretamente da questão dos negros na sociedade e da escravidão a que eram submetidos. A primeira deu-se como vereador e relacionou-se à apresentação de um projeto para criação de uma instituição voltada para fiscalizar as amas de leite, prática normalmente realizada por negras, escravas ou libertas. O segundo ocorreu em 1869, ano em que Adolfo não exercia cargo político, em função da queda do gabinete Zacarias e da dissolução da Câmara dos Deputados no ano anterior, mas que guardava relação com a atividade política parlamentar uma vez que a obra que produziu - "*A escravidão no Brasil e as medidas que convém tomar para extingui-la sem danos para a nação*" - foi distribuída por ele aos Deputados que discutiam no parlamento os destinos da escravidão. Por último, sua atuação já no final da legislatura de 1885, subindo à tribuna a fim de protestar contra várias agressões sofridas por abolicionistas em Campos dos Goytacazes e cidades fora dos grandes centros por fazendeiros e defensores da escravidão.

²¹⁹ RODRIGUES, Cláudia. Op. cit., p. 289.

Para a Câmara de Vereadores da Corte, diferenciada de tantas outras Câmaras Municipais pela proximidade do poder central, mas, próxima dessas em função das mais diversas restrições políticas e administrativas a que eram submetidas, as questões relacionadas à presença dos negros foram tratadas majoritariamente por conta do grau de interferência, direta ou indireta, que essa população desempenhava na rotina das cidades e de seus habitantes. Estas ‘formas de tratar’, contudo, acabavam expondo as contradições dessa relação, pois, se de um lado os negros eram apontados como causadores dos mais diversos males, de outro, era visível a dependência da sociedade para com eles.

Uma dessas atividades envolvendo a presença negra nas famílias deu-se em relação à prática de cuidar das crianças brancas, transformada em ofício, por um grande contingente de escravas. Suas praticantes, popularmente conhecidas como “amas de leite”, de acordo com vários médicos higienistas, eram não somente veículos transmissores de germes e doenças, mas também, de preconceitos, credices e superstições.²²⁰

Esta atividade, herdada de práticas que se consumaram ao longo do período colonial e que eram sustentadas por concepções como as de que a amamentação era um impeditivo para o ato sexual do casal em função do risco de o sêmen “estragar” o leite²²¹, tinham, na verdade, como origem e fundamento toda uma percepção que relegava ao elemento escravizado, subordinado, inferiorizado as tarefas mecânicas, reservando ao branco dominador as atividades de mando, pensamento e domínio.

A historiografia sobre o tema, por sua vez, revela alguns dos aspectos de como a presença negra e da escravidão foram interpretadas no Brasil. Assim, se de um lado temos Gilberto Freire para quem “a ama negra fez muitas vezes com as palavras o mesmo que com a comida: machucou-as, tirou-lhes as espinhas, os ossos, as durezas, só deixando para a boca do menino branco as sílabas moles”²²², numa clara tentativa de ‘amolecer’ os males da escravidão. De outro, vamos encontrar grande quantidade de pesquisadores envolvidos em demonstrar os sofrimentos a que eram submetidas as mulheres negras, e, no caso das amas de

²²⁰ KOUTSOUKOS, Sandra Maria Machado. Amas mercenárias: o discurso dos doutores em medicina e os retratos de amas – Brasil, segunda metade do século XIX. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.16, n. 2, abr-jun., 2009, p. 308.

²²¹ SILVA, Antonio Augusto Moura da. Amamentação: fardo ou desejo? Estudo histórico-social dos saberes e práticas sobre aleitamento na sociedade brasileira. Ribeirão Preto/SP: Dissertação apresentada ao Departamento de Medicina Social, USP, 1990, p. 158.

²²² FREIRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia Patriarcal, 48ª ed. São Paulo: Global, 2003, p. 215.

leite, um sofrimento que ia além do físico, uma vez que eram violentadas em sua condição de maternidade por conta da tarefa que desempenhavam²²³.

De qualquer forma, em meados do século XIX, em função da abolição do tráfico internacional e do fluxo da venda de escravos deslocando-os para a fazenda, a escravidão urbana tendeu a declinar o que contribuiu para o aumento da concorrência doméstica entre escravas, libertas e livres.²²⁴ Ainda assim, o maior impacto urbano da presença negra no Rio de Janeiro ocorreu justamente na Corte, local que, se antes era ponto de chegada dos negros traficados, passa a ser campo de trabalho para escravos de ganho, e fonte de preocupações constantes por parte da administração citadina em função dos temores de proprietários e autoridades das insurreições escravas.

Sob esse aspecto é preciso considerar a atividade de ama de leite como uma das alternativas de trabalho possíveis às negras, escravas, libertas ou livres. Esta atividade, agrupada naquilo que Ribeyrolles denominava como a segunda divisão do povo negro no Rio de Janeiro, a primeira seriam os vendedores de rua e os carregadores²²⁵, guardava várias peculiaridades tanto no recrutamento e contratação, quanto no conjunto de relações entre contratantes e contratadas, algo que pode ser percebido, ainda na década de 1860, por conta dos vários anúncios em classificados de pessoas oferecendo ou procurando amas de leite. Sendo assim, enquanto para o senhor da escrava, seu aluguel como ama de leite poderia lhe trazer bons rendimentos, por outro lado, este precisava assegurar todo um conjunto de elementos necessários para caracterizar a mulher como boa candidata à função, o que ia desde a ausência de vícios ou moléstias, obediência, bons costumes, ou ter parido recentemente, o que lhe asseguraria ter ‘leite novo’.²²⁶

A Câmara de Vereadores, pressionada por diversas esferas da sociedade, mas, composta em sua maioria por médicos desejosos de regulamentar, de acordo com os preceitos higiênicos, as práticas sociais da população, precisou pronunciar-se com relação à atividade. Esta responsabilidade talvez justifique a apresentação por Adolfo, em 5 de maio de 1866, de um projeto para a criação de um “Instituto de Amas de leite”, entidade voltada para fiscalizar tanto as mulheres que exerciam o ofício quanto aqueles que as requisitavam.

Na verdade, a iniciativa não era nova. Em 1865 a parteira M.J.M. Durocher encaminhou à Academia Imperial de Medicina projeto de criação de um serviço de inspeção

²²³ MARTINS, Bárbara Canedo R. Construindo a memória de um ofício: as amas de leite no mercado de trabalho urbano do Rio de Janeiro (1820-1880). *Revista de História Comparada*, PPGHC-UFRJ, Rio de Janeiro, 6-2, 2012, p.140.

²²⁴ *Ibidem*, p. 141.

²²⁵ *Ibidem*, p. 150.

²²⁶ KOUTSOUKOS, Sandra Maria Machado. *Op. cit.*, p. 306.

das amas de leite. Segundo ela, o mesmo projeto já havia sido apresentado à Câmara de Vereadores da Corte em 1849, onde nem mesmo chegou a ser apreciado. Posteriormente foi publicado pelo Diário do Rio de Janeiro. Durocher, que se identificava como parteira formada pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, parteira da Casa Imperial, Duquesa de Saxe Coburgo e Gotha e membra honorária da Academia Imperial de Medicina, sustentava seu projeto na procura assídua por amas de leite que acontecia em seu consultório e no emprego sistemático de amas não qualificadas, fosse pela escassez de leite, constituição imprópria para amamentação, sífilis, hepatite ou outras enfermidades. Em seu artigo, a forma como as amas eram tratadas pelos senhores, sofrendo agressões e sendo afastadas de seus filhos, eram elementos que condenavam a prática, algo que em momento algum foi mencionado por Adolfo, no entanto, o artigo se aproximava de seus argumentos em função de regulamentar e fiscalizar a prática da amamentação visando, sobretudo, resguardar o futuro das crianças brancas amamentadas.²²⁷

Adolfo fundamentava seu o projeto em quatro tópicos, que revelam tanto a fragilidade da Câmara em lidar com os assuntos da cidade, quanto o papel que, segundo ele, caberia à medicina e ao Estado desempenhar para o seu bom funcionamento. Desta forma, sabedor da sequência de tramitações que o projeto seguiria, necessitando da aprovação do poder central, concordância esta que esbarraria na avaliação prévia da Junta Central de Higiene, Adolfo inicia o projeto argumentando que “a lei regulamentar das Câmaras Municipais do Império dá-lhes a atribuição de velar pela saúde dos povos”²²⁸. Afirmava também que, ainda que a criação da Junta Central de Higiene reservasse a esta a apreciação de assuntos relacionados à saúde, a entidade possuía atribuições meramente consultivas, sendo, portanto, função da Câmara criar ações que lidassem diretamente com a questão.

Em segundo lugar, estavam aspectos relacionados diretamente à saúde da população e das possíveis consequências no mau desenvolvimento dos jovens, por conta da amamentação realizada por amas de leite, sem a devida fiscalização médica. Para Adolfo, o Instituto se justificaria em função do:

terrível mal que se inocula em nossa população pelo uso de amas de leite tiradas da ínfima classe, e até e principalmente da raça escrava, todas eivadas já não direi de vícios morais, mas principalmente de

²²⁷ BN – Hemeroteca Digital. Carta da Parteira Durocher. *Annaes Brasilienses de Medicina*, ed. n°5, de 1865, p. 22.

²²⁸ BN – Hemeroteca Digital. Boletim da Câmara Municipal da Corte, 01 a 30/06/1866, p. 39.

vícios físicos, que mais tarde e talvez breve darão em resultado uma mocidade decrepita, estragada e sem préstimo.”²²⁹

A concepção de que os descendentes de africanos fossem mantenedores de vícios físicos transmissíveis àqueles que mantivessem contato direto com seus organismos, neste caso, através do leite, era apresentada por Adolfo como algo que degradaria a população jovem em curto espaço de tempo. Esta postura não era somente sua, fazia parte da concepção médica vigente na época e que incluía alegações de que as amas de leite pudessem transmitir febre amarela, cólera, varíola, tuberculose, sífilis, escarlatina, malária, escrófulas, vermes, sarnas, parasitas de cabelo e até a lepra. Além disso, havia também as doenças morais, que “estariam presentes no leite sob a forma de germes, que conteriam disposições hereditárias da escrava e se desenvolveriam mais tarde nos pequenos entes, a exemplo da suposta predisposição das escravas para a promiscuidade”.²³⁰

O terceiro argumento de que Adolfo se valia resguardava-se na constatação da irresponsabilidade dos pais que aderiam a essa prática, fruto do desconhecimento das ciências médicas, e a função que o poder público deveria exercer no sentido de preservar as crianças de possíveis males físicos transmitidos pelas amas de leite, agindo no “fim generoso de dotar a pátria de fortes e robustos filhos.”²³¹ Por fim, Adolfo valia-se ainda da existência “em todos os países civilizados do mundo”²³² de estabelecimentos semelhantes ao que propunha, embora admitisse que o Brasil ainda não possuísse condições de igualá-los em quantidade e em qualidade.

Devemos, também, avaliar as razões apresentadas por Adolfo, à luz tanto dos princípios médicos que grassavam na ocasião, quanto de questões políticas e sociais relacionadas à prática da amamentação mercenária. Sendo assim, era necessário verificar que o projeto adotava uma das duas tendências defendidas pela classe médica para abordar a questão das amas de leite. Enquanto um grupo tentava elaborar quesitos e circunstâncias que pudessem permitir a prática sob regulamentos higiênicos, como era o caso de seu projeto, outro se preocupou em condenar a atividade, defendendo que a amamentação ocorresse exclusivamente por parte da mãe.

Além disso, mesclando fundamentos que tanto serviam como base a um grupo quanto a outro, havia também as concepções sobre os tipos de aleitamentos possíveis e suas

²²⁹ BN – Hemeroteca Digital. Boletim da Câmara Municipal da Corte, 01 a 30/06/1866, p. 39.

²³⁰ KOUTSOUKOS, Sandra Maria Machado. Op. cit., p. 311.

²³¹ BN – Hemeroteca Digital. Boletim da Câmara Municipal da Corte, 01 a 30/06/1866, p. 39.

²³² Ibidem.

indicações de acordo com as circunstâncias. Desta forma, vamos encontrar o ‘aleitamento materno’ indicado pela maioria dos médicos, uma vez que era tido como um impulso sublime, representativo do instinto de reprodução, substituível apenas nos casos em que a mãe possuísse, ou estivesse passando, por algum tipo de problema físico, de saúde, ou ‘de nervos’.²³³ No impedimento materno por uma das razões apresentadas, ou ainda por considerar o ‘leite fraco’, aparecia a recomendação pelo chamado ‘aleitamento misto feminino’, modalidade em que a mãe dividia com uma ama de leite a tarefa do aleitamento.²³⁴ O terceiro tipo, chamado de mercenário, era recomendado apenas nos casos em que houvesse impedimentos para a prática por parte da mãe. Por fim, havia ainda o ‘aleitamento artificial’, que poderia ser mediato, ou indireto, e imediato, ou direto.

No mediato, o bebê tomava o leite de vaca, cabra, ovelha ou jumenta, em colher, copo ou mamadeira, diluído em água cuja quantidade era reduzida aos poucos. O cuidado com a conservação do leite era imprescindível, pois se não fosse logo consumido o calor fazia com que se estragasse rapidamente. (...) No aleitamento artificial imediato, ou direto, não havia risco de o leite estragar, pois o bebê mamava diretamente no animal. Nesse caso, os médicos aconselhavam dar preferência às cabras. Diziam eles que o leite das jumentas assemelhasse mais ao humano, no entanto seria mais difícil lidar com esses animais do que com as cabras, de temperamento mais dócil.²³⁵

De qualquer forma, não se encontra em nenhum momento no projeto de Adolfo qualquer tipo de menção às condições a que eram submetidas as amas de leite, fosse em relação aos destinos de suas proles, fosse por conta do comércio em que estavam envolvidas. Pelo contrário, a argumentação de que se utilizava preocupava-se somente com a montagem de uma instituição que pudesse avaliar e qualificar mulheres para o exercício da prática, zelando para que esta não pusesse em risco a saúde e o desenvolvimento das crianças amamentadas. Esta postura fica clara nos artigos que dispõem sobre o licenciamento, fiscalização e acompanhamento das amas de leite e daqueles que utilizassem de seus serviços.

Art.1º - Ninguém poderá ter ama de leite alugada ou própria sem que a tenha feito examinar pelos peritos do Instituto e obtido por esse meio o atestado de sã, dado pelo mesmo Instituto. Os infratores pagarão a multa de 30\$ e o dobro na reincidência.

²³³ KOUTSOUKOS, Sandra Maria Machado. Op. cit., p. 308.

²³⁴ Ibidem, p. 312.

²³⁵ Ibidem, p. 308.

Art. 2º - O atestado do Instituto, pelo qual pagará a parte 5\$, só valerá por dois meses, no fim do qual serão as amas obrigadas a vir a novo exame que será gratuito, escrevendo os peritos o seu juízo nas costas do atestado. O que se furtar a esse dever é sujeito à multa de 10\$, e ao dobro na reincidência.

Art. 3º - A ama que no segundo ou último exame for julgada incapaz, está no caso das que forem julgadas tais da primeira vez e, portanto não poderá continuar a amamentar.

Art. 4º - A Junta de Higiene por seus delegados, a Câmara pelos seus e a polícia pelos subdelegados e inspetores de quarteirão, tomarão muito empenho em descobrir qualquer violação dessas posturas.

Art. 5º - Além das autoridades indicadas pode qualquer pessoa denunciar a existência de uma ama de leite mercenária que não tem a competente licença, e neste caso e sempre que o denunciador o quiser receberá metade da importância da multa que incorrer o denunciado, assim da primeira vez como das reincidentes.

Art. 6º - Aquele que pagando a multa, ou não, continuar com uma ama julgada incapaz, incorrerá também nas penas de desobediência, e a Câmara fá-lo-á processar e obrigá-lo-á a deixar a dita ama.²³⁶

O projeto não detalhava, mas a avaliação médica pela qual passariam as candidatas envolvia, além da verificação de alguma das doenças já mencionadas, os dentes, as gengivas, o hálito, os olhos, gânglios linfáticos, órgãos genitais e cicatrizes antigas. Os seios deveriam ser, de preferência, os que tivessem tamanho regular, firmes e elásticos, mas, não muito duros, vertendo leite com facilidade após pequena pressão sobre o bico do peito.²³⁷

É necessário mencionar também o entrelaçamento entre Estado e Medicina na medicalização das práticas sociais. Como já mostramos, Adolfo justificava a prática dos pais pela ignorância deles em relação ao conhecimento médico, mas atribuía ao Estado a função de intervir nessas práticas, por isso a estrutura do Instituto dividia claramente responsabilidades entre a Medicina, que examinaria e certificaria quem poderia amamentar, e o poder público, que normatizaria, fiscalizaria e puniria os que desrespeitam a postura.

No projeto de Adolfo, o Instituto teria no seu quadro de funcionários, um diretor, que seria obrigatoriamente um vereador, três médicos, três parteiras e um escriturário. Como ele sugere que o atendimento fosse realizado inicialmente em uma das salas da Câmara de Vereadores, imaginamos que não se pretendia a realização de partos, mas tão somente o exame e qualificação das candidatas, responsabilidade que ficava dividida no projeto entre médicos e parteiras, o que sugere a aceitação que essas profissionais já possuíam naquela época em assuntos relacionados à maternidade.

²³⁶ BN – Hemeroteca Digital. Boletim da Câmara Municipal da Corte, 01/04 a 30/06/1866, p. 40.

²³⁷ KOUTSOUKOS, Sandra Maria Machado. Op. cit., p. 309.

Por sugestão do vereador Barroso Pereira, o projeto foi encaminhado para a Junta Central de Higiene para apreciação e posterior discussão na Câmara, antes de seu envio ao Ministério do Império. A resposta da Junta veio através de ofício recebido em junho do mesmo ano e encaminhado a Adolfo, sem que pudéssemos saber o seu conteúdo²³⁸. No entanto, em janeiro de 1867 encontramos nos extratos do expediente ofício enviado à Junta de Higiene solicitando que o projeto fosse devolvido com as apreciações desta, uma vez que já se fazia “muitos meses” desde o seu envio. Isto nos sugere que o parecer da Junta tenha sido contrário ao projeto, suspeita que se fortifica em função de em nenhum outro boletim voltar a ser tratado o tema de criação de um Instituto de Amas de leite.

Algo que chama bastante atenção entre o projeto de 1866 e a obra de 1869 refere-se a forma como Adolfo tratava da questão da escravidão, particularizando os sofrimentos a que eram submetidos os negros, sem no entanto descuidar-se dos riscos físicos e morais a que eram submetidos os jovens brancos sujeitos a esse contato. É possível que esta sutil mudança deva-se a sua ocupação como redator de “A Sentinela da Liberdade”, entre os anos de 1869 e 1870, e dos artigos que escrevia no jornal “A Reforma”, com o pseudônimo de Frei Gil, esferas em que manteve contato mais estreito com abolicionistas, republicanos, emancipacionistas e imigrantistas atuantes e reconhecidos, como Joaquim Nabuco.

Em 1869, logo após a dissolução da Câmara em função da queda do Gabinete Zacarias, Adolfo produziu, editou e distribuiu aos deputados gerais a obra “A escravidão no Brasil e as medidas que convém tomar para extingui-la sem dano para a nação”. No livro, Adolfo argumenta que:

Nenhuma questão, segundo penso, reclama tão seriamente a atenção de quem se interessa pelo bem estar e futuro do país, como a da emancipação da escravatura.

Os maiores interesses, e interesses de todas as ordens, lhe estão intimamente ligados, e reclamam uma solução tão pronta, quanto maduramente refletida.²³⁹

Adolfo iniciou o texto referindo-se, assim como vários outros pensadores da época, à escravidão como “um cancro” de raízes malditas que penetraram fundo no seio da sociedade brasileira. Para fundamentar a escravidão como uma maldição, apresentava, primeiramente, a sua condenação por parte da “religião Santa da Cruz”. Em seguida, a sua

²³⁸ Ibidem, p. 68.

²³⁹ MENEZES, Adolfo Bezerra de Menezes. A escravidão no Brasil e as medidas que convém tomar para extingui-la sem dano para a nação. Rio de Janeiro: Tipografia Progresso, 1869, p. 4.

condenação por parte das ideias liberais do século XIX, amparadas pelo princípio da igualdade de todos os homens perante a lei. Em terceiro lugar, a sua condenação por parte da economia política, uma vez que, segundo Adolfo, já ficara demonstrado “como o braço livre produz mais e é mais eficaz à indústria do que o braço escravo, essa lamentável aberração do espírito humano”²⁴⁰. Por fim, apontava ainda a sua condenação por parte da moral, “cujas leis não se compadecem com os sentimentos depravados de uma raça embrutecida; e reclamam em nome da família e da sociedade a sua reabilitação pela pureza dos costumes e pela pratica do bem”²⁴¹, numa clara visão dos negros como raça a ser purificada.

No final da década de 1860, a questão da escravidão no Brasil já havia passado por um longo período de críticas, avaliações e debates envolvendo grupos e pessoas que procuraram construir argumentos para condená-la, enquanto outros expunham os mais diversos motivos para justificá-la e postergar sua extinção. A análise de Adolfo refletia esse debate e apoiava-se nos mesmos argumentos levantadas por essas vozes. Todavia, há que se considerar a variedade de argumentos levantados e as possíveis contradições existentes no seio de cada um deles.

Assim, por exemplo, alguns viajantes estrangeiros preocuparam-se em condenar a escravidão por conta dos sofrimentos a que eram submetidos os negros no Brasil, emparelhando escravidão e barbárie, em oposição à liberdade e civilização. Nesse grupo encontramos o francês F. Dabadie, em 1851, que apontava a escravidão como a ‘vergonha do Brasil’, argumentando ainda que a suposta brandura da instituição escravista por aqui era absurda e infundada e “associando o embrutecimento dos negros não à raça, mas a escravidão com as suas práticas de crueldade.”²⁴² Seu contemporâneo, Alexis de Gabriac, em 1867, criticava a instituição pelo prejuízo causado aos negros, denunciando, após sua viagem pelo Pará, a crueldade dos castigos a eles infligidos, sobretudo pelos pequenos proprietários.²⁴³ Da mesma forma, Charles Expilly, em 1855, pensava que a “continuidade da escravidão estava em contradição com os princípios da liberdade e da civilização, transformando o Brasil no país da superstição e da barbárie.”²⁴⁴

Todavia, a questão econômica por trás da extinção da escravidão no Brasil, fosse pela emancipação, ou ainda pela abolição, estava embrenhada no seio de todas as condenações possíveis, fossem elas baseadas em razões morais, liberais ou religiosas. Desta

²⁴⁰ Ibidem, p.5.

²⁴¹ Ibidem.

²⁴² SANTOS, Cláudia. Narrativas de viagem e escrita da história: os franceses no processo abolicionista brasileiro (1850-1899). Rio de Janeiro: 7 letras, 2013, p. 123.

²⁴³ Ibidem.

²⁴⁴ Ibidem, p. 128.

forma, para Charles Expilly, a escravidão estava na “origem da desvalorização do trabalho e dos hábitos de preguiça difundidos em toda a sociedade brasileira”²⁴⁵, assim como se apresentava como o maior obstáculo à emigração europeia. Para Charles Ribeyrolles, além de concordar com os argumentos de Expilly, a escravidão seria uma “contradição com os dois fundamentos do mundo moderno: a liberdade do trabalho e o desenvolvimento técnico científico.”²⁴⁶

Por outro lado, contrariando aquilo que Adolfo afirmava com relação à condenação da escravidão por parte da Igreja, Expilly a responsabilizava, também, pela manutenção do escravismo no Brasil, por conta da sua “boa vontade em relação à execrável instituição escravista”²⁴⁷, algo que de forma semelhante Henry Coster²⁴⁸ já havia enfatizado, enaltecendo, a produtividade em engenhos de propriedade de ordens religiosas, particularmente beneditinos e carmelitas, em Pernambuco ao longo da década de 1810.

Adolfo, por sua vez, ao tratar da escravidão sob o ponto de vista econômico, tentou valer-se de argumentos utilizados por aqueles que defendiam o sistema, enfatizando que o desejo do lucro voltava-se para o detentor dos negros na forma de prejuízos inerentes à própria prática do cativo.

Para Adolfo, as nações que aboliram a escravidão já haviam concluído que o trabalho livre era “mais barato e mais bem feito”.²⁴⁹ Mas, para ilustrar essa constatação, utilizou-se do Ceará como exemplo, apontando como, até 1845, o trabalho agrícola só se realizava na província à custa do trabalho escravo, o que levava a província a ter uma produção agrícola diminuta, uma vez que era muito dispendiosa a compra e manutenção de mão de obra escravizada. Não havia exportação, a renda não ia além de 100 mil réis, além disso, a população livre que não possuía escravos tornava-se meramente consumidora “das sobras que podiam realizar os poucos que se empregavam na lavoura”²⁵⁰. Com isso, a produção estava limitada ao trabalho escravo, ao passo que o consumo era feito por toda a população da província.

Com a devastadora seca de 1845, os proprietários tiveram que se desfazer dos escravos, vendidos, segundo ele, numa proporção espantosa para os proprietários do sul. Ainda segundo Adolfo, após a venda de toda a escravatura da província, “a fortuna publica e

²⁴⁵ Ibidem, p. 129.

²⁴⁶ Ibidem, p. 132.

²⁴⁷ Ibidem, p. 130.

²⁴⁸ MARSON, Izabel Andrade. Política, história e método em Joaquim Nabuco: tessituras da revolução e da escravidão. Uberlândia/MG: EDUFU, 2008, p. 81.

²⁴⁹ MENEZES, Adolfo Bezerra de Menezes. A escravidão no Brasil e as medidas que convém tomar para extingui-la sem dano para a nação. Rio de Janeiro: Tipografia Progresso, 1869, p.8.

²⁵⁰ Ibidem.

particular tem, como milagrosamente, crescido no Ceará”. A indústria da criação reviveu, centros importantes que estavam falidos voltaram a prosperar, fazendeiros enriqueceram e com o aumento das rendas, que em 1869 chegou próxima de dois contos de réis, houve o reflorescimento do comércio.

Para o autor, essa metamorfose só foi possível pela substituição do trabalho escravo pelo trabalhador livre, substituição essa que, novamente, não deixa de ter a mão da providência, que “forçou os fazendeiros do Ceará a mostrarem ao mundo como sem escravos se vive melhor e mais feliz”²⁵¹, fato que só ocorreu pois:

A despesa com o custeio de uma fazenda montada com escravos, somada com os prejuízos anuais causados pela morte de alguns desses escravos, quando muito era coberta pelo produto do trabalho forçado.

Hoje, o custeio dessa mesma fazenda montada com gente livre, não consome senão uma parte do produto do trabalho livre.

A prova ai está no aumento prodigioso da exportação agrícola da província, e na prosperidade em que vivem aqueles mesmos fazendeiros, que se julgavam felizes; quando sua receita dava para a despesa que faziam.

Uma fazenda que valia 100:000\$ no tempo dos escravos, incluindo nessa quantia, pelo menos, 50:000\$ representados pelo valor dos mesmos escravos, hoje vale o mesmo que então, tão, somente pelas terras e pelos benefícios; porque com o aumento da riqueza geral tudo duplicou, ou triplicou de valor.

Vê-se, pois que o fazendeiro cuja fortuna era de 100:000\$, dos quais, pelo menos a metade, representados por bens perecíveis; perdendo os escravos, ficou com a mesma fortuna, e fortuna mais sólida, por que é toda representada por bens de raiz.

Demais, no tempo dos escravos aquele fazendeiro não podia tirar de sua renda um fundo de reserva que empregasse no aumento de sua fortuna, porquanto se alguma coisa lhe sobrava de suas despesas, esse pouco era absorvido na compra de novos escravos, que se faziam necessários para preencher os claros feitos pela morte.²⁵²

Além dos argumentos acima, Adolfo insistia ainda que a substituição da mão de obra escrava pelo trabalho livre e remunerado possibilitou a absorção de uma grande quantidade de trabalhadores que não se dignavam a compartilhar o ambiente e as atribuições dos escravos ao lado desses, afluência esta que, pela sua quantidade, possibilitava aos proprietários remunerá-las por valores módicos e sem o risco de perdê-la como acontecia com os negros, o que culminava com a significativa redução nas despesas do fazendeiro.

²⁵¹ Ibidem, p.10.

²⁵² Ibidem, p 11.

Embora pudesse parecer inocente, em função das diferenças econômicas existentes entre o Ceará, de economia predominantemente pecuária, para o sul do Império, muito mais dependente de mão de obra, por conta do trabalho nas lavouras de café, a intenção de Adolfo ao tentar demonstrar as vantagens do trabalho livre em relação ao trabalho escravo, amparava-se em estratégia de convencimento amplamente difundida por abolicionistas e emancipacionistas. E isso não se dava somente pela libertação dos escravos, envolvia também a absorção da mão de obra nacional não escrava, os libertos, e a questão da imigração. Portanto, tratar da libertação envolvia todo um conjunto de fatores que iam além da simples abolição.

No final de sua análise, Adolfo disferiu um ataque contundente ao funcionamento do Império uma vez que mesmo tendo sido escrita na fala do trono de 1867 a disposição e a necessidade desta reforma, coisa que acalentou em alguns crédulos um vislumbrar de mudanças sobre a escravidão no país, para ele, isto nunca passou de um engodo, de simples promessa, que o tempo comprovou mentirosa e ilusória. Para Adolfo, o governo fundava-se exclusivamente numa política “mesquinha, pessoal e egoística, que consistia em fazer clientela, comprando adesões”²⁵³ e que:

O Governo estudará eternamente esta e todas as mais questões vitais do nosso país, e nunca passará de estudos, porque querendo ser centro, chamar a si todos os negócios públicos, gerais, provinciais, municipais e individuais, acaba por não poder materialmente dar conta de sua missão e por não resolver senão aqueles pelos quais se empenham amigos e recomendados.²⁵⁴

Sob esse aspecto, é preciso lembrar que o panfleto foi produzido no final de 1869, período logo após a dissolução do Gabinete Zacarias, de retorno dos conservadores ao poder e de condenação por parte de vários liberais, entre eles, Adolfo, da Liga Progressista e da política de conciliação. Ainda assim, quando Adolfo apontava a inércia do governo como elemento fundamental para que as questões nacionais não fossem resolvidas, referia-se não só aos seguimentos políticos partidários, mas ao próprio poder Moderador e ao trono imperial, que, se de um lado parecia favorecer a emancipação, de outro, encontrava-se emperrado por conta da própria estratégia de existência em que foi construído.

²⁵³ Ibidem, p.12.

²⁵⁴ Ibidem, p. 13.

De fato, a questão da escravidão tinha se tornado ainda mais problemática ao longo da década de 1860 e tanto o trono imperial quanto os segmentos mais conservadores, fazendeiros e políticos a eles ligados, conseguiram postergar ações mais contundentes em direção à libertação, mesmo com a pressão da opinião europeia, a vitória dos estados do Norte na guerra civil americana, os problemas envolvendo o uso de escravos nas tropas imperiais na Guerra do Paraguai, além das pressões internas relacionados tanto com a resistência escrava, o movimento daqueles que se posicionavam a favor da libertação e a sutil vontade política da Coroa.²⁵⁵

Desta forma, ainda que em janeiro de 1864, o imperador tivesse enviado a Zacarias de Goes uma nota sobre a escravidão, enfatizando os acontecimentos da guerra civil norte-americana e sugerindo a abolição através da libertação dos filhos dos escravos que “nascessem dali a certo número de anos”²⁵⁶, a forma arrastada com que a questão foi conduzida parecia a Adolfo tema para ser tratado eternamente sem nunca chegar a uma definição. Exagero, ou não, o fato é que o próprio imperador só voltou a tratar do tema em finais de 1865, por conta do projeto de libertação dos nascituros encomendado a Pimenta Bueno, projeto este concluído em janeiro de 1866, mas só apresentado ao Conselho de Estado em fevereiro do ano seguinte, sendo debatido em abril de 1867.

Naquele ano, mesmo acontecimentos fora do Brasil, como a vitória da União na guerra civil americana e dos liberais republicanos no México, panorama que ameaçava não só a manutenção do sistema escravista como a própria sobrevivência da monarquia, ou, no âmbito interno, com a flagrante necessidade de aumentar o número de escravos nas tropas nacionais, o que culminou com a alforria dos chamados “escravos da nação, os pertencentes à coroa e aos conventos para que combatessem no Paraguai”²⁵⁷, não foram suficientes para convencer o Conselho de Ministros da necessidade da libertação.

Reunidos em abril de 1867, o Marquês de Olinda deixou claro que não havia necessidade de intervenção imediata, uma vez que a escravidão deixaria de existir “quando os escravos fossem tão poucos, devido às alforrias e às mortes, que esse ato não trouxesse prejuízos aos senhores e à ordem pública.”²⁵⁸ Nabuco de Araújo, por sua vez, embora concordasse com Olinda com relação a inexistência de circunstâncias que pudessem levar à abolição imediata, achava que a torrente da abolição era inevitável. Todavia, para a maioria

²⁵⁵ SANTOS, Cláudia. Op. cit., p. 151.

²⁵⁶ SALLES, Ricardo. As águas do Niágara. 1871: crise da escravidão e o ocaso saquarema, in, O Brasil Imperial, vol III (1870-1889), 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 62.

²⁵⁷ Ibidem, p. 65.

²⁵⁸ Ibidem.

dos ministros, a melhor solução seria a adoção da liberdade do ventre da mulher escrava, mas isso somente quando chegasse o momento adequado, mas não naquele momento.²⁵⁹

Pois é nesse cenário, em que veementes críticas à manutenção da escravidão se contrapõem à determinação de grupos poderosos empenhados em mantê-la, que o panfleto de Adolfo deve ser visto. Fora da Câmara dos Deputados, mas atuante no meio jornalístico e ligado às esferas políticas por conta de sua ligação ao Club da Reforma, o panfleto que distribuiu apresentava-se como forma de marcar presença e demonstrar posição em face de um tema que cada vez mais encabeçava a pauta de assuntos nacionais naquele momento.

Antecipando o que para ele seriam os meios de extinguir a escravidão sem danos para a Nação, Adolfo argumentava que um projeto de emancipação dos escravos deveria respeitar dois interesses: o interesse individual, baseado no direito de propriedade, consagrado na constituição, e o interesse geral de toda a sociedade. Além disso, frisava que ‘todos’ os projetos sustentados até então, ou se basearam no sistema de emancipação rápida, com ou sem indenização para os proprietários, ou no de emancipação gradual. Para ele, qualquer um dos projetos feria os interesses iniciais que deveriam ser respeitados. Mas, há outra questão não menos importante e que deixava clara a posição de Adolfo de que os escravos não poderiam ser libertos sem uma preparação, uma vez que, “atiram, de chofre, no seio da sociedade, com os direitos de cidadão brasileiro, toda essa massa de homens criados e educados para escravos; sem princípios de honra, de justiça, de dever; (...) dominados dos mais perigosos instintos.”²⁶⁰ Para sustentar essa argumentação, Adolfo citava os acontecimentos envolvendo a guerra civil nos Estados Unidos e os que se deram em São Domingos do Haiti, onde de repente se concedeu a liberdade e os foros de cidadão a todos os escravos.

Da mesma forma que criticava a emancipação rápida, relacionava as formas apresentadas em projetos para que se opere a emancipação gradual, seja pela compra das crianças que nascerem do ventre livre pelo governo ou por entidades filantrópicas, seja pela compra e alforria de todas as escravas, seja ainda pela adoção do ventre livre, ou seja, a liberdade aos filhos de escravas nascidas a partir de determinada data. Para ele, a terceira opção é a que menos ofende o direito de propriedade, uma vez que o proprietário tem na escrava o capital que despendeu com a sua compra; tem no serviço dessa escrava o juro ou a renda daquele capital; o que perderia, pois, com o fato de serem livres os frutos do ventre dessa escrava? Além disso, o que será um ponto fundamental no projeto de Adolfo:

²⁵⁹ Ibidem, p. 66.

²⁶⁰ MENEZES, Adolfo Bezerra de Menezes. A escravidão no Brasil e as medidas que convém tomar para extingui-la sem dano para a nação. Rio de Janeiro: Tipografia Progresso, 1869, p.15.

Com relação aos interesses da sociedade, os três planos que acabo de enunciar, são muito superiores ao do primeiro sistema, pois que em vez de inundarem a nação com uma massa enorme de elementos de desorganização moral e social, vão apenas lançando em seu seio, por frações limitadas e periódicas, elementos suscetíveis de educação moral e civil, e que por isso lhe poderão ser de muita utilidade.²⁶¹

Adolfo teceu ainda uma crítica aos abolicionistas que se preocupavam simplesmente com a emancipação dos escravos sem pensarem no que seria feito com todo o contingente quando livres estivessem. Para ele, libertar somente o escravo era um grande mal para a sociedade e até para o próprio escravo, por isso, era necessário que se conciliasse o direito de liberdade do negro com o dever da sociedade de trabalhar para que o liberto fosse educado e preparado para conviver em sociedade.

Prosseguindo em seu projeto, Adolfo argumentava que o ventre livre era o método mais eficiente para a emancipação, uma vez que, sendo o tempo de vida médio da humanidade de 21 a 25 anos, a média dos escravos devia ficar abaixo dela, de modo que, decorridos este intervalo de tempo em que os nascidos estariam libertos, seus pais ou descendentes já teriam falecido, o que acabava com o problema do escravo atual, este ser antissocial, “que por leis que não podemos mais remediar, esta condenado a morrer na condição em que nasceu, mas que já fica com a satisfação de ver seus filhos livres”.²⁶²

Mas, com isso ficaria resolvida somente uma parte do problema. A outra, qual seja o destino a ser dado aos nascidos, necessitaria da efetiva participação do Estado, tomando para si a criação e educação dessas crianças, segundo Adolfo, como se fossem órfãos sem proteção natural, coisa que o Império não fazia nem com os órfãos brancos, normalmente socorridos, quando o eram, pelos conventos e casas de caridade vinculadas à Igreja. Ainda assim, para Adolfo, o confisco desses recém-nascidos pelo Estado supriria dois outros problemas. Primeiro, evitaria que a ganância e a barbaridade de alguns senhores prejudicassem a gestação das escravas grávidas ou a vida de seus filhos nascidos. Em segundo lugar, evitaria que o convívio com as mães cativas mantivessem nos filhos os mesmos hábitos perniciosos que, segundo Adolfo, multiplicavam-se no ambiente das senzalas. Para ele:

²⁶¹ MENEZES, Adolfo Bezerra de Menezes. A escravidão no Brasil e as medidas que convém tomar para extingui-la sem dano para a nação. Rio de Janeiro: Tipografia Progresso, 1869, p. 17.

²⁶² *Ibidem*, p.19.

a vida em comum com essas mulheres perdidas em todos os sentidos, durante os cinco ou seis anos de criação, pode fazer nascer no espírito das crianças, hábitos e sentimentos maus tão enraizados, que a educação a mais cuidadosa não poderá, muitas vezes, extirpar.²⁶³

Em continuidade, recomendava o estabelecimento de casas de criação em todos os municípios, sob o acompanhamento das respectivas Câmaras. Quanto à alimentação desses recém-nascidos, Adolfo sustentava a possibilidade de se usar o leite de vaca, de cabra, ou de ovelha, ou ainda, usar amas mercenárias, ou ainda, o leite das próprias mães, que ele acreditava, poderia ser negociado com os proprietários, tomando-se o devido cuidado para que essas amas não tivessem mais que o contato estritamente necessário com as crianças, até a idade da razão, a partir do qual “todo o serviço do estabelecimento será feito, e todos os cuidados com as crianças serão dispensados por pessoas escrupulosamente escolhidas, e sujeitas à fiscalização e vigilância de cidadãos designados pelas Câmaras.”²⁶⁴

Resolvida essa fase, restariam ainda outras duas: a educação e o destino que seria dado a essas crianças ao se tornarem adultas. Ao considerar a educação, Adolfo considerava que:

Tratando-se de pessoas nas condições dos pretos libertos, que não podem ter aspirações à carreira literária ou científica, é claro que o sistema de educação a adotar-se, é muito simples e muito fácil, desde que haja boa vontade que reconheço na maioria dos brasileiros para fazer o bem.

Instrução primaria acompanhada de princípios morais e religiosos, tão necessários ao indivíduo como aos estados; a pratica desses princípios fortificada pelos exemplos de preceptores e diretores escrupulosamente escolhidos; eis no que se pode resumir a primeira educação a dar aos meninos de ambos os sexos, colocados sob a tutela da nação.

Mais tarde, e logo que tenham aprendido as primeiras letras, devem os rapazes aplicarem-se ao estudo dos princípios elementares das ciências, que servem de base às artes mecânicas; e as raparigas á aprendizagem desses misteres, que constituem o trabalho da mãe de família.

Chegados a este grau, as mulheres têm completado a sua educação; os homens, porém, precisam ainda aprender cada um o ofício para que tenham vocação.

Esta educação far-se-á nas capitais das províncias, na corte e nos mais lugares onde o governo entender necessário criar estabelecimentos

²⁶³ Ibidem, p.22.

²⁶⁴ Ibidem, p. 23.

competentemente montados para o fim que temos em vista; devendo o mesmo governo ter muito em atenção a instrução agrícola dos rapazes que tiverem gosto por este gênero de vida, visto ser a agricultura a principal base da grandeza futura do Brasil.²⁶⁵

Recolhidos aos abrigos e submetidos ao projeto educacional sugerido restaria saber o que seria desses ‘novos civilizados’ ao completarem a maioridade. Para os homens, diz Adolfo, isso seria indiferente uma vez que dotados da instrução necessária para ganharem a vida, e “fortificados com os valores morais e religiosos que ensinam a suportar com resignação e firmeza os revezes”²⁶⁶ da vida, estariam aptos a darem condução aos seus dias sem maiores problemas. Mas, e as mulheres? Na qualidade de “ente fraco” ficariam sujeitas aos imensos perigos que cercavam a todas aquelas que não tivessem apoio nem proteção natural. Vistas como crioulas, descendentes de escravos, e, portanto, como ele frisa, ‘gente de condição ínfima’, seriam incapazes de atrair ligações pelos laços do matrimônio.

Mais uma vez, como era comum aos projetos idealizados, para Adolfo, a solução era simples:

Basta, para isso, que se estabeleçam colônias nacionais, mil vezes preferíveis às estrangeiras, com os libertos que forem completando sua educação, moral e artística.

Reunidos em um, ou em vários centros comuns, todos os filhos de escravos preparados para a vida civil e social, as moças encontrarão facilmente maridos de suas próprias condições, e formar-se-ão famílias honestas e laboriosas, em vez de se perder no seio da sociedade, uma massa imensa de rapazes e raparigas condenados a uma vida de isolamento, porque no meio da grande sociedade perder-se-ão uns dos outros.²⁶⁷

Com tudo isso, conclui o autor, ficava resguardada a possibilidade de integração desses libertos, convertidos em gente, pela educação ocidental e a moral cristã, à sociedade brasileira. Adolfo ainda questiona os possíveis problemas e questionamentos que poderiam surgir à implantação do seu projeto. Começando pela questão financeira, ele ironizava ao constatar que isso não seria problema num país onde o ouro se desperdiçava a largas mãos, afinal, quantos milhões se gastavam anualmente na manutenção de um funcionalismo estragado, sem préstimo e desnecessário? Reduziria-se o enorme funcionalismo ao que fosse

²⁶⁵ Ibidem, p.24.

²⁶⁶ Ibidem.

²⁶⁷ Ibidem, p. 25.

necessário, diminuir-se-ia os melhoramentos materiais em favor dos melhoramentos morais. Continuando, questionava a importação de mão de obra, alegando que esta, salvo raríssimas exceções, tinha servido somente para a implantação no país de uma raça moral e materialmente raquítica, repleta dos maiores facínoras. Suspender-se-ia então esta importação, aplicando-se os recursos na implantação de seu projeto redentor da raça negra, coisa em que o país ganharia muito mais. Por fim, se todos esses recursos ainda fossem insuficientes, que se lançasse mão de um imposto especial, ou de um empréstimo que, segundo ele, o povo aceitaria contente, pois que não reclamava de “outros tantos ônus que lhe pesam e que não aproveitam à ninguém, porque mal chegam para alimento da vaidade de uns e da corrupção de outros.”²⁶⁸

A leitura da obra deixa-nos várias impressões que, para melhor serem esclarecidas nos leva a confrontá-la com a visão da sociedade na época em relação a diversos problemas que a acometiam, não somente a escravidão. Primeiramente, a obra é distribuída em um momento de desagregação da ordem política imperial, carreadas, “por dois movimentos simultâneos e convergentes: a decadência do modelo econômico colonial e a urbanização.”²⁶⁹

A proibição do tráfico negreiro, em 1850, é apontado por Caio Prado Jr., como um acontecimento de repercussão tão profunda que irá se fazer sentir até os últimos anos do império.²⁷⁰ A realocação de capitais antes empregados no tráfico contribuiu para o surgimento de novos grupos sociais ligados a bancos, companhias de seguros, companhias de imigração, ferrovias. Por outro lado, as lavouras de café do Vale do Paraíba e os engenhos de açúcar de Pernambuco e da Bahia começavam a declinar e a transferência de escravos de regiões do nordeste para o sudeste tornava-se cada vez mais comum, como já foi apontado por Adolfo no caso do Ceará.

Desta forma, o fim da escravidão, nos idos de 1860, já se figurava como condição indispensável para a modernização econômica do país, mas, era algo que só poderia ser realizado ‘sem grandes danos’, tanto nas palavras de Adolfo, quanto do Visconde de Rio Branco²⁷¹, em 1871. A opção pelo “ventre livre” era então considerada, também assim como Adolfo a ela se referia, mas não como planejara, a opção menos onerosa e que daria a escravidão uma sobrevida de cerca de vinte e cinco anos.

²⁶⁸ Ibidem, p. 28.

²⁶⁹ ALONSO, Angela. Ideias em movimento: a geração de 1870 a crise do Brasil-império. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.76.

²⁷⁰ PRADO JR., Caio. Evolução Política do Brasil, 16ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988, p. 90.

²⁷¹ Rio Branco, anais do Senado do Império, 23.5.1871. Citado por ALONSO, p. 81.

O projeto emancipacionista de Adolfo deve ser visto sob pelo menos dois ângulos. O primeiro é a adoção do “ventre-livre”, isto é, a liberdade aos filhos dos escravos. Sob esse ponto de vista não há nada de inovador ou vanguardista em suas propostas uma vez que essa forma de emancipação já vinha sendo cogitada em diversas esferas e por diferentes agentes desde os primeiros anos da década de 1860. Tida como uma desgraça, um cancro, a escravidão, embora degradasse a sociedade e mantivesse o Brasil na contramão do progresso era, no dizer de alguns personagens da época, um mal necessário em face da dependência econômica do país em relação a esse tipo de mão de obra. Aboli-la simplesmente seria, por um lado, causar danos irreparáveis à estrutura política e econômica da sociedade. Por outro lado, foram séculos de formação de estruturas sociais que tinham na escravidão importantes referências sociais, como o caso das amas de leite.

No entanto, os diversos projetos emancipacionistas e abolicionistas foram extremamente negligentes em relação aos destinos da massa de escravos existentes no país após a libertação. Pouquíssimos pensadores levaram em consideração nos projetos de libertação algum tipo de iniciativa, pública ou privada, que contemplasse iniciativas que possibilitassem aos ex-escravos ingressarem nas estruturas da sociedade em igualdade de condições com os demais trabalhadores. No rol dos diversos elementos que tiveram alguma preocupação com o tema, André Rebouças talvez seja o que mais sobressaia, embora seus posicionamentos não devam ser distanciados daqueles assumidos pela Sociedade Central de Imigração.

Assim como Adolfo, Rebouças também considerava que o trabalho escravo “aviltava a natureza humana; degenerava não somente o negro, mas toda a sociedade; (...) contrariava as leis gerais do progresso, envergonhava o Brasil perante as “nações civilizadas”²⁷². Contudo e apesar de também se preocuparem com os destinos dos escravos após a libertação, a aproximação entre os dois pensadores termina nisso. Para Rebouças, ao contrário de Adolfo, a abolição da escravidão deveria ocorrer de forma imediata, sem indenização alguma em dinheiro ou prestação de serviços por prazo determinado. Mas, e isso foi algo que nem de longe passou pelas intenções de Adolfo, a abolição deveria ser acompanhada da “destruição do monopólio territorial, a terminação dos latifúndios, a eliminação da landocracia ou aristocracia rural dos exploradores da raça africana.”²⁷³ Para ele, somente a possibilidade de acesso à terra, inclusive aos ex-escravos, poderia incorporar a

²⁷² PESSANHA, Andréa Santos. Da abolição da escravatura à abolição da miséria: a vida e as ideias de André Rebouças. Rio de Janeiro: Quartet; Belford Roxo (RJ): UNIABEU, 2005, p.102.

²⁷³ REBOUÇAS, André. Confederação abolicionista. Abolição imediata e sem indenização. Rio de Janeiro: Typ. Central, 1883, p.21. Citado por RESSANHA, Andréa Santos, op. cit., p. 103.

massa de escravos libertos à sociedade, permitindo que, apesar de libertos, não continuassem na condição de servidão. Defensor do imposto territorial sobre as terras não cultivadas, Rebouças acreditava que tal medida obrigaria os grandes proprietários a desfazerem-se das terras ociosas. Além disso, com a abolição da escravatura e o acesso à propriedade rural haveria incentivos à imigração europeia, o que tornaria o povo brasileiro inteligente e ativo.²⁷⁴

É preciso também levar em consideração que há um interstício de cerca de dez anos entre as propostas de Adolfo, com a adoção do “ventre livre”, e as propostas de Rebouças em favor da libertação dos escravos. Nesse intervalo, a “onda negra”, movimento de escravos trazidos do norte para as províncias do sudeste no decorrer da década de 1870, os efeitos da “Lei do Ventre Livre que estariam tornando impossível o mesmo controle disciplinar sobre os escravos, uma vez que a escravidão já não podia mais ser considerada como um regime absoluto, mas tão somente relativo e condenado fatalmente a extinguir-se”²⁷⁵, além do crescente medo dos escravos e das possíveis rebeliões, ou ainda o temor de ocorrer uma guerra civil nos moldes daqui ocorrera nos Estados Unidos, provocaram mudanças significativas, favorecendo restrições na entrada de escravos vindos do Norte, como ocorreu em São Paulo, ou tornando ainda mais violentos e constantes os embates entre abolicionistas e proprietários, como ocorreu no Rio de Janeiro.

Essas últimas foram as responsáveis pela subida de Adolfo à tribuna em 1885, em pelo menos duas ocasiões, para protestar contra a agressão a defensores da abolição da escravatura. A primeira, em 8 de junho, para protestar contra a prisão do Comendador Carlos de Lacerda, em Campos. A segunda, em 20 de julho, relativa à agressão sofrida pelo gerente do jornal *Vinte e Cinco de Março*, órgão do Partido Abolicionista de Campos, ferido gravemente na cabeça e cuja polícia recusava-se a abrir inquérito. Deveria ser somente um protesto, não fossem a intervenção dos deputados Soares e Felício dos Santos, segundo os quais, o acontecimento era ‘muito comum no Brasil’, e seria ‘ossos do ofício’.²⁷⁶

Adolfo repeliu enfaticamente as colocações apresentadas, argumentando que atentar contra a vida de um abolicionista não podia ser taxado como fato comum. A discussão tornou-se ainda mais acalorada com as intervenções de Joaquim Nabuco, José Mariano e

²⁷⁴ De acordo com PESSANHA, Andréa Santos. Op. cit., p. 112, André Rebouças era assíduo leitor das obras de Louis Couty para o qual a imigração europeia melhoraria a “raça” brasileira, tornando-a mais inteligente através de seu branqueamento.

²⁷⁵ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 114.

²⁷⁶ Pronunciamento na Câmara dos Deputados, sessão de 08 de junho de 1885. Anais da Câmara dos Deputados, 1885, p. 300. Disponível em <http://www2.camara.jeg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/publicacoes-e-estudos>. Consultado em 12/7/2015.

Correia de Araújo, onde ficou clara a dificuldade de organização dos movimentos pró-abolição em localidades fora dos grandes centros. No caso de Campos, a repressão a tais movimentos e a quaisquer de seus simpatizantes foi ainda mais veemente em função da dependência desta localidade com relação à mão de obra escrava, ainda no final do século. Talvez por conta disso e da influência que os fazendeiros da região mantinham com a administração, a polícia e a política de forma geral, mostravam-se extremamente difíceis para o movimento emancipacionista atuar nessas localidades, ainda que as leis dos gabinetes Dantas e Saraiva tivessem, de certa forma, provocado o arrefecimento das discussões.

Como tentamos demonstrar a questão do negro na sociedade brasileira fez parte das interseções de Adolfo ao longo de toda a sua carreira política parlamentar. Fosse com preocupações sanitárias, sociais ou mesmo políticas, preocupado com a superação da barbárie e aproximação com a civilização, a escravidão, o lugar dos negros na sociedade era tema constante e estava imbricado nos mais diversos temas, não permitindo que nenhum personagem envolvido de alguma forma com as questões da sociedade brasileira, pudessem dele se desvencilhar. Mesmo após 1885, quando Adolfo já não faria parte de nenhuma casa parlamentar, o tema da escravidão e a questão dos negros na sociedade brasileira continuariam a fazer parte de suas preocupações, compondo romances, artigos e posicionamentos bastante diversos do que tivera até então.

2.3 A Floresta e o Meio Ambiente

Ao contrário do que muitos ainda hoje imaginam, a consciência crítica sobre a degradação do meio ambiente brasileiro não é um fenômeno da contemporaneidade. No século XIX, embora não tenha ocorrido de forma exorbitante, significativa quantidade de pensadores produziram textos, suscitaram debates e promoveram alertas, além de apontar soluções, com relação à destruição ambiental empreendida no Brasil, o que para alguns, poderia por em perigo a própria sobrevivência da nação. Um dos estudos visando avaliar esse conjunto de autores revelou a existência de “150 textos, produzidos por mais de 50 autores, nos quais se discutiram de forma direta, em um período de 102 anos, as consequências sociais da destruição das florestas, da erosão dos solos, do esgotamento das minas, dos desequilíbrios climáticos, etc.”²⁷⁷

²⁷⁷ PÁDUA, José Augusto. Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1768-1888. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, p. 11.

A avaliação dos escritos deixados por esses autores evidenciou a existência de um conjunto de preocupações, temas e ideias recorrentes ao longo do tempo, além de revelar certa afinidade no que tange ao caráter político, cientificista, antropocêntrico e economicamente progressista de seus escritos. Além disso, o mundo natural era visto pelo seu caráter essencialmente político e econômico, de modo que o conhecimento dessa natureza deveria produzir elementos para o seu aproveitamento.²⁷⁸

Isso não exclui aqueles que olharam a natureza e sua degradação do ponto de vista artístico e filosófico, preocupados com o belo, o grandioso e o incompreensível, mantendo, em muitos casos, ligações com concepções religiosas ou puramente artísticas, como foi o caso de Araújo Porto Alegre ao escrever, em 1845, o poema “A destruição da floresta”. Na obra, eivada de um “sofrimento individual e subjetivo, uma espécie de dor estética pela destruição de algo imensamente belo e generoso”²⁷⁹, o autor expôs, ainda, a faceta política por trás da destruição, qual seja, o lamento pela degradação do país como um todo, uma vez que “a degradação das florestas colocava graves riscos para a sobrevivência do Brasil.”²⁸⁰

Nesse conjunto de pensadores, que apresentaram diferenças e divergências quanto a forma que criticaram a degradação ambiental, encontravam-se historiadores e geógrafos, naturalistas, artistas, especialistas em agricultura, fazendeiros, políticos e, é claro, médicos, dentre os quais, dois deles tiveram contato direto com Adolfo. Tratava-se de Francisco Freire Alemão²⁸¹, professor de Botânica Médica e Zoologia na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e Tomás Pompeu de Souza Brasil²⁸², diretor do Liceu do Ceará na época em que Adolfo cursou o ensino secundário e senador do Império entre os anos de 1864 e 1877, quando faleceu.

Na trajetória de Adolfo, há dois momentos em que a questão ambiental foi tratada. Isso não quer dizer que ele tenha feito parte do conjunto de autores que se preocuparam e deixaram escritos voltados, com grande profundidade, para o tema. Ainda assim, nota-se nesses escritos a vertente política e cientificista empregada pelos demais autores, procurando

²⁷⁸ Ibidem, p. 13.

²⁷⁹ Ibidem, p. 162.

²⁸⁰ Ibidem.

²⁸¹ Entre os escritos deixados por Freire Alemão, podemos citar: “Caça que existiu, ou que ainda existe, nos matos verdes de Campo Grande”, “Tentativa duma história das florestas da província do Rio de Janeiro”, “Apontamento sobre a conservação e corte das madeiras da construção naval”, “Apontamentos que poderão servir para uma história das árvores florestais do Brasil, especialmente do Rio de Janeiro”, “Questões propostas para serem discutidos sobre o enfumaçado no Rio de Janeiro”, “Questão do nevoeiro ou enfumaçado da atmosfera do Rio de Janeiro”, “Memória sobre as plantas aclimatadas no Brasil”. Cf. PÁDUA, José Augusto. Op. cit. p. 305.

²⁸² Entre as obras de Tomás Pompeu, destacamos: “A necessidade de conservação das matas e da arboricultura” e “Memória sobre o clima e as secas no Ceará”. Cf. PÁDUA, José Augusto. Op. cit. p. 304.

soluções para interferir na natureza de forma controlada e planejada, não permitindo que essa interferência pudesse se voltar contra o próprio homem.

O primeiro caso aparece em Adolfo no ano de 1877, por conta da seca que ocorria no norte.²⁸³ Suas exposições foram expostas na obra “*Breves considerações sobre as secas do norte*”²⁸⁴ e refletiu as preocupações surgidas por conta dos rumores que chegavam à Corte sobre a seca que se iniciava. Desta forma, além de análise do fenômeno servia de panfleto para chamar a atenção das autoridades e reclamar ações que minimizassem os estragos que pudessem ser causados à região.

Sua obra fez parte de relativo conjunto de escritos, envolvendo artigos jornalísticos, discursos e protestos voltados essencialmente para chamar a atenção da Coroa sobre os flagelos da seca, mas também, para reclamar atenção da Coroa para a região nordeste e protestar contra o seu abandono.

A seca ocorrida na região do Ceará e em seu entorno em 1877 foi fonte de algumas controvérsias com relação aos seus efeitos, consequências e forma de tratamento, sobretudo na esfera política. Concorrendo, até esse ano, com outras calamidades como as enchentes e a violência, a partir de então, a estiagem ganhou status de “grande seca”, uma vez que, além do esforço político, ocorreu também o fervor religioso, o potencial de abalo econômico e de valores morais, além de baixo índice pluviométrico.²⁸⁵ Embora não houvesse discordância quanto ao caráter devastador do flagelo, a polêmica se deu justamente no âmbito político, por conta do uso que se fazia dos recursos advindos da Coroa nos períodos de seca.²⁸⁶

Para efeito de análise podemos dividir a obra de Adolfo em duas partes. Na primeira, ele traçou um panorama da região, expôs os males das secas, seus efeitos sobre a população, assim como os estragos materiais que acarretava e propôs uma metodologia para orientar a ajuda. Teve, pela urgência do problema, conformação mais imediatista visando “debelar o flagelo que assola as províncias do Norte.”²⁸⁷ Na segunda, apresentou, através de pressupostos que ele entendia como ‘científicos’, ações que tratassem “da investigação e dos meios de remoção das causas que determinam o aparecimento desse flagelo.”²⁸⁸

²⁸³ A região que hoje denominamos nordeste do Brasil, no século XIX era tratada como norte.

²⁸⁴ MENEZES, Adolpho Bezerra de. **Breves considerações sobre as secas do norte**. Fortaleza: Tipografia Brasileira de Paiva & Cia., 1877.

²⁸⁵ SOBRINHO, Tomás Pompeu História das Secas (Século XX). Coleção Mossoroense, vol CCXXVI, 1982, p. 8.

²⁸⁶ SOUZA, José Weyne de Freitas. Política e Seca no Ceará (1869-1905). ANPUH - Anais do XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza/CE, 2009, p. 5.

²⁸⁷ Ibidem, p. 1.

²⁸⁸ Ibidem.

A primeira parte foi iniciada com a exposição da região que avaliava e suas características meteorológicas, locais onde as secas eram o extermínio de populações inteiras, compreendendo o território entre os rios Parnaíba e São Francisco, a região que englobava parte das províncias da Bahia, Pernambuco e Piauí, e a totalidade das que lhe ficavam no Centro, o Ceará, o Rio Grande do Norte e a Paraíba. Nestes locais, segundo ele, só haveria duas estações: a das chuvas, que era conhecida como de inverno, e a da falta de chuvas, conhecida como de seca. A primeira ia mais ou menos de janeiro a junho, sendo frequente começar em fevereiro ou março, mas nunca além desses meses. Fora da estação das chuvas, as árvores secavam, os rios interrompiam seu curso, e os campos ficavam cobertos de capim seco. Mas esta não era uma paisagem devastadora, sobretudo se as chuvas se estendessem por pelo menos quatro meses, o que levava à região a proliferação das lavouras e o enriquecimento do pasto para os animais, trazendo riqueza e prosperidade para a região. Fato curioso era que na estação das secas, caso houvesse chuvas esporádicas, essas, ao contrário de ajudar, uma vez que não eram suficientes para criar pasto novo, ainda levavam o que havia, apodrecendo-o e dizimando a alimentação dos animais.

Caso em algum ano deixasse de haver chuvas na estação de inverno, ou estas fossem insuficientes para a renovação do pasto, ou para permitir que a lavoura se desenvolvesse, o quadro daí advindo levava inevitavelmente a uma verdadeira calamidade.

É nestas condições que se dá o que se chama a Seca do Norte, esse flagelo daqueles míseros povos, que se traduz pela morte dos animais de criação, à falta de pastos; pela penúria d'água, porque os mesmos poços dos rios secam; pela emigração dos povos dos sertões, onde faltam todos os elementos de vida, para as costas do mar, onde podê-los-ão obter; pela morte, à fome e à sede, na longa e árida travessia; pela acumulação nas cidades marítimas de toda a população dos centros, que logra escapar à vida dolorosa; pela peste, que sempre se desenvolve no meio dessas aglomerações humanas, que não têm, nem podem ter, os cômodos e as condições higiênicas; pela miséria geral e até pela prostituição em larga escala, porque há, nesses tempos calamitosos, quem especula com as desgraças de um povo inteiro, para fazer fortuna; assim, como há almas danadas, que coagem a inocência faminta a vender-lhes a honra por um pedaço de pão!²⁸⁹

A calamidade que apontava não se restringia apenas às perdas materiais, coisa que anos vindouros poderiam restabelecer, a real calamidade eram as mortes que provocava, fato

²⁸⁹ Ibidem, p. 4.

sem reparação, além da perda da honra, que valia por mil mortes. Desta forma, a calamidade não podia ficar circunscrita apenas às regiões afetadas pela seca, mas necessitava da intervenção do governo central e das províncias não afetadas pelo flagelo.

Para isso, Adolfo alertava que a ajuda deveria ser imediata, ou o auxílio tardio, não preveniria os males. Observador experimentado da situação avaliava que a migração que se iniciava era apenas preventiva, embora já houvesse princípio de pânico em algumas regiões, por conta daqueles que não se preveniram ao estocarem frutos da colheita de 1876, estoque que normalmente era feito nas serras, local de plantio, e que só podia ser retirado após as estações das águas, a partir de junho, quando os caminhos estariam propícios ao transporte. Portanto, concluía que as populações do centro, em sua maior parte ainda possuíam provisões e o deslocamento populacional que se assistia ocorria em direção às provisões estocadas.

No entanto, a fim de evitar o flagelo das migrações, segundo ele, ainda pior que a seca, uma vez que além de superlotar as cidades marítimas, multiplicava a miséria e produzia epidemias, era necessária a ação imediata do governo de modo que o socorro chegasse onde estavam os necessitados e não nos locais de destino, caso contrário o que se teria era o despovoamento de cidades inteiras. Para isso, usando o Ceará como exemplo, sugeria: “o Governo faria celeiros na Capital, no Aracati, em Sobral e na Granja; e daí proveria depósitos filiais em S. Bernardo, Riacho do Sangue, Icó, Inhamuns, Quixeramobim, e mais um ou outro ponto que, com Baturité, Ibiapaba e Cariris, forneceriam recursos a todos os sertões.”²⁹⁰

Contrariando possíveis objeções ao projeto, em função das dificuldades em executar tal plano, Adolfo lembrava que durante o flagelo de 1845:

(...) última seca que tivemos, e da qual guardo triste memória, a Vila da Maioridade, hoje cidade da Imperatriz, no Rio Grande do Norte, foi sempre suprida de gêneros alimentícios, vindos dos portos de Açu e de Mossoró, distantes daquela vila cerca de 40 léguas, de completo sertão.

Com isto quero provar que, se em 1845 a indústria particular pôde vencer o sertão, com os recursos que este lhe forneceu, e que são: o joá e o xiquexique, rama e espinheiro que nunca faltam, e que são excelente alimento para os animais de carga; com maioria de razão pôde-lo-á vencer o Governo, que dispõe de outros meios, e hoje que tem, para alimento das bestas de carga, a alfafa, que em 1845 não era conhecida.²⁹¹

²⁹⁰ Ibidem, p. 8.

²⁹¹ Ibidem.

Há alguns pontos bastante significativos na primeira parte da obra que podem ser discutidos. Em primeiro lugar, o autor era conhecedor tanto da região que analisava, quanto do flagelo sobre o qual discorria e, por isso, reconhecia que a maior tarefa naquele momento seria agir contra as migrações. Vindo do Riacho do Sangue, região situada no semiárido rústico do nordeste, viu desde a infância os movimentos populacionais em épocas de seca, assim como a chegada desses contingentes populacionais na cidade de Fortaleza ao longo dos anos em que lá residiu. Além disso, se lembrarmos que sua família ao fugir do Ceará foi viver na cidade Martins, no Rio Grande do Norte, região de clima agradável devido a altitude e a cercania de riachos, é possível ainda que ele mesmo tenha participado desses movimentos, não da mesma forma que a parte pobre da população, mas, como a camada mais rica, uma vez que:

Dentre os proprietários de fazendas era comum a posse de vários sítios em regiões diferentes do Ceará. Maria Rodrigues Pereira tinha terras no sítio chamado Cardeais, no Cavalinho, no Lugar da Posta e casas de morada em Recife (1774), Luiza Paes de Castro tinha terras de criar no Riacho dos Porcos e no Campo Grande (1810), José Joaquim Nobre tinha as terras de Imbuzeiro e o sítio Barriguda (1828), Germana Francisca possuía terras no sítio de Imburanas, no sítio João de Lima e no sítio de Sucurana (1850), Rita Maria da Conceição possuía casas nos sítios Arara, Santa Rosa e na povoação de Icó (1850) e o Capitão-mor da Bernardino Gomes Franco tinha propriedades no Ceará, Paraíba e Piauí.²⁹²

De qualquer forma, esses movimentos populacionais imensos, como escreveu, deixavam regiões inteiras abandonadas, causavam mortes, separavam famílias e superlotavam as cidades do litoral, sem contar as doenças que espalhavam.

Por conta dessa situação, propunha o socorro não no lugar onde as famílias se dirigiam. Nestes o mal já estava feito, regiões já teriam sido abandonadas e vidas perdidas. Sua proposta era que o socorro fosse providenciado nos locais de origem dessas populações, evitando-se os deslocamentos. Para isso, demonstrava que o projeto era viável e apresentava ações realizadas ao longo da seca de 1845 por iniciativa particular, inferior em recursos ao que poderia ser feito pelo governo central.

Adolfo vinha de uma família envolvida com a política e com a administração das cidades do Ceará, portanto era conhecedor dos vários desvios dos recursos enviados pelo Império nesses momentos de catástrofe. Talvez por isso, insistia em que a ajuda e as ações

²⁹² VIEIRA JR., Antonio Otaviano. O Açoite da Seca: Família e Migração no Ceará (1780-1850). Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ouro Preto/MG, 2002, p. 12.

devessem partir do governo central, numa inversão surpreendente daquilo que vinha defendendo com relação à autonomia dos municípios.

Uma possível explicação para essa inversão, talvez possa ser encontrada na postura de Tomás Pompeu que defendia propostas contrárias àquelas apresentadas por Adolfo. Enquanto este concentrava suas propostas em manter a população nos seus locais de origem, providenciando alimento e trabalho, e evitando a migração, para ele, o real flagelo da seca, Pompeu, desde 1869, em sessão do senado, solicitava a regulamentação do aproveitamento da mão de obra desvalida na realização de obras públicas. O problema estava em que essas obras eram realizadas nas cidades do litoral, o que acabava potencializando a migração de enormes contingentes populacionais.²⁹³ Além disso, o trono contribuiria exclusivamente com a remessa de recursos, sendo sua aplicação, fiscalização e controle efetuado pelas elites políticas cearenses.

Apontada a solução para diminuir o sofrimento do povo, Adolfo passava a avaliar as providências que se deveria tomar para evitar que tal flagelo continuasse a existir. A partir daqui entramos em outra dimensão da obra, aquela em que ele se utilizou de alguns pressupostos para observar a natureza e propor-lhe alterações visando beneficiar o homem. Sendo assim, continuava, “duas são as condições gerais, reconhecidas pela ciência, para que haja chuva: aglomeração na atmosfera, de certa massa de vapores aquosos e existência, no lugar dado, de uma temperatura mais baixa do que aquela em que tais vapores se formaram.”²⁹⁴

A partir desse ponto ele iniciou uma complexa análise dos ventos, dos vapores e das temperaturas concluindo que em locais onde não havia grandes massas de água a atmosfera só conterá vapores de empréstimos, ou seja, transportados de outras regiões. Após analisar as condições dos vapores existentes no sul, ou os que existiam na Bacia Amazônica, concluiu que o transporte destes, caso pudesse ser feito, seria ineficiente pela diferença de temperatura entre as regiões de origem dos vapores e a região nordeste, o que provocaria chuvas constantes, no caso dos vapores amazônicos, ou sua total ausência, no caso dos vapores do sul.

Restava então, analisar as condições para que os vapores pudessem formar-se nas regiões onde se necessitava de chuva, constituindo aquilo que intitulava como ‘vapores próprios’. Ora!, diz ele, “se a zona compreendida entre os rios S. Francisco e Parnaíba

²⁹³ SOUZA, José Weyne de Freitas. Op. cit., p. 2.

²⁹⁴ MENEZES, Adolpho Bezerra de. **Breves considerações sobre as secas do norte**. Fortaleza: Tipografia Brasileira de Paiva & Cia., 1877, p. 10.

houvesse de que se formar grande e constante massa de vapores, não só dispensaria essa zona os empréstimos, tendo de seu; como sendo tais vapores formados em sua temperatura elevadíssima, dariam infalivelmente chuva”.²⁹⁵

Desta forma, a causa das secas periódicas no nordeste era a falta de grandes massas de água que produzam os vapores e esses, conseqüentemente, levassem à formação das chuvas. Sendo assim, o meio para acabar com o flagelo da seca seria fazer-se, na zona compreendida pelo S. Francisco e Parnaíba, grandes depósitos d’água, o que levaria à formação de vapores próprios nas províncias da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Ceará assim como do Maranhão, do Pará e do Amazonas.

Para sustentar seu projeto, Adolfo citava o empresário francês Ferdinand Lesseps e suas ideias para acabar com a seca na Argélia, execução que não pôde concluir em função da guerra da Prússia, e que consistiria em formar um imenso lago, cuja bacia, tendo nível inferior ao do oceano, receberia deste a água necessária, por meio de um canal.

Por fim, argumentava que o remédio sugerido já era conhecido por profissionais da área como a forma de acabar com a seca em regiões como a que indicou, mas, além disso, para comprovar a exequibilidade do empreendimento, citava dois fatos que provavam a verdade do princípio que empregou.

O primeiro ocorreu no Ceará, região que reverenciava por sobreviver e prosperar sem ajuda governamental e já ter acabado com o principal mal da sociedade brasileira: a escravidão. Tratava-se de projeto elaborado e desenvolvido na gestão de José Martiniano de Alencar em 1838 voltado para debelar a seca através da criação de fontes para gerar vapores próprios. O projeto consistia na construção de açudes de pedra e cal e açudes de terra pelos quais o governo pagava a importância de 5\$ pelos primeiros, e 2\$500 pelos últimos. Segundo ele, em pouco tempo foram criados de 600 a 800 açudes, que correspondiam a lagos de 1 a 2 quilômetros de extensão e de 2 a 3 metros de profundidade. Além de contribuírem com a formação dos depósitos de água, a atividade trazia ainda três vantagens importantes: davam os vapores para as chuvas, seu fim principal; fornecia água em abundância para os animais de criação, o que não ocorria antes; e fertilizavam as margens dos rios, acima, e abaixo, onde, mesmo pelo tempo seco, se faziam grandes plantações de cereais e frutas. Com a saída de Alencar, e sua substituição por pessoas estranhas à terra, além de comprometidas unicamente com a política, acabaram as subvenções e a iniciativa deixou de ter execução oficial, embora a construção de açudes tivesse continuado por parte da população. Para terminar, a prova de

²⁹⁵ Ibidem, p. 13.

que a iniciativa, embora tivesse atingido apenas uma das seis províncias vítimas regulares da seca, o Ceará, e mesmo nesta, a região que empregou o processo fosse pequena em relação ao seu tamanho, havia dados históricos que poderiam comprovar a eficiência da iniciativa, bastando verificar-se que, as secas comprovadamente ocorridas o foram nos anos de 1772, 1778, 1792, 1809, 1817 e 1825, além de uma outra da qual não recordava a data e a última grande seca, em 1845. Portanto, o intervalo entre as secas ocorria entre 6 e 14 anos. No entanto, “vieram as medidas de Alencar, e, conquanto em proporções mínimas, a província começou a ter suas estações mais regulares (...) e as secas se espaçaram tanto que, de 1845 para cá, era a deste ano a primeira que aparece.”²⁹⁶

O segundo fato era o do Artois em França, antiga província da velha monarquia dos Capetos que sofria os mesmos rigores das províncias do Norte. De acordo com Adolfo, não tinha fontes de evaporação que lhe dessem atmosfera aquosa própria: vivia de chuvas de empréstimo; era o Saara da França. Foi então que o governo da “grande nação”, compreendendo a causa do mal, empenhou-se em removê-la; e, nesse intuito, mandou abrir em larga escala poços artesianos e fez vasta plantação de arvoredos. O resultado? Artois tornou-se o celeiro da França. Sendo assim, a partir dos exemplos expostos, fica demonstrado que a maneira mais eficaz de acabar com as secas era a criação de grandes depósitos de água, além da conservação das matas e a plantação de novas, na maior proporção possível.

Todo o restante da obra foi consagrado a demonstrar o modo de executar o projeto e a tecer, mais uma vez, críticas à centralização, à impossibilidade orçamentária para as municipalidades executarem a tarefa sem ajuda governamental e a sugerir a confecção de lei que interligasse os governos central, provincial e municipal na gestão do empreendimento. Para Adolfo, além de privilegiar a iniciativa pessoal, o projeto deveria eleger a construção de açudes, no lugar da perfuração de poços artesianos, como sua principal atividade, não só pela redução de custos como pela facilidade na realização do primeiro em detrimento do segundo.

O projeto de Adolfo nos trás duas questões importantes para entender o pensamento científico do século XIX: o primeiro diz respeito aos protocolos científicos vigentes no período, isto é, quando uma atividade se dizia científica, o que a caracterizava como tal, lembrando que essa caracterização não se deu de forma uniforme ao longo dos anos 1800. No caso das considerações levantadas por Adolfo, sobretudo em relação à possibilidade de combater as secas, embora seu procedimento de análise seguisse essencialmente a metodologia científica, isto é, base teórica, observação, experimentação e proposta, faltou-lhe

²⁹⁶ Ibidem, p. 14.

um elemento primordial naquele período, como talvez até nos dias de hoje: o lugar de onde falava.

Dentro de uma perspectiva “determinista mecanicista”, Adolfo se propunha a analisar determinado aspecto da natureza, no caso, as secas do norte e, para isso, sustentava sua observação em conceitos aceitos pela ciência, no caso, as condições gerais para a formação das chuvas. Observemos que, se esses mesmos argumentos não estivessem sustentados por uma base teórica, sua fundamentação científica seria inexistente, portanto, sem validade. Isso fica bastante explícito no conhecimento que o sertanejo desenvolveu a respeito das condições climáticas do sertão, incluindo sua:

particular intuição para as forças telúricas. Os sinais longínquos das trovoadas, que anunciam chuvas. A chegada da estação das águas, chamada *inverno*. O rebrotar da folhagem em todas as caatingas. O retorno das águas correntes dos rios, ao ensejo das primeiras chuvas. O conhecimento das potencialidades produtivas de cada pequeno espaço dos sertões, desde as vazantes do leito dos rios até os altos secos e pedregosos das colinas sertanejas.²⁹⁷

Em segundo lugar, fica claro uma maior preocupação com a preservação da natureza, sobretudo das matas e das nascentes em função de sua importância na regulação das chuvas, no fornecimento de estoques de água e na absorção de miasmas deletérios. Preocupações essas que, de alguma forma, estiveram presentes em outras discussões e projetos discutidos na Câmara dos Deputados.

Nas sessões de 1883, Adolfo apresentou três projetos: nº 74²⁹⁸, originalmente escrito entre 1881 e 1882, que regulamentava a locação do serviço doméstico; nº 39, de 1883, que criaria o Serviço Florestal nas Montanhas que circundam a capital do Império; e um projeto que visava criar um serviço de bondes nas freguesias suburbanas da Corte²⁹⁹,

²⁹⁷ AB’SÁBER, Aziz Nacib. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. São Paulo, USP, Estudos Avançados, vol. 13, n. 36, 1999, p. 26.

²⁹⁸ O projeto de regulação do serviço doméstico estava dividido em 32 artigos organizados da seguinte forma: Os artigos 1º e 2º definem o que seja serviço doméstico e suas formas de realização, por contrato ou por ajuste. Os artigos 3º ao 5º elegem o juiz de paz da paróquia como a autoridade capaz de resolver as dúvidas e questões oriundas da locação do serviço doméstico. Os artigos 6º ao 9º impõem a obrigatoriedade de licença concedida pela Câmara e pela polícia a quem desejasse exercer a função de criado de servir, elencando ainda as taxas e punições ao desrespeito da exigência. Nos artigos 10º ao 20º são discriminadas as obrigações e direitos do amo e do criado, com as respectivas penas pelo seu descumprimento. Já nos artigos 21º ao 24º são apontados os deveres e responsabilidades da polícia para abertura de matrícula ao criado, incluindo amas de leite, e as respectivas punições, extensivas aos donos, caso o criado fosse escravo. Os demais artigos tratam de possíveis alterações na matrícula do criado e das sanções a quem contratasse criado sem matrícula.

²⁹⁹ O projeto de concessão de ramais às linhas de bonde existentes de forma a interligá-los com a Estrada de Ferro Dom Pedro II tinha como pano de fundo reavivar a indústria agrícola nas freguesias suburbanas, segundo

objetivando o reaparecimento das indústrias agrícolas nessas freguesias. Além disso, participou dos debates relativos à estabilidade dos professores do município neutro³⁰⁰, projeto apresentado pela Câmara de Vereadores do Município Neutro da Corte, colocando-se a favor, e defendeu na tribuna o direito à licença médica de servidores, contrariando as vozes de vários parlamentares segundo os quais “a nação paga para trabalhar e não para se ficar doente.”³⁰¹

Nesse conjunto, o projeto de criação do Serviço Florestal se destacava por conta do valor que Adolfo atribuía à relação entre preservação da Floresta da Tijuca e saúde da população da Corte. Sua estrutura era bastante simples e generalista, parecendo servir apenas como uma proposta inicial de discussão. O projeto foi encaminhado à Comissão de Agricultura, Minas e Bosques com a seguinte redação:

1883 – N° 39

Serviço florestal nas montanhas que circundam a capital do Império.

A Assembleia Geral resolve:

Art.1º O Governo é incumbido de organizar um serviço florestal nas montanhas que circundam a capital do Império, conservando as matas atuais, refazendo as que tem sido destruídas, deixando livres os pequenos cursos d’água que estão encanados e impondo penas a quem derrubar árvores dentro de uma zona, que deverá ser demarcada.

Art.2º O serviço abrangerá toda a extensão que há desde o Jardim Botânico até a Serra do Mateus; mas deverá ser inaugurado na seção central, que é a que vai da floresta, na Tijuca, à Fábrica das Chitas³⁰².

Art.3º Na lei de meios o Governo pedirá o que julgar preciso à execução deste serviço pela repartição das obras públicas.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço da Câmara – Bezerra de Menezes.³⁰³

Adolfo, de solo ubérrimo, mas em processo de escassez, uma vez que a produção daí advinda não tinha como ser escoada.

³⁰⁰ O projeto apresentado pela Câmara de Vereadores do Município Neutro, do qual Adolfo torna-se defensor, visava estender aos professores do município da Corte a estabilidade já concedida aos funcionários administrativos da Câmara e aos professores do Estado. No seio da discussão, as argumentações contrárias atribuíam à estabilidade o termo “regalia”, tida por deputados como Felício dos Santos, por “absurda”. Adolfo repudia tanto o termo como a conotação dada à estabilidade, demonstrando o caráter especial do magistério como formador da juventude e o necessário tempo para que o professor adquira a prática necessária ao ensinar. Para ele trata-se ainda de conceder ao professor as condições para que possa desempenhar sua função sem preocupações com sua substituição, coisa que, ao que indica as discussões, ocorria com frequência absurda, inclusive como cabide eleitoral em época de eleições. Na discussão, Adolfo recebe “apoiados” de Rui Barbosa e outros deputados, enquanto recebe apartes de Felício dos Santos e outros.

³⁰¹ NOBRE, Freitas. Op. cit., p. 250.

³⁰² Nas primeiras décadas do século XIX instalou-se nas proximidades da atual Praça Saens Pena uma fábrica de tecidos de algodão ricamente coloridos, conhecido como chita. O arruamento onde estava a fábrica passou a ser chamado de Rua da Fábrica de Chitas, atual Rua Desembargador Isidro.

³⁰³ NOBRE, Freitas. Op. cit., p. 244.

O projeto foi apresentado em um momento singular para a questão ambiental, uma vez que decorridos pouco menos de dez anos após o serviço de plantio efetuado na floresta, tanto o reflorestamento quanto a conservação da mata pareciam ter sido esquecidos pelo poder público. De fato, entre os anos de 1861 e 1874 a floresta passou por amplo serviço de reflorestamento efetuado a mando do Imperador Dom Pedro II. Essa empreitada, confiada ao Major Manuel Gomes Archer resultou no plantio de mais de sessenta mil árvores, além da desapropriação de terras na área da Tijuca com a compra de extensas áreas, principalmente nas regiões próximas aos mananciais de água.³⁰⁴ Juntamente com as desapropriações e reflorestamento, em 1867, o Imperador determinou, através do Ministério da Agricultura, a suspensão dos desmatamentos da Fazenda dos Macacos, na Lagoa Rodrigo de Freitas, assim como o plantio e conservação das florestas da Tijuca e Paineiras. Os argumentos utilizados pela portaria basearam-se na nocividade para o interesse público da continuação dos desmatamentos, todavia, as instruções adicionavam também o policiamento da floresta a fim de impedir a danificação das árvores, o corte das madeiras, a caça sem autorização, ou ainda, que a floresta continuasse servindo de esconderijo a escravos fugidos, criminosos e desocupados.³⁰⁵

Alguns argumentos apontados por estudiosos para o reflorestamento, assim como a iniciativa de preservação, vinculam-se à questão da crise no abastecimento de água na Corte e a atração da elite da cidade, fazendo da Tijuca local privilegiado de moradia, o que teria incentivado a ação do governo imperial. Esses argumentos encerravam questões que se relacionavam com a perspectiva da floresta como local e elemento de salvação em relação à cidade e ao crescimento urbano, um “paradoxal jardim florestal plantado em meio a uma tão voraz máquina urbana”³⁰⁶, mas também, ambiente de refúgio, moradia, contato e aproximação com uma região erigida à condição de “atraente local de moradia para a elite da cidade: onde o clima era ainda mais fresco , em virtude dos remanescentes da floresta nativa, (...) e onde o acesso ao centro da cidade continuava bom, e até melhorou em 1866, com a criação de uma linha de bondes.”³⁰⁷

No entanto, a grande seca que assolou a cidade no final da década de 1860 levou as autoridades e empreendedores a discutirem as melhores soluções para o abastecimento de

³⁰⁴ HEYNEMANN, Cláudia. Floresta da Tijuca: natureza e civilização no Rio de Janeiro – século XIX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1995, p. 50.

³⁰⁵ Ibidem, p. 52.

³⁰⁶ DRUMMOND, José Augusto. O Jardim dentro da máquina, breve história ambiental da floresta da Tijuca. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988, p. 277.

³⁰⁷ Ibidem, p. 286.

água na cidade, debate esse que se polarizou em torno de duas propostas, sustentadas por duas visões diferentes a respeito da capacidade de os mananciais da Floresta da Tijuca continuarem sendo utilizados como única fonte de água para a Corte. Assim, de um lado posicionaram-se grupos como o formado pelos senhores Joaquim José de Souza Imenes, José Marcellino Pereira de Moraes e Raphael Archanjo Galvão Filho, representantes de uma empresa interessada em investir na infraestrutura de abastecimento da cidade e que submeteram às autoridades o documento intitulado “Abastecimento d’água à cidade do Rio de Janeiro. Memória sobre esse assumpto e proposta submetida à decisão do corpo legislativo em janeiro de 1873.” Para esse grupo, amparados por um estudo realizado na década de 1860 pela Inspetoria de Obras Públicas, a água captada nos mananciais da floresta eram suficientes para o abastecimento da cidade, o problema estava na distribuição da mesma após a sua captação, resultando na desastrosa condição de apenas 18,1% da água captada chegar aos encanamentos de distribuição da cidade.³⁰⁸

Já outros grupos, dos quais o formado pelos sócios Jeronymo Rodrigues de Moraes Jardim e Luiz Francisco Monteiro de Barros, apresentou às autoridades o documento “Exposição geral do plano de abastecimento d’água à cidade do Rio de Janeiro”, onde defendem que os mananciais da Floresta da Tijuca eram insuficientes para o abastecimento da Corte e propunham a captação de águas em regiões além dos limites do município. De acordo com a proposta por eles apresentada, a captação de água seria realizada em três rios presentes na Serra de Tinguá: os rios do Ouro, Santo Antônio e São Pedro, rios esses que possuiriam vazão de 100.000.000 de litros, praticamente o triplo do que estava disponível para a cidade.³⁰⁹ Ao fim dos debates, foi essa a proposta aceita e ao longo da década de 1870 vai se assistir a um grande volume de investimentos³¹⁰ e obras, incluindo a construção da Estrada de Ferro do Rio do Ouro para auxiliar na construção do novo sistema.

Sendo assim, quando Adolfo apresentou a proposta de criação de um serviço florestal, a questão do seu uso como fornecedora de água, pelo menos como fonte principal, já estava superada. Quanto à questão da floresta como região de moradia, ou de possíveis

³⁰⁸ FRIAS, Renato Coimbra. Dai de beber a quem tem sede! Crise no abastecimento d’água do Rio de Janeiro no século XIX. Anais do II Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico. São Paulo, USP, 2009, p. 9. O estudo realizado pela Inspetoria de Obras Públicas relacionava as captações efetuadas nos mananciais da Tijuca, Corcovado, Rio Cabeça, Laranjeiras, Andaraí Grande, Hotel da Aurora e Córrego Soberbo, e Rio Comprido, perfazendo um total de 36.616.141 litros. Desses, 16.227.901 litros foram lançados fora por insuficiência das caixas reserva e dos encanamentos que dali partiam, 13.130.610 litros foram perdidos em caminho antes de chegar às caixas de distribuição da cidade e 648.000 litros foram perdidos por insuficiência dos encanamentos de distribuição.

³⁰⁹ Ibidem, p. 11.

³¹⁰ Adolfo cita no corpo de seu projeto, a cifra de 21.000:000\$. Cf. NOBRE, Freitas. Op. cit. p. 242.

resistências por parte dos proprietários em desfazerem-se de seus terrenos em nome da preservação do ambiente, também se tratava de item superado, uma vez que “as indenizações não pareceram ser desvantajosas para seus proprietários.”³¹¹

Em função da simplicidade do projeto e da superação de algumas das principais causas apontadas para intervenção na Floresta, resta saber quais seriam as motivações de Adolfo para apresentação da proposta. Por conta dos argumentos que apresentou, nos parece descartada a perspectiva de preservação em função de seu caráter utilitário exclusivamente extrativista, fosse de água, de madeiras, ou de elementos nela produzidos, mas, de preservação pelo seu potencial de evitar a propagação de doenças, afetar a regulação climática e contribuir para a salubridade da cidade, perspectiva esta presente ao longo de todo o século XIX em diversos trabalhos. José Bonifácio, por exemplo, ao considerar que a destruição das florestas revestia-se do que chamava “mal cósmico”, advertia que esses males:

Se relacionavam com a degeneração do espaço natural onde a comunidade estava assentada. Referia-se à saúde do solo, que sem matas, se faz árido e nu, e à umidade do território, já que a falta de matas ameaçava os cabedais certos e perenes dos rios e das fontes. O desmatamento, além disso, deteriorava o clima; favorecia as tempestades e inundações; estimulava o surgimento de sezões e febres malignas; prejudicava a pureza do ar, impedindo a absorção dos miasmas dos charcos; e dificultava a reprodução da caça.³¹²

Se ao citar Bonifácio, em texto da década de 1830, possa parecer que uso perspectiva superada de observação da floresta, é importante frisar que o major Archer, ao acompanhar o imperador D. Pedro II em visita à Exposição da Filadélfia de 1876, recebeu deste o comentário de que teria visto “uma curiosa coleção de extrato de eucalipto de que há um grandíssimo numero de variedades asseverando-se-me que as moléstias, onde cresce o eucalipto, não se tornam endêmicas atribuindo esse efeito à umidade que essa planta absorve.”³¹³

Freire Alemão, por sua vez, estudioso que, como citamos, esteve muito mais próximo de Adolfo, tanto por ter sido seu professor na Faculdade quanto por viver e estudar as florestas e plantações da Corte, não deixava de considerar, ainda nas décadas de 1860 e

³¹¹ HEYNEMANN, Cláudia. Op. cit. p. 50.

³¹² PÁDUA, José Augusto. A profecia dos desertos da Líbia: conservação da natureza e construção nacional no pensamento de José Bonifácio. São Paulo, RBCS (Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 15, n. 44, outubro/2000, p. 126.

³¹³ Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis. Maço 39, cat.B- Caderneta 17, fl. 151-152, 1876. Citado por HEYNEMANN, Cláudia. Op. cit. p. 47.

1870, a perspectiva de salubridade que a preservação florestal fornecia às cidades. Ao destacar que as povoações e cidades brasileiras estavam “esquecidas de tudo o que recomenda a higiene pública e a polícia médica”³¹⁴, refletia que a “capital do Império, tendo sido criada como um lugar majestoso e sadio pelo autor das coisas, nas mãos dos homens não parava de degenerar”³¹⁵, degradação esta que tinha como fonte a destruição das florestas no entorno da Corte, como frisou, já na década de 1850, quando criou junto com outros colaboradores um centro independente de debates científicos voltados para a natureza brasileira, a Sociedade Vellosiana, ambiente este em que a questão da destruição florestal era parte integrante das discussões.

Por tudo isso, então, na introdução do tema, Adolfo argumentava que a questão tinha sido completamente abandonada pelos poderes públicos, mas era de fundamental importância para a saúde dos habitantes da capital. Sua fundamentação se dava pelas “péssimas condições dos terrenos em que está assente a capital”³¹⁶, mal que, segundo ele, foi amenizado pela natureza, “circundando-a de altas montanhas com vegetação frondosa.”³¹⁷ Mais a frente, o autor revelava que sua preocupação já se manifestava desde 1874 quando, ao conversar com o Inspetor de Obras Públicas, o Sr. Morais Jardim, expôs a necessidade de o governo conservar as matas naturais e promover a plantação de árvores, principalmente na encosta que olha para a capital. No entanto, além de nada ter sido feito nesse sentido a situação ainda agravou-se em função da retirada sistemática de árvores visando a produção de carvão. Por conta desse quadro, pioraram as condições higiênicas e “o clima desta capital torna-se mais árido, porque vão desaparecendo as grandes matas que tanto concorrem para o rebaixamento da temperatura e, portanto, para a constância das chuvas.”³¹⁸

Não bastassem esses fatos, Adolfo vale-se ainda de outros dois: o primeiro foi a determinação governamental de sugar todos os lacrimais que corriam das montanhas a fim de fornecer água à capital, e o segundo, algo que afetava todo o país, seria a necessidade pública de importação de braços, mão de obra que invariavelmente vinha aportar na Corte, de modo que “os foros de cidade saudável serão um atrativo para os estrangeiros, tanto quanto a ruim fama que a cidade vai gozando de constantemente frequentada por epidemias”, situação que afastaria tais braços dos quais a nação tanto necessitava. Para arrematar, Adolfo dizia que se o governo trouxesse ao Parlamento a reforma às municipalidades, referindo-se com certeza ao

³¹⁴ PÁDUA, José Augusto. Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1768-1888. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, p. 185.

³¹⁵ Ibidem.

³¹⁶ NOBRE, Freitas. Op. cit., p. 242.

³¹⁷ Ibidem.

³¹⁸ Ibidem.

seu projeto de independência administrativa para os municípios, a questão ficaria a cargo destes, no entanto, se insistisse na centralização, era ali na Câmara o lugar onde o problema deveria ser tratado.

Não consegui encontrar nos Anais da Câmara a continuidade dos debates a respeito do projeto e uma possível explicação para isso talvez fosse a riqueza de discussões envolvendo outros temas considerados, na ocasião, mais relevantes, como a emancipação dos escravos, diante da crescente pressão abolicionista. No entanto, devemos considerar que, em função do crescimento das cidades, da falta de infraestrutura dessas e da dependência coletiva de grande número de elementos naturais, a preocupação com o meio ambiente e sua preservação passaria a ser cada vez mais debatida.

2.4 Cortiços, fumo e epidemias na cidade doente.

Os termos salubridade e saneamento encontraram compreensão diversa ao longo de todo o século XIX, e na sua segunda metade, não é exagero relacioná-los com uma série de condições que, de alguma forma, pudessem impedir a proliferação de doenças, sobretudo aquelas que assumissem caráter epidêmico. Esse entendimento, edificado em meio a diversas contradições, incluindo a dedicação com que autoridades, esculápios e suas associações, dedicaram às doenças, em função do grupo habitacional a que afetavam, encontrou na Medicina Social um local privilegiado de debates, pesquisas e ações. No seio desta medicina, por sua vez, a construção de uma etiologia dos flagelos epidêmicos recorrentes no Império a partir da segunda metade do século XIX, produziu associações que foram repetidas e incorporadas às causas das doenças que tantas vítimas provocavam na população. Nestas associações, a presença da pobreza, da população negra e de alguns de seus hábitos, das condições de moradia, alimentação, vestimentas, relações afetivas e sexuais, entre tantas outras, foram palco para que médicos produzissem discursos e indicassem ações visando a normatização da sociedade de acordo com razões de Estado. Sendo assim, nesse conjunto é necessário que se faça algumas separações. As ações normativas que tantos estudiosos dedicaram-se a analisar estiveram voltadas especificamente para uma parcela da população vinculada aos elementos mais abastados.

Não interessava ao Estado modificar o padrão familiar dos escravos que deveriam continuar obedecendo ao código punitivo de sempre.

Estes últimos, juntamente com os desclassificados de todo tipo, serão trazidos à cena médica como aliados na luta contra a rebeldia familiar. Escravos, mendigos, loucos, vagabundos, ciganos, capoeiras, etc., servirão de antinorma, de casos limite de infração higiênica. A eles vão ser dedicadas outras políticas médicas. Foi sobre as elites que a medicina fez incidir sua política familiar, criticando a família colonial nos seus crimes contra a saúde. A camada dos “sem família” vai continuar entregue à polícia, ao recrutamento militar ou aos espaços de segregação higienizados como prisões e asilos.³¹⁹

Pouco antes da grande epidemia de febre amarela que varreu o país em 1850, a comunidade médica considerava a capital em condições de proverbial salubridade.³²⁰ Com a proliferação de doenças através de diversos surtos epidêmicos a partir de então, várias explicações foram emitidas e, com isso, algumas das ações tomadas para combate às epidemias visavam justamente atingir a população pobre, fosse através da criminalização de seus hábitos, do seu isolamento ou fomentando ações que pudessem de alguma forma disciplinar habitações, alimentação e costumes. Nesse conjunto, um espaço se sobressai: a cidade; e uma habitação é seu alvo: o cortiço.

Frequentemente relacionado com habitação pequena, destinada à população pobre, os cortiços foram apontadas por médicos, policiais, inspetores e políticos, tanto como local onde doenças surgiam, como local de abrigo da população que a transmitia. Uma das posturas emitidas pela Câmara de Vereadores da Corte do Rio de Janeiro em 1858 tinha nesse tipo de habitação seu alvo. Os cortiços deveriam seguir regras de construção, higiene, manutenção, capacidade que os tornassem iluminados, ventilados e livres da convivência entre pessoas e animais, sobretudo os de grande porte e no mesmo espaço, além de anualmente caiados e portadores de locais específicos e em quantidade adequada para despejos de dejetos de acordo com a capacidade do lugar.³²¹ Além disso, essas habitações deveriam ser alvo constante da vigilância de inspetores e policiais visando basicamente dois objetivos: primeiro, verificar se as posturas municipais eram atendidas, em segundo lugar, denunciar construções não autorizadas pela Câmara de Vereadores.

³¹⁹ COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004, p. 33.

³²⁰ REGO, José Pereira. *História e descrição da febre amarela epidêmica que grassou no Rio de Janeiro em 1850*. Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, 1851, p. 6.

³²¹ Em portaria de 31 de dezembro de 1863, a Secretaria de Estado de Negócios da Agricultura determinava que os cortiços deveriam ter para cada 20 moradores uma bacia encerrada em uma pequena casinha que fosse ventilada, tanto nas faces laterais como superiormente. Cf. *Boletim da Ilustríssima Câmara Municipal da Corte*, ed. 3-4, de março/abril de 1864. BN - Hemeroteca Digital.

Essas prerrogativas encontraram alguns interesses, revelaram contradições e produziram, mesmo entre médicos e políticos, posicionamentos que concordavam com a causa, mas divergiam nas soluções. Dessa forma, enquanto o cortiço era apontado como local propício à proliferação de doenças, sua construção atraía indivíduos interessados nos lucros que pudessem obter através de alugueis, principalmente por conta do aumento no fluxo de imigrantes portugueses e pelo crescimento do número de alforrias obtidas por escravos, sem contar o grande número de escravos que, mesmo não sendo livres, obtiveram autorização para viverem “sobre si”³²². Isso explica o grande número de requisições e pedidos endereçados à Câmara visando autorização para construção dessas edificações.³²³ Sendo assim, enquanto era necessário autorizar as construções, tanto em função da necessidade de moradias na cidade quanto de certo princípio liberal de não impedir a ‘marcha dos negócios’, por outro lado, se tornou imprescindível regulamentar a forma, quantidade, localização e proliferação dessas edificações.

Além disso, o fato da população negra, fosse ela composta de libertos ou que vivessem “sobre si”, constituir-se na maior parte daqueles que ocupavam os cortiços deu margem a que essas ocupações fossem vistas como locais de concentração de uma população marcada por diversos estigmas, sem contar que “misturar-se à população variada de um cortiço podia ser um ótimo esconderijo, caso houvesse a opção pela fuga.”³²⁴ Sendo assim, cortiço passa a ser sinônimo de esconderijo para negros fugidos, além de habitação para pobres, vernáculo que passa a relacionar-se cada vez mais com marginalidade.³²⁵ A questão das doenças que grassavam nas cidades, por sua vez, sobretudo aquelas relacionadas às epidemias, encontraram na presença negra sustentação para o seu aparecimento, disseminação

³²² CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 26.

³²³ Em 19 de novembro de 1864, a Câmara enviava ofício acompanhado de diversos documentos à Junta Central de Higiene visando atender pedido formulado por Servulo Barreto Monteiro para construção de cortiços em seu terreno na Rua de São Leopoldo; outro, de março de 1865, acompanhado de pedido feito por Manoel Joaquim de Magalhães que pretendia edificar cortiços nos fundos de sua casa na Rua de Santa Luzia; outro, de 27 de fevereiro de 1866, em que o Dr. Luiz Vianna de Almeida Valle pede licença para construção de cortiços em seu terreno na Rua do Bomjardim. Mais um, de 15 de junho de 1866, em que Joaquim Loureiro Pinto, pede licença para construção de cortiços em seu terreno à Rua do Alcântara. Cf. *Boletim da Ilustríssima Câmara Municipal da Corte*, respectivamente, edições nº 11, de novembro de 1864; nº 3, de março de 1865; nº 2, de fevereiro de 1866; nº 6, de junho de 1866. BN – Hemeroteca Digital.

³²⁴ CHALHOUB, Sidney. *Op. cit.*, p. 28.

³²⁵ Para Chalhoub, a pobreza, ao longo do século XIX, passa a ser relacionada com “classe perigosa” numa construção que surge na Europa já em 1840 e que procura vincular “infância culpada” e grupos sociais à margem da sociedade civil, com práticas criminosas. No Brasil, esse tipo de edificação encontra eco em avaliações onde negros, pobres, criminalidade, ociosidade, estão todas vinculadas, recaindo sobre os primeiros as maiores responsabilidades.

e as mais diversas teorias que objetivaram responsabilizar aos descendentes africanos, como foi o caso da epidemia de febre amarela de 1850.³²⁶

Portanto, refém de uma situação que obrigava a municipalidade a aceitar a existência dos cortiços por conta da falta de moradia, levou-a a produzir posturas que disciplinassem essas construções e impedissem sua proliferação em áreas privilegiadas. Esses documentos tornam-se mais detalhados e sustentados por argumentos higiênicos a partir da segunda metade do século XIX, como dissemos, em função da proliferação de epidemias na cidade.

De fato. Em fevereiro de 1866³²⁷ o vereador José Pereira Rego³²⁸ apresentou à Câmara um projeto de regulamentação de construções no centro da cidade do Rio de Janeiro onde ficou bastante claro os aspectos que mencionamos, tanto em relação à normatização para a construção de cortiços quanto a impedir a sua proliferação em áreas privilegiadas da Corte. Em seus 29 artigos o projeto de Postura estabelecia as regiões onde estaria proibida a construção de casas térreas ou assobradadas, compreendendo uma linha que, partindo do Museu Nacional do Campo da Aclamação, se dirigisse por um lado pelas ruas de São Lourenço e Princesa, Imperatriz e Saúde até a Rua da Prainha, descendo pelas de São Bento e Bragança iria ganhar a Rua Direita: e de outro lado caminhando pela Rua dos Inválidos, Matacavalos, Mangueiras, Largo da Lapa, Ruas do Passeio, Boqueirão, de Santa Luzia e Largo de Moura, iria encontrar-se com a outra no ponto terminal passando pela Rua do Mercado. Ficava também vedada a construção dessas edificações nas Praças Onze de Junho e Largo do Machado.

Em seguida o projeto determinava o número de pisos, as dimensões das construções, das portas, janelas e classificava o que seria reconhecido como cortiço. Determinava também a posição das construções, os afastamentos, a localização dos fogões, a exigência de varandas, além de impor o valor das multas e as penas de prisões para mestres ou

³²⁶ CHALHOUB, Sidney, Op. Cit., p. 73.

³²⁷ MENEZES, Adolpho Bezerra de. **Breves considerações sobre as secas do norte**. Fortaleza: Tipografia Brasileira de Paiva & Cia., 1877 Boletim da Ilustríssima Câmara Municipal da Corte, ed.o2, de fevereiro de 1866.

³²⁸ José Pereira Rego formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1838, quando defendeu a tese “Dissertação sobre os fenômenos obtidos pelos diversos métodos de exploração do coração, e aplicação dos mesmos fenômenos ao diagnóstico d’algumas afecções do mesmo órgão, mais frequentes”. Em 1840 ingressou na Academia Imperial de Medicina, onde foi presidente de 1855 a 1857 e 1864 a 1883. Integrou a Comissão Central de Saúde Pública em 1850 e posteriormente, em junho de 1864, tornou-se presidente da Junta Central de Higiene Pública permanecendo no cargo até fevereiro de 1881. Produziu grande quantidade de textos tratando de temas relacionados a medicina, como doenças, epidemias, salubridade, vacinação, entre outros. Cf. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930) Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz – (<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>); consultado em 14/05/2014.

qualquer outro que construísse edificações fora das especificações. Por fim, definia a lotação máxima dos cubículos e proibia a construção de estrebarias e albergarias na região.

Ao que tudo indica, naquele momento o projeto de Pereira Rego não parece ter sido colocado em prática, talvez por conta da escassez de construções destinadas aos pobres, ou em função da incapacidade da municipalidade fiscalizar as construções, prontas ou iniciadas. No entanto, nos anos seguintes pressionados pelo aumento populacional e pela concentração em áreas centrais da Corte, diversas outras posturas e documentos foram produzidos. Nestes, a normatização das construções deu lugar à proibição da construção de cortiços, sobretudo em certas áreas demarcadas.

O primeiro fruto da nova maneira de pensar a questão surgiu com a postura de 5 de dezembro de 1873: “Não serão mais permitidas as construções chamadas ‘cortiços’, entre as praças de Dom Pedro II e Onze de Junho, e todo o espaço da cidade entre as ruas do Riachuelo e do Livramento”.³²⁹ Em setembro de 1876, outra postura reforçaria a proibição, esclarecendo que a interdição à construção de cortiços valia mesmo quando os proprietários insistissem em chama-los “casinhas ou com nomes equivalentes”.³³⁰ Estavam se engendrando os instrumentos legais para a guerra de extermínio contra os cortiços ou – o que dá quase no mesmo – para a proliferação de expulsão das “classes pobres”/“classes perigosas” das áreas centrais da cidade.³³¹

Há uma lógica por trás da postura apresentada pelo Dr. Thomaz Coelho que é mais sutil e menos clara se não for analisada tendo como foco de poder somente a Câmara de Vereadores da Corte. Na sessão do dia 13 de setembro de 1873, foi lida portaria da Secretaria de Estado dos Negócios do Império declarando que a Câmara deveria tomar imediatamente medidas higiênicas visando a melhoria das condições de salubridade da cidade. Tais medidas eram recomendadas, de acordo com o documento, pela Junta Central de Higiene, cujo presidente era José Pereira Rego. Os itens 6º e 7º das instruções eram destinados especificamente aos cortiços e diziam:

³²⁹ Código de posturas, leis, decretos, editais e resoluções da Intendência Municipal do Distrito Federal, Rio de Janeiro, 1894, p. 223, in CHALHOUB, Sydney. Op. cit., p. 34. O projeto foi apresentado pelo vereador Dr. Thomaz Coelho. Cf. Boletim da Ilustríssima Câmara Municipal da Corte, ed. 5, de 5/11/1873, p. 20.

³³⁰ Código de posturas, leis, decretos, editais e resoluções da Intendência Municipal do Distrito Federal, Rio de Janeiro, 1894, p. 238, in CHALHOUB, Sydney. Op. cit., p. 34.

³³¹ CHALHOUB, Sydney. Op. cit., p. 34.

6ª Fazer com que haja a maior fiscalização sobre o estado dos cortiços, obrigando seus donos e locatários a conservá-lo com o asseio possível e caiados.

7ª Marcar a lotação para cada cubículo, não consentindo que habite em qualquer deles maior numero de pessoas do que permite a sua capacidade, para evitar a aglomeração prejudicial que hoje se dá.³³²

As discussões após a leitura do documento foram acaloradas e giraram em torno de protestos quanto à intervenção do Ministério em assuntos que diziam respeito à Câmara. Para o vereador Dr. Motta Maia, por exemplo, “a Câmara não precisava ser lembrada dos deveres que tem a seu cargo para prevenir e resolver com tempo as medidas necessárias a fim de evitar qualquer epidemia que possa aparecer”³³³. De qualquer forma, ao final dos debates a Câmara resolveu formar uma comissão, composta pelos vereadores Dr. Nicolau Moreira, Dr. Motta Maia e Dr. Amaro de Moraes, visando responder ao governo e reclamar do mesmo o auxílio necessário para pôr em prática as medidas sugeridas.

Como se vê, a questão dos cortiços reunia posicionamentos que vagaram entre a regulamentação e a total proibição dessas construções, numa lógica que via essas edificações como insalubres, mas era aprisionada de sua necessidade por conta da insuficiência de moradias ou o alto preço dos aluguéis no caso de edificações em melhores condições. Nesse conjunto, Adolfo adotou procedimentos, indicou caminhos, questionou análises e atitudes promovidas por médicos, autoridades e políticos, principalmente com relação aos destinos da população pobre e as responsabilidades do governo com relação a essa população.

No mesmo mês em que o vereador Dr. Thomaz Coelho submeteu à Câmara, com aprovação, o projeto de postura em que determinava a proibição da construção de cortiços nas ruas mencionadas acima, Adolfo apresentava detalhado levantamento sobre as condições de salubridade e higiene da cidade. No parecer, encomendado pela própria Câmara em sessão de 17 de outubro, Adolfo adotou, com relação aos cortiços, posicionamento antagônico àqueles que indicavam a proibição das construções. No documento, os cortiços eram apresentados como “habitações que, além de insuficientes, são imundas e quase sempre edificadas em lodaçais e lugares escuros”³³⁴, e, para evitar que tais construções fossem facilitadoras na aquisição de doenças, propõe:

³³² BN – Hemeroteca Digital. Boletim da Ilustríssima Câmara Municipal da Corte, ed.o3, de setembro de 1873, p. 2 e 3.

³³³ Ibidem, p.3.

³³⁴ BN – Hemeroteca Digital. Boletim da Ilustríssima Câmara Municipal da Corte, ed.o5, de novembro de 1873, p. 13.

1º exigir que as casas sejam elevadas acima do nível do terreno adjacente; 2º marcar um pé direito que dê a todos os seus cômodos a necessária elevação; 3º determinar a capacidade mínima dos quartos dormitórios; 4º finalmente, formar um plano para os chamados cortiços, fora do qual não permita ninguém edifica-los.³³⁵

Na verdade, o parecer fazia detalhado apanhado das condições higiênicas da cidade. Ao escrevê-lo, Adolfo descartava o aumento populacional como causa da piora nas condições de salubridade da cidade. Para ele, as causas eram outras, e podiam ser divididas em dois grupos. As causas gerais, que influiriam cumulativamente sobre toda a população; e as causas especiais que atuariam sobre as famílias, ou sobre os habitantes de uma mesma casa.

No primeiro grupo estariam as que *viciavam a atmosfera*, “como os pântanos, as imundícies das ruas, praças e praias e dos rios, as fábricas de sabão, de azeite, de velas de sebo, de cola e todas as que trabalham com ingredientes que exalam vapores nocivos”³³⁶. Neste item ele incluía também os hospitais e casas de saúde, além da poeira e falta de arborizações das ruas e praças.

No segundo grupo estavam as que, embora também corrompessem o ar, tinham sua ação “mais imediata sobre as famílias e sobre as habitações, como sejam a alimentação, a imundície das casas, o esgoto das matérias fecais e águas pútridas, e as próprias casas e seus repartiamentos”³³⁷.

A partir dessa divisão, Adolfo passou a analisar cada um dos itens apontados, recomendando soluções e reclamando, do governo central, recursos para que as ações fossem tomadas. No quesito *imundice das casas*, ele argumentava que “a falta de asseio nas casas de morada e principalmente nas de comércio, como vendas, armazéns de secos e molhados, depósitos de velas, sebo e azeite, e com especialidade nas estalagens e cortiços”³³⁸ poderia influir como tantos outros focos na piora das condições de salubridade da cidade. Esta situação era agravada por conta da existência de depósitos de lixo nas áreas e quintais, além da criação de porcos junto às moradias, a falta da cavação ou limpeza das paredes e a estagnação das águas pluviais ou servidas. Para piorar, “a acumulação de duas ou mais

³³⁵ Ibidem.

³³⁶ Ibidem, p.7.

³³⁷ Ibidem.

³³⁸ Ibidem, p. 11.

famílias em uma locanda que nem comporta a metade ou a terça parte das que a ocupam”³³⁹, reclamando, segundo ele, medidas bem pensadas por parte da Câmara.

Essas medidas não parecem ter sido *bem pensadas* pela Câmara ou outra instância de poder, uma vez que, segundo apontado, em 1876 uma nova postura foi emitida para, novamente, proibir a construção de cortiços evitando, dessa vez, que o termo fosse substituído por outros nomes como casinhas ou equivalentes. Desta forma, o que se viu no tocante a questão dos cortiços foi um jogo de forças entre os que precisavam morar, os que queriam ganhar, os que desejavam proibir ou os que conseguiam fiscalizar, sendo que, pelo menos até a década de 1880, quando se inicia o chamado “bota fora”, os cortiços continuaram existindo e resistindo a sua extinção. Nesse aspecto, a maior ou menor convivência da Câmara foi fundamental.

Em diversos momentos como vereador Adolfo opôs-se a iniciativas que visassem a simples expulsão da parcela mais pobre do povo como ação que visasse preservar a saúde da população. Anos mais tarde, por exemplo, em sessão de 15 de maio de 1880, Adolfo subiu à tribuna para refutar acusações feitas por Ambrósio Leitão da Cunha³⁴⁰, senador pelo Amazonas, de que ele, como presidente da Câmara de Vereadores da Corte teria desobedecido o Ministério do Império em duas ocasiões relacionadas à preservação ou à autorização de construções assemelhadas a cortiços.

Na primeira acusação, Adolfo teria resistido à determinação do Ministério em mandar derrubar chalés existentes na Praça da Sé, onde as condições insalubres dos mesmos, apontadas pela Junta Central de Higiene, poriam em risco a saúde da população. Através de todo um conjunto de procedimentos retóricos, a Câmara, sob a presidência de Adolfo, conseguiu obstar a derrubada dos chalés por vários meses. Primeiramente, ao receber a determinação do Ministério do Império, em 13 de agosto de 1879, respondeu com uma única expressão: inteirada. Em 17 de janeiro do ano seguinte, após receber reiteração do Ministério através de portaria de 15 de dezembro de 1879, quanto à derrubada dos chalés, a Câmara respondeu, alegando que o mercado de que tratava a portaria era tão antigo que nenhum dos habitantes lhe conhecia a fundação. Além disso, “se os chalés do Largo da Sé fazem mal à saúde pública, por não estarem construídos de conformidade com os princípios de higiene é fácil reparar a falta; e se é por admitirem gêneros deterioráveis, também fácil é não

³³⁹ Ibidem, p. 12.

³⁴⁰ No pronunciamento de Adolfo não há referência ao nome do senador, apenas a província a que estava vinculado. Contudo, como a província do Amazonas teve apenas dois senadores ao longo de todo o Império, Ambrósio Leitão da Cunha (Barão de Mamoré), entre a 14ª e a 20ª legislaturas (de 1869 a 1889) e Herculano Ferreira Pena, entre a 9ª e 13ª legislaturas (de 1853 a 1868), a constatação de que se trata do primeiro é direta. Cf. http://www.senado.leg.br/senadores/periodos/senadores_periodos_historicos.asp?

permitirem-se tais gêneros.”³⁴¹ Apesar dessas alegações, se ao Ministério do Império não satisfizesse os esclarecimentos da Câmara, mandaria demolir os chalés como havia sido determinado. Em nova determinação do Ministério, enviada em fevereiro, novamente é determinado que a Câmara promova a demolição, ao que a mesma responde que iria abrir concorrência para a derrubada, empreitada que continuou adiada e, até o dia do pronunciamento de Adolfo na tribuna, em maio de 1880.

A segunda acusação, refutada por ele na mesma sessão, referiu-se a recusa da Câmara para acatar determinação da Junta de Higiene quanto à construção de uma habitação na Rua da Relação, logo no perímetro em que cortiços não poderiam ser edificados. Adolfo argumenta que:

A lei municipal diz que, em certo perímetro, não se poderão construir cortiços. Mas o nobre presidente da Junta não diz que a construção de que se trata é um cortiço, para daí tirar a conclusão que tirou. Diz somente: este é o perímetro proibido para tais edificações, isto é, onde não se pode construir cortiços. Mas vós não dissestes que a edificação de que se trata é um cortiço; logo não podeis obrigar a Câmara, nem exigir que ela se atenha a legislação ou disposição municipal a respeito de cortiços.³⁴²

Sob apartes do deputado Felício dos Santos, para o qual “ninguém nunca definiu o que é um cortiço”³⁴³, Adolfo argumentava que se tratava de “questão de borracha”, uma vez que a Junta classificava como cortiço toda e qualquer edificação que não fosse um palácio o que vinha levando a Câmara a perder um grande número de questões em juízo, como fora o caso daquela. Além disso, para Adolfo, “a Junta de Higiene faz guerra a todas as casas pequenas; mas, pergunto eu, é conveniente acabar imediatamente com elas?”³⁴⁴ E em seguida ele mesmo responde:

De certo é conveniente acabar com as casas pequenas, mas isto quando os poderes públicos tiverem providenciado de modo que a imensa população pobre desta capital tenha onde se recolher.”
Compreende-se, senhores, que a bem da saúde pública, levar a destruição a tudo quanto é casa de pobres, é sacrificar não só a vida como até a honra de inúmeras famílias destes desgraçados.

³⁴¹ Pronunciamento na Câmara dos Deputados, sessão de 15 de maio de 1880. Anais da Câmara dos Deputados, tomo I, 1880, p. 137. <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/publicacoes-e-estudos>.

³⁴² Ibidem, p. 139.

³⁴³ Ibidem.

³⁴⁴ Ibidem.

Eu quisera que as coisas se fizessem convenientemente e seria o primeiro à auxiliá-las, como tenho auxiliado a guerra aos cortiços; mas destruir tudo quanto é casa pequena e não se cuidar de dar habitação à gente que ali mora é o mesmo que decretar a perseguição aos pobres.³⁴⁵

Como se vê a lógica sob a qual se apoiava a “guerra aos cortiços”, embora tivesse como fundo razões higiênicas, se cercava de motivações que iam muito além dessas, envolvendo a especulação imobiliária na ocupação de áreas centrais da Corte e a expulsão da pobreza. A lógica da fundamentação científica para atender interesses comerciais foi manipulada e desenvolvida em outras ocasiões para preservar ou incentivar atividades industriais que “trouxessem a civilização” à nação, embora essa constituição contradissesse os fundamentos em que se assentavam os parâmetros médicos miasmáticos.

Um exemplo dessa situação foi o projeto de proibição de fábricas de fumo e de velas de sebo no centro da cidade do Rio de Janeiro nascido de postura aprovada pela Câmara de Vereadores da Corte, na qual Adolfo era presidente. O direcionamento do projeto em 1879 para discussão e aprovação junto à Câmara dos Deputados, por sua vez, nasceu de iniciativa inaugurada por Adolfo, e segundo ele ocorrida pela primeira vez, com intuito de homenagear a casa legislativa, uma vez que até então a aprovação das posturas se dava unicamente pelo Ministério do Império³⁴⁶.

Adolfo argumentou em sua fala na Câmara dos Deputados na sessão de 23 de abril de 1879 que o projeto era “assunto de grande interesse publico (...) tratando-se de livrar a população da Corte, não somente de um incômodo, mas ainda de um perigo.”³⁴⁷ Além disso, o projeto era apresentado num momento em que o Governo Imperial e todos os poderes públicos se empenhavam em que a cidade “adquirisse o grau de salubridade a que tem direito seu estádio de civilização.”³⁴⁸

Em função das várias impugnações apresentadas por deputados da Câmara ao projeto, Adolfo subiu à tribuna para o debate. Nas falas ficava claro dúvidas com relação a dois aspectos da postura: o primeiro foi a certeza, ou não, sobre a insalubridade dessas fábricas e a possibilidade de o consumo e o manuseio do tabaco causar doenças aos trabalhadores, aos habitantes e aos seus consumidores. O segundo girou em torno do princípio do direito adquirido, uma vez que esses empreendimentos já ocupavam espaço na cidade há

³⁴⁵ Ibidem.

³⁴⁶ A lei de 1 de outubro de 1828, em seu artigo 72 previa que as posturas valeriam por um ano até a sua confirmação pelos Conselhos Gerais.

³⁴⁷ NOBRE, Freitas. Op. Cit. p.155.

³⁴⁸ Ibidem.

alguns anos e alguns deputados argumentavam que não poderiam ser removidos, ou se fossem, deveria haver o pagamento de indenização.

Adolfo começou argumentando que a postura nada mais era que uma interpretação de outra que a Câmara já possuía há longos anos e que proibia não a existência de fábricas de cigarro, mas as que preparavam o fumo para cigarros fazendo uso do pichoá³⁴⁹, substância que, “além de insuportável em uma zona imensa, é princípio alterante da constituição da atmosfera, e, por conseguinte, se não é diretamente nocivo, indiretamente vai produzir males.”³⁵⁰ Ainda assim, admitia que a dúvida do Deputado Felício dos Santos, um dos que tentavam a impugnação do projeto, sobre a nocividade do fumo, era pertinente em face da incerteza científica sobre os malefícios do fumo, todavia, em casos como esse, mandava a prudência que a escolha recaísse sobre o mais seguro. Mesmo porque, a segurança da população estava acima de qualquer direito adquirido.

A discussão se estendeu e o mesmo Felício dos Santos defendia que para muitos higienistas o pichoá serviria como desinfetante e, além disso, verificou em viagem à Paris que as fábricas de fumo lá instaladas utilizavam filtros e aparelhos que as tornavam menos incômodas para a vizinhança, o que teria impedido a sua remoção, uma vez que se tratava de local onde o direito à propriedade era respeitado. Por outro lado, o Deputado Martim Francisco, defendia a postura argumentando que se a questão era relativa à propriedade, então também as têm os vizinhos das fábricas que viram os aluguéis de seus imóveis depreciarem em função da presença de tais manufaturas e dos odores que exalavam em seu redor.

Por fim, Adolfo citou que já na apresentação da proposta de mudança na tabela de impostos municipais a ele levada pela Comissão de Fazenda da Câmara Municipal tentou tornar difícil e embaraçosa a posição daqueles que exerciam indústrias nocivas à saúde pública, de modo que, as casas de saúde e hospitais situados no centro da cidade pagariam mais impostos que aquelas que estivessem fora do centro, assim como a proibição de coqueiras dentro da cidade e o aumento nos impostos das indústrias de tabaco. No entanto, além da correção de impostos não ter sido aprovada os estabelecimentos vinculados ao manuseio do fumo cresciam em toda a cidade.

Os apelos de Adolfo se fundamentavam em várias reclamações promovidas por habitantes da Corte por conta das fábricas de fumo, reclamações essas que se repetiram ao

³⁴⁹ Substância obtida pela seiva, pela matéria oleaginosa, pelos restos das folhas, desprendidas quando torcidas essas folhas para colocarem o fumo em corda. A definição do produto foi apresentada pelo médico Dr. Oliveira Guarany na sessão da Academia Imperial de Medicina de na sessão de 28 de abril de 1879. *Annaes Braisilienses de Medicina*, ed. 2, de 1879, p. 147. BN – Hemeroteca Digital.

³⁵⁰ *Ibidem*, p. 159.

longo da década de 1870. Um exemplo desses inconvenientes foi a representação³⁵¹ levada à Câmara de Vereadores por moradores da freguesia de Santa Rita solicitando a retirada da empresa de concentração de fumo Leivas, Saraiva e Cia, estabelecida na Rua da Saúde, nº 131 e que culminou com a investigação solicitada pelo vereador Dr. Thomaz Coelho e conduzida pelo fiscal da freguesia. Exemplos como esse deixavam claro que essas fábricas realmente produziam danos para a população, no entanto, não foi essa a conclusão das autoridades médicas de então.

De fato. O debate levado a cabo na Câmara dos Deputados extrapolou suas paredes e chegou, através dos jornais, ao conhecimento da população e das autoridades médicas, até encontrar guarida na solicitação apresentada pelo Dr. Ataliba Gomensoro à Academia Imperial de Medicina, a fim de que se pudesse discutir e conseqüentemente produzir um parecer a respeito da “conveniência ou inconveniência, para a saúde pública, da continuação das fábricas de cigarro, fumo e pichoá nos centros populosos.”³⁵²

O Dr. Ataliba considerava problema resolvido para si a influência perniciosa das emanações produzidas por esses estabelecimentos, no entanto, insistia que deveria haver um posicionamento oficial por parte da Academia. O Dr. Pereira Rego Filho, por sua vez, concordava com a necessidade de manifestação da entidade em que eram associados, no entanto, discordava completamente de Ataliba quanto a ser “princípio resolvido” o perigo da existência dessas fábricas nos centros populosos, ressaltando ainda que não havia posicionamento uniforme por parte dos higienistas quanto ao assunto, ao contrário, alguns até negavam-lhe qualquer perniciosidade, tanto em relação aos operários das fábricas quanto aos habitantes que residissem próximos às oficinas.

Outros médicos se pronunciaram. Para o Barão do Lavradio, presidente da entidade, a questão já houvera sido tratada na época em que a Academia ainda era a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, ocasião em que produziu um relatório onde o assunto foi tratado sob diversos aspectos, posição seguida pelos Drs. Diogo e Oliveira. Para o Dr. Costa Ferraz, por sua vez, a postura da Câmara de Vereadores não passava de tentativa de “passar em julgado uma emenda em que se busca ferir direitos sem causa provada, a título de salvar a saúde dos habitantes desta capital.”³⁵³ Reconhecida a importância do tema, foi estabelecido a discussão sobre a tese: Quais os inconvenientes dos estabelecimentos em que se manipula sobre o fumo?

³⁵¹ BN – Hemeroteca Digital. Boletim da Câmara Municipal da Corte do Rio de Janeiro, ed. Nº 7, de 1/07/1874, p. 15.

³⁵² BN – Hemeroteca Digital. Annaes Brasilienses de Medicina, ed. nº 2 de 1879, p. 285.

³⁵³ Ibidem, p. 286.

É curioso como a questão da proibição das fábricas de fumo, vista pelo lado da saúde pública, não fosse fundamento suficiente para a sua negatividade por parte dos membros da Academia, ainda que houvesse dúvidas sobre o tema, conforme argumentou Adolfo. Isso nos mostra que a saúde pública, em confronto com a liberdade comercial ou o direito de propriedade saía em desvantagem se não houvesse por parte do corpo científico posição definitiva ou consagrada sobre o tema que pudesse prejudicá-la. A ambiguidade com que a entidade tratava o tema ficou clara na fala do seu secretário, o Dr. Pereira Rego Filho, que na mesma sessão levava para discussão na Academia a influência que uma boa polícia municipal poderia exercer para que se tivesse na Corte bons resultados em termos de saúde pública. Para isso, ilustrava a penúria na fiscalização em face da crescente comercialização de vinhos artificiais, pessimamente fabricados e de todas as procedências, do ‘batismo’ a que era submetido o leite comercializado na Corte, prejudicando principalmente a classe pobre, obrigada a consumir o produto com quatro partes de água para uma de leite, o consumo de carne verde, de péssima qualidade e de custo altíssimo, não esquecendo o que considerava a maior chaga da sociedade, o comércio de amas de leite, não esquecendo também as casas de tolerância, exemplo de atestado negativo da civilização brasileira. Todos esses elementos enquadravam-se no que chamava de higiene social, tema diversas vezes tratado pelo pai e presidente da Academia, o Dr. José Pereira Rego, Barão do Lavradio.³⁵⁴

De qualquer forma, a questão das fábricas de fumo só foi tratada na sessão seguinte, em cinco de maio, e se iniciou com a exposição do Dr. Ataliba, para o qual o problema deveria ser debatido sob dois pontos de vista: o científico e o fabril. Quanto ao primeiro aspecto, lembrou que o fumo tem como elemento nocivo a nicotina, substância com a qual se mata um cão em apenas três minutos com a aplicação de apenas uma gota de cinco miligramas, e que um pouco de sarro do cachimbo, onde era fumado o fumo europeu, mataria um pássaro em poucas horas.

Quanto à fabricação do fumo, fugindo do hábito do ‘ouvir dizer’, visitou duas fábricas consideradas as mais importantes da cidade, uma na Rua 1º de Março e outra na Rua de São Lourenço. Ali constatou que ao olhar os inúmeros trabalhadores, os mesmos gozavam de aspecto excelente, inclusive o administrador de uma delas que já laborava na função há mais de vinte anos e tinha aspecto forte e robusto. Examinou o mel depositado em uma das cubas que mesmo após revirado não apresentava odor nauseabundo. Da mesma forma, o

³⁵⁴ Na abertura dos trabalhos da Academia no ano de 1868 com a presença do Imperador D. Pedro II, o Dr. José Pereira Rego proferiu o discurso “Sobre o benefício que à saúde das nações acarreta a civilização, e sobre a importância da higiene social”. *Annaes Brasilienses de Medicina*, ed. n° 2, de 1868. BN – Hemeroteca Digital.

pichoá desprendia um odor tão agradável que poderia ser classificado na série de cheiros aromáticos. Esquecendo-se, ou desconhecendo a postura municipal, admirou-se que a Câmara de Vereadores quisesse banir para fora da cidade essas fábricas, quando na verdade visitara uma manufatura de fumo, e não as fábricas voltadas para a produção das substâncias utilizadas na fabricação dos cigarros e charutos, o mel e o pichoá.

Após o pronunciamento do Dr. Soeiro Guarany recomendando que fosse formada uma comissão para tratar do assunto em função da sua complexidade e divergência de opiniões contrárias ou a favor por vários especialistas, entrevistou peremptoriamente o Dr. Costa Ferraz, discordando do adiamento argumentando que a dilatação do tempo poderia ser prejudicial para a discussão do tema fora da Academia e depor contra a entidade. Além disso, achava a postura da Câmara Municipal e da Câmara dos Deputados um atentado contra uma indústria nascente no país e que deveria ser amparada ao invés de ser perseguida.

Lembrou que quando a questão foi levantada na França, em 1836, foram sujeitas a exame e estudo as dez maiores fábricas de Paris, Toulouse, Lion, Strasburgo, Marselha, Formiens, Bordéos, Morlaix, Lille e Havre, onde foram ouvidos diretores, subdiretores e onde em cada uma existia um médico. Além disso, foram levantadas as estatísticas dos estabelecimentos e dos hospitais e ficara resolvida os grandes problemas tanto em relação à saúde dos operários quanto a dos vizinhos a cada estabelecimento. Em seguida, expos a conclusão dos relatórios:

- 1º - Que os obreiros não experimentavam alteração da saúde ao entrarem no serviço das fábricas;
- 2º - Que eram infundados os receios e o quadro sinistro atribuído às emanações do tabaco;
- 3º - Que não havia razão para se considerar as emanações do tabaco como causas constantes das alterações do sistema nervoso;
- 4º - Que a manufatura do tabaco não motivava a inabilitação dos operários;
- 5º - Que o trabalho não era nocivo à longevidade;
- 6º - Que não era prejudicial à saúde dos que moravam próximos das fábricas.³⁵⁵

Por fim, fez questão de revelar que a observação foi feita em 4518 indivíduos, sendo 2425 homens, 1517 mulheres e 328 crianças, o que era mais do que suficiente para

³⁵⁵ BN – Hemeroteca Digital. Annaes Brasilienses de Medicina, ed. n° 2, de 1879, p. 302 2 303.

demonstrar que a medida patrocinada pelo parlamento, sem a consulta prévia à ciência, era uma aberração completa de seus princípios.

Outras discussões ocorreram na mesma sessão, mas o pronunciamento final da Academia só aconteceu no ano seguinte, em março de 1880, quando finalmente foi produzido relatório em que se considerou inexistente tanto a possibilidade das fábricas de cigarro, charuto e fumo serem prejudiciais à saúde pública, quanto as fábricas que faziam a preparação do mel de fumo e do pichoá poderem prejudicar a saúde dos vizinhos e do público em geral.³⁵⁶

Quanto às doenças, o Rio de Janeiro sofria com as constantes epidemias de febre amarela e varíola, responsáveis respectivamente pela morte de 14.541 e 6.618 pessoas no período de 1870 a 1880. A tuberculose, no entanto, mal que atingia a população mais pobre durante todo o ano, matou 20.916³⁵⁷ pessoas no mesmo período, sem que houvesse nenhuma política pública para auxiliar aos trabalhadores. Essa diferença no tratamento não pode ser vista sem referência a forma como a ciência médica encarava esses males. José Pereira Rego, por exemplo, entendia a cólera “como um flagelo que escolhia suas numerosas vítimas entre os escravos e indivíduos de ordem inferior”³⁵⁸, enquanto a febre amarela “vitimava os indivíduos que não tinham certo grau de aclimação indispensável; castigava impiedosamente os estrangeiros recém chegados e os brasileiros vindos do interior, mas era quase nula sua influência nos pretos”³⁵⁹. O dado importante é que cientistas e governo desprenderam durante décadas recursos e tempo para tentar solucionar o problema da febre amarela, enquanto que, em relação à cólera e à tuberculose não houve sequer uma ação para tentar combatê-las. Se agregarmos esse posicionamento a eminência do fim da escravidão, a emigração de estrangeiros como substituição de mão de obra e a intenção tantas vezes manifestada de expulsar negros e pobres da cidade, fica mais fácil entender como ciência e política trabalhavam lado a lado para alcançar esse fim.

Na sessão de 2 de julho de 1885, Adolfo voltou à tribuna para defender o projeto governista e as ações nele incutidas visando precaver a disseminação de epidemias na Corte, local que, segundo ele, serviria como polo propagador de doenças contagiosas e epidemias pelo Império. Ao iniciar sua fala, declarou ter consciência da existência de duas correntes que tratam do tema: a primeira, chamada por ele de ‘comercial’, opõe-se às ações que poderiam

³⁵⁶ BN – Hemeroteca Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, ed. nº 3, de 1880, p. 404.

³⁵⁷ MARQUES, Eduardo Cesar. *Da Higiene à Construção da Cidade: O Estado e o saneamento do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: História, Ciências, Saúde – Manguinhos, II (2): 51-67, jul-out, 1995.

³⁵⁸ CHALHOUB, Sidney. *Op. Cit.* p. 93.

³⁵⁹ *Ibidem*.

embaraçar as relações comerciais entre países, paralisando o comércio, e que sustentava tal posicionamento na recusa de aceitar o princípio do contágio. Eram, segundo ele, anticontagionistas, e declaravam a inutilidade das medidas preventivas apresentadas no projeto, como a construção de lazaretos e a manutenção dos cordões sanitários. A segunda corrente, por sua vez, por ele identificada como ‘higienista’, apoiava-se na ciência médica e sustentava seus posicionamentos nos conhecimentos que esta ciência adquiriu por via da experimentação, portanto, com mais fundamentos que a primeira. Adolfo baseava-se ainda na percepção de que um só conceito, inerente ao problema, já era base suficiente para o apoio do legislador.

Na dúvida de ser ou não eficaz uma medida que trata de evitar grandes males, catástrofes imensas como essas que as epidemias produzem, parece de simples intuição preferir-se sempre o emprego dessa medida aconselhada como eficaz, embora não o seja; na dúvida, este é o único recurso que resta aos governos. Pode ser que não seja eficaz; mas, desde que não se descubra um meio por todos reconhecido como tal, somos obrigados a aproveitar aquele que é assim reputado pelo maior número; e o meio universalmente reconhecido como podendo ser oposto pelos governos à invasão das moléstias contagiosas e epidêmicas é principalmente o estabelecimento de lazaretos, não falando já nos cordões sanitários.³⁶⁰

Na continuação, Adolfo elogiou a ação do Conselheiro Maciel, quando Ministro do Império do gabinete Laffayette, que, ao criar as comissões conhecidas como vacino-sanitárias, que possuíam atribuições mais amplas que a própria Junta, propiciou vantagens consideráveis à saúde pública do Rio de Janeiro. Segundo ele, a vantagem do processo de separação de atividades pelas comissões pode ser verificada quando houve a redução no número de profissionais envolvidos com a vacinação e a fiscalização sanitária, promovido pelo atual ministro Meira de Vasconcelos, a quem ele se dirigia, por conta da elevação nos casos de febre amarela. No decorrer do discurso, Adolfo, agora se concentrando na questão da saúde, volta a enfatizar a necessidade da descentralização:

Junta de Higiene e comissões sanitárias desapareçam (oh!), desapareçam, Sr. Presidente, porque protestei sempre e continuo a protestar contra esse sistema de uma junta de higiene da Corte exercendo funções nas Províncias, não sei com que vantagem pública.

³⁶⁰ NOBRE, Freitas. Op. Cit., p. 277.

Como é que a Junta de Higiene da Corte pode prover as necessidades higiênicas da capital do Maranhão, do Pará, de Minas ou de qualquer outra Província? (Apoiados).

Cada Província tenha a sua junta, que trate da saúde desta.³⁶¹

Adolfo sugeriu ao Ministro a descentralização das Juntas de Higiene, organizando em cada Paróquia de primeira ordem uma comissão com um presidente e dois auxiliares; nas freguesias suburbanas com um presidente e um auxiliar; e nas de fora com um delegado. Além disso, afirmava ainda que as juntas teriam um caráter ainda mais perfeito e econômico, se fosse constituída pelos próprios presidentes das comissões paroquiais, sugestão que causou estranheza, pois esses presidentes, em sua imensa maioria, não seriam médicos.

Além da organização das Juntas de Higiene e do apoio ao projeto ministerial, Adolfo fez longa prelação a respeito da remuneração dos profissionais médicos dedicados à saúde pública. Para ele, não bastava a reforma das juntas, era necessário que o rendimento dos profissionais, segundo ele vergonhoso, também sofresse alterações. Para apoiar sua argumentação, comparava o que recebia um médico da junta, 600 mil réis por ano, ou seu presidente, o renomado Barão do Lavradio, cujo ordenado era de 1:200\$000 (um conto e duzentos mil réis), com o que recebia um engenheiro contratado para atuar na construção de ‘qualquer estradinha de ferro de quarta ou quinta ordem’, auferindo ordenados de 7, 8, ou até 10 contos de réis.

Com a intervenção do deputado Pádua Fleury, segundo o qual os primeiros eram empregados públicos, enquanto os engenheiros ‘tem sua indústria livre’, ou seja, atuavam por contrato na prestação de um serviço, Adolfo contraria a argumentação, afirmando que na verdade, os primeiros dedicavam todo o seu tempo e atividade ao serviço, enquanto os engenheiros podiam usar seu tempo livre para curar das necessidades indeclináveis da vida. Além disso, pergunta ele, o que seria mais conveniente para a sociedade? “o desenvolvimento das empresas, das indústrias, do progresso material, propriamente; ou se o cuidado que esta sociedade deve manter a saúde e existência de seus membros. (Apoiados)”.³⁶² Para terminar, afirmava que, se os médicos que se empregam no serviço de saúde pública e deixam suas clínicas livres, sofrendo com os péssimos ordenados que recebem, isso só vem demonstrar que o serviço de saúde pública não era considerado coisa de grande importância por parte do governo.

³⁶¹ Ibidem, p. 289.

³⁶² Ibidem, p. 281.

Situações como as que foram apresentadas nos levam a considerar o tema da saúde sobre aspectos diferenciados no tocante de quem os analisa, de quem é impactado e da própria capacidade do que se chamava ‘ciência’ para tratar do tema. Assim, enquanto a proliferação de casas pequenas era tratada como possível foco de doenças e a expulsão da população pobre comparece como alternativa de profilaxia, a requisição de moradores para remoção de fábricas que contaminavam o ar por conta da preparação do fumo era rejeitada pela classe médica e pelas instâncias políticas em função de ferir a iniciativa comercial. Por fim, verifica-se que já em finais do século XIX a comunidade médica ainda possuía dúvidas acentuadas sobre a melhor maneira de se tratar as epidemias, denunciando que o saber acadêmico estava longe de produzir alternativas seguras e uniformemente aceitas para tratar da questão.

Adolfo iniciou sua vida política trazendo na bagagem de conhecimentos e atuações aquilo que havia aprendido nos bancos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Trouxe também a herança dos ensinamentos e ações deflagradas pela família no Ceará. Ao longo dos vinte e cinco anos de atuação parlamentar deve ter se visto frustrado em várias ocasiões por conta de projetos não aprovados, cerceamento de ações implantadas pelo poder central, acusações e desentendimentos peculiares à vida parlamentar. Se não se notabilizou pela vanguarda em questões nacionais foi atuante em questões que afetavam diretamente a vida dos habitantes da Corte, algo que pode ter contribuído significativamente para sua longevidade como político. No entanto, é notória a questão da cura, revestida de ações voltadas para a saúde, saneamento, equilíbrio ambiental, questões sanitárias presente em muitos dos seus projetos. Além disso, é impossível não observar todas essas questões em torno da política e da organização da sociedade, algo que talvez Adolfo não cogitasse no início, mas que com certeza, concluiu após todos esses anos.



Figura 1: Foto de Augusto Gomes Lea e da ama-de-leite Mônica, do estúdio de João Ferreira Villela, Recife, c.1860. Cartão-de-visita, 6,5 x 10cm. (Coleção Francisco Rodrigues, CFR 1795, Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais)



Figura 2: Foto de Isabel Adelaide Leal e da ama-de-leite Mônica, do estúdio de Alberto Henschel, Recife, [1877-1882]. Cartão-de-visita, 6,5 x 10cm. (Coleção Francisco Rodrigues, CFR 2139, Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais)

Figura 1: Ama de leite Mônica- Fonte: KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. 'Amas mercenárias': o discurso dos doutores em medicina e os retratos de amas - Brasil, segunda metade do século XIX. Hist. Cienc. Saúde-Manguinhos vol.16 no.2 Rio de Janeiro Apr./June 2009.



Figura 2: Lavadeiras na Floresta da Tijuca- KLUMB, Revert Henrique. Tijuca: Laveuses. [Rio de Janeiro: [s.n.], ca. 1860] . 1 foto, estereograma, papel albuminado, p&b, 7,7 x 14,6cm em cartão suporte: 8,3 x 17,5cm.

Disponível

em:

<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon576013/icon576013.jpg>. Acesso em: 11 jan. 2015.



Figura 3: Caixa dos cigarros Amapá – Rio de Janeiro, 1862. CIGARROS Amapá... Casa fundada em 1862: Fábrica de Fumos Brasil... Benevides, Pinna e Cia...". [Rio de Janeiro?]: [s.n.]. 1 embalagem, il., color, 23,4 x 10,6.

Disponível

em:

<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1385221/icon1385221.jpg>. Acesso em: 14 fev. 2015.

verna, fez-se no Brasil o alimento das filhas e mães de família!

O que esperais vós, pais de família, indignos por certo deste nome, do exemplo que dais a vossos filhos!

O que pôde esperar o Brasil da geração nascida e creada em tão pôdre atmosphera?

O espirito o mais forte recusa admitir as consequências logicas de tão deploravel erro. Não pôde, não deve continuar um tal estado de cousas.

Cumprimos um dever sagrado condemnando o procedimento dos homens sérios que enimão a immoralidade e o vicio, e chamando a attenção dos verdadeiros pais de família, que educão seus filhos nos principios da moral e da virtude, para o perigo da pervertida sociedade elegante da nossa capital.

Por hoje, não entraremos na indagação das causas da corrupção moral da nossa sociedade, certamente ligada á corrupção politica, que todos sentem e deplório; seria preciso subir muito alto na pyramide social, e não podemos dar-nos a este trabalho; por agora limitamos a consignar o facto.

Cathecismo.

A instrução do povo, é o primeiro empenho de um governo patriótico, por que quanto mais instruido mais trabalha; quanto mais trabalha mais enriquece, e da riqueza dos particulares é que provem a riqueza dos estados.

Isto, considerado por seus effeitos materiaes; pelos moraes, a instrução é a mais poderosa alavanca da governação publica e das liberdades dos povos.

Quando d semos instrução, não nos referimos, sómente, a que eleva o espirito, pelo estudo das letras e das sciencias; senão e principalmente, dessa instrução moral e religiosa, que é o principal fundamento das sociedades, por que ensina aos governados a obediencia, e aos governantes a justiça e a caridade.

Qualquer dos dous generos, falta-nos completamente, por que no furor de tudo centralisar para dominar, o regimen conservador chamou, tambem, ao poder central, a instrução do povo, fazendo por esse modo, que o povo brasileiro se componha de automatos doces, em vez de ser constituído por cidadãos prestantes.

A mocidade, esta geração que começa, agora a tomar parte activa nos negocios do paiz, tem lavrado mais de um protesto brilhante, contra o systema nefasto que nega ao filho do Brasil o pão intellectual.

Ainda, ha pouco, vimos a Assembléa provincial do Rio de Janeiro decretar o ensino livre nessa provincia.

Ainda, ha pouco, vimos uma sociedade patriótica, instituir na capital da heroica provincia de S. Paulo, aulas nocturnas e gratuitas, para a instrução das classes desfavorecidas da fortuna.

Mas o vicio estava enraizado, e sobretudo, os conservadores, que se dizem hoje os verdadeiros liberaes, tem tanta consciencia de que com a instrução do povo, impossivel se tornará a seu dominio embrutecedor e nefando, que não vacillarão burlar no Rio de Janeiro a resolução, geralmente applaudida, da assembléa, negando o presidente da provincia a sua sancção; como ainda tolher o desenvolvimento

da idéa nobre e grandiosa da sociedade paulistana, mandando a policia perturbar os seus trabalhos!!

O principal, porém, está feito. A idéa surgiu, e contra a idéa, nenhum poder tem a força; o triumpho do grande principio liberal, mais cedo, ou mais tarde, virá coroar os esforços de seus ungidos sacerdotes.

A arvore santa da redempção de um povo embrutecido, será decepada pelo machado do despotismo, que não se firma senão na ignorancia; mas de seu tronco, e até de suas raizes, brotarão rebentos, que virão a ser outras tantas arvores frondosas.

E assim que na provincia do Ceará, onde a instrução elementar, graças á dedicacão infatigavel do Sr. senador Pompeu, tem attingido um desenvolvimento superior ao de quasi todas as demais provincias do imperio, começa hoje o movimento complementar daquelle genero de educação popular.

O ensino religioso, cujo abandono explica satisfatoriamente a corrupção que domina toda a sociedade brasileira, começa a ser levantado do esquecimento, na capital daquelle nobre provincia, e em breve, seguindo a marcha do ensino elementar, invadirá por todos os seus pontos centraes, e levará a regeneração moral ao seio da grande familia cearense.

Para que a pequena fracção do povo brasileiro se colloque na vanguarda da nossa sociedade, pela instrução, moralidade e independencia de seus filhos, só lhe faltará, em breve, que se estabeleça, alli, como na corte, como em São Paulo, como no Rio de Janeiro, como em Pernambuco, conferencias publicas, em que se ensine ao povo os seus deveres e os seus direitos, como cidadãos de uma nação livre.

Es abeileção-se escolas politicas, como nas provincias que citamos; dê-se ao ensino elementar, diffundido já por toda a provincia, a precisa liberdade; diffunda-se finalmente a idéa iniciada na capital, da explicação do catecismo, e teremos, no Brasil, um povo industrioso, rico, independente e moralizado; e teremos nesse povo, o modelo do verdadeiro cidadão de um paiz livre, que aspira a perfeição moral, á par do progresso material, que é dado ao homem attingir.

E com verdadeiro entusiasmo de um coração brasileiro, que não espera a redempção de sua patria, senão da instrução elementar, politica, e religiosa do povo, que transcrevemos em nosso jornal as seguintes linhas da *Tribuna catholica*.

« É incontestavel a necessidade de que se resente a nossa população da instrução do catecismo, e isto tanto mais quanto ella vive ansiosa por saber e ter conhecimento das verdades ainda as mais comensinas da nossa santa religião, e nem sempre encontra quem lhas transmita.

« Não obstante, podemos hoje registrar na columna deste nosso periodico, o prazer que sentimos por ver de dia em dia crescer o numero, e o estimulo dos meninos e meninas, que acodem a ouvir as lições do catecismo no Athenaeu Cearense.

« Entre os meninos o numero já excede a 180, e pelo grande estimulo que entre os mesmos reina, distinguirão-se pelas boas lições que derão nestes dous mezes passados os Srs... (Seguem-se os nomes dos alumnos que se distinguirão). E entre as meninas das esco-

las das professoras D. Perpétua Carolina e Carolina Herbster, o numero chega a 100 e em varias lições que receberam neste mesmo tempo distinguirão-se as Sras... (Seguem-se os nomes das alumnas).

« Honta portanto aos paes de familia que tanto se desvelão pela boa educação religiosa que procurão dar á seus filhos; tambem ás dignas professoras que ainda estendem o sacrificio de sua profissão ao ponto de lev rem as suas caras discipulas e acompanharem-nas a uma tal obra.»

Quando quereirá, tambem, o povo fluminense, dirigir os seus passos pelas sendas unicas que o podem conduzir á grandeza e á felicidade?

Quando quereirá esse nobre povo, erguer-se da sua indifferença, para firmar, com mão possante, os seus direitos irrecusaveis a preeminencia no solo da patria?!

O rei e o partido liberal.

O SR. T. DE ALENCAR ARARIPE

Nunca o arte da adulação foi tão porcaamente exercida neste paiz com; presentemente, pelo inculcada leader da camara conservadora.

É uma lastima ver torturada uma intelligencia regular contradizendo-se, sophismando, debatendo-se de todos os modos, para que o imperador o veja de joelhos, curvada a fronte sem pejo para o chão, de thuribulo em punho, fazendo subir aos pés do throno bafaradas do incenso pôdre da adulação e da mentira.

E tudo isto por uma cadeira de senador!

Depois que o Sr. Silveira Martins em linguagem verdadeira e justa, provou a contradicção miseravel do monarchista *quand même* do hoje, o poz em rolovo o deploravel papel do defensor *desinteressado* da dynastia reinante, terminando por esta eloquente apostrophe — Sr. Alencar *ide pregar á outra freguezia!* recolheu-se o Sr. Alencar Ararape ao silencio; e pensavamos que avisado por seus amigos, ou de inspiração propria S. S. tinha reconhecido a fealdade do papel que estava representando no Rio de Janeiro. Mas qual! S. S. envergonhou-se, é verdade, mas por pouco tempo; a maldita cadeira do senado tira toda a calma ao pobre homem, e eil-o outra vez em campo, na mesma posição e no mesmo officio.

Ainda um conselho Sr. Tristão. O que estaes fazendo prejudica mais do que favorece a vossa pretensão. O imperador tem bom senso; e já não tem mais dó de vós, tem nojo.

TRANSCRIPÇÃO.

A escravidão no Brasil, e as medidas que convem tomar para extinguil-a sem damno para a nação.

Sob esse titulo, publicou o Sr. Dr. Adolfo Bezerra de Menezes, um pequeno opusculo, que tem distribuido gratuitamente e que tem sido bem accollido por aquelles que o tem lido.

A *Reforma* disse; sobre esse trabalho, algumas palavras lisongeiras para o autor; e nós julgamos servir melhor o interesse publico, transcrevendo-o, para que os nossos leitores fação, por si mesmos, o juizo que elle merecer.

Figura 4: Jornal Sentinella da Liberdade, ed. 19, de 29 de agosto de 1869. No canto inferior direito vê-se a referência à obra de Adolfo sobre a emancipação dos escravos. BN – Hemeroteca Digital.



Figura 5: Revista Illustrada, ed. 132, s/d, 1878. A charge critica o despreparo da cidade, representada pela municipalidade, para enfrentar a epidemia de febre amarela. BN – Hemeroteca Digital.



Figura 6: Retirantes da seca no Ceará - Ceará 1877. [s.n.], [1877-1879]. 1 foto : cartão cabinet, papel albuminado, p&b, 10 x 14cm em cartão-suporte: 11 x 17 cm. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon838865.jpg>. Acesso em: 14 abr. 2014.



Figura 7: Matadouro do Rio de Janeiro em Santa Cruz. Companhia de Estrada de Ferro D. Pedro II. Novo matadouro em Santa Cruz. [S.l.: s.n.], [18--]. 1 foto, pb. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon373814/icon1107012.jpg>. Acesso em: 06 nov. 2014.

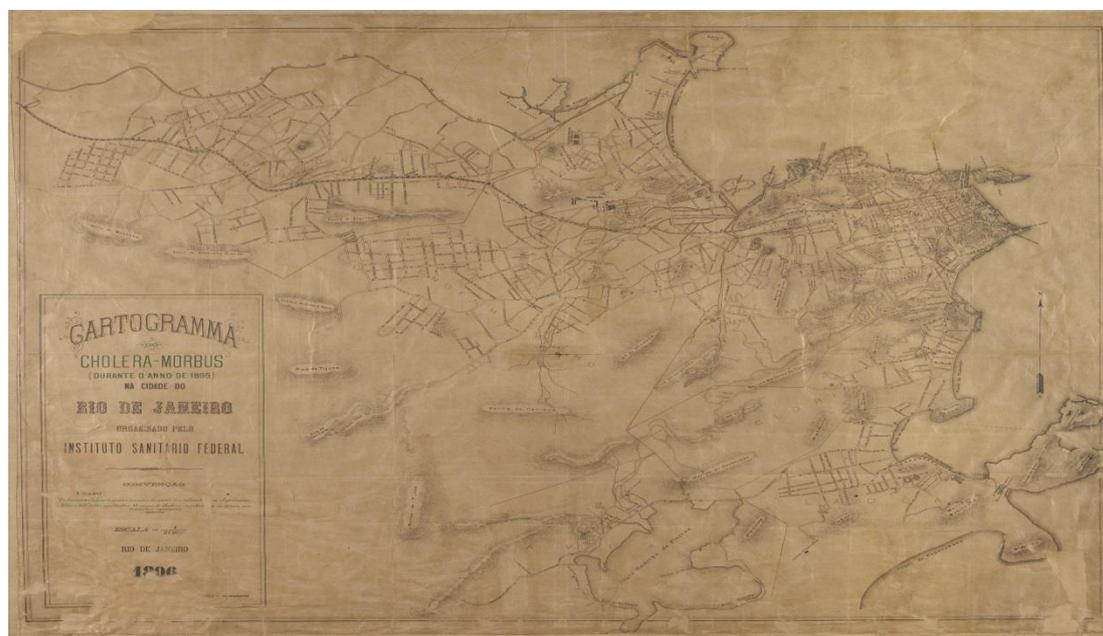


Figura 8: CARTOGRAMMA do Cholera-Morbus na cidade do Rio de Janeiro, durante o anno de 1895. Rio de Janeiro: Instituto Sanitário Federal (Imprensa Nacional), 1896. 1 planta, 60 x 76cm. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart530275/cart530275.jpg>. Acesso em: 07 jan. 2015.

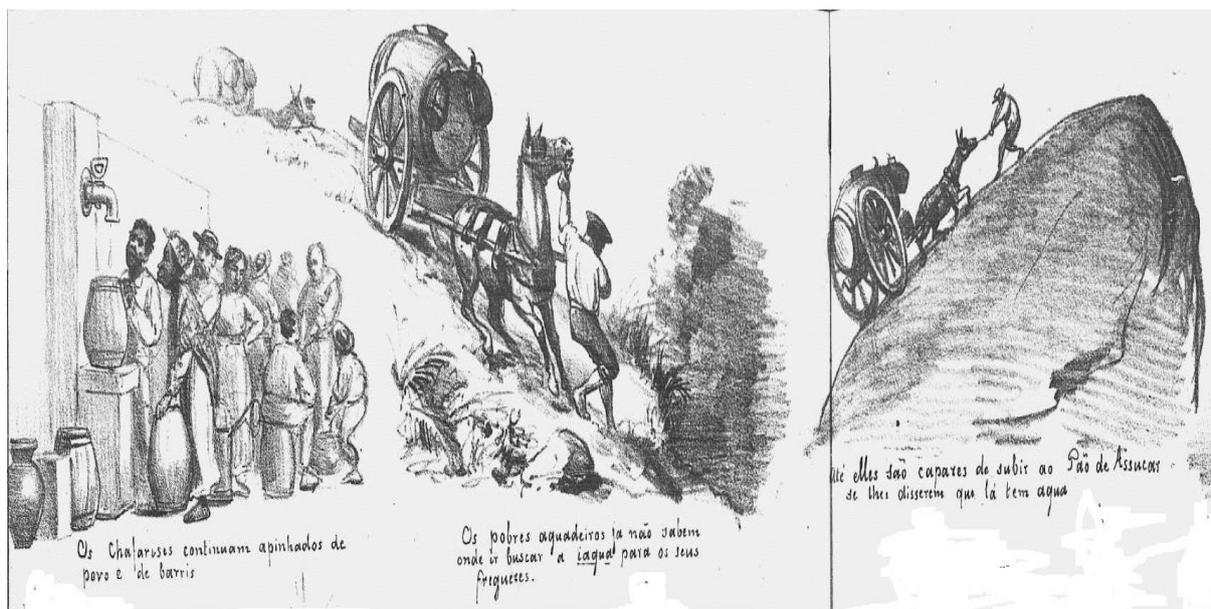
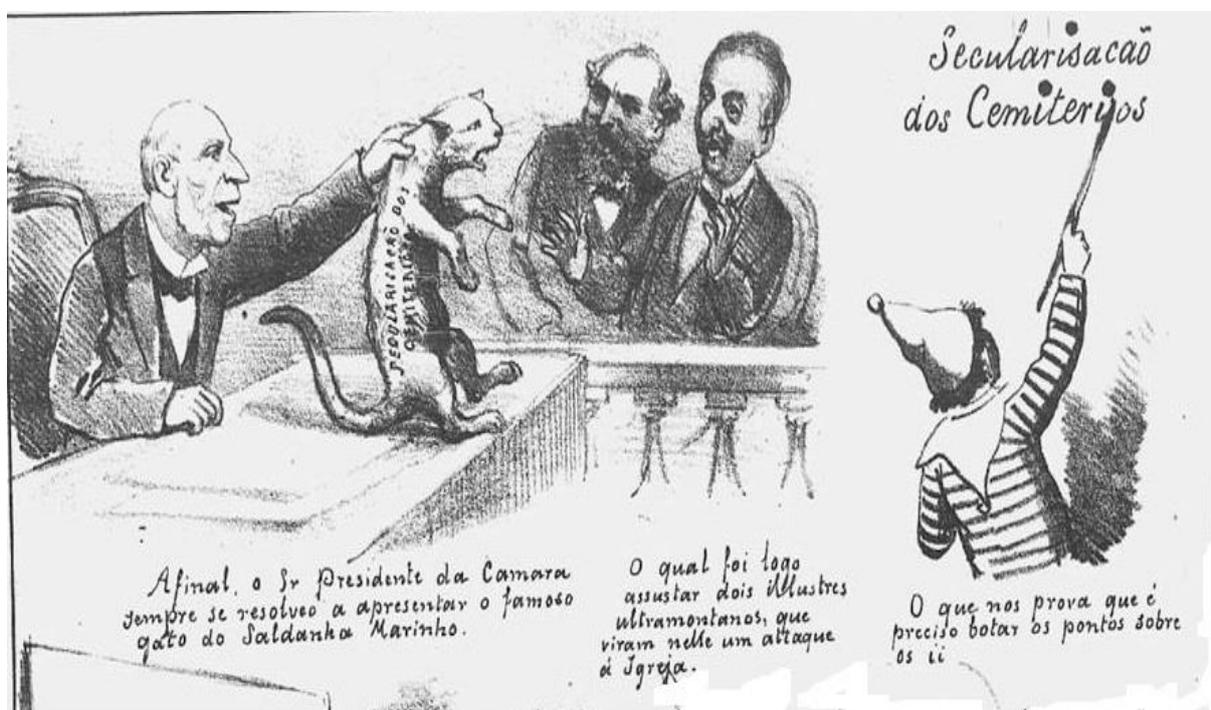


Figura 9: Revista Illustrada, ano 4, nº 183, 1879. Agostini critica a falta d'água no Rio de Janeiro com os chafarizes secos e os aguadeiros tendo que ir cada vez mais longe buscar água. BN-Hemeroteca Digital.

Figura 10: Revista Illustrada ano 4, nº 179, 1879. Bezerra é criticado por Agostini por sua posição à favor da Igreja na secularização dos cemitérios. BN – Hemeroteca Digital.



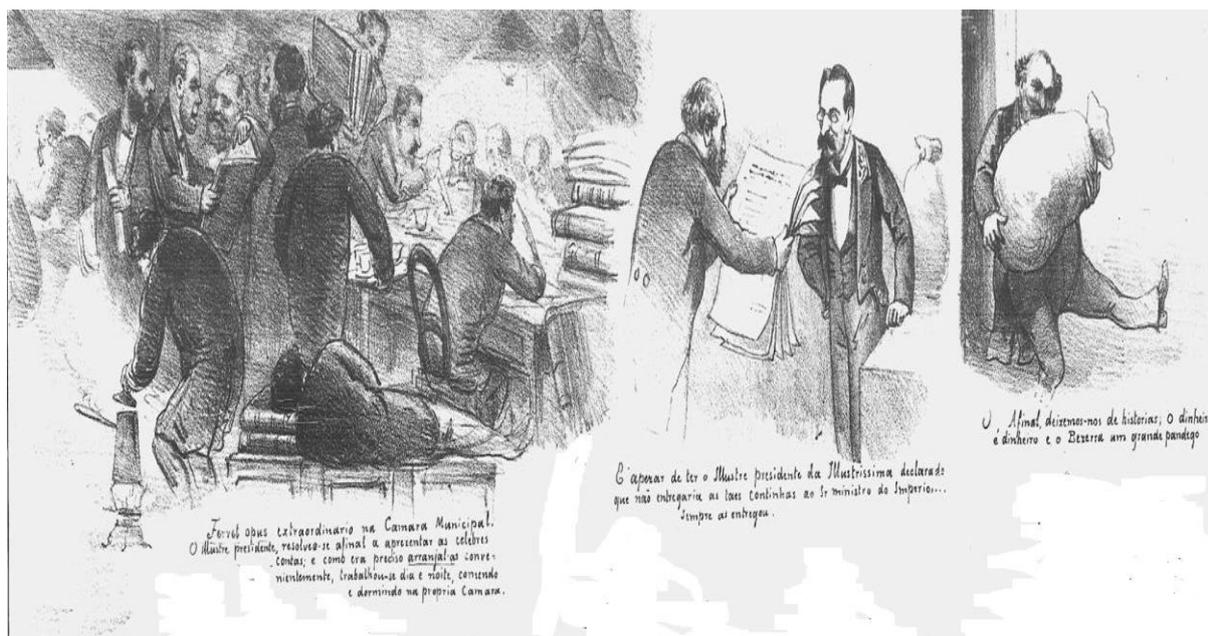


Figura 11: Revista Illustrada, ano 4, nº 175, 1879. Bezerra é criticado por Agostini por não apresentar as contas da Câmara Municipal. BN – Hemeroteca Digital.

Figura 12: Revista Illustrada, ano 3, nº 119, 1878. Agostini critica a posição de Adolfo contra Saldanha Marinho, Cristiano Ottoni e André Figueira. BN – Hemeroteca Digital.



Anno I
 Brazil — Rio de Janeiro — 1883 — Janeiro — 21
 N. 1

ASSIGNATURAS
 PARA O INTERIOR E EXTERIOR
 Semestre . . . 6\$000
 Os Srs. Agentes do Correio de todas as localidades aceitam assignaturas.
 ESCRITORIO
 RUA DA CARIOCA 120
 2.º andar.

PUBLICAÇÕES
 NAS SECÇÕES LIVRES
 Por linha . . \$100
 As assignaturas do REFORMADOR terminam em Junho e Dezembro.
 ESCRITORIO
 RUA DA CARIOCA 120
 2.º andar.

REFORMADOR
 ORGAN EVOLUCIONISTA

REFORMADOR

Rogamos ás pessoas que desejarem assignar o *Reformador*, queiram utilizar-se do direito que lhes confere o Regulamento dos Correios do Imperio, approvado pelo Decreto n. 341, remettendo aos Srs. Agentes apenas o nome, residencia e 6\$200, sem outra despeza, nem incommodo para o Assignante, em vista do Art. 114 das Instrucções daquelle Regulamento:

« Art. 114. Servirão os Agentes de intermediarios para a assignatura de periodicos, contanto que lhes seja adiantamente paga a importancia das assignaturas em dinheiro, de que devem passar recibo, e a comissão de 2 %, em sellos que elles devem pôr no officio em que, com declaração do valor fizerem remessa desse dinheiro ás respectivas Administrações ou ás com que estiverem em relação directa, para que assignem os periodicos ou transmitam a importancia das assignaturas a quaesquer outras em cujas cidades elles se publicarem. Os recibos das typographias serão passados aos Agentes. As Administrações tomarão nota do numero de assignaturas pertencentes a cada Agencia, para fiscalisarem a pontual expedição dos periodicos. »

1883 — J.º — 1.º

Abre caminho, sanando o presente. abra o futuro.

verdade, se combatem, lançando o anathema reciprocamente, e se agridem com a acrimonia e a sanha do amor proprio e da sem razão.

Estudando os effeitos, chegamos a conhecer as causas; destruidas as quaes, por força, em virtude do principio: césada a cauza césa o effeito, desaparecerão as funestas consequencias desta luta sem treguas, travada des da mais remota antiguidade entre aqueles que reconhecem a existencia do Espirito, e os que só admittem a materia; os quaes ainda se subdividem num grande numero de grupos secundarios.

A cauza desta dissidencia depende do ponto de vista exclusivo em que cada um se collocá. A dissidencia é mais apparente do que real e verdadeira; na essencia, no fundo, na origem todos estão na verdade.

Esta proposição parecerá á muitos um paradoxo: entretanto uma simples reflexão mostra que nenhum desses grupos não pode ser considerado como seguindo um caminho falso, em absoluto.

Cada um d'elles, contendo em seu seio homens de grande merito intellectual e moral, de talento e illustração, verdadeiros sabios, os quaes sustentam as suas doutrinas e defendem as suas escolas, cada um a sua, como a unica verdadeira; e, de parte á parte, apresentam os mais bem deduzidos argumentos, e as provas mais asserções, sendo admittir que

Tendo todos o mesmo ponto de partida, a base, a essencia era a mesma para todos, estavam todos unidos na origem; como porem cada um encarou a cousa debaixo de um ponto de vista differente, e enceton a marcha em linha recta e no sentido da direcção inicial, succede que, quanto mais se adiantam, mais afastados se acham uns dos outros; mas, continuando á seguir cada um a sua derrota, hão de necessariamente encontrar-se todos no fim da jornada: porque, tendo partido do polo negativo e dirigindo-se forcosamente para o polo positivo da esphera da vida, ali se encontrarão necessariamente.

Cada viajor segue o seu caminho, apoiado no bordão do peregrino que escolheu e auxiliado pelos recursos que angariou.

Para efectuar a peregrinação, certas cousas são de mysterio: os meios de transporte os aparelhos e instrumentos precisos, segundo o genero da peregrinação, e um guia.

Entre os meios figuram as hypóteses e como bagagem, as ideias adquiridas os abitós, os preconceitos e vicios contrahidos.

As hypóteses são as picadas abertas pelos exploradores na mata das pesquizas scientificas; são atalhos entre as longas curvas da estrada ordinaria; ou indicações do rumo á seguir; especies de pilárões no mar das investigações.

« O Spiritismo é a sciencia nova que vem revelar aos homens, por meio dos fatos e provas irrecusaveis, a existencia e a natureza do mundo espirital e a natureza do mundo materi. suas relações com o mundo materi. »

« A sciencia spirita demonstra que mundo espirital não é uma cousa sobrenatural, mas, ao contrario uma força essencialmente activa, origem de todos os phenomenos da natureza, até hoje não comprehendidos, e por isso lançados para o dominio do fantastico, do maravilhoso e sobrenatural. »

« Para aquellos que consideram a materia como o unico agente da natureza, tudo o que se não pôde explicar pelas leis da materia, é maravilhoso ou sobrenatural; e para si o maravilhoso é sinonimo de superstição. Com um tal systema, a religião, fundada na existencia de um principio immaterial, é um tecido de superstições; não se animam a dizel-o em voz alta, mas dizem-o em voz baixa, e julgam assim salvar as apparencias, concedendo que haja uma religião para o povo ignorante e para as crianças; ora, o principio religioso ou é verdadeiro ou falso; si é verdadeiro, deve de o ser para todos; si é falso, não é por isso melhor para os ignorantes do que para os instruidos. »

« São chegados os tempos em que a sciencia, deixando de ser exclusivamente materialista, deve levar em conta o elemento espirital, e em que a religião cessará de desconhecer as leis organicas e immutaveis da mate-

Figura 13 Reformador, ano I, nº 1, de 21 de janeiro de 1883. BN – Hemeroteca Digital.

REFORMADOR

ASSIGNATURA ANNUAL
Brazil 6\$000
PAGAMENTO ADIANTADO
PUBLICA-SE NOS DIAS 1 E 15 DE
CADA MEZ

PERIODICO EVOLUCIONISTA

ASSIGNATURA ANNUAL
Estrangeiro 7\$000
PAGAMENTO ADIANTADO
PUBLICA-SE NOS DIAS 1 E 15 DE
CADA MEZ

ORGÃO DA FEDERAÇÃO SPIRITA BRASILEIRA

Toda correspondencia deve ser dirigida a PEDRO RICHARD — Rua do Rosario n. 141, sobrado

Anno XVIII

Brazil — Rio de Janeiro — 1900 — Abril 15

N. 411

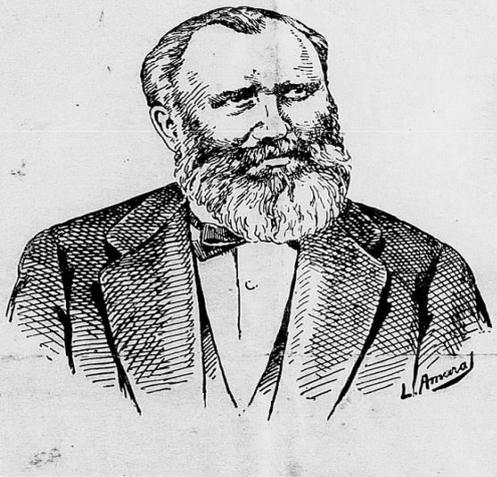
BEZERRA DE MENEZES

O descalace

A familia spirita brasileira acaba de ser ferida em pleno peito, com o desapparecimento do mais eminente dos seus chefes, d'aquelle que, nas assembleas e nos circulos, na imprensa livre, como do alto d'estas columnas, por tantos annos e até ha pouco tempo, doutrinou, pela palavra e pela penna, os santos ideos da Nova Revelação, trazida ao mundo pelo espirito Consolador, de que elle se fizera o mais intrepido e, sobretudo, o mais amado dos apóstolos.

Tiveram assim dolorosa realisação as provisões que aqui ultimamente formulámos. Contra a marcha insidiosa do mal que lhe invalida o organismo, não valeram as prescripções da sciencia, pelos seus mais altos representantes espirituales, nem a solicitude e o carinho da familia desvelada, da terna e santa esposa, em noites consecutivas de vigília, no sobresalto d'aquelle perigo irreparavel. Dentro dos imprescriptivos desígnios da Providencia, soara a hora da libertação d'aquelle grande espirito, cuja missão na terra havia terminado, e no dia 11 d'este mez, enquanto a natureza esplendida lhe fora, nas pompas outonaes, o se desprendia dos traços laços da materia, doecumante, quasi sem agonia, rodeado dos seus affectos caros, de todos aquellos entes, amados e ternos, que eram parte integrante do seu proprio ser, e aos quaes voltava um culto so excedido pela sua dedicacão á causa que fora a sua principal missão na terra.

Esse tragico descalace, posto que esperado, como o acabamos de assignalar, produziu uma intensa consternação em todos os espiritos que, de perto ou de longe, privavam com o nosso querido mestre, para já não alludirmos á dor intransponivel d'aquelle pobre e numerosa familia, a qual se via assim privada do seu unico arrimo, do seu chefe, do seu amigo, do seu defensor em todas as afflicções moraes, como nas vicissitudes matterias da vida, que, ao seu lado e edificada pelos seus altissimos exemplos, pudera até alli supportar com resignação, senão com alegria. E se para a familia que o idolatrava, na expansão de purissimos affectos, de que elle era o centro de attracção e de irradiacão, o seu prematuro desapparecimento assumiu as proporções de uma irreparavel catastrophe, não menos sensivel é a sua perda para os spiritas do Brazil, particularmente d'esta capital e da Federação Spirita, onde a sua cadeira, que elle por tanto tempo honrou, pregando, na eloquencia inspirada da sua palavra ou-



vida sempre com encanto, as luminosas verdades da Nova Revelação, permanecerá vazia, até que a Providencia nos depare um missionario da sua elevação que o possa dignamente substituir.

Não importa a indigitação d'este ou d'aquelle companheiro para essa substituição, forçosamente provisoria. Os que o rodeavamos, envolvendo-o no mesmo affecto e admiracão, os que, bastante felizes para, sem pretensão, nos reputarmos seus discipulos, tivemos a fortuna de ahi escutar de perto os sabios conselhos e as altas manifestações constantes do seu espirito solidamente aparelhado de saber, mas sobretudo opulento de peregrinas virtudes, sabemos que as difficuldades com que tem luctado a Federação, e com que de resto luctam as associações da sua natureza, vem se acrescentar mais esta, insuperavel no momento: a de collocar n'aquelle cadeira, em que elle deixa immorredoura tradição, um companheiro digno, a todos os respeitoes, de o substituir.

Assim nos externando, temos certeza de ser o interprete do sentimento de todos o que até agora gravitámos em torno d'aquelle astro, que não se extinguiu para nós senão para resplandecer com claridades mais vivas na patria espiritual em que nos precedeu. Não vai nisso ostentação de humildade, —preci-

sa virtude que fará a nossa felicidade no dia em que a possuirmos. Mas a verdade que está nas nossas consciencias, e que, no meio da consternação em que a sua perda nos lançou, mal podemos formular, como um tributo de justiça, é esta: o no-so saudoso e inolvidavel mestre reunia por tal modo todos os requisitos de um verdadeiro missionario, possuía um conjuncto tão harmonioso de conhecimentos e de virtudes, que por enquanto não passam para nos outros de meas aspirações, que ter a pretensão de continuar-lhe as luminosas tradições já seria demasiado orgulho para o que como tal se apresentasse e que, só por esse facto, se denunciaria inferior a essa nobilissima funcção.

Não pareça o que ahi fica o trivial exaggero com que se usa glorificar a memoria dos que se foram. Falamos diante dos contemporaneos, dos que de perto apreciaram e puderam aquilatar o valor da obra realizada por esse valeroso athleta do bem. Ella ahi está, — a sua obra, que, se é cedo para ser julgada no conjuncto, não é para que se registrem os effectos salutaros com que contribuiu para a orientação da propagação no Brazil. No que respeita particularmente á Federação, grato dever é confessarmos que jamais ella prosperou como durante o periodo da sua sabia e

esclarecida direcção. Foi o seu prestigio no meio dos spiritas o que a veiu erguer do abatimento em que, por multiplas causas, se debatia ha alguns annos. Motivando a sua norma de trabalhos, prestigando-os com a sua presença e com a solicitude dos seus cuidados, conseguiu elle trazer-a a essa altura em que até aqui se conservou, como um elemento de cohesão e disciplina, que fazia derivar pelo seu orgão, o *Reformador*, de cujas columnas se esforçou sempre por manter a orientação necessaria á uniformidade dos nossos estudos.

Não menos preponderante, todavia, foi a acção que exerciu sobre a evolução do spiritismo n'esta capital; e quando, em setembro de 1887, um numerozo grupo de spiritas deliberou que se apprehendesse, por um dos grandes orgãos da opinão, a exposicão da nossa doutrina, além de a tornar accessivel a todas as intelligencias, nas diferentes camadas sociais, foi para o Dr. Bezerra de Menezes que se voltaram todas as vistas, e a elle, como o mais apto, é que foi confiada tão grata e ardua tarefa, em que se conduziu com esse brilho e esse valor, cicio de perseverança e de tenacidade, que o fizeram temido de todos os adversarios. Ahi está o primeiro volume dos seus *Estudos philosophicos*, subordinados á epigrapho geral *Spiritismo*, o subscritos por esse adoravel pseudonymo MAX, breve e conciso como o seu proprio estylo, de uma clareza e de uma racionalidade admiraveis, para attestar o que foi essa esplendida campanha que, iniciada em uma epocha em que era perigoso ou, pelo menos, ridiculo confessar-se spirita, acabou por fazer a nossa doutrina respeitada, como a vemos, de todos os que, não cedendo embora aos seus vigorosos argumentos, se sentiram, contudo, obrigados a consideral-a com o acatamento devido ás convicções superiormente discutidas.

Além d'esses trabalhos já divulgados, o nosso querido mestre deixa uma extensa lista de obras, especialmente de romances, alguns dos quaes temos publicado em folhetins, todos vasados na orientação spirita, que se tornara o exclusivo escopo dos seus esforços nos deradeiros annos.

Não nos permite a escassez de espaço, nem o estado de espirito em que nos mergulhou, naturalmente, a sua perda, fazer agora uma analyse, ainda que succinta, da sua vida e da sua obra. Nas referencias que adiante publicamos, feitas pelos jornaes profanos d'esta capital, ter-se-ha, entretanto, uma pallida idea da influencia que a sua eminente personalidade exerceu na sociedade do seu

Figura 14 Reformador, anno XVIII, nº 411, de 15 de abril de 1900. Noticia da morte de Adolfo em 11 de abril. BN — Hemeroteca Digital.

Capítulo 3: A cura da alma.

Muito antes de haver qualquer interesse historiográfico pelos rumos do movimento espírita no Brasil, seus adeptos, até a segunda década do século XX, em tentativas de reconstituir essa trajetória, já a dividiam em seis períodos.³⁶³ Um deles, Canuto Abreu, ao utilizar o termo “fazes” como contração do verbo fazer, sugere certa perspectiva teleológica bastante cara aos pensadores cristãos e particularmente propícia à consumação dos períodos apontados como se fossem certa preparação e posterior consumação do que ‘estaria programado espiritualmente’ para tornar-se obra de Adolfo Bezerra de Menezes, personagem analisado pelo autor.³⁶⁴ No entanto, não podemos deixar de reconhecer que esses períodos são marcados por intervalos cronológicos que mantêm, de forma geral, características aceitáveis para a compreensão da organização do movimento.

Desta forma, a primeira fase do espiritismo no Brasil estaria situada entre os anos de 1853 e 1863. A característica principal deste intervalo seria o interesse e a formação de pequenos grupos envolvidos com os fenômenos de magnetização e as experimentações daí decorrentes, incluindo o uso da homeopatia nos processos de tratamento. A postura por ele assumida sugeria que o caminho *natural* desses interessados no magnetismo e sonambulismo seria o espiritismo, ainda que a primeira obra da codificação kardequiana só tenha sido publicada em 1857. De qualquer forma, foi nesse período, por volta de 1853, que se deu a formação do primeiro grupo com características espiritistas, o grupo do Dr. Alexandre José de

³⁶³ ABREU, Canuto. Bezerra de Menezes: Subsídios para a História do espiritismo no Brasil até o ano de 1895. São Paulo: FEESP, 1987, p.26.

³⁶⁴ Sylvia Damazio entendeu o Mesmerismo, a Homeopatia e o Espiritismo como doutrinas surgidas em épocas e lugares diferentes, com objetivos distintos, embora possuíssem pontos em comum. Apesar disso, em momento algum credita ao Espiritismo um caminho natural da Homeopatia como o faz Canuto Abreu. Cf. DAMAZIO, Sylvia. Da elite ao povo: advento e expansão do espiritismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994, principalmente páginas 79 à 100. Emerson Giumbelli, por sua vez, dedica pouca atenção ao surgimento do Espiritismo no Brasil, concentrando a avaliação das relações entre Homeopatia e Espiritismo a partir das décadas de 1880, por conta da crescente condenação das práticas de cura por parte da Igreja e da Medicina, e da década de 1890, por conta da criminalização dessas práticas incluídas no Código Penal de 1890. Cf. GIUMBELLI, Emerson. O cuidado dos mortos: uma história de condenação e legitimação do espiritismo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997. Já Célia Arribas, segue o mesmo caminho cronológico que Canuto Abreu, pelo menos até a criação do Reformador e da FEB. Cf. ARRIBAS, Célia da Graça. Afinal, espiritismo é religião? A doutrina espírita na formação da diversidade religiosa brasileira. São Paulo: Alameda, 2010, principalmente “O espiritismo no Brasil e suas várias faces”, páginas 53 à 71 e “Um novo tipo de religiosidade”, páginas 238 e 239. Por fim, Aubrée e Laplantine, ao introduzirem o tema do surgimento do espiritismo no Brasil, apresentam o Mesmerismo, o Fourierismo e a Homeopatia como “correntes precursoras” do espiritismo, creditando ao magnetismo a base teórica utilizada por interessados em compreender os fenômenos de comunicação com espíritos atribuídos às irmãs Fox em Hydesville, Estados Unidos, assim como a febre das mesas girantes. Cf. AUBRÉE, Marion & LAPLANTINE, François. A mesa, o livro e os espíritos: gênese, evolução e atualidade do movimento social espírita entre França e Brasil. Maceió: EDUFAL, 2009, sobretudo II parte: “Da França ao Brasil. História e desenvolvimento. Cem anos de expansão brasileira”, páginas 131 à 166.

Mello Moraes³⁶⁵, médico homeopata e historiador. Este grupo seria frequentado por personagens conhecidos como o Marquês de Olinda, o Visconde de Uberaba e o General Pedro Pinto, antecipando o que seria uma das principais características dos primeiros grupos espíritas no Brasil, o de ser frequentado por membros das elites político-econômico-intelectuais.

Além disso, ainda que as obras da codificação espírita não tivessem sido publicadas, Canuto considerou que a ligação entre a homeopatia e o magnetismo já daria a esses grupos elementos suficientes para caracteriza-los como espíritas, o que só faz ressaltar o caráter teleológico do autor, uma vez que, tanto o francês Bento Mure quanto o português João Vicente Martins, pioneiros na implantação e divulgação da homeopatia no Brasil, assim como Mello Moraes serão, somente anos mais tarde, vinculados ao espiritismo, em face do aparecimento desses, como espíritos, em sessões mediúnicas realizadas nas casas espíritas da Corte.

Outro ponto importante para se relativizar na periodização de Canuto, sobretudo na relação que faz entre Espiritismo e Homeopatia, é que os primeiros grupos que se formam no Brasil, surgidos no Rio de Janeiro, eram voltados, sobretudo, para as comunicações com os espíritos, deixando de lado os fenômenos de cura. De qualquer forma, foi de um desses grupos que surgiu a primeira obra espírita impressa no Brasil, em francês, *Les temps Sont Arrivés*, do professor Casimir Lieutaud. Posteriormente, em 1862, surgiu a primeira obra espírita em português, uma tradução feita por Alexandre Canu de *Le Spiritisme à Sa Simple Expression* (O Espiritismo na sua expressão mais simples), publicada por Allan Kardec nos mesmo ano.

Todavia, não foram a formação dos grupos ou a tradução das primeiras obras espíritas que marcariam o início da segunda fase, em 1863³⁶⁶, mas sim, a primeira de uma série de contestações de espíritas aos ataques desfavoráveis que começavam a sofrer. O fato deu-se em Salvador, na Bahia, precisamente após a publicação, em 26 e 27 de setembro, no Diário da Bahia, de um artigo escrito pelo médico francês Dr. Déchambre e publicado seis anos antes na Gazette Médicale, de Paris, que debochava do espiritismo e procurava destruir

³⁶⁵ Canuto Abreu registra a data e a formação do grupo a uma tradição presente no Reformador de 1 de maio de 1883. Ao ler a dita edição não encontramos nenhuma indicação à data e nem ao médico.

³⁶⁶ Há aqui um conflito de datas entre a periodização de Canuto Abreu e os relatos de Zeus Wantuil. Enquanto para o primeiro o episódio ocorrera em 1863, para o segundo, o fato se dá em 1865. Não podemos ter acesso a edição do Diário da Bahia que resolveria a dúvida. No entanto, como estamos mais interessados nas características dos períodos apontados que em datas delimitadoras, mantivemos a periodização de Canuto Abreu, embora consideremos que, em função dos seis anos entre a publicação do artigo na França e sua reprodução na Bahia, seja mais provável as datas apresentadas por Wantuil.

seus conceitos de forma irônica e depreciativa. Olímpio Teles de Menezes³⁶⁷ juntamente com José Alvares do Amaral e o Dr. Joaquim Carneiro de Campos escreveram e publicaram no mesmo periódico, um artigo-réplica, contestando as acusações do médico francês, refutação esta que chegou ao conhecimento de Allan Kardec e foi merecedora de elogios na Revue Spirite de novembro, o que teria levado pela primeira vez o nome do Brasil ao espiritismo mundial. Posteriormente, em 1867, outros artigos foram a público em contestação à pastoral do Arcebispo da Bahia, D. Manoel Joaquim da Silveira, sobre “os erros perniciosos do espiritismo”. No documento, criticando a publicação por Teles de Menezes da obra “Filosofia Espiritualista”, o arcebispo comentava que o espiritismo, contra toda expectativa, estava se expandindo e pondo em prática superstições perigosas e reprovadas, por isso, a pastoral apresentava-se como documento fundamental para prevenir a população.³⁶⁸ Há que se considerar, no entanto, que essa postura do clero baiano estava totalmente em sintonia com a reação católica fundamentada no ultramontanismo e em documentos produzidos pelo alto clero romano, particularmente a encíclica Quanta Cura, de 1864, acompanhada do Sílabo, onde, entre os oitenta erros considerados lesivos aos dogmas católicos, estavam a liberdade de consciência e de cultos, além da liberdade de manifestação de ideias.

De qualquer forma, o período apontado por Canuto, além da contestação de espíritas aos ataques sofridos, também foi marcado pelo aparecimento de obras espíritas em São Paulo e na Bahia, além de diversos grupos espíritas em várias províncias. Não podemos deixar de lado, também, as discussões que ocorreram na França após a morte de Allan Kardec, em 1869, sobre os rumos do espiritismo em suas características filosóficas, científicas e religiosas.

A terceira fase começaria em 2 de agosto de 1873 com a fundação da Sociedade de Estudos Espíritas - Grupo Confucius, e se estenderia até 1883 com o surgimento do periódico Reformador. O Grupo Confucius surgiu na esteira da orfandade mundial do movimento, mas também da necessidade de existir uma entidade capaz de dirigir o Espiritismo e orientar sua propaganda no Brasil. Em sua fundação, fica evidente o papel que a cura iria desempenhar em seus trabalhos, o que pode ser observado tanto pela presença de vários médicos na sua primeira diretoria, constituída pelo Dr. Sequeira Dias, presidente; o Dr. Silva Neto, vice-presidente; o Dr. Joaquim Carlos Travassos, secretário geral; quanto pela

³⁶⁷ Luis Olímpio Teles de Menezes é responsável pela constituição do primeiro grupo espírita no Brasil nos moldes recomendados por Allan Kardec, o “Grupo Familiar do Espiritismo”, em setembro de 1865, além do segundo periódico espírita brasileiro, o “Eco d’Além Túmulo”, em 1869, ambos em Salvador, na Bahia.

³⁶⁸ ARRIBAS, Célia da Graça. Op. Cit. p. 69.

necessidade de por em prática o lema do grupo, “Sem Caridade não há Salvação”, através das atividades de curar com o uso da homeopatia.³⁶⁹

Foi também através do Grupo Confucius que as primeiras obras da codificação espírita foram traduzidas para o português. Desta forma, vertida pelo Dr. Joaquim Carlos Travassos, surgiu em 1875 a tradução de “O Livro dos Espíritos”, traduzido da 20ª edição francesa com o pseudônimo Fortúnio e sem data da publicação; “O Livro dos Médiuns”, da 12ª edição francesa, sem o nome do tradutor, e “O Céu e o Inferno”, da 4ª edição francesa, também sem o nome do tradutor. No ano seguinte, Travassos traduziu também “O Evangelho segundo o Espiritismo”, da 16ª edição francesa. Todas as obras foram publicadas no Brasil pela Editora B.L. Garnier.³⁷⁰ Juntamente com as traduções o grupo produziu ainda a Revista Espírita; Publicação Mensal de Estudos Psicológicos, nos mesmos moldes da *Reveu Spirite*, de Paris, cujo primeiro exemplar saiu em 1875 seguido de apenas mais cinco.³⁷¹

No entanto, se há algo que possa caracterizar esse período foi a formação de correntes dentro do movimento espírita, de acordo com a maior ou menor aceitação das facetas filosóficas, científicas ou religiosas com que reconheciam a doutrina. Sob esse aspecto, se formaram três posicionamentos: Os espiritistas puros, que só aceitavam a parte filosófica e científica, rejeitando o aspecto religioso calcado nos evangelhos; os científicos, que privilegiavam a parte experimental, e os místicos, que aceitavam toda a obra kardequiana, com maior ênfase na leitura de “O Evangelho segundo o Espiritismo”.³⁷²

O Grupo Confucius considerava-se espiritista puro. O artigo 28 de seus estatutos adotava somente “O Livro dos Espíritos” e “O Livro dos Médiuns”. Os místicos, por sua vez, entendiam que o espiritismo puro, sem a religiosidade, não vingaria no Brasil, uma nação literalmente cristã. Essas divergências enfraqueceram o grupo e seus membros foram abandonando-o e fundando grupos particulares para a leitura do “Evangelho segundo o Espiritismo”. Um desses grupos, a primeira sociedade evangélica, foi a “Sociedade de Estudos Espíritas Deus, Cristo e Caridade”. Na sociedade, assim como no Grupo Confucius, o atendimento aos doentes era uma das prioridades e talvez tenha sido essa preocupação, assim como a sua faceta evangélica, que tenha levado ao crescimento do grupo que chegou a ter cerca de oitocentos associados. Foi também esse atendimento o responsável pela conversão de vários dos futuros membros do espiritismo no Rio de Janeiro. Presidido por Bittencourt

³⁶⁹ ABREU, Canuto. Op. Cit. p. 30.

³⁷⁰ WANTUIL, Zêus. Grandes Espíritas do Brasil. Rio de Janeiro: FEB, 2002, p. 410.

³⁷¹ DAMAZIO, Sylvia F. Da Elite ao Povo: Advento e Expansão do Espiritismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994, p. 104.

³⁷² *Ibidem*, p.105.

Sampaio³⁷³, nessa altura, já conceituado médium na Corte, e acompanhado por outros membros não menos conhecidos como Joaquim Carlos Travassos, João Gonçalves do Nascimento³⁷⁴, Charles Lehar e Frederico Junior³⁷⁵, o trabalho de assistência, caracterizado pelo atendimento sob a inspiração de espíritos e o tratamento através de receituário homeopático, cresceu e atraiu novos adeptos. Fato importante é que nem todos os médiuns tinham formação na área médica, como era o caso de Bittencourt Sampaio, pelo contrário, grande parte nem sequer possuía educação formal, como João Nascimento e Frederico Junior.

Isso não impediu que as divergências permanecessem ou até se ampliassem levando novamente a separação do grupo e dando início ao surgimento de outras sociedades. Aos místicos coube a criação de três novas agremiações: a Congregação Espírita Anjo Ismael, em 1877; o Grupo Espírita Caridade, em 1878; e a Sociedade Espírita Fraternidade, em 1880. Quanto à Sociedade original, passou a denominar-se Sociedade Acadêmica Deus, Cristo e Caridade, sob a direção do professor Angeli Torterolli, com clara orientação científica.³⁷⁶

Não há como deixar de relacionar a postura intelectual desses grupos ao afluxo de ideias originárias da Europa, dentro do que Manuel de Barros definiu como ilustração brasileira, englobando uma vertente ‘cientificista’, atraída pelo ideário positivista e

³⁷³ Francisco Leite de Bittencourt Sampaio nasceu no Sergipe em 1/2/1834. Estudou Direito na Faculdade do Recife e concluiu os estudos na Academia de São Paulo em 1859. Foi promotor em Itabaiana e Laranjeiras, no Sergipe, entre os anos de 1860 e 1861, quando se mudou para a Corte abrindo escritório de advocacia. Filiou-se ao Partido Liberal e foi eleito Deputado nas legislaturas de 1864-1866 e 1867-1870. Entre setembro de 1867 e abril de 1868 foi presidente da província do Espírito Santo. Em 1870 abandonou o Partido Liberal e assinou o conhecido Manifesto Republicano. Colaborou nos periódicos “A Reforma” e “A República” e foi um dos fundadores do Partido Republicano Federal. Não se sabe quando se tornou espírita, mas ao longo da década de 1870 atuou como médium em vários grupos, sendo um dos fundadores da Sociedade de Estudos Espíritas Deus, Cristo e Caridade”, e da “Sociedade Espírita Fraternidade”. Morreu em 1895 tendo deixado escrito obras em verso e prosa, além da “Divina Epopeia de João Evangelista”, o quarto evangelho de João escrito em versos decassílabos.

³⁷⁴ João Gonçalves do Nascimento foi considerado um dos mais importantes médiuns receitistas da Corte no final do século XIX. Foi um dos fundadores da Sociedade, em 1876, e do Grupo Espírita Fraternidade, ao qual presidia. Juntamente com Bittencourt Sampaio e Domingos de Barros Lima Filgueiras, receitavam e diagnosticavam sob a inspiração de espíritos efetuando o tratamento através de medicação homeopática. No Fraternidade, além do atendimento médico eram realizados trabalhos de desobsessão e doutrinação de espíritos, atividade que passou a exercer enorme influência na perspectiva de tratamentos psicológicos realizados nas casas espíritas. Após várias perseguições por parte das autoridades sanitárias e a prisão do grande amigo Domingos Filgueiras, adquiriu a farmácia criada por Bento Mure e Vicente Martins, se dedicando a comercialização de remédios homeopáticos, restringindo os atendimentos até sua morte, em 1916.

³⁷⁵ Frederico Pereira da Silva Junior tornou-se espírita em 1878 quando foi levado por um parente à Sociedade de Estudos Espíritas Deus, Cristo e Caridade” a fim de obter notícias de um parente desencarnado. Na sessão, entrou em transe sonambúlico e a partir de então tornou-se medium na referida casa. Posteriormente, colaborou na fundação e trabalhou no Fraternidade e no “Grupo dos Humildes”, em 1880. Foi um dos mais próximos médiuns no período de 1880 à 1910, tendo participado da fundação de diversas casas espíritas e da Federação Espírita do Brasil, além de deixar diversas obras elaboradas a partir das mensagens por ele recebidas.

³⁷⁶ A quarta fase da periodização de Canuto Abreu vai de 1883, com a criação do periódico Reformador e estende-se até 1894, com o fim da presidência de Dias da Cruz na Federação Espírita Brasileira. A quinta e sexta fase se situam, respectivamente, entre os períodos de 1894 a 1904, e 1904 a 1914.

darwinista; uma segunda vertente ‘liberal’, vinculada às ideias de liberdade, republicanismo e abolicionismo, e uma terceira, ligada ao pensamento católico.³⁷⁷

Quanto à constituição dos grupos, encontramos de forma geral elementos bastante diversificados envolvendo médicos, advogados, políticos, engenheiros, militares e mulheres, várias delas envolvidas com atividades mediúnicas. A inexistência de uma entidade centralizadora que controlasse e fiscalizasse a abertura de novos grupos possibilitou o surgimento de diversas entidades ou grupos formados nas residências, atraídos pela realização de comunicações espíritas ou fenômenos a elas ligados. No entanto, se por um lado essa ‘liberdade’ contribuiu para a disseminação das ideias espíritas, por outro, foi fator determinante na constituição de grupos que pouco conheciam do pensamento kardequiano original.

Além disso, é um erro acreditar que as curas e os tratamentos atrássem apenas a parcela mais pobre e menos instruída da população. Pelo contrário, vários de seus membros, destacados elementos da sociedade, tornaram-se espíritas após receberem tratamento médico através de médiuns. Um deles, Antonio Luiz Sayão, proeminente e destacado advogado da Corte, declararia anos mais tarde que sua conversão ocorrera após receber o diagnóstico desenganando sua esposa, vítima de mal incurável, e a sua recuperação após tratamento recebido por ela através do médium Bittencourt Sampaio.³⁷⁸

Com isso podemos concluir que a medicina da época, embora procurasse se projetar como o campo de conhecimento capaz de curar ainda estava construindo-se como discurso dominante, mostrando-se muitas vezes incapaz de atender aos mais diversos segmentos da população, seja pelo seu caráter de ineficiência seja pela distância que separava os mais pobres de seu atendimento. Sendo assim, as casas espíritas ocuparam um valioso nicho deixado pela medicina oficial, preenchido pelos médiuns que, além de tratarem o corpo, o faziam dentro de uma perspectiva caritativa, gratuita e revestida de um comportamento marcado pela fraternidade.

³⁷⁷ BARROS, Maciel R.S. de. A ilustração brasileira e a ideia de universidade. Citado por GIUMBELLI, Emerson. O cuidado dos mortos: Uma história da condenação e legitimação do espiritismo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997, p. 60.

³⁷⁸ WANTUIL, Zêus. Grandes Espíritas do Brasil. 4ª ed. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 2002, p. 141.

3.1 Loucura e obsessão na trajetória de Adolfo Bezerra de Menezes.

O contato inicial de Adolfo com a doutrina ocorreu pelo lado religioso, quando recebeu, em 1875, um exemplar de “O Livro dos Espíritos” do tradutor, Joaquim Carlos Travassos³⁷⁹. Ao descrever o que sentira da leitura, escreveu:

Deu-mo na Cidade e eu morava na Tijuca , a uma hora de viagem em bonde. Embarquei com o livro e, como não tinha distração para a longa viagem, disse comigo: ora, adeus! Não hei de ir para o inferno por ler isto... Depois, é ridículo confessar-me ignorante desta filosofia, quando tenho estudado todas as escolas filosóficas. Pensando assim, abri o livro e prendi-me a ele, como acontecera com a Bíblia. Lia. Mas não encontrava nada que fosse novo para meu espírito. Entretanto, tudo aquilo era novo para mim!... Eu já tinha lido ou ouvido tudo o que se achava em “O Livro dos Espíritos”... Preocupei-me seriamente com este fato maravilhoso e a mim mesmo dizia: parece que eu era espírita inconsciente, ou, como se diz vulgarmente, de nascença.³⁸⁰

A declaração, realizada após sua conversão, e que soa com ares de grande acontecimento, não foi suficiente para que ele abandonasse as crenças católicas e assumisse os ditames da nova doutrina. Pelo contrário, ainda no final da década de 1870, Adolfo foi, como já o mostramos, defensor de alguns interesses bastante caros aos católicos como a não secularização dos cemitérios, a proibição da cremação, ou o controle eclesiástico sobre nascimentos e mortes. Além disso, entre os anos de 1875 e 1886, ele foi pai de mais quatro filhos, todos eles batizados na Igreja de São Cristóvão.³⁸¹ Assim, se no âmbito público as crenças espíritas não lhe foram suficientes para abandonar o catolicismo, no âmbito pessoal e familiar também não se deu esta mudança, como demonstra o batismo dos filhos. Do ponto de vista público, parece evidente que assumir o espiritismo como religião seria suicídio político, uma vez que o catolicismo era não só religião oficial, mas crença seguida pela imensa maioria dos eleitores, perspectiva que ficou confirmada após declarar publicamente sua condição de

³⁷⁹ Joaquim Carlos Travassos formou-se médico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1862. Na sua tese de formatura, “Das Queimaduras: modo de obrar calórico e dos agentes químicos ponderáveis na produção das queimaduras”, aparece como um dos que a ela é dedicada, o nome de Adolfo, ao lado de Saldanha Marinho e o Barão de Mauá, o que demonstra que o conhecimento de Adolfo e Travassos, vinha do meio médico.

³⁸⁰ BN – Hemeroteca Digital. Reformador, 15 de julho de 1892. O termo “espírita inconsciente”, ou seja, aqueles nos quais essas ideias estão em estado de intuição e que fazem Espiritismo sem o saber, é várias vezes apresentado na literatura espírita. Ver Revista Espírita, jan. 1869, p.27; jul. 1866, p. 286; disponível em <http://www.febnet.org.br/ba/file/Downlivros/revistaespirita>, consulta em 14/12/2014.

³⁸¹ Os filhos são: Christiana Bezerra de Menezes, nascida em 26/02/1880 e batizada em 17/08/1880 (AP 238, fl 88); José Rodrigues Bezerra de Menezes, nascido em 10/09/1881 e batizado em 25/12/1881 (AP 238, fl 122); Francisco da Cruz Bezerra de Menezes, nascido em 03/05/1884 e batizado em 08/11/1884; e Hilda Bezerra de Menezes, nascida em 16/08/1886 sendo batizada somente em 27/01/1889.

seguidor e defensor da doutrina espírita, uma vez que nunca mais conseguiu votação suficiente para qualquer cargo legislativo.³⁸² Já no âmbito familiar é possível que tenha havido pressões por parte de seus membros com relação à necessidade do sacramento, o que não exclui possíveis resistências de Adolfo, uma vez que o batizado de Hilda Bezerra de Menezes, sua 10ª filha, só ocorreu quase dois anos após o nascimento.

Desta forma, não há como deixar de considerar a influência que as curas realizadas nele e na esposa, além do filho mais velho, mediante tratamento mediúnico, tiveram na sua adesão por completo ao espiritismo. A primeira ocorreu em 1882, quando ele, sofrendo de uma dispepsia³⁸³ que já o torturava há cinco anos, e utilizando-se de um seu amigo de confiança obteve receita do médium João Gonçalves do Nascimento com a descrição da moléstia que o atormentava e as causas determinantes. Segundo o próprio Adolfo, “não acreditava nem deixava de acreditar na medicina medianímica, e confesso que propendia mais para a crença de que o tal médium era um especulador”.³⁸⁴ No entanto, o resultado do tratamento, que, segundo ele, o levou a cura do mal no intervalo de três meses, o impressionou sobremaneira, principalmente por já haver consultado vários médicos famosos da Corte, sem obter nenhuma melhora. Não bastasse a cura, Adolfo declararia que “nada me impressionou mais do que ver um homem, sem conhecimentos médicos e até sem instrução regular, discorrer sobre moléstias, com proficiência anatômica e fisiológica, sem claudicar, como bem poucos médicos o podem fazer.”³⁸⁵

A segunda cura, obtida através do mesmo médium, foi relativa à esposa, diagnosticada com tuberculose em terceiro grau por importantes médicos da Corte. Utilizou-

³⁸² Alguns escritores espíritas como WANTUIL, Zêus, Op. cit., p. 231, KLEIN FILHO, Luciano, Op. cit., p.7, trataram o afastamento de Adolfo da vida política após 1886 como um “abandono”. Outros, mesmo não o fazendo diretamente, assumiram que Adolfo teria se afastado voluntariamente da atividade política após a sua declaração pública de adesão ao espiritismo. Esta ideia parece ter se disseminado junto aos seguidores da doutrina e suspeitamos que algumas vezes é empregada para contrapor a “pureza” do espiritismo às circunstâncias que envolvem a atividade político-partidária. No entanto, mesmo depois da conversão pública de Adolfo, vamos encontra-lo em várias tentativas de assumir cargos no legislativo. Ainda em 1886, candidatou-se a uma vaga como senador, ocasião em que recebeu apenas 883 votos (O Paiz, ed. 281, de 10/10/1886 – BN – Hemeroteca Digital). No ano seguinte, Francisco Octaviano conclamava os liberais da Corte a votarem na lista tríplice nos nomes do Conselheiro Eduardo de Andrade Pinto, Dr. Adolpho Bezerra de Menezes e Dr. Manoel Rodrigues Peixoto (O Paiz, ed. 1112, de 22/10/1887 – BN – Hemeroteca Digital). A aclamação foi repetida em agosto de 1889, indicando a mesma chapa, eleição que não ocorreu por conta da Proclamação da República. Tudo isso nos leva a crer que na verdade não tenha havido um abandono da vida pública por parte de Adolfo, embora possamos admitir menor empenho de sua parte, e que um dos fatores que possam ter causado a diminuição no número de votos que obtinha, e portanto, o seu afastamento da vida pública, tenha sido justamente a adesão ao espiritismo.

³⁸³ Dispepsia, popularmente conhecida como indigestão, é nome dado à sensação de desconforto na parte superior do abdômen durante ou logo após a ingestão de alimentos. Os sintomas envolvidos normalmente são dores epigástricas e desconforto pós-prandial. Sua manifestação pode estar relacionada, ou não, a doenças orgânicas, o que, é claro, não podemos inferir no caso de Adolfo.

³⁸⁴ WANTUIL, Zeus. Op. Cit., p. 391.

³⁸⁵ BN – Hemeroteca Digital. O Paiz, ed 3391, de 16 de junho de 1891.

se Adolfo dos mesmos procedimentos quando da primeira consulta. Enviou, também segundo relato após a sua conversão, através do sobrinho, Dr. Maia de Lacerda, o primeiro nome da esposa, sem nenhuma outra indicação que pudesse facultar ao médium a identificação e a relação da doente com Adolfo. A resposta e o tratamento indicado por Nascimento foi-lhe ainda mais perturbador:

Enganam-se os médicos que diagnosticaram tuberculose (quem lhe disse que os médicos haviam feito tal diagnóstico?). Esta doente não tem tubérculo algum. Seu sofrimento é puramente uterino, e, se for convenientemente tratada, será curada. Se os médicos soubessem a relação que existe entre o útero, o coração e o pulmão esquerdo, não cometeriam erros como este.³⁸⁶

Adolfo submeteu a esposa ao tratamento prescrito por Nascimento, remédios homeopaticamente produzidos pelo próprio médium, e em poucos meses ela restabeleceu-se. Esses fatos, segundo ele, foram os que determinaram a sua intenção de aprofundar-se no conhecimento experimental do espiritismo e o que o levou a considerar o “espiritismo uma ciência cujos postulados são demonstrados perfeitamente como se demonstra o peso de um corpo.”³⁸⁷

Com tudo isso, Adolfo levou aproximadamente dez anos até declarar-se publicamente espírita, embora já cooperasse com o movimento desde a fundação em 1883, por Augusto Elias da Silva, do periódico Reformador. Logo nas primeiras edições do jornal vamos encontrar os escritos de Adolfo, com o pseudônimo A.M. Seu primeiro artigo, intitulado “Às Mães”, trata da importância das ações, orientações e atitudes das mães para a educação dos filhos, os demais se voltaram, em sua maioria, para discutir o catolicismo de forma geral, tendência que a folha adotou em seu início seguindo recomendação do próprio Adolfo, para o qual deveriam:

Seguir naquele momento uma política discreta, não revidar com as mesmas armas, opor contra o ódio o amor, esperar que os vergalhões da maior força religiosa do país se acalmassem. Afrontar o temporal seria uma imprudência. Era conveniente conquistar, e não combater o católico.³⁸⁸

³⁸⁶ SOARES, Silvio Brito. Vida e Obra de Bezerra de Menezes. Rio de Janeiro: FEB, 2010, p. 58. A descrição é réplica daquela publicada por Adolfo em o “Reformador” de 15 de outubro de 1892, o qual não obtivemos o original.

³⁸⁷ Ibidem.

³⁸⁸ ABREU, Canuto. Op. Cit. P.35.

Os demais escritores do Reformador seguiam uma linha semelhante no tocante a evitar um confronto direto com a Igreja e um fato curioso se deu em torno da identificação desses articulistas. Enquanto o Dr. Antonio Pinheiro Guedes³⁸⁹ escrevia com o pseudônimo de Guepian, o que não o impedia de oferecer seus serviços médicos homeopáticos nas páginas de classificados do periódico, o Marechal Ewerton Quadros³⁹⁰ assinava seus artigos identificando-se como Freq. Esse posicionamento coletivo de identificação via pseudônimo talvez explique um pouco da resistência de Adolfo em identificar-se publicamente com a doutrina, no entanto, enquanto esses mesmos elementos, Augusto Elias da Silva, Pinheiro Guedes e Ewerton de Quadros juntamente com outras trinta e sete pessoas iriam, entre dezembro de 1883 e fevereiro de 1884, assinar o livro de sócios fundadores da Federação Espírita Brasileira, o mesmo não fez Adolfo.

A Federação, concebida novamente pela necessidade de unificar os diversos grupos que cada vez mais se espalhavam pelo Império, transformou oficialmente o Reformador em órgão de divulgação do movimento e este recebeu em suas páginas e propagou as recomendações da União Espírita do Brasil³⁹¹ que pregava a necessidade de criação de um centro, na Corte, com representantes de todos os grupos.³⁹² No entanto, os

³⁸⁹ Antonio Pinheiro Guedes formou-se médico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1870. No mesmo ano ingressou como 2º cirurgião tenente no Exército, onde permaneceu até reformar-se como Coronel médico em 1890, mesmo ano em que se elegeu senador pelo estado de Mato Grosso, mandato que durou até 1893. Conheceu o espiritismo através de seu compadre Carlos Cirne que realizava experiências mediúnicas em sua residência juntamente com Angeli Torterolli. Foi dos primeiros membros da Sociedade de Estudos Espíritas Deus, Cristo e Caridade, além de fazer parte de várias outras casas espíritas e escrever em diversos periódicos, entre eles o Reformador. Cf. WANTUIL, Zeus, Op. cit., p. 538 1 552.

³⁹⁰ Marechal Ewerton Quadros, primeiro tradutor para o português da obra de Roustaing, Os quatro evangelhos. Reformador, ed. 3, 15/02/1883.

³⁹¹ A União Espírita do Brasil foi criada em fins de 1881. Seu objetivo era formar agremiações pelas diversas províncias, oferecendo serviços de assinatura de periódicos estrangeiros. A entidade foi desativada entre os anos de 1884 e 1887, voltando a funcionar após esse período com o fim de custear em um jornal de grande circulação semanal artigos doutrinários, função confiada à Adolfo e realizada até 1894 nas páginas de O País em coluna que saía aos domingos com o título Estudos Filosóficos. Cf. GIUMBELLI, Emerson. Op. cit. p. 64.

³⁹² A criação do Reformador e da Federação Espírita Brasileira foi analisada de formas diferentes pela historiografia. Sylvia Damazio, embora admita a constituição do Reformador como ferramenta para “consolidação do espiritismo no Brasil”, enfatiza outras características do periódico, como a preocupação em publicar artigos relacionados à reformas políticas e sociais destacando-se a abolição da escravidão e a liberdade religiosa. Quanto à Federação, destaca a sua criação como tentativa de criar uma entidade que pudesse conciliar os diversos grupos. Cf. DAMAZIO, Sylvia. Op. Cit., p. 112. Já Emerson Goumbelli relativiza tanto o caráter “federativo” da entidade, uma vez que entre seus 40 sócios fundadores, apenas três não eram pertencentes à província do Rio de Janeiro, quanto sua capacidade de representar a todos os espíritas brasileiros. Para isso, recupera mensagem enviada à London Spiritualist Alliance em resposta a convite para associar-se a uma federação internacional, demonstrando que, para seus diretores a FEB (Federação Espírita Brasileira) não era mais que uma simples reunião de vários espíritas resolvidos a derramar conhecimentos da doutrina pela imprensa, mesmo porque, não seria um centro a que estivessem filiados todas as sociedades e grupos do Brasil. Cf. GIUMBELLI, Emerson. Op. Cit. p.63 3 64. Aubrée & Laplantine destacam a intenção por parte dos criadores da FEB em utilizar a entidade para acabar de vez com as tergiversações sobre o caráter religioso ou

primeiros resultados só principiaram um ano mais tarde com a adesão do primeiro grupo o “Grupo Espírita Menezes”, em 23 de janeiro de 1885. Apesar dessa lentidão na tarefa da Federação, o ano de 1885 ficaria marcado pelo início do ciclo de palestras que se estenderia até 1888 e seria a responsável pelo incremento na divulgação do espiritismo, realçada pela personalidade dos palestrantes, elementos conhecidos e respeitados da população do Rio de Janeiro. Além disso, foi no decorrer desse ciclo que Adolfo e o Dr. Antonio de Castro Lopes, médico homeopata, filólogo, poeta, e diretor do Museu de Artes e Ofícios, divulgaram publicamente suas adesões à doutrina espírita.

A primeira conferência foi realizada em 17 de agosto pelo Marechal Ewerton Quadros³⁹³, então presidente da FEB, que tratou do tema: “O espiritismo, seu lugar na classificação das ciências, sua importância como filosofia moral, suas relações com as outras ciências e sua poderosa influência no desenvolvimento destas.”³⁹⁴ As conferências foram apontadas por vários autores³⁹⁵ como marco separador na história do espiritismo no Brasil. Ultrapassando as fronteiras de divulgação da mídia jornalística, mas em contato com esta, as reuniões, principalmente devido a fama de alguns conferencistas, conseguiu atrair, primeiro para os salões da FEB e, logo após, em função do relativo sucesso, para locais com maior capacidade, um grande número de frequentadores, o que de alguma forma contribuiu para a divulgação dos princípios da doutrina, algo que invariavelmente chocava-se com os fundamentos do catolicismo ou às restrições à liberdade religiosa e ao livre pensamento.

científico do kardecismo, além de destacarem a existência de grande número de médicos e políticos nas lideranças tanto dos diversos grupos espíritas existentes na Corte, quanto na própria FEB, apontando o espiritismo como filosofia capaz de trazer respostas às preocupações dessas duas categorias sociais. Cf. AUBRÉE, Marion; LAPLANTINE, François. Op. Cit. p.146 e 147.

³⁹³ Francisco Raimundo Ewerton Quadros era maranhense, nascido em 1841. Frequentou a Escola Militar e a Escola Politécnica, seguindo a carreira militar. Converteu-se ao espiritismo em 1872 passando a atuar em diversos grupos da Corte. Fluente em inglês e francês foi o primeiro tradutor de “Os quatro evangelhos”, de Roustaing, além de um dos principais propagandadores da obra, que se chocava em vários aspectos com a codificação kardequiana. Foi escolhido primeiro presidente da FEB, mandato que exerceu entre 1884 e 1888. Durante a revolta de 1893-1894 atuou como comandante em vários postos. Foi reformado em 1895 como marechal, tornando-se o sexto presidente do Clube Militar. Cf. DAMAZIO, Sylvia. Op. cit., p. 109.

³⁹⁴ Reformador, edição nº 67, de 1/09/1885. BN – Hemeroteca Digital..

³⁹⁵ Emerson Giumbelli considera o ciclo de conferências como “o fato mais importante do período inicial do espiritismo”, constituindo-se no momento de maior exposição dos espíritas diante da sociedade carioca. Cf. GIUMBELLI, Emerson. Op. cit. p. 65.

Quadro 5: Relação de palestrantes, temas e datas proferidas nas conferências patrocinadas pela Federação Espírita Brasileira entre 1885 e 1888.

Data	Conferencista	Tema
1/9/1885	Dr. Antonio Pinheiro Guedes	A existência da alma humana, sua sobrevivência ao corpo, sua comunicabilidade com as almas encarnadas e sua volta com copos diferentes; por diversas vezes, até adquirir um grau de aperfeiçoamento que lhe possa dar entrada em mundos mais elevados.
15/9/1885	Dr. Siqueira Dias	Imprescindível necessidade de se não limitar o estudo do espiritismo à parte experimental, mas de se lhe buscar um seguro apoio nas leis eternas e absolutas que regem a criação, e de que se ocupa a filosofia espírita.
1/10/1885	Manoel Fernandes Figueira	A inexistência do demônio e a concepção de que o mal é obra do homem, além de combater várias outras concepções das “religiões do passado”.
15/10/1885	Manoel Rodrigues Fortes	Perniciosas consequências dos ensinamentos materialistas.
2/11/1885	Augusto Elias da Silva	Resumo dos ensinamentos espíritas e contestação dos ataques que vinha sofrendo a doutrina e seus seguidores.
16/11/1885	Dr. Dias da Cruz	Não há antagonismo entre ciência e fé: os sábios e os crentes devem se congregar. O espiritismo é o traço de união entre uns e outros.
24/12/1885	Dr. Castro Lopes	Sublimidade dos ensinamentos espíritos e sua conformidade com os do cristianismo depurado dos enxertos que os homens lhe fizeram.
1/7/1886	Dr. Antonio de Castro	Grandeza e sublimidade da doutrina espírita.

	Lopes	
15/7/1886	Dr. Henrique Antão de Vasconcelos (Advogado)	Injustiça como são repelidos os fenômenos espíritos, como impossíveis e sobrenaturais.
16/8/1886	Dr. Adolfo Bezerra de Menezes	Estudo dos dogmas e preceitos da religião romana, estudo comparado das teogonias mosaico-romanas e das espíricas.
15/9/1886	Dr. Antonio da Silva Netto	Diferentes espécies de manifestações dos espíritos e sua vinculação com leis naturais.
1/10/1886	Julio Cezar Leal	Condições em que se deve colocar uma sociedade para, satisfazendo o fim a que lhe destinara o criador, conquistar a ventura nesta vida e na que não tem fim.

Fonte: Reformador, respectivamente edições: n° 68, de 15/9/1885; n° 69, de 1/10/1885; n° 70, de 15/10/1885; n° 71, de 1/11/1885; n° 72, de 15/11/1885; n° 73, de 1/12/1885; n° 76, de 1/1/1886; n° 88, de 15/7/1886; n° 89, de 1/8/1886; n° 91, de 1/9/1886; n° 94, de 15/10/1886. BN – Hemeroteca Digital.

Embora boa parte dos conferencistas fossem médicos, em nenhum momento houve algum tipo de discussão a respeito das curas obtidas através do espiritismo, fossem elas com o uso, ou não, da homeopatia. Na verdade, o espiritismo vinha sofrendo ataques contundentes da comunidade médica através de seus órgãos representativos, sobretudo da Academia Imperial de Medicina e da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. O Dr. Agostinho José de Souza Lima, presidente da Academia, por exemplo, classificou o espiritismo como seita vesânica.³⁹⁶ É possível que esse clima tenha cooperado para que não houvesse nenhuma conferência tratando do tema da cura, no entanto, o mais provável para a sua ausência tenha sido a inexistência de uma visão uniforme da entidade sobre o tema.

Adolfo, em sua conferência, assistida por cerca de 2000 pessoas no Salão da Guarda Velha³⁹⁷, concentrou-se inicialmente em esclarecer as razões pelas quais se aproximou e tornou-se seguidor do espiritismo. Segundo ele, sua vinculação com o catolicismo deveu-se ao ensino paternal. Chegada a idade de procurar a razão das coisas que o cercavam e impressionavam, ato somente possível ao espírito cultivado, ele submeteu suas crenças ao crivo da razão e concluiu que a Igreja proscreeu o uso desta, proscreevendo também o uso da liberdade e estabelecendo uma fé passiva e cega. Na continuação, examinou alguns dogmas do catolicismo como o que professava a condenação fora da Igreja, examinou

³⁹⁶ BN – Hemeroteca Digital. Reformador, edição n° 72 de 15/11/1885.

³⁹⁷ BN – Hemeroteca Digital. Reformador, edição n° 91 de 01/09/1886.

a teodiceia e a cosmogonia católicas, e conclui se utilizando dos princípios do espiritismo: existência de um deus único, pluralidade das existências (reencarnação), pluralidade dos mundos, comunicabilidade entre os mundos e existência da alma imortal.³⁹⁸

A reação ao seu pronunciamento provocou protestos e reprimendas diretas como a do irmão mais velho, chefe político e católico notório no Ceará, Manoel Soares da Silva Bezerra, que, através de carta opôs-se ao posicionamento que Adolfo passara a adotar. Outras foram veladas e indiretas, manifestando-se pelo afastamento de antigos correligionários e eleitores.³⁹⁹

Há, no entanto, um aspecto bastante importante na relação entre espiritismo e loucura, no que se refere ao seu diagnóstico e tratamento, que influenciaram decisivamente tanto a sua conversão, quanto as investigações que fez a respeito dos dois temas. Mais uma vez a motivação deu-se por conta de problemas na família. Seu filho mais velho, Antonio Bezerra de Menezes, adoeceu vitimado por problemas mentais quando era aluno da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. O rapaz faleceu em 2 de abril de 1887⁴⁰⁰, mas, segundo Adolfo, uma vez que o tratamento convencional não logrou êxito e diante da recomendação dos médicos para que o mesmo fosse internado no hospício, Adolfo aceitou a indicação de amigos para que seu filho fosse tratado pelo espiritismo. As sessões de tratamento arrastaram-se por três anos, logo, o problema do rapaz deve ter surgido por volta de 1884, época em que Adolfo ainda não se declarara espírita e estava em plena atividade política. Nas sessões foi revelado que o problema de Antonio envolvia a ligação com um espírito que o obsidiava a fim de obter vingança sobre ele e sobre Adolfo por conta do aprisionamento e sofrimento seu e dos seus familiares ocorridos em vidas anteriores. Por fim, após o tratamento espiritual Antonio ficou livre dos acessos violentos por que passava, mas, não voltou a recuperar a inteligência e a vivacidade anteriores, uma vez que seu cérebro, órgão atacado pelos obsessores, ficara definitivamente danificado. Esta conclusão, do próprio Adolfo, esta presente na obra “A loucura sob novo prisma”, onde a doença do filho é apresentada como exemplo de caso.⁴⁰¹

Não é possível identificar o período em que a obra teria sido escrita, uma vez que sua primeira edição só ocorreu em 1921, no entanto, em vários artigos publicados tanto no

³⁹⁸ BN – Hemeroteca Digital. A íntegra de sua conferência pode ser encontrada no jornal Reformador, edições 92 a 95, de 15/09 a 01/11/1886.

³⁹⁹ BN – Hemeroteca Digital. A carta do irmão, assim como a resposta de Adolfo, foram publicadas nas páginas do Reformador, ed. 18, de 16/09/1920, coluna “Ecos e Fatos”, p. 392.

⁴⁰⁰ BN – Hemeroteca Digital. Reformador, ed. 106, de 15/04/1887.

⁴⁰¹ MENEZES, Adolfo Bezerra de. A loucura sob novo prisma. Brasília: Federação Espírita Brasileira, 7ª ed., 1989.

Reformador quanto em *O Paiz*, o tema da loucura foi por ele tratado e, na edição nº 3395, de 13/2/1893, da sua coluna “Estudos Filosóficos”, publicada aos domingos no periódico *O Paiz*, ele afirmou que já vinha escrevendo obra para tratar da loucura sob a luz do espiritismo a mais de dois anos, logo, iniciada por volta de 1891, e onde dizia que a loucura seria o grande passivo da medicina. É relevante observar que os temas dos tratamentos de cura espírita ganharam relevância crescente na década de 1880 tanto por aqueles que a praticam, quanto por aqueles que desejavam dar-lhe uniformidade doutrinária e fundamentação científica, quanto também por aqueles que utilizavam as curas e seus efeitos para condenarem o espiritismo.

De fato, ao examinarmos os artigos do Jornal *O Apóstolo*, voz do catolicismo na Corte, encontraremos já em 16 de junho de 1867⁴⁰² uma pastoral contra os erros perniciosos do espiritismo, pastoral essa que se baseou na contestação pelos espíritas de princípios que sustentavam a fé católica, como o juízo final, a existência do inferno e das penas eternas, assim como a obediência aos dogmas da Igreja. Em anos posteriores o espiritismo será comparado ao darwinismo, ao positivismo e a todos os sistemas de pensamento ou crenças religiosas que de alguma forma contrariavam aquilo que determinava a Igreja. Nesse conjunto, duas pastorais se destacam:

A primeira foi a Pastoral do Bispo do Rio de Janeiro, Dom Pedro Maria de Lacerda, datada de 15 de julho de 1881, na qual o prelado qualificava os espíritas de “possessos, dementes e alucinados”. A ela respondeu também a Revista da Sociedade Acadêmica Deus, Cristo e Caridade, em vários números, a partir de agosto de 1881. A segunda Carta Pastoral, igualmente do mesmo prelado, com data de 15 de junho de 1882, tem o Antigo Testamento engenhosamente citado para contradizer as comunicações mediúnicas; e tão taxativo e enfático chegou a ser aquele prelado, que, referindo-se aos espíritas, registrava: “Devemos odiar por dever de consciência”.⁴⁰³

Já na década de 1880 a pregação contra os espíritas passou a ser realizada também através da propaganda de que o espiritismo levava a loucura e ao suicídio. Na edição de 25 de agosto de 1882, por exemplo, o paladino católico reproduzia vários artigos publicados em jornais da Corte noticiando o caso de uma jovem acometida de loucura, segundo os periódicos, devido ao contato com a doutrina espírita. O *Jornal do Comércio* informava que “uma moça de 16 anos de idade e frequentadora das sessões de espiritismo da sociedade

⁴⁰² BN – Hemeroteca Digital. *O Apóstolo*, ed. nº 5, de 31/01/1869.

⁴⁰³ ARRIBAS, Célia da Graça. Op. cit., p. 86.

Deus, Cristo e Caridade”⁴⁰⁴ fora levada para a polícia e remetida para a subdelegacia do 2º distrito de Sacramento por estar completamente louca. Ainda segundo o artigo, tratava-se da moça a qual o jornal já havia noticiado dias antes que sofrera ataque em frente a mesma instituição. *O Cruzeiro*, por sua vez, referia-se ao acontecimento nos seguintes termos:

Uma vítima do espiritismo

Ontem, a 1 hora da tarde, as pessoas que se achavam na repartição da polícia, assistiram involuntariamente a um espetáculo contristador.

Uma pobre moça, de 16 anos presumíveis, e de físico agradável, soltava gritos atroadores, presa de alucinações, que denunciam poder ela de um momento para o outro cair em estado de loucura furiosa.

Autoridade que a remeteu para ali, para ser examinada pelos médicos, diz ter esta infeliz moça, que se chama Maria Felicidade de Jesus, perdido a razão, impressionada com o que vira em uma sessão de espiritismo.

Não é essa a primeira vítima, nem de certo será a última, dos que especulam com a propaganda das teorias de Allan Kardec, tendo por objetivo interesses muitas vezes inconfessável.

Não será tempo de tomarem as autoridades ao sério o que se está passando com o espiritismo?⁴⁰⁵

Para completar, havia ainda o artigo do jornal *A Gazeta de Notícias*, onde o fato era descrito com outras características, mas com o mesmo fim.

Na tarde do dia 18 do corrente, na casa n. 120 da Rua da Alfândega, onde funciona uma sociedade espiritista, houve uma sessão tumultuosa, que deu lugar a reunir-se em frente a esse edifício grande número de curiosos.

Intervindo a polícia, evadiram-se os adeptos, deixando ficar desfalecida uma pobre rapariga de 16 anos de idade, que parece servia de médium das sessões.

Maria Felicidade de Jesus é o nome dessa infeliz, que foi conduzida para a estação do distrito, onde o Sr. Dr. Marques de Freitas verificou achar-se ela sob ação magnética, conseguindo que ela torna-se a si, mas em tal estado de entorpecimento, que foi necessário fazê-la recolher ao Hospital da Misericórdia.

Com alta daquele hospital, foi Maria Felicidade enviada ontem para a secretaria de polícia, onde, na ocasião que deveria ser interrogada, foi acometida de acessos de loucura com fúria.

Foi em seguida enviada para o Asilo de Mendicidade, afim de se lhe dar conveniente destino, conforme exige o seu estado.⁴⁰⁶

⁴⁰⁴ BN – Hemeroteca Digital. O Apóstolo, ed. nº 94, de 25/08/1882.

⁴⁰⁵ Ibidem.

⁴⁰⁶ Ibidem.

Da mesma forma que ocorria no âmbito religioso, o espiritismo recebeu no lado médico severas contestações e ataques. A Academia Imperial de Medicina e a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, muito mais pelo pronunciamento de seus membros do que como pronunciamento oficial, tornaram-se as vozes mais reverberantes no tocante a formular preceitos científicos para identificar e propagandear os perigos que o espiritismo apresentava à população, inclusive nas consequências psiquiátricas que poderiam advir do contato com seus ensinamentos e práticas.

Há, no entanto, semelhança quanto à forma de apresentação dessas contestações com aquelas produzidas no âmbito da Igreja, uma vez que inicialmente condenava-se a faceta religiosa da doutrina e com o passar dos anos a crítica passou a demonstrar a possibilidade de danos psiquiátricos a que estariam sujeitos seus seguidores. Desta forma, em 1864, o jornal da Academia Imperial de Medicina publicava o discurso proferido pelo médico Nicolau Joaquim Moreira na sessão solene de 30 de junho de 1862 cujo título “Sobre o maravilhoso, o charlatanismo e o exercício ilegal da medicina” insinuava o conteúdo a ser desenvolvido pelo autor refutando qualquer forma de cura não aprovada pelos bancos acadêmicos. Todavia, ao tratar do espiritismo não é do ponto de vista científico que o fez, mas, do ponto de vista religioso. Para ele:

Não admitindo o pecado original, negando o princípio da espécie humana em Adão, sustentando que o inferno e o paraíso são apenas figuras, que esses lugares de penas e recompensas só existem na imaginação das criaturas, professando a reencarnação e a purificação contínua, roubando-nos a perspectiva de uma vida futura que o catolicismo nos abre nas bordas do tumulto, a doutrina do espiritismo, senhores, aniquilando-nos completamente além de irracional, é altamente irreligiosa.⁴⁰⁷

Somente em 1880 o espiritismo voltaria a frequentar as páginas dos *Annaes de Medicina Brasiliense*. Desta vez na memória intitulada “Da Natureza e do Diagnóstico da Alienação Mental”⁴⁰⁸ apresentada pelo Dr. Nuno de Andrade⁴⁰⁹ como requisito para tornar-se

⁴⁰⁷ BN – Hemeroteca Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, ed. B00014, de 14/08/1862, p. 28.

⁴⁰⁸ BN – Hemeroteca Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, ed. n° 1, tomo XXXII, julho, agosto e setembro de 1880.

⁴⁰⁹ Nuno Ferreira de Andrade formou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1875. Já em 1877, na mesma instituição, foi substituto de ciências médicas, depois, lente de higiene (1884-1888) e lente da primeira cadeira de clínica médica de 1888 a 1908, quando jubizou-se. Foi primeiro colocado no concurso para a cátedra de clínica médica em 1877, superando médicos conhecidos da época como Júlio Rodrigues de Moura, Cândido Barata Ribeiro, José Benício de Abreu e João Baptista de Lacerda. Em 1879

membro titular da entidade, onde o futuro diretor do Hospital Pedro II utilizou-se do espiritismo para descrever o delírio vesânico. Para o médico, citando Esquirol, não poderia haver loucura sem delírio, um desvio do raciocínio, e esses delírios se apresentavam sob três formas: o delírio febril, como o próprio termo sugere, decorrente de febres acometidas pelo paciente; o delírio tóxico, provocado por algum agente exterior ao organismo, fosse químico ou de outra natureza material; e o delírio vesânico, ou delírio de loucura, este sim, objeto de estudo dos alienistas.⁴¹⁰ Este último, por sua vez, apesar de apresentar variadíssimas modalidades, podia ser reduzido a três classes: ideias fixas, incoerência e furor. A primeira delas, facilmente implantáveis nos espíritos impressionáveis e apreensivos, seria de fundamental importância para o tratamento a sua identificação no histórico do alienado, uma vez que esses se apegavam a essas ideias e tornavam difícil o seu desprendimento por parte do médico. Veja por exemplo, o caso de:

Um moço, formado em direito, é vítima da ignóbil propaganda em prol do espiritismo. A essas causas reúnem-se outras muitas e o desditoso enlouquece. Persuade-se cercado de ocultos inimigos e interpreta todos os fatos por meio do magnetismo. Foram infrutíferos todos os argumentos, e, por fim, apelei para a liberdade humana; respondeu-me: é uma força magnética, como qualquer outra.⁴¹¹

Já no discurso proferido na sessão magna referente ao aniversário da Academia Imperial de Medicina, pronunciado em 30 de junho de 1884 por seu presidente, o Dr. Agostinho José de Souza Lima,⁴¹² o espiritismo foi colocado ao lado da homeopatia, da septipatia, da água de Lourdes, das promessas aos santos, das rezas e benzeduras e outras aplicações místicas e embusteiras, consideradas pelo médico como variantes da medicina esotérica, mas, com as mesmas características de charlatanismo, especulação e ignorância.

publicou memória considerada histórica criticando a reforma Leôncio de Carvalho, de 19 de abril, considerando ineficazes as medidas tomadas pelo Governo Imperial em relação ao ensino médico. Em 1881 tornou-se Inspetor Geral da Saúde dos Portos, cargo que ocupou até 1889, e em 1882 tornou-se diretor do serviço sanitário do Hospital Pedro II. Nuno de Andrade foi um dos grandes opositores da homeopatia e sua aversão a essa modalidade de tratamento chegou a tal ponto que em 1889 quando foi apresentada proposta para introdução da cadeira de homeopatia nos bancos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, juntamente com Hilário Soares de Gouvêa, Pedro Affonso de Carvalho Franco e Erico Marinho da Gama Coelho, então diretor da Faculdade, elaborou declaração onde informava que caso a disciplina fosse aceita, todos se demitiriam.

⁴¹⁰ BN – Hemeroteca Digital. Annaes Brasilienses de Medicina, ed. n° 1, tomo XXXII, julho, agosto e setembro de 1880, p. 32.

⁴¹¹ BN – Hemeroteca Digital. Annaes Brasilienses de Medicina, ed. n° 1, tomo XXXII, julho, agosto e setembro de 1880, p. 36.

⁴¹² BN – Hemeroteca Digital. Annaes Brasilienses de Medicina, ed. n° 2, tomo XXXVI, outubro a dezembro de 1884, p. 11.

O espiritismo na década de 1880 foi então combatido não só por razões religiosas, mas pela possibilidade de tornar-se doença alienante, provocar a morte e também, devido ao suposto charlatanismo e falsidade presentes em suas práticas de tratamento e cura. Ora! O discurso de crítica e tentativas de destruir essas práticas, tanto pela Igreja quanto pela classe médica, não foi construído sem o mínimo conhecimento do que preconizava o espiritismo sobre religião, cura e loucura. A Igreja, atingida criticamente pela doutrina em seus dogmas conhecia as bases doutrinárias do espiritismo. Da mesma forma os médicos quando o faziam demonstravam também algum conhecimento sobre as concepções emanadas da doutrina, o que pode ser percebido, por exemplo, na narrativa do Dr. Nuno de Andrade ao caracterizar o doente apresentado como alguém que se dizia “cercado por ocultos inimigos”, algo que estava na base de toda a concepção espírita de relação entre vivos e mortos e no centro da concepção de obsessão espiritual, segundo os espíritas, o grande fator determinante da loucura. Além disso, da mesma forma que criticava e desmerecia tanto a Igreja quanto a medicina, precisou apresentar também um discurso de superioridade das suas próprias concepções de religião, doença e práticas de cura a fim de aniquilar, do ponto de vista dos fundamentos, o que apresentava o espiritismo.

Sob esse aspecto é necessário compreendermos que a medicina no século XIX estava em plena construção de uma base teórica sobre a loucura, seus fatores determinantes, suas características e manifestações, assim como as formas de tratamento. Mesmo assim, no Brasil, já em meados do século o hospício foi eleito e consagrado como o grande local a que deveriam ser destinados os elementos classificados como loucos e mais uma vez é do Dr. Nuno de Andrade que retiramos a concepção de que, mesmo sendo necessário o delírio para caracterizar a loucura, este nem sempre era evidente, violentamente manifesto ou facilmente perceptível. Pelo contrário, sua detecção exigia apurada capacidade do médico alienista e todo um conjunto de fatores que possibilitasse o correto diagnóstico e tratamento do alienado, conhecimento e prática que só poderiam ser conseguidos no asilo dos loucos, o hospício.

Concepções como essa, expressa pelo Dr. Nuno de Andrade, trás implícita alguns princípios que se desenvolveram e ampliaram-se nas últimas décadas do século XIX. Primeiramente, que a doença e a cura são campos de atuação da medicina, algo que serviu de fundamento para todo um conjunto de ações que se iniciam antes do século XIX e perpetuam-se até os dias atuais. Em segundo lugar, mas dentro da perspectiva de medicina como único conjunto de conhecimentos e práticas capazes de curar, a loucura, transformada em doença mental, pertence a um tipo particular de médico, o alienista, ou psicólogo, ou psiquiatra, “o único que reúne as condições necessárias para pronunciar-se acerca da presença, ausência, ou

simulação da loucura.”⁴¹³ Este domínio do médico sobre a loucura, exigiu, também, a construção de todo um arranjo nosográfico das doenças mentais, além de impor uma relação de poder entre o médico e o doente⁴¹⁴, algo que nos leva, ao terceiro item: o local de observação, pesquisa, domínio e tratamento do doente mental, é o hospício. Esta construção levou à “definição de doença mental dentro de limites cada vez mais amplos, abrangendo, assim, uma serie de sintomas que, imperceptíveis aos olhares destreinados, só poderiam ser completa e corretamente aprendidos por especialistas.”⁴¹⁵

No Brasil, o primeiro hospital dedicado ao confinamento e tratamento dos loucos foi o Hospital Pedro II⁴¹⁶. Seu aparecimento foi devido a processo relativamente curto iniciado nos anos 1830 por alguns médicos da Corte que defendiam a necessidade de um local específico para tratamento dos loucos, tidos como aqueles em quem ocorria a ausência da razão, privação do juízo, do entendimento, da livre vontade, atingindo a inteligência e remetendo-o à condição de animalidade. Tais concepções, absorvidas e compartilhadas pelos médicos brasileiros, vinham da medicina francesa, sobretudo de Pinel e particularmente de Esquirol, que, na tentativa de formular conceitos que possibilitassem a edificação da medicina mental como saber especializado, criou conceitos como o de “monomania”, ou loucura parcial, incluindo todos os delírios intelectuais localizados, concepções somente ampliadas quando do surgimento da teoria da degenerescência, formulada por Auguste Morel, em meados do século XIX.⁴¹⁷

Esta absorção dos postulados alienistas franceses pelos médicos brasileiros não foi feita, no entanto, sem algumas reformulações. Partindo das classificações construídas por “Pinel, Esquirol e Dubois, o Dr. Silva Peixoto, por exemplo, adotaria uma tipologia que dividia a alienação mental em quatro espécies principais: a mania, a monomania, a demência e o idiotismo.”⁴¹⁸

⁴¹³ SANTOS, A.F. dos. Legislação e jurisprudência relativas às afecções mentais. Da influência de certos estados fisiológicos e patológicos sobre a liberdade mental. Rio de Janeiro: Tipografia Acadêmica. Citado por ENGEL, Magali Gouveia. Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930). Rio de Janeiro: FOICRUZ, 2001, p. 117.

⁴¹⁴ CASTEL, R. A ordem psiquiátrica: A idade de ouro do alienismo. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p.

⁴¹⁵ ENGEL, Magali Gouveia. Op. cit. p. 119.

⁴¹⁶ Sua construção foi devida a campanha iniciada em 1841 pelo provedor da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, José Clemente Pereira, a fim de se produzir uma instituição exclusivamente dedicada ao tratamento dos alienados. Parte da verba necessária para a edificação foi doada pelo Imperador D. Pedro II e o restante arrecadada na forma de doações. A inauguração ocorreu em 1852 e seus primeiros pacientes foram originários das enfermarias da Santa Casa.

⁴¹⁷ ENGEL, Magali Gouveia. Op. cit. p. 121.

⁴¹⁸ Ibidem, p. 125.

Decorridos cerca de vinte anos após sua inauguração, em 1875 o médico francês Pilippe-Marius Rey⁴¹⁹ em sua viagem ao Rio de Janeiro, deixaria relato valioso onde descreveu a Hospício, as formas de tratamento adotadas, estatísticas relativas a quantidade de internos, perspectivas de cura, assim como as formas como as doenças mentais eram classificadas.⁴²⁰

Rey começa descrevendo a estrutura do prédio, formada por uma parte térrea e mais um andar, situado na baía de Botafogo, a uma “distância conveniente” do subúrbio e da estação de bondes que servia ao bairro. Dividido em três partes, a construção abrigava uma parte central, onde em seu saguão principal de entrada o visitante era recepcionado por duas estátuas, uma de Pinel e outra de Esquirol, contendo a administração, a capela e os atendimentos gerais e duas partes laterais, ocupadas pelos doentes. A parte dos internos era dividida em duas alas, uma para os homens e outra para as mulheres. No piso térreo ficavam os agitados, os paralíticos, os epiléticos e os idiotas. Em sua descrição, percebe-se a forte impressão que lhe deixou as celas fortes:

As celas fortes são absolutamente primitivas e lembram muito a época tenebrosa da história dos asilos. Elas são compostas por uma sala bastante espaçosa, com paredes grossas, que está fechada do lado da galeria por uma enorme grade de ferro. Cada cela é iluminada por uma janela com grades que se encontra na parede traseira. Uma segunda grade, que se encontra um pouco mais na frente, separa um espaço ocupado pelas latrinas entre ela e o espaço ocupado pela janela. Finalmente, algumas celas são divididas em duas câmaras por uma terceira grelha transversal. A primeira câmara é ocupada pelos paralíticos senis, a segunda pelos agitados. Todos dormem em esteiras que, pelo menos para os paralíticos, são trocadas todos os dias.⁴²¹

Reclamando que a construção não recebeu a orientação de um alienista, informava que seus diretores já observaram a necessidade de ampliação e redistribuição dos doentes, por isso, obras de ampliação estavam sendo realizadas de modo que homens e mulheres tivessem suas próprias alas, com a criação de uma seção inteira para os agitados. Estes seriam dispostos

⁴¹⁹ Philippe-Marius Rey (1846-1918). Médico interno dos asilos de alienados do Sena, mais tarde médico-adjunto dos asilos de Vancluse e Ville-Évrard. Entre 1874 e 1878, fez viagens à América do Sul e à Península Ibérica. Publicou a tese “Étude anthropologique sur les botocudos” (1880), sobre os índios botocudos do Espírito Santo, e “Considérations cliniques sus quelques cas d’ataxie locomotrice dans l’aliénation mentale (1875). A partir de 1893 é nomeado *médecin-en-chef* de asilos em Montdevergue, Aix e Marseille. Falece em 1918, com o título de “médico honorário dos asilos públicos de alienados”.

⁴²⁰ REY, Philippe-Marius. O Hospício de Pedro II e os alienados no Brasil (1875). *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 382-403, junho 2012

⁴²¹ *Ibidem*, p. 384.

da seguinte forma: Duas fileiras de quartos separadas por um corredor para os semiagitados, dez a doze ‘celas’ para os ‘imundos’. O primeiro andar seria destinado aos doentes tranquilos, incluindo quartos particulares, dormitórios e uma sala de reuniões. Acima das celas, um terraço coberto seria utilizado para o monitoramento dos internos. Rey reclama ainda que um edifício não construído com orientação de especialistas sempre apresentaria defeitos, mas, segundo informações passadas a ele pelos médicos da instituição, várias casas de saúde do Rio de Janeiro recebiam os alienados em departamentos adequados, o que duvidamos muito ocorresse na realidade.

Quanto à internação, Rey revelava que os estatutos e regulamentos eram baseados nas leis francesas de 1838, de modo que a internação poderia acontecer de dois modos: voluntária ou oficial. No primeiro caso, tanto no asilo público quanto nas casas particulares só poderiam ocorrer através de pedido de pai, tutor, irmão, irmã, marido, esposa, ou ‘proprietário do alienado’. Quanto às internações oficiais exigiam requisição do presidente do orfanato ou do chefe de polícia. A alta, por sua vez, só poderia ocorrer após a recuperação total do paciente com acompanhamento de atestado médico.

Rey também apresentava vários dados estatísticos sobre a instituição. Escreveu que a população de alienados no Brasil era estimada em 15.000 para uma população de 11.780.000 habitantes. A lotação do Hospício Pedro II era de 300 alienados, mas poderia chegar a 349. O número insuficiente resultou em grande quantidade de pacientes crônicos internados, quase a totalidade. A população era constituída de indigentes e pensionistas. Os indigentes, incluindo marinheiros dos navios mercantes e escravos de proprietários que possuíssem apenas um escravo, eram atendidos gratuitamente. Para os pensionistas, o custo variava de acordo com uma das três classes que escolhessem o atendimento, variando também os alojamentos e serviços. Mesmo o hospício sustentando-se através desses pagamentos e de doações não podemos afirmar que houvesse preferência de pensionistas em relação à indigentes, até por que, as tabelas estatísticas presentes no artigo, incluindo numero total de pacientes, quantificação entre pensionistas e indigentes, entradas e saídas, distribuição dos internos de acordo com nacionalidade, sexo, idade, demonstram que a quantidade de indigentes era extremamente superior à de pensionistas.

Um dado bastante interessante e que nos ajuda a compreender a percepção médica sobre a loucura esta nos diagnósticos produzidos para os doentes. A tabela abaixo demonstra essas avaliações para os doentes que deixaram a instituição nos períodos de 1869-1870 e 1873-1874.

Quadro 6: Diagnóstico dos doentes que deixaram o Hospício Pedro II entre os anos de 1869-1870 e 1873-1874.

	1869-1870		1873-1874	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Alucinações	10	3	2	-
Mania	20	8	8	6
Monomania	2	2	5	1
Demência	1	1	1	-
Imbecilidade	4	2	-	-
Lipemia	2	1	1	4
Alcoolismo	3	-	-	1
Epilepsia	1	-	-	-
Loucura Puerperal	-	3	-	-
Loucura Histórica	-	5	-	2
Sem diagnóstico	2	4	6	-
Hemiplegia	-	-	-	1
Tifomania	-	-	1	-
Mania Periódica	-	-	1	1
Total	74		41	

Fonte: REY, Philippe-Marius. O Hospício de Pedro II e os alienados no Brasil (1875). Rev. Latinoam. Psicopat. Fund., São Paulo, v. 15, n. 2, p. 382-403, junho 2012, p. 395.

Rey considerou o diagnóstico dado pelos médicos da instituição inusitado, uma vez que as alucinações, a exaltação maníaca e a mania periódica eram relatadas como formas particulares, sem contar que um grande número de pacientes permanecia sem diagnóstico. Quanto às causas essas eram atribuídas preferencialmente à hereditariedade, ao abuso do álcool, comum entre os negros, e a influência da temperatura, uma vez que em períodos de temperatura mais elevada as internações aumentavam.⁴²²

Quanto ao tratamento, o médico francês informava que as drogas utilizadas eram os medicamentos comuns, incluindo o brometo de potássio, o iodeto de potássio, o cloral e o cloridato de morfina em injeções hipodérmicas. Além destes, eram utilizados com frequência

⁴²² REY, Philippe-Marius. O Hospício de Pedro II e os alienados no Brasil (1875). Rev. Latinoam. Psicopat. Fund., São Paulo, v. 15, n. 2, p. 382-403, junho 2012, p. 400.

os banhos quentes e frios na forma de duchas, lavagens e banhos de vapor. Prioridade terapêutica era dada ao trabalho, algo que o alienista francês elogiou e apontou como a melhor forma de tratamento para os doentes mentais. Desta forma, revelava que de uma população de 332 doentes (186 homens e 146 mulheres), em 1869, 83 homens trabalhavam em diversas oficinas, no jardim e na cozinha, enquanto 108 mulheres trabalhavam com costura, bordado, tapeçaria e flores artificiais, produtos cuja venda em parte era revertida em favor dos doentes. Além disso, havia também um sistema de recompensas aos doentes que se mostrassem mais dóceis ao longo do tratamento.⁴²³

Por fim, Rey descreve superficialmente o tratamento dado aos internos criminosos e critica o fato de serem acolhidos na mesma instituição que os loucos ‘normais’, situação que já havia sido abolida na França.

Os alienados criminosos foram recentemente objeto de uma medida especial. Foi criada uma ala exclusiva na casa de detenção para esses infelizes, que consiste de algumas celas que se assemelham às do asilo. Uma dessas celas apresenta uma disposição especial. A parede traseira de madeira é móvel e pode ser manipulada por um mecanismo externo: ela desliza em direção à porta, assim ameaçando o doente. Essa unidade é destinada aos alienados criminosos perigosos. Há também uma sala de reunião ou de trabalho, um refeitório e um banheiro com chuveiros. A área inclui um pequeno gramado. É dessa maneira que os alienados criminosos que cumprem sua sentença, recebem os devidos cuidados que seu estado mental exige.⁴²⁴

Como se vê os médicos alienistas do Brasil estavam em sintonia com os pensamentos da medicina europeia no tocante ao diagnóstico e tratamento que deveria ser dado aos loucos, consagrando como local privilegiado de tratamento, o hospício. Esta situação de apropriação e edificação do conhecimento sobre a loucura, iniciada com a construção do Hospital Pedro II e fruto dos debates deflagrados a partir de relatórios, artigos e discussões na Academia Imperial de Medicina, demonstrava a intenção dos médicos brasileiros de tomarem para si a responsabilidade para com os alienados.⁴²⁵ Esta postura foi potencializada em meados da década de 1880 com a criação da cadeira de Clínica Psiquiátrica na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, convertendo a cidade no núcleo mais importante de produção e irradiação do saber alienista do Brasil. Posteriormente, em 1890, com a criação

⁴²³ Ibidem, p. 401.

⁴²⁴ Ibidem, p. 402.

⁴²⁵ ENGEL, Magali Gouveia. A loucura na cidade do Rio de Janeiro: ideias e vivências (1830-1930). Resgate (UNICAMP), n.7, p. 133-136, 1997.

do Serviço de Assistência aos Alienados e em 1892 com o surgimento do Pavilhão de Observação no Hospício Nacional de Alienados houve um aumento significativo de teses na Faculdade de Medicina, o que demonstrava o interesse dos jovens estudantes pelo tema.

Quanto ao espiritismo, nas obras básicas da codificação existia vasto cabedal de conclusões sobre o tema da loucura, classificadas pelo codificador Allan Kardec como ‘obsessões’. Em *O Livro dos Espíritos*, a primeira obra da codificação, ao questionar os espíritos a respeito da influência do organismo sobre o espírito encarnado⁴²⁶, o codificador recebeu da espiritualidade os seguintes esclarecimentos: A matéria é apenas o envoltório do espírito, conservando este, mesmo encarnado seus atributos e características. Um corpo deficiente restringe a ação do espírito, “como a excelência de um trabalho está subordinada à qualidade da ferramenta”.⁴²⁷ Isto determinava que a deficiência em algum órgão ou ainda uma deficiência do corpo afetaria o desempenho do espírito, mas era este o ser pensante da criação, de modo que ainda assim, conservava seus atributos. Quanto à ideia de que os cretinos e os idiotas teriam almas de natureza inferior, a obra aponta que tais ideias não são verdadeiras, uma vez que muitas vezes os espíritos ligados a esses corpos seriam inteligentes, porém, sofreriam da insuficiência do meio por conta de punição e expiação a que se submetiam pelo abuso que fizeram de certas faculdades em vidas passadas. No entanto, esta situação muitas vezes era insuportável para o encarnado o que levaria algumas vítimas de loucura ao suicídio.

Como se vê, a codificação em momento algum creditava a deficiência dos órgãos à criação divina, o que seria incoerente com os atributos da divindade⁴²⁸, uma vez que um ser perfeito, soberanamente justo e bom não criaria corpos defeituosos ao lado de corpos perfeitos. A escolha pelas imperfeições corpóreas já surgidas desde a concepção era do espírito que iria encarnar e isso como forma de expiar atos cometidos em encarnações passadas. Observemos ainda que a loucura apontada nessa parte da obra era algo que surgia desde o nascimento.

Maia adiante, no capítulo IX, intitulado *Intervenção dos Espíritos no Mundo Corporal*, a obra começava a tratar dos loucos nascidos normais e que se tornavam alienados devido a influência de outros espíritos. A primeira parte do capítulo era dedicada à penetração dos espíritos no pensamento dos encarnados. Ali, a espiritualidade informava que os encarnados estavam cercados por espíritos que seriam capazes de conhecer os seus mais

⁴²⁶ KARDEC, Allan. *O Livro dos Espíritos*. Rio de Janeiro: FEB, 2007. O tema da influência do organismo sobre o espírito encarnado faz parte do Livro Segundo, Capítulo VII (Retorno à vida Corporal), p. 259 a 290.

⁴²⁷ *Ibidem*, p. 272.

⁴²⁸ KARDEC, Allan. *A Gênese*. Brasília: FEB, 35ª ed., 1992. No capítulo II (páginas 56 a 60) são expostos os atributos da natureza divina: Deus é a suprema e soberana inteligência, é eterno, é imutável, é imaterial, é onipotente, é soberanamente justo e bom, é infinitamente perfeito, é único.

profundos pensamentos. Mais adiante, perguntado se além de conhecer, os espíritos seriam capazes de influir nos pensamentos e atos do encarnado, a espiritualidade responde que isso era mais comum do que se imaginava, pois “frequentemente são eles que vos dirigem”.⁴²⁹ Esta influência, por sua vez, não era sempre prejudicial, muitas vezes era ela que animava os homens ‘de gênio’ que, ao solicitar a inspiração, faziam verdadeira evocação. Em outras situações, espíritos imperfeitos, ligados ao encarnado por laços de inveja e vingança, compraziam-se em vê-los sofrer. Mais uma vez, a divindade era eximida de responsabilidade por esta ligação, uma vez que espíritos inferiores⁴³⁰ só poderiam se apegar “aos que os chamam por seus desejos ou os atraem por seus pensamentos.”⁴³¹

Já no *Livro dos Médiuns*, a questão da influência negativa dos espíritos era esmiuçada e classificada. Desta forma, o termo obsessão era apresentado como sendo a influência de espíritos sobre os encarnados a fim de dominar-lhes os pensamentos e ações. Era preciso mencionar que a obra foi destinada à preparação e ao esclarecimento daqueles que se dedicassem a prática da mediunidade, portanto, quando tratava dos casos de obsessão preocupava-se com seus efeitos sobre os médiuns. Isso não excluiu a possibilidade de se estender os conceitos apresentados a todos os encarnados. Desta forma, as obsessões eram classificadas, de acordo com a obra, em três tipos: a obsessão simples, a fascinação e a subjugação.⁴³²

No primeiro tipo, a obsessão simples, haveria uma ação inoportuna, desagradável e persistente causando mal estar generalizado. Na fascinação, a ação do espírito ocorria diretamente na mente do obsediado (ideias fixas, imagens hipnotizantes, mágoas, fantasias). No último grau, a subjugação, ocorreria a paralisia da vontade do encarnado fazendo-o agir de acordo com os desejos do espírito que o perseguia. Este último termo iria confundir-se com a loucura uma vez que além de agir sobre o lado moral, levando o encarnado a tomar resoluções absurdas e comprometedoras, atuava também sobre os órgãos materiais provocando

⁴²⁹ KARDEC, Allan. O Livro dos Espíritos. Rio de Janeiro: FEB, 2007, p. 323.

⁴³⁰ KARDEC, Allan. O Livro dos Espíritos. Rio de Janeiro: FEB, 2007. No Livro II, Capítulo I, a obra expõe o que seria a escala espírita. Esta estaria dividida em três categorias: Na escala inferior estariam os espíritos imperfeitos, caracterizados pela predominância da matéria sobre o espírito e pela propensão ao mal. A escala intermediária é preenchida por aqueles em que há predominância do espírito sobre a matéria e pelo desejo do bem, são os espíritos bons. Por último, a escala superior é ocupada pelos espíritos puros, que já alcançaram o grau supremo de perfeição. Cada uma dessas escalas possui subdivisões, chamadas de classes. Para os espíritos inferiores haveria cinco classes: a dos espíritos impuros, dos espíritos levianos, dos espíritos pseudo-sábios, dos espíritos neutros e a dos espíritos batedores e perturbadores. A escala intermediária possuiria quatro classes: a dos espíritos benévolos, dos espíritos de ciência, dos espíritos de sabedoria e a dos espíritos superiores. Por último, na escala superior haveria simplesmente os espíritos puros, sem divisão de classes.

⁴³¹ Ibidem, p. 325.

⁴³² KARDEC, Allan. O Livro dos Médiuns. Rio de Janeiro: FEB, 80ª ed., 2011, p. 317.

movimentos involuntários, ações violentas ou descontroladas. Nestes casos, estar-se-ia diante da loucura:

Cuja causa o mundo desconhece, mas que não tem relação alguma com a loucura ordinária. Entre os que são tidos por loucos, muitos há que são apenas subjugados; precisariam de um tratamento moral, enquanto que com os tratamentos corporais os tornamos verdadeiros loucos. Quando os médicos conhecerem bem o Espiritismo, saberão fazer essa distinção e curarão mais doentes do que com as duchas.⁴³³

Como escrevemos, Adolfo desenvolveu especial interesse pela questão da loucura e deixou vários artigos escritos sobre o tema tanto no *Reformador* quanto em *O Paiz*. Esses escritos encontram sua síntese no livro *A Loucura sob novo Prisma*, obra em que, mesclando os conhecimentos médicos da época e aquilo que dizia a doutrina, propunha formas de diagnóstico e tratamento para a alienação mental.

“*A Loucura sob novo Prisma*” estava dividida em três partes. Na primeira, Adolfo discutiu a existência da alma, ou espírito, valendo-se de conceitos filosóficos e trata do pensamento em seu princípio causal e em suas manifestações. Na segunda, tratava das relações entre espíritos e da loucura por obsessão. Na terceira, tratava da loucura por obsessão “como caso patológico, determinando-lhe a causa, apreciando-lhe os sintomas, colhendo os elementos para seu diagnóstico diferencial e prescrevendo os meios com que se devia tentar a cura do terrível mal.”⁴³⁴

A questão da existência do espírito, para Adolfo, assumia status de paradigma⁴³⁵, uma vez que “nossos pensamentos, nossos sentimentos, nossas ações tomarão bem diferente orientação conforme for ela resolvida pela afirmativa ou pela negativa; pela existência da alma ou pelo exclusivismo da matéria, na constituição do nosso ser.”⁴³⁶ Para tratar do tema, Adolfo o dividia em duas partes: A primeira, era especulativa e filosófica, tratava-se de utilizar a razão corroborada pela autoridade dos maiores vultos da humanidade. A segunda,

⁴³³ Ibidem, p. 334.

⁴³⁴ MENEZES, Adolfo Bezerra de. *A loucura sob novo prisma*. Brasília: Federação Espírita Brasileira, 7ª ed., 1989, p.10.

⁴³⁵ KHUN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1991. Entender a questão da existência dos espíritos e das relações entre espíritos e encarnados constitui princípio fundamental daquilo que os adeptos da doutrina denominavam ciência espírita. Ao iniciar seu trabalho tratando da existência dos espíritos, Adolfo assume essa existência como ponto fundamental de seu estudo, como “paradigma” compartilhado por uma comunidade de cientistas, alguns dos quais ele citará ao longo do trabalho.

⁴³⁶ MENEZES, Adolfo Bezerra de. *A loucura sob novo prisma*. Brasília: Federação Espírita Brasileira, 7ª ed., 1989, p.12.

era experimental, tratava da experiência que falava aos sentidos, e que era, segundo ele, o grande método científico.

Ao iniciar a discussão do primeiro capítulo, valendo-se de argumentos especulativos, Adolfo utilizava o pensamento de Quatrefages⁴³⁷, para demonstrar que o homem possui um local especial na natureza, que estaria dividida em quatro reinos: mineral, vegetal, animal e hominal. A partir daí, estabelecia o que seria o primeiro princípio elucidador da existência da alma: “Um ser que domina os demais não pode desaparecer com a morte”.

Em seguida, valendo-se de Malebranche⁴³⁸, argumentava que o homem possuiria em seu interior a “intuição natural” de sua imortalidade. Citando Platão, defendia que “aprender é recordar”, constituindo-se como essência do nosso ser o fenômeno da memória, algo que só poderia ser explicado pela reencarnação e pela existência da alma anterior ao nascimento.

Para sustentar esses argumentos citava amplo conjunto de ‘autoridades’, começando pelos pensadores da antiguidade grega, para os quais, ainda que divergissem quanto a compreensão dos fenômenos do entendimento, eram unânimes em concordar com a existência do elemento espiritual, diretor da máquina orgânica do homem. Admitia, no entanto, que entre a antiguidade espiritualista e o moderno espiritualismo, houve notável fratura provocada, por um lado, pela filosofia de Tomás de Aquino, negador da razão, e a consequente reação, por outro, dos primeiros pensadores materialistas supressores da alma, como Francis Bacon, criador da ciência indutiva, Hobbes, Gassendi e Locke. Felizmente, dizia ele, houve pensadores como Descartes, que combateram essa postura estabelecendo que “se é incontestável a existência do corpo, mais o é a do pensamento, pura emanção da alma”.⁴³⁹

Na continuação, Adolfo contradizia o paradigma sensualista, segundo o qual o homem não podia admitir a existência do que não lhe era apreciável pelos órgãos (sentidos) que o punham em relação com o mundo exterior. Se assim o fosse, perguntava ele, como poderia o homem explicar o Universo em seu equilíbrio harmônico e inalterável sustentado por leis universais que o homem apenas começava a entender. Além disso, continuava, se

⁴³⁷ Jean Louis Armand de Quatrefages de Breau. Médico e antropólogo francês que elaborou uma teoria anti-evolucionista defendendo a monogenia e o estudo da raça humana através de seus fósseis.

⁴³⁸ Nicolas Malebranche (Paris, 6/8/1638-Paris, 13/10/1715). Padre e filósofo que defendeu o exame dos erros das percepções da alma de três modos distintos: os sentidos, a imaginação e o entendimento. Para ele, ao examinar os erros devidos a cada uma dessas formas de percepção, seria possível encontrar um critério geral para a descoberta da verdade.

⁴³⁹ MENEZES, Adolfo Bezerra de. A loucura sob novo prisma. Brasília: Federação Espírita Brasileira, 7ª ed., 1989, p. 24.

para os materialistas o cérebro era o órgão material produtor do pensamento, como poderia esse órgão produzir algo, o pensamento, que era imaterial? Ainda que pensadores como Cabanis⁴⁴⁰, comparassem o cérebro ao fígado como órgão produtor de secreções (os pensamentos), a ciência, de acordo com Adolfo, vinha cada vez mais concluindo que o cérebro não era o órgão produtor dos pensamentos, mas somente seu transmissor.

Ao iniciar a demonstração experimental da existência da alma, Adolfo as dividiu em duas partes: aquelas que resultavam da dedução e as que afetavam os órgãos dos sentidos. As primeiras, dizia ele, “são um meio termo entre as racionais e as verdadeiramente experimentais, e consistem nas manifestações anímicas, por anestesia e por sono anímico”.⁴⁴¹

Desta forma, fosse utilizando a anestesia, o sonambulismo hipnótico ou o sonambulismo magnético, “o corpo cai em colapso, ao passo que o indivíduo, apesar de não se achar em seus sentidos, está vivo, e goza a faculdade de ver, perto ou longe, de descrever tudo o que vê, e de falar, até, de coisas que não conhece”.⁴⁴² Sendo assim, se o homem fosse exclusivamente matéria e seu funcionamento dependesse exclusivamente dos seus órgãos materiais, desde que a atividade desses estivesse suspensa, impossível seria que se manifestassem. No entanto, as provas experimentais demonstravam justamente o contrário, que esses indivíduos sob o efeito da suspensão de suas vontades, não só mantinham a subsistência de seus sentidos, como em alguns casos havia inclusive o alargamento da intelectualidade. Para comprovar essa afirmação, Adolfo citava uma paciente que ao ser cloroformizada pelo célebre Dr. Velpeau, a fim de submeter-se a cirurgia de extração de um câncer no seio, sob efeito do sono anestésico, relatou o que se passava na casa de uma sua amiga em local bastante distante de onde ocorria a cirurgia, fatos que foram comprovados pelo cirurgião dias depois. Em outro experimento, realizado pelo Dr. Bremaud, um parente seu, sob efeito anestésico resolveu um problema de trigonometria, algo que estava muito acima de seu intelecto em estado normal. Citava também um experimento de Esquirol relativo a um farmacêutico que se levantava todas as noites em estado sonambúlico para aviar receitas.

⁴⁴⁰ CABANIS, Pierre-Jean-Georges, (1757-1808), filósofo e fisiologista autor de "Relações Entre o Físico e o Moral no Homem", materialismo mecanicista que explica os aspectos mentais e morais do homem. A princípio secretário do bispo de Vilna, na Polônia, fez em seguida uma brilhante carreira médica. Abandonou a medicina pela filosofia. Frequentou os Enciclopedistas e de acordo com seu pensamento, a vida seria meramente uma organização de forças físicas. O pensamento, para ele, seria o resultado de "secreções" no cérebro análogas à secreção da bile pelo fígado, e o comportamento dependeria do arranjo de elementos naturais. Pensou a consciência primeiro como um efeito de processos mecânicos, propriedade do sistema nervoso. Posteriormente viu o Ego como imaterial e imortal, mas não viu nenhuma incompatibilidade com a sua teoria. Participou, durante a Revolução Francesa, da reforma do ensino. Amigo de Destutt de Tracy e membro do Instituto em 1795 teve suas memórias sobre as "Relações do Físico e do Moral", elevadas ao patamar de doutrina oficial.

⁴⁴¹ Ibidem, p. 35.

⁴⁴² Ibidem, p. 36.

Em uma dessas ocasiões, colocou-se uma receita que produziria a morte do paciente e este identificou a receita mal feita, o que, segundo o célebre psiquiatra francês, indicava que mesmo sob o efeito do sonambulismo, mantivera a capacidade de pensar, e que para Adolfo, era a prova de que o pensamento vinha do espírito e não do corpo.

Além destas, várias outras situações e experimentos foram utilizados para demonstrar que a sede do pensamento não está no corpo, mas no espírito que a ele se ligava, sendo possível a este comunicar-se livremente com os vivos. Para concluir, Adolfo utiliza-se ainda, primeiro, da *Tradição Popular*, segundo a qual, em todos os tempos e em todos os países, “vigorou sempre, no seio da massa popular, a crença de que as almas vêm falar aos vivos.”⁴⁴³ Em segundo lugar, dos *Fatos Autenticados pelos Maiores Vultos da Ciência*, relatando diversos experimentos produzidos por Willian Crookes, Victor Hugo, Camile Flammarion e vários outros sobre a sobrevivência da alma com a preservação de suas individualidades. Por fim, se utilizava de fatos de sua observação, relatando o caso narrado pelo Dr. Alcoforado, deputado pela província de Pernambuco, que foi ao médium João Gonçalves do Nascimento levando exclusivamente o nome de seu pai, que estava em Recife, e sua idade, a fim de consulta-lo sobre a doença do progenitor, e recebeu daquele um diagnóstico completo, declarando que todo o seu mal provinha da inflamação de um ponto da medula, efeito de uma queda de cavalo.

Tudo isso, segundo Adolfo, só serviria para provar que: 1º, o cérebro não segregava o pensamento, a intelectualidade não poderia ser função do cérebro; 2º, o cérebro influía sobre a faculdade pensante, como o olho sobre a de ver e o ouvido sobre a de ouvir; era instrumento e não agente, e como instrumento influía na operação, donde o engano dos que o tomavam como agente; 3º, o pensamento era função, era a alma que a exercia livremente fora do corpo, e que ela não podia dispensar o concurso deste, enquanto lhe estava ligada.

No segundo capítulo, dedicado às relações dos espíritos, Adolfo pretendeu “determinar, com a maior precisão, o modo por que se serve a alma do cérebro, para fazer a luz intelectual.”⁴⁴⁴ Para isso, Adolfo começava criticando Descartes e sua concepção de “causas ocasionais”⁴⁴⁵, sustentando que admitir a existência paralela da alma e do corpo sem que um prevaleça sobre o outro, existindo em conjunto, mas estranhos entre si, muito mais obscurecia que esclarecia a questão. Leibnitz, por sua vez, passava pelo mesmo crivo crítico,

⁴⁴³ MENEZES, Adolfo Bezerra de. *A loucura sob novo prisma*. Brasília: Federação Espírita Brasileira, 7ª ed., 1989, p. 47.

⁴⁴⁴ *Ibidem*, p. 81.

⁴⁴⁵ *Ibidem*, p. 105.

uma vez que a sua concepção de “harmonia pré-estabelecida”⁴⁴⁶ segundo a qual “o corpo e a alma agem separadamente, mas há, entre eles, laços de comunicação, que faz com que as modificações operadas num se transmitam ao outro” recaia na mesma fragilidade que Descartes, uma vez que concedia “autonomia” a ambos os elementos constitutivos do homem.

Euler⁴⁴⁷, ao conceber a teoria do “influxo físico” segundo a qual haveria “ação direta da alma sobre o corpo, e do corpo sobre a alma”, estaria teorizando o próprio problema a resolver. Por fim, Adolfo chegava a Cudworth que, através da concepção de um “mediador plástico”, substância intermediária ao corpo e à alma, responsável por receber as impressões do corpo e transmiti-las à alma, e vice-versa, melhor teria se aproximado da concepção de perispírito.

A partir dessas críticas iniciais Adolfo passou a discutir o papel mediador do perispírito como transmissor das sensações e impressões do corpo para o espírito e vice-versa. Desta forma, haveria dois elementos fluídicos, o espírito e o perispírito, assim como um elemento material, o corpo, onde residiria um órgão responsável por colher as impressões recebidas no corpo, repassa-las ao perispírito e receber deste as ordens provenientes do espírito.

Segundo esta concepção, “a alma é que sente, que recebe, que quer, segundo as impressões que recebe do exterior, e mesmo independente delas, pois que também recebe impressões morais, e tem ideias e pensamentos sem a intervenção dos sentidos corporais.”⁴⁴⁸ Este tipo de postura retiraria do cérebro, órgão universalmente aceito como aquele onde se dariam todas as operações da vontade, do comando, das decisões corpóreas e as entregariam a um elemento não material, o espírito. Ora! Posicionamento como esse, na década de 1890, caminhava na contramão daquilo que a ciência médica elegera como órgão privilegiado de pesquisa da loucura. Além disso, ficaria retirado do âmbito puramente físico qualquer problema de comportamento ligado ao mau funcionamento do cérebro, como uma grande quantidade de médicos fazia crer.

Mais adiante, porém, Adolfo admitia que o corpo influenciava, como instrumento bem ou mal aparelhado, nas funções anímicas. Para ilustrar a questão, citava os idiotas, categoria que a ciência médica classificava como incapazes de “manifestações inteligentes”.

⁴⁴⁶Ibidem, p. 105.

⁴⁴⁷Ibidem, p. 106.

⁴⁴⁸ MENEZES, Adolfo Bezerra de. A loucura sob novo prisma. Brasília: Federação Espírita Brasileira, 7ª ed., 1989, p. 109.

Para esses, o mau funcionamento do cérebro afetaria decisivamente nas operações do espírito sobre o corpo.

Um elemento a mais ajudaria, por fim, a explicar a loucura: a relação entre os espíritos. Com esse elemento, Adolfo começava a esboçar seu principal intuito, demonstrar que a loucura não seria proveniente unicamente da má formação cerebral, haveria, outra loucura, proveniente de relações de perseguição, vingança, ódio entre espíritos e que precisava ser vista “sob novo prisma”. Para apresentar esse tipo de loucura, Adolfo recorreu a vários casos investigados e tratados por ele e pelo grupo mediúnico à que estava ligado, sustentando que a única cura possível seria a doutrinação do espírito perseguidor e a reconciliação entre este e o espírito do encarnado perseguido. Havia, portanto, um trabalho de investigação não das causas da loucura, mas das causas da perseguição, assim como não havia em momento algum nenhuma menção a terapias ocupacionais, aplicação de medicamentos ou rituais religiosos como forma de reintegrar o indivíduo doente ao convívio com os indivíduos normais.

Os casos apresentados por Adolfo remetiam cada qual a um aspecto, ou a dimensões diferentes da loucura. O primeiro era de um estudante de medicina identificado apenas como Raul Couto, e que teria tentado suicídio, razão pela qual fora afastado da Faculdade e mantido sob vigilância da família em um quarto de sua casa. Com a participação dos médiuns João Gonçalves do Nascimento e Frederico Junior, o grupo identificou que o caso devia-se a perseguição de um espírito que já teria provocado a morte, também por suicídio, do pai do rapaz, e o fazia motivado por desejos de vingança. Segundo o relato, o trabalho de doutrinação do espírito levava várias semanas, sendo realizado sem a presença do moço e em local distante. Após este período o espírito teria se arrependido da perseguição e o rapaz restabelecera-se, retornando à Faculdade e à vida normal.⁴⁴⁹

O segundo caso era referente a uma mulher, esposa de um conhecido membro da sociedade, que endoidecera após ter ido tomar consulta com uma curandeira. O caso fora noticiado pela imprensa, apontando-o como “mais um caso de loucura provocado pelo espiritismo”. Desta vez, acompanhado pelos médiuns Dr. Antonio Luiz Saião, Bittencourt Sampaio, Pedro Richard e Frederico Junior, o grupo identificou que a loucura da jovem devia-se a perseguição promovida por um desencarnado que fora por ela rejeitado em outra vida. Neste caso, a primeira providência do grupo foi no sentido de esclarecer ao espírito que ele não mais vivia, fato que desconhecia. Em seguida, foi levado a compreender que a rejeição

⁴⁴⁹ Ibidem, p. 142.

promovida pela jovem estava cercada de razões em função de suas próprias atitudes. Por fim, esclarecido e arrependido abandonara a perseguição, o que permitiu que a jovem recobrasse a razão, recebesse alta do Hospital de Alienados, onde estava recolhida, e retornasse ao convívio familiar.⁴⁵⁰

Ao contrário do primeiro caso, onde o paciente restabelecera-se imediatamente após o término das perseguições espirituais, Adolfo esclarecia que nesse segundo episódio, a cura não ocorrera se não aos poucos, por conta dos efeitos deixados pelo perseguidor sobre os órgãos da moça.

O último caso referia-se a um jovem marceneiro que “se tornara intolerável, procurando rixas com as pessoas da família, e ultimamente fazendo atos de rematada loucura.”⁴⁵¹ No decorrer da narrativa ficara esclarecido que o jovem era membro de família a qual Adolfo tratava, como médico, a muitos anos, e neste caso, ao contrário dos demais, o paciente fora examinado pelo grupo antes de se realizar as sessões de doutrinação do espírito que o perseguia, sem a participação do paciente. Ao contrário dos dois primeiros casos, não houve reconciliação entre os espíritos, apesar de o rapaz surgir no grupo cinco dias após a sessão para agradecer pela cura.

A última parte da obra foi dedicada à identificação e diferenciação dos casos de loucura provocados por lesão no cérebro e aquelas decorrentes das obsessões. Para Adolfo, a cosmogonia espírita preenchia uma lacuna da ciência, quanto à fisiologia do cérebro, o de explicar a loucura quando não há lesão no órgão, algo que Esquirol já vinha investigando e que só confirmava a tese de que a loucura não dependia do estado mórbido do cérebro. Além disso, ainda segundo Adolfo, isso teria como consequência a constatação de que o cérebro não gera o pensamento e que, independente deste, o pensamento podia sofrer perturbações. Por fim, levaria ainda à constatação de que “a alma é o princípio causal do pensamento; ou antes, é ela quem pensa e o transmite pelo cérebro, seu instrumento.”⁴⁵²

A alma é o princípio causal do pensamento; ou, antes, é ela quem pensa e o transmite pelo cérebro, seu instrumento. A alma é que possui, no homem, a faculdade de pensar, tendo, por suas relações com o corpo, enquanto lhe estiver presa, necessidade do cérebro, para transmiti-lo, donde a inevitável coação, toda a vez que o instrumento não estiver em boas condições.⁴⁵³

⁴⁵⁰ Ibidem, p. 144.

⁴⁵¹ Ibidem, p. 145.

⁴⁵² Ibidem, p. 149.

⁴⁵³ Ibidem.

A partir desse princípio, Adolfo concluiu que o centro sensitivo estava fora do cérebro, embora fosse este o meio natural, o instrumento do sentimento físico. Ou seja, as faculdades eram da alma e o meio material de pô-las em relação com o mundo material era que pertencia ao cérebro e suas dependências. “Quem exerce as funções da vida de relação, quem pensa, raciocina, guarda a memória dos sucessos, sente, delibera, vê, ouve, sente o cheiro, o gosto, e tem as impressões de tato, é a alma.”⁴⁵⁴

A independência do espírito em relação ao funcionamento do corpo era a chave, segundo Adolfo, para identificação do tipo de loucura a que estava sujeito o encarnado. Algo que, para ele, podia ser verificado até pelos que só acreditassem no que viam. Para isso, citava o exemplo de um louco que, sendo sonambulizado, ou se o seu espírito fosse atraído a um médium sonambúlico, discorreria corretamente, caso sua loucura fosse resultante de lesão cerebral.

Se obtivermos o desprendimento do Espírito, para se manifestar independente do órgão doentio, verificaremos o fato notabilíssimo de o louco manifestar tanta ou maior lucidez, como no tempo em que estava em seu perfeito juízo. E será este o meio de distinguir-se a loucura propriamente dita, da outra espécie, com que nos vamos ocupar.⁴⁵⁵

A consequência imediata, para Adolfo, de tal constatação era a ineficiência científica para tratar da loucura, o que a levava a um mar de incertezas e a indicar a todos os casos de loucura o mesmo tratamento, visando a cura exclusiva do cérebro. Aliás, segundo ele, tudo o que a ciência sabia com relação à loucura estava ligado aos casos orgânicos. Seria necessário, então, que a pesquisa científica separa-se os casos de loucura por deficiência do cérebro e aqueles cuja origem não estivessem no órgão, a que ele chamava de loucura psicológica. Urgiria, então, que se fizesse a etiologia do mal, descobrindo-lhe a natureza, e a partir, daí, se buscasse formas de tratamento.

A base para a pesquisa da loucura psicológica estaria no princípio da preexistência da alma, uma vez que as características do encarnado permaneceriam no espírito e estes, através da ‘inspiração’, poderiam influenciar aos viventes e a outros espíritos. Contudo, toda a influência que os espíritos poderiam exercer sobre os encarnados dependeria do próprio encarnado, uma vez que a ‘atmosfera moral’ destes determinaria o tipo de espírito que dele

⁴⁵⁴ Ibidem, p. 151.

⁴⁵⁵ Ibidem, p. 153. Grifo nosso.

poderia se aproximar. Desta forma, pelo princípio por ele exposto, espíritos voltados para a prática do bem aproximariam-se de encarnados também sintonizados com o bem, enquanto que espíritos sintonizados com o mal procurariam encarnados nas mesmas condições.

Estabelecendo como elementos que distinguiriam a maior ou menor influência dos espíritos, categorias tão amplas como “bem” e “mal”, Adolfo às distingue através da “modelagem” dos pensamentos, dos sentimentos e das ações voltadas para o bem e o dever. Admitindo, porém, que a maior ou menor propensão a estes princípios variariam da “resistência” à “submissão”, dependeriam do encarnado, através da prática do bem, manter erguido o “cordão sanitário” que o afastaria da influência dos maus espíritos, evitando sucumbir ao “desfalecimento” e ao “arrastamento”.

O homem bom, que caiu, tinha nos seios da alma uma paixão que subjugava, mas que, um dia, por circunstância imprevista, ergueu-se energicamente, e fê-lo esquecer o dever. Despertado, quando o mal já estava feito, em vez de vomitar o veneno, procurou encobrir a falta, e o gérmen da perdição fecundou-se em seu seio.

Eis o desfalecimento.

Com ele abriu a porta aos maus Espíritos, que o provocam a saciar aquela paixão, já uma vez superior à sua vontade, e um pouco por já ter a alma desvirginada, e, ainda, pela influência do inimigo senhor da praça, ei-lo impelido pelo plano inclinado.

Começa tremendo, como quem foi surpreendido; vai-se paulatinamente acostumando à falta, para a qual descobre escusas, e acaba desprezando o que sempre teve por sagrado e abraçando como sagrado o que sempre teve por desprezível. Isto é obra do arrastamento.⁴⁵⁶

Com essas categorias, Adolfo introduzia gradações aos estados de loucura psicológica, algo que iria de um simples “surto” passageiro, um desfalecimento, até a mais completa perda da razão, o arrastamento. Entre um e outro extremo, dependendo do tempo que a loucura psicológica ocorresse, mesmo não sendo esta proveniente de qualquer lesão cerebral, o órgão poderia ser afetado, levando-se a impossibilidade de o paciente voltar a ter o mesmo comportamento que antes da doença.

Para explicar a perturbação mental decorrente da loucura psicológica, Adolfo argumentava que tal perturbação seria decorrente da interferência dos fluidos do espírito

⁴⁵⁶ Ibidem, p. 159.

obsessor entre o agente, espírito do encarnado, e o instrumento, o cérebro deste, o que interromperia a comunicação regular dos dois.

Com o intuito de concluir a demonstração e introduzir as formas para o tratamento da loucura psicológica, Adolfo recorria a um testemunho e a um caso particular. O testemunho, apresentado como comunicação mediúnica, segundo ele, lhe teria sido enviado pelo correio, de forma anônima, no momento em que escrevia “A loucura sob novo prisma”, e o autor da comunicação seria o criador da homeopatia, Samuel Hahnemann. Seu conteúdo não faia nada mais que ratificar todos os princípios e conclusões já expostos por Adolfo, o que nos leva a crer que sua transcrição cumpre o papel de “legitimação pela autoridade” dos princípios já expostos.

Quanto ao caso particular, trata-se do caso de loucura do próprio filho, Antonio Bezerra de Menezes. Ao descrever a doença do rapaz, Adolfo expôs a similaridade entre a loucura física e a loucura psicológica, enfatizando a incapacidade da medicina, com as ferramentas que possuía, de proferir diagnóstico adequado a cada caso. De qualquer forma, escrevia ele, algo o chamava atenção, tendo recebido o diagnóstico de loucura pelos médicos da Corte, o que envolvia lesão ou defeito de formação cerebral:

Quando o doente, passado o acesso e entrado no período lúcido, ficava calmo, manifestava perfeita consciência, memória completa e razão clara, de conversar criteriosamente sobre qualquer assunto, mesmo literário ou científico, pois que estudava Medicina, quando foi assaltado. Mais de uma vez, afirmou-nos que bem conhecia estar praticando o mal, durante os acessos, mas que era arrastado por uma força superior à sua vontade, a que em vão tentava resistir.⁴⁵⁷

Para Adolfo essa situação descredenciava o diagnóstico médico, uma vez que se houvesse lesão ao cérebro, não haveria intervalos de normalidade. Aliado a essa desconfiança, havia o temor pela internação no hospício, recomendação que foi apontada por Adolfo como fator determinante para que aceitasse a indicação de amigos a fim de recorrer ao espiritismo. Esse temor, quando descrito por alguém da classe médica nos sugere que a internação na casa dos alienados não fosse vista com bons olhos pela população.

De qualquer maneira, logo na primeira sessão espírita recebeu do médium o diagnóstico sobre o problema do filho: obsessão. “Além do tratamento terapêutico, que deve ser dirigido sobre o baço, que no homem, como o útero na mulher, é a porta às obsessões,

⁴⁵⁷ Ibidem, p. 172.

sempre ligadas a uma lesão orgânica, é indispensável evocar o obsessor, e alcançar dele desista da obsessão.”⁴⁵⁸ O espírito que obsidiava o filho era inimigo comum aos dois, Adolfo e Antonio. Sua ação se dava sobre o segundo, pois, segundo o espírito, Adolfo seria mais ‘adiantado’. As sessões arrastaram-se por cerca de três anos e culminou com o perdão do espírito. No entanto, devido ao tempo em que a obsessão ocorreu, segundo Adolfo, o cérebro ficara afetado e o jovem não mais tornara ao estado de animação que antes possuía, falecendo, por circunstâncias nunca bem esclarecidas, em 02/04/1887. Essa circunstância levou Adolfo a concluir que o início do tratamento mediúnico era fator primordial para evitar que sequelas ocorressem sobre o cérebro. Todavia, como, finalmente, diferenciar os casos de loucura física daqueles decorrentes da loucura psicológica?

O processo seria iniciado pela hipnotização do doente e entrevista com o seu espírito. Caso fosse possível identificar a completa lucidez do espírito então se trataria de lesão cerebral e o tratamento indicado seria unicamente orgânico. Haveria casos, no entanto, em que a hipnose seria impossível, por conta da resistência da pessoa ao processo. Em outras situações, como o caso de uma paciente chamada Florinda e internada no Hospício com diagnóstico de loucura, o espírito desta fora incapaz de identificar os motivos que a levava ao internamento, apesar de, segundo Adolfo, manter “o pleno uso de suas faculdades mentais.”⁴⁵⁹ Nestes casos, assim como naqueles identificados como loucura em que houvesse o concurso de espíritos que tentassem atribuir a doença à interferência espiritual, sem que realmente o fosse, o método utilizado por ele, seria a evocação de espíritos que faziam “a caridade de receitar para os homens doentes”.⁴⁶⁰

Se nos disser que é loucura propriamente, evocamos o Espírito que possa causá-la, e nenhum se apresentará, ou apresentar-se-á um mistificador, que é fácil desmascarar.

Se nos disser que é obsessão, procedemos do mesmo modo, e o obsessor virá em confirmação do que foi dito.

Neste caso, a cura pelos meios morais será a melhor prova da exatidão do diagnóstico, prova que nunca nos falhou em dezenas de experimentações.⁴⁶¹

Adolfo concluiu apontando os caminhos que deveriam ser tomados para tratamento do obsidiado. Em primeiro lugar, além do tratamento das lesões orgânicas, que

⁴⁵⁸ Ibidem, p. 173.

⁴⁵⁹ Ibidem, p. 177.

⁴⁶⁰ Ibidem.

⁴⁶¹ Ibidem.

tenham dado entrada ao obsessivo, a moralização do Espírito deles mesmos, sendo este último mais importante que o primeiro. Ao mesmo tempo em que se empregariam aqueles dois meios, devia-se trabalhar com o mais amoroso empenho na moralização do Espírito obsessivo, fazendo-o sentir a imensa responsabilidade que chamava sobre si, sendo o ponto alto do trabalho, o perdão do espírito em relação ao encarnado. . Em dezenas de trabalhos desta ordem, só um Espírito encontramos que resistiu a tudo, preferindo toda a espécie de sofrimento, a largar das suas garras a presa, em quem cevava velho ódio de passadas existências. Convém, porém, observar que, embora a loucura por obsessão não dependesse de lesão cerebral, podia esta lesão vir a dar-se, por causa da obsessão. Não era causa; mas poderia vir a ser efeito. A ação fluídica do obsessivo sobre o cérebro, se não fosse removida a tempo, daria necessariamente em resultado o sofrimento orgânico daquela víscera, tanto mais profundo, quanto mais tempo estivesse sob a influência daqueles fluidos.

As concepções espíritas a respeito da loucura, assim como as pesquisas e escritos de Adolfo sobre o tema podem, e devem, ser observadas sob múltiplos aspectos, alguns se aproximando da medicina outros se afastando completamente desta. Uma das questões mais evidentes a respeito do tema, algo que permeou as pesquisas de ambos os campos, era o local da loucura, isto é, a doença mental seria algo físico, presente em um órgão específico, o cérebro, ou não. Para o espiritismo essa resposta não era única, isto é, tanto haveria doença mental por conta de deficiências no funcionamento do cérebro, quanto devido a intervenção de elementos fora do corpo, o espírito. A medicina, também, principalmente nos últimos anos do século XIX caminhou cada vez mais nessa direção, desqualificando o cérebro, ou seu mal funcionamento, como responsável pela loucura. É desse período as pesquisas de Charcot e posteriormente, de Sigmund Freud. Sendo assim, a questão levantada por Adolfo sobre o local da loucura, também era tema importante para a medicina.

Além disso, se a medicina elege o hospício como local privilegiado de tratamento e pesquisa para a alienação mental, algo semelhante é sugerido pelos espíritas, e por Adolfo, ao eleger a Casa Espírita como local ideal para qualquer intervenção de cura pelos espíritos, sem que para isso preconizasse o internamento, a reclusão, ou técnicas de punição para o doente. Sendo assim, as pesquisas de Adolfo estavam em sintonia com as preocupações de cura presentes tanto na medicina como em outros conjuntos de conhecimentos que se propunham a curar.

3.2 – O Código Penal de 1890 e a criminalização do Espiritismo.

A edição nº 170 do Reformador, publicada em 15 de dezembro de 1889 trazia a surpreendente comunicação de D. Pedro I, espírito, a respeito da proclamação da República. Não havia referência sobre o local, nem o médium responsável pela transcrição, mas o teor da mensagem assim como o fato de figurar nas páginas do periódico sugeria a aceitação de seus redatores com a nova situação política. O ex-monarca creditava a derrocada do Império aos subterfúgios utilizados pelo trono para prender o povo através da corrupção, pervertendo-lhe o caráter, comprando-lhe os pensamentos, ofuscando-o com “bordados e lantejoulas”, caindo vítima da própria corrupção que fomentou.⁴⁶² Além de desculpar o filho, D. Pedro II, vítima de uma cegueira construída pelos que o cercavam, reputava a situação ao descrédito a que chegou a religião, dirigida por homens preocupados com “os elementos que brilham”, esquecendo-se do amor e da estima de seus concidadãos. Finalmente, o espírito anunciava que pediria à Deus a possibilidade de voltar a nascer no Brasil, onde seria “o primeiro do povo a trabalhar por sua grandeza e prosperidade”, no entanto, que esse mesmo povo não continuasse indiferente à religião, uma vez que “um povo sem religião não acata as leis; onde não impera a lei a desordem é inevitável, e a prosperidade impossível”.

Duas edições após⁴⁶³, o jornal voltava a homenagear as ações empreendidas pelo governo provisório. Desta vez, o lugar de destaque era dado ao decreto que acabava com a religião oficial de Estado. Em seu artigo 2º, o decreto dizia: “A todas as confissões religiosas pertence por igual a faculdade de exercerem o seu culto, regerem-se segundo a sua fé e não serem contrariados nos atos particulares ou públicos, que interessem o exercício desse decreto.” Reverenciada como um ato de liberdade e justiça, a nova lei não só amparava legalmente a liberdade religiosa como trazia para o Brasil a laicidade ligada ao novo Estado republicano.

Na edição seguinte, entoavam-se louvores à justiça soberana, uma vez que, de acordo com decreto de 24 de janeiro, ficara instituído e regulamentado o casamento civil. O artigo aprovava a liberdade concedida àqueles que desejassem também contrair os laços matrimoniais diante do sacerdote de qualquer credo religioso, e não só o católico, mas o fato de só ter valor civil o casamento legal, afigurava-se como ato correto e perdurável. O artigo

⁴⁶² BN – Hemeroteca Digital. Reformador, edição nº 170, de 15 de dezembro de 1889.

⁴⁶³ BN – Hemeroteca Digital. Reformador, edição nº 172, de 15 de janeiro de 1890.

terminava com a expressão que já vinha sendo utilizada repetidas vezes pelo articulista: Avante, Brazil, avante!⁴⁶⁴

No entanto, o casamento entre os seguidores do espiritismo e a nova República foi rompido poucos meses depois em face da publicação do decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890, onde o espiritismo passou a figurar como crime. Em seus artigos 156, 157 e 158, o Código Penal da República, dizia:

CAPITULO III

DOS CRIMES CONTRA A SAUDE PUBLICA

Art. 156. Exercer a medicina em qualquer dos seus ramos, a arte dentaria ou a farmácia; praticar a homeopatia, a dosimetria, o hipnotismo ou magnetismo animal, sem estar habilitado segundo as leis e regulamentos:

Penas de prisão celular por um a seis meses e multa de 100\$ a 500\$000.

Paragrafo único. Pelos abusos cometidos no exercício ilegal da medicina em geral, os seus autores sofrerão, além das penas estabelecidas, as que forem impostas aos crimes a que derem causa.

Art. 157. Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismãs e cartomancias para despertar sentimentos de ódio ou amor, inculcar cura de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim, para fascinar e subjugar a credulidade publica:

Penas de prisão celular por um a seis meses e multa de 100\$ a 500\$000.

§ 1º Se por influencia, ou em consequência de qualquer destes meios, resultar ao paciente privação, ou alteração temporária ou permanente, das faculdades psíquicas:

Penas de prisão celular por um a seis anos e multa de 200\$ a 500\$000.

§ 2º Em igual pena, e mais na de privação do exercício da profissão por tempo igual ao da condenação, incorrerá o medico que diretamente praticar qualquer dos atos acima referidos, ou assumir a responsabilidade deles.

Art. 158. Ministrare, ou simplesmente prescrever, como meio curativo para uso interno ou externo, e sob qualquer forma preparada, substancia de qualquer dos reinos da natureza, fazendo, ou exercendo assim, o officio do denominado curandeiro:

Pena de prisão celular por um a seis meses e multa de 100\$ a 500\$000.

Paragrafo único. Si o emprego de qualquer substancia resultar á pessoa privação, ou alteração temporária ou permanente de suas

⁴⁶⁴ BN – Hemeroteca Digital. Reformador, edição nº 173, de 1 de fevereiro de 1890.

faculdades psíquicas ou funções fisiológicas, deformidade, ou inabilitação do exercício de órgão ou aparelho orgânico, ou, em suma, alguma enfermidade:

Pena de prisão celular por um a seis anos e multa de 200\$ a 500\$000.

Si resultar a morte:

Pena de prisão celular por seis a vinte e quatro anos.

A reação inicial dos espíritas foi da mais completa perplexidade. Logo em seguida, iniciaram-se os protestos. Nas páginas do Reformador⁴⁶⁵, em artigo escrito com luvas de pelica, repleto de desculpas e se justificando como periódico que procurou manter-se sempre longe dos comentários políticos, foi apresentado longo editorial intitulado *Ao Sr. Ministro da Justiça*, onde o novo código penal foi exposto como lei que ofendia a todas as classes sociais e não só aos espíritas. Mesmo porque, escrito por um único homem, incapaz de possuir conhecimento suficiente para referir-se, como pretende, “a todas as ciências, a todas as artes, a todas as indústrias, a todas as profissões”⁴⁶⁶, levou-o, inevitavelmente, a claudicar-se na generalidade dos assuntos, como ocorreu com o espiritismo.

O texto critica veementemente os artigos 156 e 157, uma vez que se acham embaralhados na mesma condição o espiritismo, a magia e seus sortilégios, como forma de despertar sentimentos de ódio e amor, e, o que talvez seja o grande objetivo do dispositivo legal, levar a práticas de cura. Para demonstrar o desconhecimento do autor, procurava mostrar que o espiritismo afastava-se das práticas que atrasassem o espírito humano, defendendo que “só se deve acreditar naquilo que a observação, iluminada pelos processos científicos humanos, pode verificar como aquisição certa para o patrimônio dos conhecimentos.”⁴⁶⁷ Para confirmar a postura científica da doutrina, o texto citava os experimentos de Allan Kardec, de Willian Crookes, e de Paul Gibier⁴⁶⁸. Por fim, em tom de questionamento, declara que aqueles que se dedicaram às investigações o fizeram por razões religiosas, científicas e sociológicas, perguntando, a qual destes o artigo pretendia atingir.

Na mesma edição era ainda transcrita a reunião do Centro Espírita do Brasil, convocada extraordinariamente e realizada em 26 de outubro, onde foram discutidas as ações a serem tomadas pelos espíritas a respeito do novo código penal. A assembleia, segundo o

⁴⁶⁵ BN – Hemeroteca Digital. Reformador, edição nº 191, de 1 de novembro de 1890.

⁴⁶⁶ Ibidem.

⁴⁶⁷ Ibidem.

⁴⁶⁸ Com as escusas de ter sido Paul Gibier, o conhecido discípulo de Pasteur e famoso médico pesquisador, quem desmereceu a descoberta apresentada pelo médico brasileiro Domingos Freire sobre o germe *micrococcus xanthogenicus*, que seria o responsável pela febre amarela. Gibier deixou dois tratados voltados para explicar os fenômenos espíritas: “O Espiritismo (Faquirismo Experimental)”, de 1886, e “Análise das Coisas”, de 1890.

artigo bastante concorrida, decidiu pela ação em duas frentes: a primeira seria a formação de uma comissão para a redação de uma representação ao governo contra os artigos do código penal ofensivos ao espiritismo, acompanhado de assinaturas colhidas em listas a serem distribuídas, juntamente com a arrecadação de “meios pecuniários para sustentar-se a grande luta”.⁴⁶⁹ A comissão foi composta por Oliva Maia, Antonio Luiz Sayão e Ernesto Silva. A segunda ação dar-se-ia pela imprensa, para o qual foi sugerido o nome de Dias da Cruz, que recomendava, com aceitação, a formação de uma única comissão incumbida de todo o trabalho, dando ainda ao presidente, Adolfo Bezerra de Menezes, o poder para fazer o que melhor lhe parecesse visando rebater a agressão sofrida pelos espíritas.

Na edição seguinte do Reformador, a continuação do editorial *Ao Sr. Ministro da Justiça*, expunha os possíveis atingidos pela lei em função da razão que os levaram à doutrina. Desta forma, aqueles que aderiram ao espiritismo devido ao seu aspecto religioso viram-se perseguidos por uma lei que pecava por “exceção de incompetência”⁴⁷⁰ uma vez que legislava de encontro à própria constituição que tornou legal a liberdade religiosa. Além disso, abrir mão desses seguidores seria dispensar alguns dos melhores colaboradores no soerguimento moral da nação, uma vez que, “as práticas espíricas dos que o encaram como religião, consistem em levar o consolo, o ensino, o amor, àqueles que necessitam.”⁴⁷¹ Não podi pois, dizia o artigo, serem essas as pessoas que pretendeu ferir o artigo 158 do novo código.

Já àqueles que se aproximaram da doutrina pelo seu aspecto científico nada mais faziam do que empregar experiências do mesmo gênero que as realizadas nos laboratórios oficiais. E foram com essas experiências e a metodologia científica que:

(...) conhecendo o modo único de agir quer dos espíritos livres das prisões da carne quer dos a ela ainda atreitos, conseguiram esclarecer muitos fenômenos do domínio da patologia. Assim é que está hoje patente aos investigadores o que a velha terminologia médica chamava, sem explicar, - influência do moral sobre o físico; assim é que as célebres moléstias *sine matéria*, conhecidas tão pouco em seus processos patogenéticos, e que a ciência alheia ao espiritismo julga presunçosamente poder ir restringindo com o alargamento das investigações microscópicas, são explicáveis à luz das práticas científicas do espiritismo; assim é que inúmeros mistérios da

⁴⁶⁹ BN – Hemeroteca Digital. Reformador, edição nº 191, de 1 de novembro de 1890.

⁴⁷⁰ O termo “exceção de incompetência” é hoje empregado em várias esferas do âmbito jurídico e define, de forma geral, a incompetência (do juízo, do lugar, do foro, etc) para julgar determinado procedimento. Na ocasião, o termo foi empregado para denunciar artigo que contrariava a constituição, juridicamente tida como lei maior, uma vez que esta declarava a liberdade religiosa enquanto o artigo do código penal a condenava. Sobre o termo “exceção de incompetência” ver: ROSA, Angelito A. Aiquel Borges da. Comentários ao código do processo penal. Curitiba/PR: Editora Revista dos Tribunais, p. 206.

⁴⁷¹ BN – Hemeroteca Digital. Reformador, edição nº 192, de 15 de novembro de 1890.

psiquiatria são hoje segredos desvendados; assim é que os fenômenos de sugestão e de leitura do pensamento, que agora é que vão penetrando no mundo oficial científico, estão desde muito no domínio das pesquisas espíricas; assim é que os fatos estupendos do sonambulismo e do sonho tem encontrado a sua explicação racional; assim é que as leis da polaridade humana, descobertas pelas práticas espíricas dos Srs. Darville e Chazarin, de Paris, são de molde a dar a explicação quer da simetria das moléstias, quer de certas localizações mórbidas...⁴⁷²

Teria então, perguntava mais uma vez o artigo, pretendido atingir os que cultivavam o espiritismo mais pelas deduções sociológicas? Ora! As doutrinas sociais que o espiritismo abraçava privilegiavam a fraternidade, os direitos iguais, era contrária à privilégios de nascimento, entendia que o trabalho era o meio de progredir, era lei única à que estavam sujeitos os espíritos para evolverem aos pontos culminantes, não fazendo, entretanto, distinção entre trabalho nobre ou humilde.

Convictos de que a lei não pretendia atingir a nenhum desses crentes, punindo-os com prisão celular, o texto pedia a revisão do artigo 158, ou “a definição do novo crime, a que não faz referência nem o velho Código Brasileiro, nem o de nenhum país civilizado.”⁴⁷³ Além disso, o fato dos artigos que ofendiam o espiritismo estarem alocados no capítulo dos *Crimes contra a Saúde Pública* sugeriria que o “ilustre jurisconsulto” pretendesse soffrear a vivacidade com que a população de todo o Rio de Janeiro, sem distinção de classes, acorria em desespero de causa aos médiuns receitistas por “apresentarem as mais brilhantes estatísticas médicas que o mundo inteiro tem visto”.⁴⁷⁴

A surpresa apresentada pelos adeptos do espiritismo diante da nova legislação imposta pela República não foi particular a esses seguidores. Se Aristides Lobo⁴⁷⁵, ao comentar a ausência do povo na implantação da República os considerava “bestializados”, ou Louis Couty, devido a essa ausência, concluía que o “o Brasil não tem povo”⁴⁷⁶, pode-se considerar, sem perigo de exageros, que a República não foi ação promovida pelas massas, mas, de grupos que detinham algum poder, e interesse, para fazê-la. Desta forma, todos os demais agrupamentos que não estivessem ligados aqueles, foram pegos de surpresa. Os espíricas estavam nessa situação.

⁴⁷² Ibidem.

⁴⁷³ Ibidem.

⁴⁷⁴ Ibidem.

⁴⁷⁵ Carta de Aristides Lobo ao Diário Popular de São Paulo, em 18/11/1889. Citado por CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 9.

⁴⁷⁶ Ver Louis Couty, L'Esclavage au Brésil (Paris, Librairie de Guillaumin et Cie. Editeurs, 1881, p. 87). Citado por CARVALHO, José Murilo de. Op. cit., p. 10.

Após a proclamação, verdadeira enxurrada de dispositivos, alguns enclausurados em demandas reprimidas por muitos anos, como o foi o caso da liberdade religiosa e do casamento civil, ganharam liberdade. Estavam, no entanto, amparadas por concepções antes da proclamação e que continuaram a tremular tanto no ideário do novo regime de governo, quanto em vários grupos que, mesmo não participando diretamente da inversão governamental, alimentavam a ideia de que a ciência poderia, e deveria, regular os rumos da nação em todas as suas esferas, como defendiam médicos e juristas. Seria esta a motivação de Baptista Pereira para incriminar a prática espírita? Talvez não fosse a única, mas estava presente, juntamente com diversos outros dispositivos que afastaram do âmbito legal as práticas que contrariavam a ciência ou iam de encontro às práticas julgadas civilizadas ou ainda que, de alguma forma, suspeitassem o engano, a desonestidade, o estelionato, sobretudo quando praticadas pelas camadas mais pobres, ainda que amparadas no costume ou na religião.

Nesse sentido, é preciso considerar os dispositivos que incriminaram o espiritismo dentro de duas perspectivas: ao constar no título “Dos crimes contra a tranquilidade pública”, o espiritismo, identificado pelas suas práticas de cura, “é um crime de consequências públicas, como são as falsificações de documentos, os incêndios provocados e os atentados envolvendo os meios de transporte e de comunicações, a alteração de medicamentos e a falsificação de comestíveis.”⁴⁷⁷ Sua letalidade não está tanto no crime, fato consumado, mas, na sua virtualidade, na sua possibilidade de causar dano. Por outro lado, ao ser enquadrado nos “Crimes contra a saúde pública”, o espiritismo não faria parte do conjunto de saberes e práticas tidas como legítimos do ponto de vista jurídico. O artigo 156, ao condenar aqueles que exerceriam a medicina, a farmácia, a homeopatia, a dosimetria, o hipnotismo ou mesmo o magnetismo animal sem ‘estar habilitado’, legitimava os saberes amparados juridicamente para curar, “sendo que os outros dois artigos se referem a sistemas e práticas inválidos, seja porque envolvem saberes ilegítimos (art. 157), seja porque simplesmente são protagonizados por indivíduos sem habilitação (art. 158).”⁴⁷⁸

É necessário ainda enxergar o Código Penal de 1890, promulgado antes mesmo da Constituição de 1891, como instrumento de regulamentação social com visível “preocupação em penalizar condutas desviantes socialmente, como a vadiagem, a mendicância, a

⁴⁷⁷ GIUMBELLI, Emerson. O cuidado dos mortos: uma história de condenação e legitimação do espiritismo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997, p. 81.

⁴⁷⁸ *Ibidem*, p. 82.

embriaguez, em nome da aplicação de uma moderna Ciência do Direito Penal.”⁴⁷⁹ Esta postura, por sua vez, amparou-se em perspectiva que afastava-se da Escola Clássica em que sustentou-se o Código Criminal de 1830, com seu princípio de livre arbítrio onde o crime era considerado como a “infração da lei do Estado, um ilícito penal, uma conduta humana que fere a lei criada para tutelar os cidadãos, caracterizando um ato politicamente danoso.”⁴⁸⁰ No novo código, ganharam força as ideias da Escola Positiva, que pregava a supremacia da investigação experimental em oposição à indagação racional, impondo a ideia de um determinismo biológico e social. “A Escola Positiva negava terminantemente o livre arbítrio e buscava o fundamento da pena na defesa social (...) A finalidade da pena era, portanto, a **prevenção de novos crimes.**”⁴⁸¹ Ainda assim, não foram apenas os espíritas que protestavam contra o novo código. O senador Paulo Egídio, por exemplo, questionava: “É uma obra clássica? É uma obra neo-clássica? É uma obra positiva? É uma obra metafísica? É uma obra inspirada no lombrosismo, no garofalismo, no ferrismo? Ele não tem sistema (...).”⁴⁸²

Comparado ao Código Criminal do Império, o Código Penal da República em termos de estrutura normativa e coerência teórica ficou longe do seu antecessor e foi tido como um dos piores diplomas legais editados. Nesse juízo de comparação entre os dois códigos, comenta Plínio Barreto em favor do diploma imperial como um instrumento normativo de grande capacidade legislativa nacional, superior pela precisão e justeza da linguagem, constituindo para a época título de orgulho, ao passo que o Código Penal de 1890, “coloca o legislador republicano em posição vexatória, tal a soma de erros absurdos que encerra, entremeados de disposições adiantadas, cujo alcance não soube ou não pode medir”.⁴⁸³

De qualquer forma, a resposta do jurista Dr. Baptista Pereira aos protestos que recebeu dos espíritas veio em edição do *Jornal do Comércio* com o título “O Novo Código e o Espiritismo”. Nele, o autor do código declarava que nas pesquisas dirigidas por homens de notável ciência e de ilibada moral profissional o espiritismo não passava de superstição, além disso, processos judiciais no Brasil e em vários países tem demonstrado que “os fervorosos

⁴⁷⁹ DONADELLI, Paulo Henrique Miotto. Cultura Política Republicana e o Código Penal de 1890. *História e Cultura*, Franca/SP, v.3, n.3 (Especial), p. 360-375, dez. 2014, p. 371.

⁴⁸⁰ *Ibidem*, p. 368.

⁴⁸¹ *Ibidem*, grifo nosso.

⁴⁸² ALVAREZ, Marcos César, SALLA, Fernando, SOUZA, Luiz Antonio F. A sociedade e a lei: o código penal de 1890 e as novas tendências penais da primeira república. *Revista Justiça & História*, Porto Alegre/RS, v. 3, n.6, 2009, p. 6.

⁴⁸³ DONADELLI, Paulo Henrique Miotto. *Op. cit.*, p. 371.

crentes do espiritismo são vítimas infelizes às quais se expolia o dinheiro e o juízo”⁴⁸⁴, como poderia então a “seita” falar em nome da moral da ciência e da religião? Sendo assim, concluía Baptista, era “dessa forma que o espiritismo entrava no código penal, como indústria que atacava a bolsa e comprometia a saúde.”⁴⁸⁵

Diante do pronunciamento de Baptista Pereira e atendendo ao que fora decidido na reunião do Centro Espírita do Brasil, uma comissão formada por Adolfo, Oliva Maia, Sayão, Dias da Cruz e Ernesto Silva entregou ao chefe de governo uma representação contra os artigos do código considerados ofensivos ao espiritismo. Além disso, foi também distribuído aos parlamentares do Congresso e à imprensa um folheto de 25 páginas esclarecendo o que era a doutrina espírita. Por último, visando demonstrar talvez a importância da doutrina para a população, o *Reformador*⁴⁸⁶ solicitava aos espíritas que se identificassem como tal nas folhas de recenseamento que começavam a ser distribuídas.

No decorrer dos meses de janeiro e fevereiro de 1891 a *FEB*, através das páginas do *Reformador*, continuou a rebater os argumentos utilizados por Baptista Pereira para a inclusão do espiritismo como prática criminosa. Da mesma forma, o autor do código escrevia no *Jornal do Comércio* esclarecendo que o que estava no código não era, apesar de não concordar, a prática religiosa, mas, o que intitulava de ‘baixo espiritismo’.⁴⁸⁷

O período, porém, foi circundado por características que provocaram o afastamento de vários adeptos da doutrina cercados e perseguidos por uma polícia que não entendia o Código Penal da forma como divulgara seu relator. Além disso, o clima geral que vivia a cidade, visitada frequentemente por greves, manifestações, tentativas de golpe e Estados de Sítio, pouco favorecia as reuniões e aglomerações públicas. Não bastasse tantas condições desfavoráveis à doutrina espírita, particularmente em relação às suas atividades de cura, destacava-se ainda a reformulação do aparato de vigilância e controle sanitário que tinha como um de seus alvos os que praticavam atos de cura fora dos domínios da medicina oficial.

Alguns historiadores da doutrina pintam um quadro impressionante para o período. Para ABREU, por exemplo:

⁴⁸⁴ BN – Hemeroteca Digital. *Reformador*, edição nº 195, de 1/1/1891.

⁴⁸⁵ *Ibidem*.

⁴⁸⁶ *Ibidem*.

⁴⁸⁷ GIUMBELLI, Emerson. O baixo espiritismo e a historia dos cultos mediúnicos. *Horizonte Antropológico*, v.9. n.19, Porto Alegre, 274-281, jul. 2003, p. 274. A expressão utilizada por Baptista Pereira só consagrou-se a partir da década de 1930, tanto em textos antropológicos e sociológicos, como, sobretudo pela repressão, condenação e classificação das práticas espíritas por aparatos policiais e judiciários. De fato, ao utilizar a plataforma de pesquisa da Hemeroteca Digital não encontramos a expressão em nenhum dos periódicos ali arquivados antes de 1925, quando é aplicado nas páginas de “A Manhã” para referir-se a um *Pai de Santo* identificado como José Turiano da Silva e acusado de agredir a um “pobre rapaz”, chamado Jacob Lemos. Cf. A Manhã, ed. 116, de 13 de maio de 1926. BN _ Hemroteca Digital.

a arbitrariedade policial sob um regime de sítio, sob um silêncio impressionante, sob um pavor geral corria os morros, invadia as reuniões, penetrava casas de família, a buscar conspiradores. O pânico estabeleceu-se nas hostes espíricas. Os “científicos”, que se reuniam mais pelo espetáculo, fecharam as tendas. Os místicos continuaram a trabalhar, mas escondidos como os primeiros cristãos. O Reformador aparecia com atraso, sem ousar ataques e teve que interromper, pela primeira vez, a publicação, em fins de 1891.

(...) O ano de 1892 entrou assim. A própria **Federação**, que ora pendia para o kardecismo, ora para Espiritismo Científico, resolveu definir-se por esse último. A **Fraternidade** não se reuniu mais por falta de número. A **Acadêmica** se resumia em alguns caixões guardados num armazém. Não se falava mais do Centro. A **União** era apenas um título.⁴⁸⁸

Mesmo em se considerando que a legislação penal impusesse aos praticantes do espiritismo a alcunha de criminosos em função de suas práticas de cura, não seria correto atribuir o quadro pintado acima unicamente a essa questão. Antes da proclamação, sobretudo entre as décadas de 1870 e 1890, houve aumento considerável da população do Rio de Janeiro, passando de 266 mil, em 1872, para 522 mil, em 1890. Este salto deveu-se basicamente a dois fatores: “A abolição lançou o restante de mão de obra escrava no mercado de trabalho livre (...) provocou um êxodo para a cidade proveniente da região cafeeira do estado do Rio, e um aumento da imigração estrangeira, especialmente de portugueses”.⁴⁸⁹ Este aumento populacional veio acompanhado de substancial desequilíbrio entre os sexos, havia mais homens que mulheres, refletindo-se nos baixos índices de nupcialidade e no acúmulo de pessoas em ocupações mal remuneradas ou sem ocupação fixa. “Domésticos, jornaleiros, trabalhadores em ocupações mal definidas chegavam a mais de 100 mil pessoas em 1890 (...) e viviam nas tênues fronteiras entre a legalidade e a ilegalidade, às vezes participando simultaneamente das duas.”⁴⁹⁰ Junte-se a isso, a percepção de classe pobre como classe perigosa, incluindo os capoeiras, incorporados literalmente ao código penal em seu Capítulo XIII, artigos 399 a 404, juntamente com os vadios, e teremos já uma noção de como o aparato jurídico judicial foi posto em ação contra as classes menos favorecidas.

Juntamente com o crescimento populacional diminuiu a quantidade de habitações assim como a qualidade das mesmas, o que aliado aos recorrentes problemas de

⁴⁸⁸ ABREU, Canuto. Op. Cit. p.52 e 53.

⁴⁸⁹ CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 16.

⁴⁹⁰ Ibidem, p. 17.

abastecimento de água, serviços de saneamento e de higiene só tornaram mais graves os diversos surtos epidêmicos que proliferaram na cidade a partir da década de 1890. “O ano de 1891 foi particularmente trágico, pois nele coincidiram epidemias de varíola e febre amarela, que vieram juntar-se às tradicionais matadoras, a malária e a tuberculose. Nesse ano, a taxa de mortalidade atingiu seu mais alto nível, matando 52 pessoas em cada mil habitantes.”⁴⁹¹

Situação no mínimo curiosa, apesar de totalmente contraditória. Enquanto de um lado, a Sociedade União dos Proprietários e Arrendatários de Prédios, salientava, em 1892, a absoluta falta de casas, especialmente para os pobres, insistindo junto à Inspetoria de Higiene que fosse mais cautelosa ao mandar fechar habitações, o prefeito Barata Ribeiro⁴⁹² no afã de destruir os cortiços, considerados “valhacouto de desordeiros”⁴⁹³, instituiu na cidade verdadeira operação de limpeza, procedimento cujo ponto alto foi a demolição do cortiço Cabeça de Porco, local que chegou a abrigar cerca de 4 mil pessoas e que, na noite de 26 de janeiro de 1893, possuía cerca de 400 moradores.

O momento era de apreensão aos praticantes da doutrina, mas alguns enxergaram no episódio a oportunidade para conclamarem a tão sonhada união de todos os espíritas do Brasil. Um deles, Elias da Silva, no editorial do Reformador de 2 de janeiro enunciou todas as conquistas alcançadas pela FEB e pelo seu órgão oficial de imprensa incluindo, publicação ininterrupta, permuta de publicações com grande número de periódicos da imprensa espírita de várias partes do mundo, realização de conferências públicas, acolhimento, em sua sede, de vários grupos espíritas, incluído a Assistência aos Necessitados, relação cooperativa que mantinha com várias entidades estrangeiras, e, por tudo isso, convidava a todos os grupos a unirem-se em torno da federação. O apelo deu algum resultado e, a partir de 4 de janeiro, várias entidades, entre elas a mais antiga em atividade no Rio de Janeiro, a Sociedade Espírita Fraternidade, uniram-se à FEB, trazendo consigo outros grupos, entre eles, “São Francisco de Paula”, “Santo Antonio de Pádua”, “São Manoel”, “Anjos da Guarda”, “São Sebastião”, “Filhos de Maria”, “São Roque”.⁴⁹⁴

Com a retomada das conferências públicas decidida pela nova diretoria⁴⁹⁵, Adolfo, tradutor da primeira versão para o português das *Obras Póstumas*⁴⁹⁶, de Allan Kardec, na 2º

⁴⁹¹ Ibidem, p. 19.

⁴⁹² Cândido Barata Ribeiro foi prefeito do Rio de Janeiro entre 17 de dezembro de 1892 e 26 de maio de 1893, embora desde dezembro de 1891 já atuasse como administrador da cidade na condição de presidente do Conselho de Intendentes Municipais.

⁴⁹³ CHALHOUB, Sidney. Op. cit., p. 16.

⁴⁹⁴ ABREU, Canuto. Op. Cit. p. 52.

⁴⁹⁵ Dias da Cruz, presidente; Adolfo, vice; Fernandes Figueira, 1º secretário; Ernesto Silva, 2º secretário; Alfredo Pereira, tesoureiro; Xavier Pinheiro, arquivista. Reformador, ed. 196, de 15/01/1891. BN – Hemeroteca Digital.

reunião realizada em 20 de fevereiro, chamava a atenção dos espíritas para pontos importantes de suas práticas. Para ele, o fato de nas reuniões do Centro Espírita do Brasil não ocorrerem “manifestações tidas como pasto para a curiosidade” teria sido o maior motivo para o abandono de seus delegados, e conseqüente fim da entidade. Realçando a necessidade de união entre os espíritas, sentia-se pouco à vontade no tema, pois até aquele momento não conseguira por em prática uma única ação nesse sentido, apesar das diversas tentativas. Preocupação maior, para ele, era a diversidade de formas com que as casas trabalhavam e a ignorância de muitos em relação à doutrina. Entre nós, rebatia ele, “são poucos os que conhecem a doutrina do mestre, esta é a verdade: há espíritas por conversas, espíritas que nunca leram *O Livro dos Espíritos!*”⁴⁹⁷ O espiritismo, continuava, tem produzido muitos casos de loucura, mas isto, provocado exclusivamente pela ignorância da doutrina. Era necessário, portanto, que se unissem e uniformizassem os trabalhos.

Enquanto todas essas questões possam ter contribuído para o afastamento de pessoas simpáticas ou participantes da doutrina, houve outros elementos que colaboraram para aproximação de outras tantas pessoas. Nesse conjunto há que se destacar a faceta religiosa, as ações de cura e caridade empreendidas pelo espiritismo no Rio de Janeiro. E isso provocado por circunstâncias médicas, de saúde pública e necessidade geral de uma população carente e pouco assistida pelas entidades públicas, enquanto a perseguição aos curandeiros e espíritas, levou ao medo

Independente do Código Penal e das condições que tornavam desfavorável a prática do espiritismo no Rio de Janeiro pós 1890, é necessário identifica-las e discutir quais foram essas condições além daquelas que permitiram a sua sobrevivência. Ora, se o Código Penal afetava a doutrina essencialmente nas práticas de cura e um relatório produzido meses antes de sua promulgação indicava que praticamente não existiam casas voltadas para essas práticas, de que forma o Código pode ter afetado seus praticantes? Seria este o real fator que levou ao arrefecimento do movimento?

De fato. Um ano antes da divulgação do novo Código Penal um levantamento efetuado por Dias da Cruz, Maia Lacerda, João Kahl e Lima e Cirne, a pedido do Centro Espírita do Brasil classificava as Casas Espíritas existentes no Rio de Janeiro em cinco categorias. O primeiro grupo seria formado pelas casas dedicadas ao ‘estudo e propaganda teórica’, o segundo, ao ‘estudo e propaganda experimental’, o terceiro, às ‘curas de

⁴⁹⁶ BN – Hemeroteca Digital. A primeira parte da obra começou a ser vendida na forma de fascículos a partir do mês de janeiro na sede da FEB. Reformador, ed. n° 196, de 15/1/1891.

⁴⁹⁷ BN – Hemeroteca Digital. Reformador, ed. n° A00199, de 1/3/1891.

obsessões’, o quarto, ‘ao estudo e aplicações de leis morais’, e o último, ‘ao estudo e cultivo das mediunidades’. O levantamento tinha como objetivo a criação de uma escola de médiuns, visando, sobretudo, atender ao objetivo de uniformizar os trabalhos medianímicos realizados nas casas, além de aprimorar a formação teórica dos médiuns.⁴⁹⁸

O parecer final não contou com a aprovação de Maia Lacerda, para o qual “a qualidade medianímica dos indivíduos variando ao infinito (...) pretender classifica-la ou defini-la seria uma utopia”.⁴⁹⁹ No entanto, concordava que os trabalhos realizados pelos médiuns nas Casas Espíritas não deveria ser permitido àqueles que não tivessem conhecimento das obras básicas, sobretudo *O Livro dos Espíritos* e *O Livro dos Médiuns*, além disso, defendia como princípio absoluto que em nenhuma casa devesse ocorrer atendimento a quem possuísse “enfermidade orgânica deprimente ou tendência para loucura”⁵⁰⁰, ou ainda, que se permitisse a participação de crianças ou menores nas experiências realizadas nos grupos.

Não se sabe se tal levantamento foi efetuado a partir de visitas às Casas Espíritas ou se os dados foram fornecidos pelas próprias casas, mas, apesar do relatório apontar para a impossibilidade de criação da escola de médiuns, uma vez que os mais experientes não se submeteriam a *ensaios* medianímicos e os mais novos não encontrariam ali “o atrativo tão apetecido das manifestações ostentosas”, o documento nos serve tanto para compreender o trabalho que se realizava nas casas antes do advento do Código Penal, quanto nos apresenta também alguma base de comparação com as atividades nas casas após 1890.

Do ponto de vista deste trabalho, o que nos chama a atenção é a inexistência de casas que se dedicassem no todo ou em parte a trabalhos de cura que não envolvesse somente os males psiquiátricos. Essa inexistência nos leva a algumas reflexões tanto no que diz respeito aos locais em que ocorriam quanto ao tipo de médium que as realizava. Além disso, é possível se pensar em algum tipo de relação entre a maior influência daqueles que enxergavam o espiritismo do ponto de vista exclusivamente das manifestações que do seu uso para fins caritativos, incluindo a assistência médica.

Ao observarmos a descrição das atividades realizadas em cada grupo, verificamos que havia maior preocupação na divulgação da doutrina ou na realização de experimentos e atividades de manifestação de espíritos que de intervenções diretas sobre o corpo ou atividades de cura. Nas casas do primeiro grupo, as atividades voltavam-se para “a publicação

⁴⁹⁸ BN – Hemeroteca Digital. Reformador, ed. n° 167, de 1/11/1889.

⁴⁹⁹ Ibidem.

⁵⁰⁰ Ibidem.

de livros e jornais doutrinários, conferências, estudos de temas, leitura de obras, jornais e todas as obras que se relacionassem com a *filosofia* espírita.⁵⁰¹ No segundo grupo, de acordo com o relatório, em que estariam a maior parte dos grupos do Rio de Janeiro, ocorreriam manifestações espontâneas ou por evocações.⁵⁰² O quarto grupo, isto é, àqueles dedicados ao estudo e aplicações de leis morais, compreendiam os grupos que recebiam instruções do mundo espiritual e que se dedicavam ao estudo do Evangelho. Já no quinto grupo estavam aqueles que se dedicavam ao desenvolvimento das mediunidades de efeitos físicos, como as de transporte e de materializações, além das mediunidades de efeitos inteligentes.⁵⁰³

Restava então o terceiro grupo, ou seja, aqueles que se dedicavam exclusivamente à cura de obsessões. O relatório apontava-os como de “maior importância, exigindo de seus membros maiores cuidados, maior dedicação e até mesmo trabalhos de natureza diferente.”⁵⁰⁴ Cuidados especiais, segundo os relatores, deveriam ser tomados tanto em relação ao obsidiado quanto em relação ao obsessor (espírito). Com relação aos primeiros, antes de tudo, deveria ser verificado se o doente não apresentaria alguma moléstia orgânica causadora do estado em que se encontrasse. Em caso negativo, o trabalho de moralização do doente e de aplicação de passes magnéticos deveria promover modificações salutaras no perispírito. Além disso, outras recomendações eram dadas quanto ao funcionamento da casa e realização das sessões de cura, incluindo, reduzido número de participantes, vedar o acesso de pessoas estranhas ou interessadas em curas, vedar a presença do obsidiado, nunca anunciar à família do doente a cura somente pelos trabalhos do grupo, e, trabalhar para que entre os trabalhadores do grupo reine “uma recíproca confiança, abnegação em extremo, fervor ao bem sem limites, homogeneidade de ações em par.”⁵⁰⁵

Embora a descrição desses grupos se restringisse aos tratamentos de obsessões, portanto excluídas doenças não psiquiátricas, podemos verificar algumas semelhanças entre as práticas dessas casas e de alguns médiuns. Uma delas era que não se fazia necessário a presença do doente para que se realizasse o diagnóstico. Lembremos, por exemplo, a forma como Adolfo efetuou as primeiras consultas dele e da esposa junto ao médium João Gonçalves Nascimento. Por outro lado, enquanto o tratamento dos obsidiados e de seus obsessores realizava-se pela doutrinação moral de ambos, com o concurso dos passes

⁵⁰¹ Ibidem.

⁵⁰² O termo evocações aparece frequentemente na literatura espírita e se refere à convocação pelo médium de um espírito específico. Ver

⁵⁰³ As mediunidades de efeitos físicos são classificadas e definidas em O Livro dos Médiuns,

⁵⁰⁴ BN – Hemeroteca Digital. Reformador, ed. n.º 167, de 1/11/1889.

⁵⁰⁵ Ibidem.

magnéticos, a historiografia dos médiuns que atuavam em curas orgânicas era unânime em apontar o uso de algum meio material condutor da cura, frequentemente remédios de perfil homeopático indicados pelo médium, o que resultou em classifica-los como “médiuns receitistas”.

De qualquer forma, o relatório nos leva a algumas considerações importantes. A primeira de todas, óbvia pelo próprio conteúdo do documento, era a ausência de Casas Espíritas dedicadas exclusivamente às atividades de cura. Mesmo casas onde houvesse alguma relevância dessas atividades não apareceram no documento. Isso nos sugere que naquele momento, final da década de 1880, essas atividades ocorriam por poucos médiuns alocados em algumas dessas casas, ou o atendimento desses médiuns se dava fora das Casas Espíritas.

Estas afirmações, quando comparada a outros levantamentos⁵⁰⁶, nos leva a suspeitar de certo posicionamento voltado mais para justificar a ascensão dos científicos que para explicar o arrefecimento do movimento, não nos esquecendo de que Canuto Abreu era essencialmente um biógrafo de Adolfo e partidário do espiritismo religioso. Desta forma, podemos verificar que no período de 1891 a 1895 ocorreram apenas oito processos crime de elementos incursos nos artigos 156, 157 e 158. Ainda assim, há apenas três casos de aprisionados que guardavam alguma relação com casas espíritas. O primeiro envolveu o aprisionamento de quatro portugueses, sendo um ourives, dois comerciantes e um pintor, além de uma mulher, que exercia a mediunidade no grupo. O processo iniciou-se em maio de 1894 e foi concluído em setembro do mesmo ano. Os acusados, membros de uma “Associação Cristã com estatuto e que realizava rezas em favor dos que sofriam; tratamento pelo espiritismo e utilizavam água como medicamento”⁵⁰⁷, foram incursos no artigo 157 pela prática de cura pelo espiritismo. Afiançados e defendidos por advogado, foram absolvidos ao final do processo. O segundo caso, cujo processo foi iniciado também em maio de 1894, envolveu a prisão de quatro membros de uma casa espírita, incursos no artigo 157 por praticarem cura por meio de orações e da fé, também utilizando água da bica. O terceiro, envolveu a prisão de duas pessoas, um homem identificado como vendedor ambulante e uma mulher, tida como empregada doméstica, ambos portugueses, incursos também no artigo 157 por praticarem curas através do espiritismo. Nas diligências levadas adiante pelos policiais da

⁵⁰⁶ GIUMBELLI, Emerson. Op. Cit. p. 285 a 291, onde são elencados e descritos os processos judiciais e aprisionamentos ocorridos no período de 1891 a 1895.

⁵⁰⁷ GIUMBELLI, Emerson. Op. Cit. p. 290.

2ª DP, encontrou-se mais de cem pessoas aguardando atendimento. Também estes resultaram em absolvição, sendo afiançados e assistidos por advogado.

Além das razões pessoais, algumas outras relacionadas com o momento pelo qual passava o espiritismo, podem ser apontadas para seu afastamento. Uma delas é o surgimento da metapsíquica e a influência que provocou junto ao movimento.

Quanto a Adolfo, é possível que os fatos ocorridos em sua vida pessoal tenham contribuído para certo ostracismo a que se submeteu nesses primeiros anos da década de 1890. Num espaço de três anos perdera duas filhas, Cristiana Bezerra de Menezes, com nove anos, morta em abril de 1889, e Carolina Bezerra de Menezes, com vinte e um anos, falecida em fevereiro de 1892. Além disso, já não se encontrava mais seu nome relacionado a atividades empresariais ou mesmo de atendimento médico nos periódicos do Rio de Janeiro. Mesmo seu envolvimento com o movimento espírita restringiu-se aos artigos que escrevia em *O Paiz* e no *Reformador*, além do romance “Lázaro, o Leproso”, publicado em forma de folhetim neste último. Frequentava a Casa Espírita Ismael, mas era pouco visto em público.⁵⁰⁸

3.3 A cura do céu e o médico dos pobres.

A eleição de Adolfo para a presidência da Federação Espírita Brasileira, em 1895, foi cercada de situações que a colocam como algo “prescrito” e conduzido pela espiritualidade. A entidade, reconhecida por muitos como a representante dos espíritas no Brasil, além dos receios por conta da edição do Código Penal de 1890, cambaleava ainda em função do afastamento de muitos seguidores e o desentendimento entre os que restaram. Desta forma, segundo a historiografia espírita, fazia-se necessário um nome capaz de unir os diversos grupos e fazer da entidade a real representante e dirigente dos adeptos da doutrina. Ainda segundo esta historiografia, outro nome não poderia ser que o de Adolfo Bezerra de Menezes. Os argumentos eram simples: homem profundamente religioso com um passado de atuação política marcada pela conciliação, respeitado por adeptos e não seguidores da doutrina, e que vinha nos últimos anos atuando na assistência gratuita aos necessitados, dando exemplos de prática da caridade, abnegação e conduta compatível com as prerrogativas do espiritismo.

Ao longo dos meses de junho e julho de 1895, a situação da FEB havia chegado ao limiar de sua extinção. O presidente Júlio Cesar Leal renunciou à presidência e migrou

⁵⁰⁸ ABREU, Canuto. Op. Cit. p. 53.

para o Centro. Dias da Cruz, que não compatibilizava com a Assistência aos Necessitados, não aceitou assumir a presidência, de modo que, dos veteranos, sobrou apenas Alfredo Pereira na diretoria. Este, sabedor da difícil situação que a entidade atravessava, juntamente com Fernandes Filgueira, Elias da Silva e Dias da Cruz, convidou Adolfo para assumir a presidência, apontando-o como o nome capaz de retirar a Federação da situação em que se encontrava, prometendo-lhe poderes discricionários, além de comprometerem-se a não assumir quaisquer cargos na diretoria. Adolfo, por sua vez, convencido de que seria impossível abrigar na mesma entidade ‘científicos’ e ‘místicos’, resistia ao convite, mas aceitou pronunciar-se após consultar seu ‘guia espiritual’.

De acordo com o relato de Canuto de Abreu, recolhido de diálogos com Pedro Richard, Adolfo no mesmo dia do encontro com a comissão e durante reunião à noite no Grupo Ismael, encontro que teve como tema a ‘parábola da vinha e dos trabalhadores da última hora’, revelou a emoção que o dominava naquele instante declarando o convite para que assumisse a presidência da FEB. Suas palavras deixam bastante claras a situação em que se encontrava a entidade:

Como vocês sabem, aquela velha sociedade está sem presidente e desorientada. Em vez de trabalhos metódicos sobre o Espiritismo ou sobre o Evangelho, vive a discutir teses bizantinas e a alimentar o espírito de hegemonia. São poucos os seus sócios e pouquíssimos os assinantes do Reformador. Por maiores que hajam sido os esforços de alguns nada se tem conseguido no terreno duma harmonia de vistas.⁵⁰⁹

Diante dos obstáculos conhecidos e após a intervenção de Bittencourt Sampaio, segundo a qual o trabalhador da vinha é sempre amparado, sem contar o serviço de Assistência aos Necessitados atuante na Federação, Adolfo acrescentou que a Assistência estaria adotando exclusivamente a homeopatia no tratamento aos enfermos, terapêutica que adotava em seu tratamento pessoal, no da família e recomendava aos conhecidos, mas ele mesmo não era homeopata, o que lhe colocava em sérias dificuldades, tornando-o um médico deslocado que não cria na medicina oficial e aconselhava a dos Espíritos, o que não lhe dava mais o direito de exercer a profissão. Perguntado por Bittencourt Sampaio por que não se tornava médico homeopata, respondeu: “Não entendo patavina de Homeopatia. Uso a dos Espíritos e não a dos médicos.”⁵¹⁰ Foi nesse instante que o médium Frederico Junior, incorporando o espírito Agostinho, dá um aparte, declarando que se assim o era, seria ainda

⁵⁰⁹ ABREU, Canuto. Op. Cit. p, 68.

⁵¹⁰ Ibidem, p. 69.

mais fácil dar-lhe assistência nos tratamentos, mas que deveria estudar a homeopatia e usar do seu saber humano para auxiliar aos necessitados. Esta abordagem feita pelo espírito e que coloca a aproximação entre espiritismo e homeopatia quase como obrigatória, só ratifica que “os médicos homeopatas seriam os profissionais mais adeptos do espiritismo, porque o próprio princípio da medicação homeopática em doses infinitesimais conduziria ao espiritualismo.”⁵¹¹

O diálogo, independente de qualquer interpretação, trás algumas informações importantes sobre a forma como ocorria naquele período o atendimento médico dentro da FEB, a maneira como era utilizada a homeopatia e sugeria o rumo que a entidade adotou após 1895, com a presidência de Adolfo. Inicialmente é preciso compreender que a afirmação de Adolfo, segundo a qual seria impossível conciliar na mesma organização os científicos e os místicos, revelava a orientação doutrinária e prática que seria dada à Federação a partir de então. Sendo Adolfo adepto da concepção religiosa da doutrina e assumindo a presidência da entidade com poderes discricionários, não é difícil imaginar que desde o início de sua nova gestão, esta seria a orientação que a Federação assumiria. Além disso, mais uma vez, a vitória da orientação religiosa era apontada como fruto da indicação fornecida pelos espíritos e consumada na pessoa de Adolfo Bezerra de Menezes, o que lhe dava apoio dos encarnados e respaldo da espiritualidade.

Mas, se a consolidação de um espiritismo religioso se fazia necessária era preciso, antes de tudo, que os espiritas estivessem unidos, o que começaria pela consagração de uma entidade capaz de sustentar essa união. Para tanto, os editoriais do Reformador iniciaram, já em agosto de 1895, uma série de artigos chamando a atenção para a necessidade de união, evidenciando a vanguarda, o pioneirismo e o reconhecimento internacional da Federação além do apoio fornecido pelo seu periódico, o Reformador.

Na série de artigos “O Espiritismo no Brasil”, Adolfo primeiro expunha a forma como o espiritismo vinha se espalhando pelo Brasil, com uma propaganda realizada sem ordem e sem sistema. Nos Estados, escreveu, “há grupos dispersos, que trabalham isoladamente, guardando para si o melhor das observações que fazem (...) na Capital já se contam muitas dezenas de associações, mas desligadas, agindo cada uma como melhor lhe parece”⁵¹² Admitindo que esta seria uma fase inicial da evolução de todas as ideias novas, que ele intitulava, faze sincrética, já era chegado o momento de subir o espiritismo a uma nova

⁵¹¹ WEBER, Beatriz Teixeira. Medicina Intuitiva, Homeopatia e Espiritismo na Revue Spirite (1858-1869). Revista Territórios e Fronteiras. Cuiabá, vol.6,n.2, jul-dez, 2013, p. 72.

⁵¹² BN – Hemeroteca Digital. Reformador, ed. 299, de 1/8/1895.

fase, chamada analítica, onde a organização e a harmonia de ações impulsionariam o espiritismo a uniformidade de crença.

Na edição seguinte, ainda sob o título “O Espiritismo no Brasil”⁵¹³, a plataforma de mudanças era dada a conhecer. Era necessário um centro, e este não poderia ser outro que a Federação Espírita Brasileira. Afinal, “órgão do espiritismo brasileiro no estrangeiro já ela é, pois que ninguém, fora da nossa terra, conhece outro, e quase todo o mundo espírita o conhece. Por que, em tais condições, não ser também centro do espiritismo no Brasil?”⁵¹⁴ Para celebrar esta união, o jornal convidava as diversas casas a unirem-se em torno do congresso que a Federação convocava para dezembro daquele ano. Mas, a partir daquele momento, dizia o editorial de 15 de setembro, era necessário que “os grupos constituídos por pessoas ignorantes da doutrina, embora cheias de bons desejos, se limitem ao trabalho de caridade para com os espíritos sofredores e, ao mesmo tempo, ao estudo da doutrina”⁵¹⁵ Além disso, o “programa de todos os grupos para o trabalho deve ser o mesmo: prece de abertura, estudo da doutrina, manifestações dos espíritos.”⁵¹⁶

Como se vê, além da Federação tentar firmar-se como a ‘única’ e ‘verdadeira’ representante do espiritismo no Brasil, procurava já instruir as casas sobre a necessidade de estudo da doutrina além da uniformidade dos trabalhos, até porque, um tema recorrente dentro e fora do espiritismo eram os casos de loucura de alguma forma ligados aos seus praticantes. Este problema, apontado no artigo, devia-se a duas razões: a primeira era a tentativa de “arriscar um grupo, ainda fraco, trabalhos que só os mais fortes podem comportar”⁵¹⁷, o que levava aos casos tantas vezes noticiados de saírem pessoas obsidiadas de seus trabalhos, levando ao espiritismo o título de fabricante de loucos. A segunda, era a necessidade dos grupos estudarem a doutrina e a praticarem de acordo com o que recomendava as obras básicas e, é claro, a Federação.

Ainda em 1895, o discurso de união voltou-se para a crítica ao trabalho realizado em casas onde “faz-se o trabalho conversando e rindo, consistindo simplesmente em receber espíritos”⁵¹⁸ Mas também, continuava o artigo, “o que mais lhe pode dar o diretor do grupo, se não tiver, ou só os tiver superficiais, os conhecimentos da doutrina?”⁵¹⁹ Esta postura não pode ser vista de outra forma que a refutação das práticas realizadas sobre os auspícios de

⁵¹³ BN – Hemeroteca Digital. Reformador, ed. 300, de 15/8/1895.

⁵¹⁴ Ibidem.

⁵¹⁵ BN – Hemeroteca Digital. Reformador, ed. 302, de 15/9/1895.

⁵¹⁶ Ibidem.

⁵¹⁷ Ibidem.

⁵¹⁸ BN – Hemeroteca Digital. Reformador, ed. 306, de 15/11/1895.

⁵¹⁹ Ibidem.

grupos que não concebiam o espiritismo como prática religiosa, como era a postura defendida pelos membros da Sociedade Acadêmica Deus, Cristo e Caridade, ou ainda do Centro da União Espírita de Propaganda no Brasil, liderada por Angeli Torterolli e que se colocava como competidora da Federação quanto à união dos espíritas e propaganda da doutrina. Desta forma, caberia aos membros da Federação não só convocarem e orientarem os membros das diversas casas em torno de uma prática comum, era necessário também desqualificar a forma como o espiritismo vinha sendo praticado em tantas casas.

De qualquer forma, o detalhamento do plano de Adolfo para os rumos que a doutrina deveria tomar no Brasil começaria a ser exposto no ano seguinte, através da série de artigos “Os Tempos são Chegados”. No primeiro deles, Adolfo chamava a atenção para o papel que as manifestações possuíam nas casas, alegando que muitas delas tinham por fim ‘o deslumbramento de maravilhas’.

Quereis a prova material? Instituí um grupo exclusivamente destinado a estudo da doutrina e não tereis senão três ou quatro assistentes; transformai-o em grupo de trabalhos de manifestações, e a concorrência será de encher vosso salão.

Quereis mais outra prova? Percorrei os grupos que se formam por aí além, cujos organizadores não conhecem a doutrina, e vede se descobris um, um só, que não seja de trabalhos de manifestações.⁵²⁰

A crítica a esse tipo de atividade não se deu somente em relação às manifestações espirituais, referia-se também às práticas de cura. Várias casas faziam dessa atividade verdadeiros espetáculos. Angeli Torterolli e sua esposa enquadravam-se perfeitamente no perfil que Adolfo tentava desmontar. Aparentemente dotados de poderes mediúnicos notáveis, suas sessões atraíam grande público⁵²¹. No entanto, como testemunhou João do Rio⁵²², Angeli estaria escrito naqueles praticantes do baixo espiritismo, fazendo das sessões encontros de orgia pública.

A solução de mudança para essa situação, apresentada no terceiro artigo da série, incluía a constatação de que o fim do espiritismo era esclarecer o evangelho, e a missão dos espíritas era estudar e divulgar o evangelho, segundo o espiritismo. Sabedor que muitos dos que não abraçassem essa bandeira os qualificariam de ‘místicos’, ele pergunta: “como chamarei eu aos que o consideram meio de conseguir-se a satisfação de curiosidades, muitas

⁵²⁰ BN – Hemeroteca Digital. Reformador, ed. 309, de 01/01/1896.

⁵²¹ DAMAZIO, Sylvia. Op. Cit. p, 124.

⁵²² BARRETO, Paulo [João do Rio]. As religiões no Rio. Rio de Janeiro: Ed. das Organizações Simões, 1951, p. 253. Citado por DAMAZIO, Sylvia. Op. Cit. p, 125.

vezes inconfessáveis, ou mesmo de somente considera-lo pela face que dá luz às ciências da terra?”⁵²³ Para terminar, delineia o que seria o plano de organização que deveria assumir o movimento espírita: possuir a mesma orientação, estudar, compreender e pregar o evangelho à luz do espiritismo, e que o chefe do espiritismo seja Jesus e seu evangelho. Além disso, esboça o plano de organização das casas, onde deveria haver caridade para com os irmãos do espaço, nunca tratando rudemente o espírito que se manifestar, impedir visitantes nas reuniões de desobsessão, a não ser nas reuniões públicas de propaganda, e, sobretudo, zelar para que o médium, chave do estudo e da prática do espiritismo, mantivesse “moralizado em sua vida privada, conhecedor da doutrina, especialmente do Livro dos Médiuns, e bem desenvolvido nos trabalhos.”⁵²⁴

Não podemos esquecer que apesar da Federação permanecer intocada até aquele momento por parte das forças sanitárias e policiais, diversas casas espíritas ainda continuavam sendo invadidas e seus mantenedores processados pelas forças de repressão. Nesta situação, o Reformador e a Federação figuravam como elementos de denuncia e protesto em relação às perseguições, mas, a fundamentação apresentada pela defesa invariavelmente vinculava os praticantes como seguidores de uma ‘religião’, algo que ratificava a importância desse aspecto da doutrina e contribuía decisivamente na fundamentação apresentada pela defesa nos processos judiciais.

Pouco antes da assunção de Adolfo como presidente da FEB, o Reformador detalhava o processo contra espíritas presos em maio de 1894 e julgados no ano seguinte. A acusação apresentada pelo Ministério Público⁵²⁵ tentava enquadrar os quatro presos nos artigos 157 e 158 do Código Penal. Para tanto, fundamentava a acusação no depoimento de uma única testemunha, segundo a qual, os acusados recebiam pagamento pelo tratamento médico fornecido através da prática espírita. A defesa, por sua vez, denunciava que a testemunha apresentada era funcionário da polícia, além do que, apresentava outras quatro que afirmavam não existir nenhuma *estátua de santo com um pires para recolher ofertas*. Não bastasse isso, o líquido usado nas curas era “água da bica”, não havia ninguém que os acusasse de ter sofrido dano à saúde por conta dos tratamentos e os acusados nunca haviam recebido um único valor pela ajuda que proporcionavam aos necessitados. Para concluir, após longa exposição em que atribuía as curas que Jesus praticara principalmente à fé dos que o procuravam, sustentava que “uma religião qualquer pelas nossas leis, não é somente tolerada,

⁵²³ BN – Hemeroteca Digital. Reformador, ed. 311, de 01/02/1896.

⁵²⁴ BN – Hemeroteca Digital. Reformador, ed. 312, de 15/02/1896.

⁵²⁵ Os argumentos apresentados pelo Ministério Público e o teor da defesa encontra-se no Reformador, ed. 297 e 298, de 1 e 15 de julho de 1895. BN – Hemeroteca Digital.

é até protegida do direito de celebrar suas cerimônias e atos religiosos”⁵²⁶, de forma que pede ao magistrado julgasse improcedente a denúncia apresentada. O juiz, em sua fundamentação para inocentar os acusados, destruiu as provas apresentadas pela promotoria, desqualificando a testemunha e quaisquer alegações que pudessem levar os acusados a condenação com base nos artigos 157 e 158 do Código Penal.⁵²⁷

Meses mais tarde, em dezembro, o Reformador elogiava a atitude do Chefe de Polícia da Capital Federal ao ser inquirido pelo delegado da 4ª circunscrição sobre as atitudes que deveria tomar contra as sessões espíritas em sua jurisdição. A resposta do magistrado sugere que a faceta religiosa da doutrina conferia a mesma certa proteção contra atos repressivos, o que pode ser visto na resposta do magistrado, segundo a qual “somente deveis intervir nas sessões que realizarem os grupos espíritas de vossa circunscrição, no caso de desordem, pois que o artigo 72 § ° da Constituição Federal permite o exercício de qualquer seita ou confissão religiosa.”⁵²⁸

Como se vê, se do ponto de vista doutrinário, Adolfo e aqueles que entendiam o espiritismo como religião, tentaram demonstrar que esse seria o verdadeiro lado da doutrina, não esquecendo ou desmerecendo seu lado filosófico ou científico, mas subordinando-os ao primeiro, por outro, mesmo recebendo o ataque daqueles que enxergavam o espiritismo com ciência, era a faceta religiosa que permitiria aos espíritas certa proteção em relação as acusações legais que sofriam. Ainda assim, era preciso mencionar que todos esses aspectos se entrelaçavam numa teia de conflitos e aproximações que se destacavam nos momentos de ataques externos aos seus praticantes ou de conflitos entre os próprios.

De qualquer forma, era preciso reconhecer que Adolfo e o grupo ao qual estava ligado levaram para a Federação e procuraram convencer os adeptos da doutrina de uma série de transformações que precisavam ser feitas na prática das casas espíritas. Estas transformações, por conta do Código Penal, além dos ataques que sofria da Igreja, da Academia e, também, no final do século XIX, de alguns religiosos protestantes, nem sempre foi feita de forma direta necessitando que as encontremos em escritos e posturas onde aparecem camufladas, sugestionadas, indiretamente indicadas.

Começemos pelo médium curador. Segundo *O Livro dos Médiuns*, a mediunidade curadora:

⁵²⁶ BN – Hemeroteca Digital. Reformador, ed. 298, de 15/02/1895.

⁵²⁷ Ibidem.

⁵²⁸ BN – Hemeroteca Digital. Reformador, ed. 307, de 01/12/1895.

Consiste, principalmente, no dom que possuem certas pessoas de curar pelo simples toque, pelo olhar, mesmo por um gesto, sem o concurso de qualquer medicação. (...) o fluido magnético desempenha aí importante papel: porém, quem examina cuidadosamente o fenômeno sem dificuldade reconhece que há mais alguma coisa. A magnetização ordinária é um verdadeiro tratamento seguido, regular e metódico; no caso que apreciamos, as coisas se passam de modo inteiramente diverso. Todos os magnetizadores são mais ou menos aptos a curar, desde que saibam conduzir-se convenientemente, ao passo que nos médiuns curadores a faculdade é espontânea e alguns até a possuem sem jamais terem ouvido falar de magnetismo.⁵²⁹

Na *Revue Spirite* de Paris, por sua vez, havia diversos artigos relacionados a explicar a prática da mediunidade curadora. Em setembro de 1865, por exemplo, alguém que se identificava somente por A.D., questionava Allan Kardec sob diversos aspectos da mediunidade curadora:

Qual a parte do médium na imposição das mãos? Qual a dos Espíritos? É preciso empregar a vontade, como nas operações magnéticas, ou limitar-se a orar, deixando a influência oculta agir à vontade? Essa faculdade é, realmente, especial ou acessível a todos? O organismo aí representa um papel? e que papel? Essa faculdade é desenvolvível? e em que sentido?⁵³⁰

Kardec respondeu que o tema já teria sido esboçado em *O Evangelho segundo o Espiritismo* e em *O Livro dos Médiuns*, no entanto, um dos motivos de não se ter elaborado um “tratado regular e completo” para o tema estaria na “insuficiência das noções que a respeito se possuem”.⁵³¹ No entanto apresentava, em quinze itens, algumas características da mediunidade curativa e do médium curador: 1º) Os médiuns que recebem indicações de remédios por parte dos espíritos são simples médiuns escreventes. “A mediunidade curadora é exercida pela ação direta do médium sobre o doente, com o auxílio de uma espécie de magnetização de fato ou de pensamento.”⁵³² 2º) Há uma diferença entre o magnetizador propriamente dito e o médium curador: o primeiro magnetiza com seu fluido pessoal, e o segundo com o fluido dos espíritos, ao qual serve de condutor. 3º) “O fluido magnético tem,

⁵²⁹ KARDEC, Allan. *O livro dos médiuns*. 80ª ed. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 2011, p. 225.

⁵³⁰ *Revista Espírita, Jornal de Estudos Psicológicos*. 8º ano, 1865. Tradução de Evandro Noleto Bezerra. Federação Espírita Brasileira, p. 344. Disponível em <http://www.febnet.org.br/ba/file/Downlivros/revistaespirita/Revista1865.pdf>. Consultada em 2/3/2015.

⁵³¹ *Ibidem*.

⁵³² *Ibidem*, p. 346.

pois, duas fontes bem distintas: os Espíritos encarnados e os Espíritos desencarnados. Essa diferença de origem produz uma grande diferença na qualidade do fluido e nos seus efeitos.”⁵³³ 6º) A mediunidade curadora ocorre quando o espírito age sobre um indivíduo utilizando-se de um intermediário, o médium curador. 9º) Reconhece-se o médium curador pelos resultados que obtém, e não pela pretensão de o ser. 7º) Os médiuns curadores são extremamente raros, uma vez que exigem qualidades morais raramente encontradas na Terra.

Sendo o orgulho e o egoísmo as principais fontes das imperfeições humanas, daí resulta que os que se vangloriam de possuir esse dom, que por toda parte vão enaltecendo as curas maravilhosas que fizeram, ou que dizem ter feito, que buscam a glória, a reputação ou o lucro, estão nas piores condições para o obter, porque essa faculdade é privilégio exclusivo da modéstia, da humildade, do devotamento e do desinteresse.⁵³⁴

A inversão que fizemos na ordem estabelecida por Kardec nos serve para tentar explicar a relativa ausência desse tipo de mediunidade por parte dos dirigentes espíritas do Rio de Janeiro. Algumas hipóteses podem ser levantadas para explicar essa postura. A primeira, e mais antiga, talvez seja o posicionamento dos primeiros médiuns que ofereceram tratamentos de cura por meio do espiritismo. Esses indivíduos nunca creditaram a eles mesmos o “poder” ou o dom de curar, algo que fica subentendido no caso do médium curador. O processo sempre foi explicado como intervenção dos espíritos e a cura se dava através de “medicamentos” homeopáticos ou espiritualmente indicados, ou seja, havia um meio material que seria o responsável efetivo pela cura, ainda que sob alguma intervenção espiritual.⁵³⁵ Já na segunda metade da década de 1890, Adolfo, como dirigente da FEB e utilizando-se de seu órgão de divulgação, procuraram fortificar as “Casas Espíritas” e não aos médiuns. Outra explicação possível talvez fosse a proteção a esses indivíduos, uma vez que o risco de prisão, processo judicial, ataques da igreja, da academia, da imprensa, ou mesmo de pessoas insatisfeitas com os resultados obtidos, recairia de forma mais intensa sobre alguém que não estivesse sob a proteção de uma entidade. Por último, não podemos deixar de considerar o processo de afastamento que os seguidores da doutrina procuraram realizar dos praticantes do alcunhado “baixo espiritismo”, indivíduos que frequentemente atuavam de

⁵³³ Ibidem.

⁵³⁴ Ibidem, p. 348.

⁵³⁵ Beatriz Weber refere-se à mediunidade curativa como “medicina intuitiva” em contraposição à medicina homeopática praticada pelos médiuns receitistas. Ver WEBER, Beatriz, Op. Cit., p. 71 e 72.

forma individual, anunciando seus serviços em jornais e folhetos e atendendo frequentemente em suas próprias moradias.

Sob o ponto de vista da cura, podemos destacar alguns aspectos. Primeiramente enfatizamos a relevância que as casas espíritas passam a desempenhar em relação aos grupos familiares. Aliás, desde 1891, Adolfo já escrevia sobre a prática da mediunidade fora das casas espíritas e sem que o médium se preparasse para tal prática, alertando para os perigos que o praticante estaria sujeito sem a ‘proteção’ da casa. Com o advento do Código Penal essa necessidade tornou-se ainda mais premente e vamos encontrar a comunicação de diversas casas sobre as suas atividades endereçadas aos órgãos de vigilância fosse definindo-se como sociedades científicas e filosóficas⁵³⁶ ou como agremiações religiosas.

Ainda dentro dessa prerrogativa destacava-se a necessidade de que o atendimento médico ocorresse nas Casas Espíritas e que essas possuíssem local e horário pré-determinados e preparados para tal fim, levando em consideração, ainda, que a recepção à grande número de pessoas aumentaria a possibilidade de contato do médium com antipatias e hostilidades⁵³⁷ vindas tanto de desencarnados quanto dos próprios necessitados. No caso da FEB este local estava atrelado à Assistência aos Necessitados, ainda que não fosse esta a sua única atividade. É possível que esse vínculo decorresse de algum tipo de estratégia visando proteger-se das ações policiais, uma vez que na prática a Assistência aos Necessitados não era um departamento da FEB, embora se utilizasse de seu espaço. Essa perspectiva nos parece plausível por três razões: a primeira é a pouquíssima divulgação feita pela FEB dos trabalhos e atividades da Assistência, principalmente nas páginas do Reformador. Mesmo quando ocorreu algum tipo de menção ao serviço, este se restringiu a noticiar os dias de reuniões, as quermesses e a ajuda material fornecida aos pobres. No entanto, Adolfo foi bem claro quando declarou que a Assistência “usa exclusivamente a homeopatia em seus trabalhos”, o que nos leva a crer que havia atendimento médico espírita na FEB, mesmo não havendo propaganda sobre o serviço.⁵³⁸ A segunda é que mesmo tendo sido a Federação dominada por ‘científicos’

⁵³⁶ BN – Hemeroteca Digital. Jornal do Brasil, ed. 24, de 24/01/1895. Na edição aparece a notícia da inauguração do Grupo Espírita Amor e Caridade, constando o endereço à Rua General Câmara, nº 317, fato comunicado ao Chefe de Polícia, ao Promotor Público e ao Delegado de Polícia

⁵³⁷ Revista Espírita, Jornal de Estudos Psicológicos. 2º ano, 1859. Tradução de Evandro Noletto Bezerra. Federação Espírita Brasileira, p. 24. Disponível em <http://www.febnet.org.br/ba/file/Downlivros/revistaespirita/Revista1865.pdf>. Consultada em 11/12/2014.

⁵³⁸ Emerson Giumbelli afirma que entre 1891 e 1899 a FEB não teria mantido em sua sede nenhum tipo de serviço terapêutico, o que é desmentido pela afirmação de Adolfo. O pesquisador utiliza essa afirmação para sustentar certa imunidade da federação em face das ações policiais, no entanto, é preciso considerar que a prática de caridade espírita esteve sempre ligada desde seu início no Brasil à assistência médica, sobretudo aos mais pobres, de modo que há uma certa inocência em pensar que este serviço tenha simplesmente desaparecido. Ver GIUMBELLI, Emerson. Op. Cit. p. 105.

entre os anos de 1890 e 1895, muitos dos quais abominavam o serviço de assistência, havia ainda boa parcela de membros que viam nas ações caritativas através do atendimento médico a ‘razão de ser’ da caridade espírita, de modo que a sua inexistência seria praticamente a negação de uma prática consagrada. Uma forma amparada em procedimentos estatísticos para demonstrarmos que o atendimento médico existiu na FEB pelo menos ao longo da segunda metade da década de 1890 é examinarmos os dados a respeito desses atendimentos entre os anos de 1902 e 1910.⁵³⁹

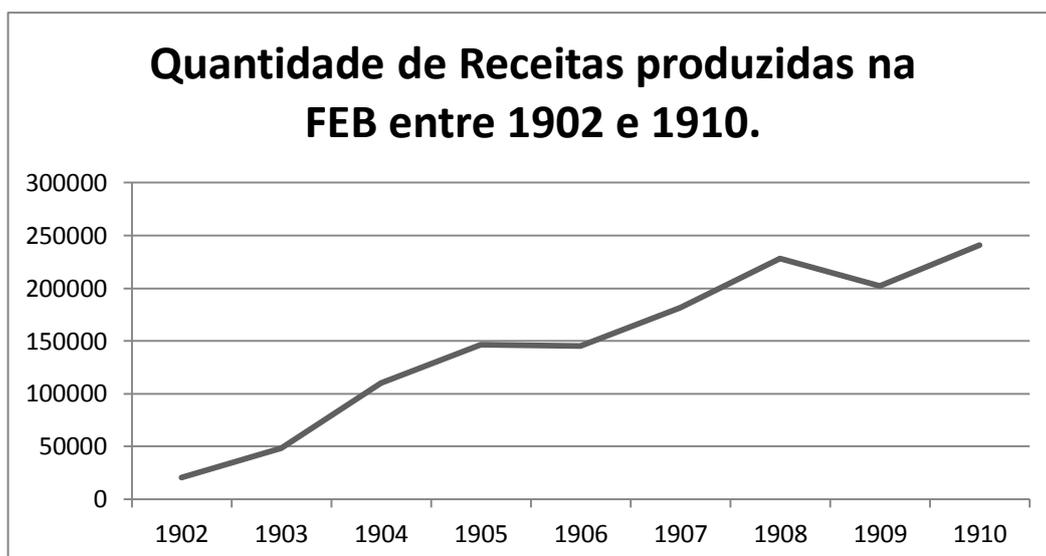
Quadro 7: Receitas e prescrições aviadas na FEB entre 1902 e 1910.

Ano	Receitas	% de aumento	Prescrições Aviadas	% de aumento
1902	20549	-	-	-
1903	48309	235,09	74569	-
1904	110301	228,32	101645	136,31
1905	146589	132,90	168550	165,82
1906	145442	99,22	173974	103,22
1907	181288	124,65	212329	122,05
1908	228005	125,77	348738	164,24
1909	201858	88,53	321095	92,07
1910	240652	119,22	395437	123,15

Fonte: Esboço Histórico da Federação Espírita Brasileira. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 1924, p. 39, in DAMAZIO, Sylvia. Op. cit., p. 129.

Gráfico 1: Quantidade de receitas produzidas na FEB entre 1902 e 1910.

⁵³⁹ Esboço Histórico da Federação Espírita Brasileira. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 1924, p. 39, in DAMAZIO, Sylvia. Op. cit., p. 129.



O número de receitas prescritas, documento que indiretamente indica o número de pessoas atendidas, indica que entre os anos de 1902 e 1903 ocorre o maior aumento percentual de atendimentos. A partir de 1903 o aumento do número de atendimentos cai ano a ano até estabilizar-se em torno de 120%. Se em termos absolutos o número de atendimentos possa ser afetado por questões que os circunda, como a vigilância policial, condições materiais envolvendo instalações, ou condições humanas, como o número de médiuns, a variação percentual indica “tendências” e isso nos sugere que a quantidade de atendimentos efetuados em 1902, 20549, não foi um valor inicial, mas o resultado de aumento que se deu ano a ano desde a década de 1890. Desta forma, regredindo com um percentual de 100% até o ano de 1895, teríamos os seguintes dados:

Quadro 8: Receitas e prescrições supostamente aviadas na FEB entre 1895 e 1910.

Ano	Receitas	Prescrições Aviadas
1895	161	291
1896	321	583
1897	642	1165
1898	1284	2330
1899	2569	4661
1900	5137	9321
1901	10275	18642
1902	20549	37285
1903	48309	74569
1904	110301	101645

1905	146589	168550
1906	145442	173974
1907	181288	212329
1908	228005	348738
1909	201858	321095
1910	240652	395437

É preciso considerar, ainda, que a FEB se apresentava como instituição modelar, responsável não só pela propaganda do movimento, mas pela união das casas em torno de uma prática comum, portanto, consumadora, também, de um modelo de atendimento médico, determinando desde as regras de funcionamento das casas como a forma como deveria ocorrer a ligação com a espiritualidade, a formação dos médiuns, as peculiaridades e características de cada tipo de atendimento. Do ponto de vista físico esta concepção aproxima-se simultaneamente tanto da casa religiosa, a Igreja, o templo, como local de ligação entre o mundo espiritual e o mundo material, quanto da casa médica, o hospital, como local em que o paciente seria colocado em certas condições de domínio e manipulação para que ocorresse tanto o atendimento médico quanto a pesquisa de caso. Para isso, era necessário que o atendimento ocorresse em horas determinadas, uma vez que não é posto de emergência, e isto também levando em consideração que, por suas características, tanto o atendimento homeopático, revestido de certa pesquisa sobre a vida do paciente, quanto o atendimento mediúnico, necessitado de um estado de concentração para que se mantivesse a ligação entre o médium e o espírito, levariam um tempo maior que o atendimento médico normal.

Outro aspecto importante é a discussão em torno das formas de tratamento aplicadas nas casas espíritas. A homeopatia, por exemplo, quando indicada à Adolfo pelo espírito Agostinho, falando em nome da espiritualidade, era valorizada como técnica de tratamento do corpo que não era puramente material, mas, que estava em relação direta e só funcionava com o concurso dos espíritos, logo, supõe-se que qualquer substância utilizada em sua confecção só apresentaria resultados se fosse acompanhada de algumas prerrogativas em sua preparação, indicação pelo médium e utilização pelo assistido. Isso tudo nos leva a crer que a homeopatia utilizada pelos médicos e médiuns da FEB diferiria da homeopatia dos não espíritas. Sendo assim, é preciso questionar, seriam diferentes em quê?

Para entrarmos nessa discussão verificamos que as diferenças de concepções do que seria esta homeopatia estavam intimamente ligadas ao posicionamento que assumiam determinados grupos em relação à forma com que entendiam a doutrina espírita. Desta

maneira, uma homeopatia que se atrelava aqueles que viam o espiritismo como ciência, como foi o caso de Júlio César Leal, quanto daqueles que defendiam o espiritismo como religião, representado por elementos como Adolfo Bezerra de Menezes, ou ainda, aqueles que defendiam uma ‘homeopatia pura’, baseada exclusivamente, ou preferencialmente, nos ensinamentos de Samuel Hahnemann.

No primeiro grupo, os artigos de Júlio César Leal a respeito de uma ‘Electrohomeopatia’⁵⁴⁰ revelavam a intenção de mesclar os conceitos tradicionais da homeopatia a novas descobertas no campo científico, destacadamente no ramo da eletricidade, mediadas por concepções do espiritismo sobre corpo, perispírito e doença. Para ele, lembrando o que já afirmara no romance “A Casa de Deus”, a força vital (espírito) seria fluídica, portanto material, porém, de natureza indivisível, imperecível e incorruptível habitando o espaço entre os corpos carbônicos, azotados, oxigenados e fluídicos, sendo auxiliada pela eletricidade e pelo fluido universal na transmissão de suas capacidades. Além disso, as leis que regeriam esse fenômeno seriam as mesmas leis físicas a que todos os corpos estariam sujeitos, as leis de atração e de repulsão.

Quanto às doenças, Leal insistia que originalmente, ou seja, nas primeiras encarnações, o corpo estaria composto de matéria bruta, grosseira, ainda incorruptível pelas faltas ou erros do espírito encarnado, de forma que “possui um organismo forte; grosseiro, é verdade, mas são. A morte só lhe vem pela velhice, pelos elementos mórbidos da natureza ou pelo desastre.”⁵⁴¹ Sendo assim, as mais diversas moléstias, sejam dos sistemas venoso ou nervoso, dos aparelhos cerebral, cardíaco, pulmonar, gástrico, intestinal e vias urinárias, teriam todas elas sua sede ou sua origem no perispírito, originárias de faltas ou irregularidades do espírito.

Além disso, valendo-se de princípios presentes nas obras básicas da codificação espírita, o perispírito carregaria consigo as marcas históricas daquilo que houvera realizado no campo do seu aperfeiçoamento moral enquanto encarnado, de forma que “leva consigo, estampadas, presas ou ligadas, as maculas, originadas do mau uso, feito na vida planetária, da razão e livre arbítrio do ser espiritual.”⁵⁴² Até aí não haveria, como dissemos, nada de novo em relação à doutrina nas concepções de Leal. A novidade surge naquilo que entende como procedimentos de tratamento.

⁵⁴⁰ BN – Hemeroteca Digital. Os artigos com o tema da Electrohomeopatia estão nas edições 285 a 288, de 01/01/1895 a 15/02/1895, do Reformador.

⁵⁴¹ BN – Hemeroteca Digital. Reformador, ed. 287, de 01/02/1895.

⁵⁴² Ibidem.

De fato, para ele, o real tratamento de cura deveria ocorrer sobre o perispírito e não sobre o corpo, mero depositário das experiências passadas, de forma que “o medicamento que mais sutil seja em sua essência, que mais possa infiltrar-se no organismo penetrando na substância perispiritual, deve ser o preferido para a cura de todas as doenças.”⁵⁴³ Essa concepção seria perfeitamente compatível com os princípios da homeopatia segundo a qual “*similia similibus curantur*”⁵⁴⁴ e como a eletricidade estaria na base da ligação física entre corpo e perispírito o conhecimento de seus princípios potencializariam os recursos da homeopatia, embora não se faça uso da eletricidade nos tratamentos proporcionados pela electrohomeopatia.

Na verdade não haveria nada de original ou surpreendente nas concepções de Leal, uma vez que tanto as relações entre doença, corpo e perispírito já faziam parte da codificação espírita, quanto a electrohomeopatia tinha seus princípios, funcionamento e concepções expostos pelo médico italiano Cesare Matteo⁵⁴⁵, autor do método e defensor dos princípios. No entanto, é preciso notar a aproximação de Leal com conceitos e procedimentos que ligariam o espiritismo a novas descobertas no campo da eletricidade, algo bastante discutido no final do século XIX, tendo como mediadora a homeopatia.

Já no segundo grupo, em que Adolfo era um dos representantes, esboçava-se a defesa de uma homeopatia de caráter religioso, ou uma ‘homeopatia espírita’, onde o médium receitista adquiria papel de destaque e o encarnado era o maior responsável pelo sucesso do tratamento.⁵⁴⁶ Este também não era um posicionamento novo, uma vez que desde 1863 a Revista Espírita já anunciava que “a homeopatia, provando o poder da ação da matéria espiritualizada, liga-se ao papel importante que representa o perispírito em certas afecções e ataca o mal em sua própria fonte, que está fora do organismo.”⁵⁴⁷ Ora! Este é um

⁵⁴³ BN – Hemeroteca Digital. Reformador, ed. 288, de 15/02/1895.

⁵⁴⁴ Os semelhantes curam-se pelos semelhantes, princípio homeopático de que aquilo que provoca o mal é também o seu agente de cura.

⁵⁴⁵ Cesare Matteo, nasceu em Bolonha em 11 de janeiro de 1809 e faleceu em 03 de abril de 1896. Rico proprietário de terras recebeu do Papa Pio IX, em 1847, o título de Conde. Foi também Deputado do Parlamento em Roma até 1850. Após a morte da mãe passou a dedicar-se às pesquisas em Medicina, embora não fosse médico, e desenvolveu a electrohomeopatia iniciando a produção dos medicamentos em 1881, exportando-os para vários países. Deixou escrito várias obras sobre o tema: *Elettromiopia: nova ciência que cuida do sangue e o corpo saudável*, Casale Monferrato 1878; 2ª ed, Bologna 1881; *Vade-mécum de Electrohomeopathy*. Um guia rápido para quem quer cuidar com a elettromeopatia, Nice, 1879; *Electro-homeopatia, novo vade-mecum: guia de novo e verdadeiro para todos que querem se curar com Electrohomeopathy*, Bologna 1883, muitas edições até 1937. Fonte: http://it.wikipedia.org/wiki/Cesare_Mattei.

⁵⁴⁶ O papel do encarnado no processo de cura, assim como a atuação dos espíritos pode ser encontrada em WEBER, Beatriz Teixeira. *Espiritismo e Saúde: concepções a partir das práticas numa sociedade kardecista*. Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, Maringá (PR), vol. V, n. 15, jan/2013, principalmente na parte *Concepções de Saúde e Cura*, p. 28 a 34.

⁵⁴⁷ Revista Espírita. *Jornal de Estudos Psicológicos*. Ano Sexto, 1863. Federação Espírita Brasileira. Edição Digital disponível em: <http://www.febnet.org.br/ba/file/Downlivros/revistaespirita/Revista1863.pdf>, p. 319.

posicionamento similar ao que Leal identifica. No entanto, e isso era algo que se encontrava distribuído em dezenas de artigos da mesma Revista Espírita,⁵⁴⁸ se fosse possível algum tipo de medicamento, ainda que homeopático, capaz de curar vícios como o ciúme, o ódio, o orgulho, a cólera, isto seria a negação de toda a responsabilidade moral, a sanção do materialismo, porque, então, “a causa de nossas imperfeições estaria só na matéria; a educação moral se reduziria a um tratamento médico; o pior homem poderia tornar-se bom sem grandes esforços, e a Humanidade poderia ser regenerada com o auxílio de algumas pílulas.”⁵⁴⁹ Além disso, ainda que admitindo que tais medicamentos possam existir e que:

todos os sentimentos da alma têm sua fibra cerebral correspondente para a sua manifestação, um medicamento que agisse sobre essa fibra, quer para a paralisar, quer para exaltar sua sensibilidade, paralisaria ou exaltaria, por isso mesmo, a expressão do sentimento, do qual fosse instrumento, mas o sentimento não deixaria de subsistir. O indivíduo estaria na posição de um assassino a quem se tirasse a possibilidade de cometer homicídios, cortando-lhe os braços, mas que conservasse o desejo de matar. Seria, pois, um paliativo, mas não um remédio curativo. Não se pode agir sobre o ser espiritual senão por meios espirituais; a utilidade dos meios materiais, se fosse constatado o efeito acima, talvez fosse de dominar mais facilmente o Espírito, de o tornar mais flexível, mais dócil e mais acessível às influências morais; mas nos embalaríamos em ilusões se esperássemos de uma medicação qualquer um resultado definitivo e duradouro.⁵⁵⁰

Desta forma, o medicamento homeopático poderia agir sobre o corpo tornando mais fácil o tratamento. No entanto, este tratamento só estaria completo através das alterações morais produzidas pelo encarnado. É possível observar então que há notável diferença entre os posicionamentos de Leal e Adolfo, sobretudo no que diz respeito ao papel da homeopatia e seu emprego. Enquanto para o primeiro, valendo-se dos pressupostos espíritas e admitindo que a doença estivesse alojada no perispírito, o tratamento era puramente material, para o segundo, a homeopatia era um coadjuvante, sendo de maior relevância as alterações de comportamento capazes de curar ou provocar a doença.

Isso não quer dizer que Adolfo não priorizasse a homeopatia como recurso de tratamento. Pelo contrário, desde a sua declaração feita em 1895 de que nada entendia da

⁵⁴⁸ Revista Espírita. Jornal de Estudos Psicológicos. Ano Décimo, 1867. Federação Espírita Brasileira. Edição Digital disponível em: <http://www.febnet.org.br/ba/file/Downlivros/revistaespirita/Revista1863.pdf>, p. 99.

⁵⁴⁹ Ibidem, p. 104.

⁵⁵⁰ Ibidem, p. 105.

matéria até 1897, quando publicou no Reformador o artigo “Razão das Dozes Infinitesimais”⁵⁵¹ percebe-se notável diferença no seu conhecimento sobre o tema.

Era no fluido universal, escreveu ele, que estavam os elementos ou princípios essenciais à reconstituição de qualquer organização que os deteriorasse. Desta forma, o que operaria sobre o organismo não era a substância medicamentosa, universal, animal ou vegetal, mas o fluido nela contido. A alopatia, ao utilizar a substância e o fluido sobrecarrega o corpo com a parte inerte do medicamento. A homeopatia, ao contrário, ao trabalhar unicamente com o fluido, atuava somente com a parte ativa da substância medicamentosa.

Além disso, a ação fluídica era o meio essencial de cura, logo, quanto mais fluido fosse o elemento empregado para a reconstituição do organismo, tanto mais resultado deveria advir de sua aplicação. Por isso, processos sucessivos de refinamento da matéria medicamentosa, à procura da maior pureza da ‘essência’ ativa, levariam a maior efeito do processo. Até porque, “não é a substância que cura, mas sim o fluido que nela se contem; e este, quanto mais depurado, quanto mais eterizado, melhor é recebido, mais assimilado e, portanto, mais atua sobre o organismo doente.”⁵⁵²

Se Adolfo procurou consolidar a cura espírita por um conjunto de ações que envolveriam a cura do corpo, sempre com a interseção de ações espirituais, mesmo que homeopáticas, o que nos leva a identifica-las como uma “cura do céu”, mas também, pela reforma do encarnado em atitudes e ações que o aproximassem da caridade, foi na produção escrita que esses ensinamentos se consolidaram e se perpetuaram.

A maior parte da produção escrita de Adolfo foi realizada versando sobre temas relacionados ao espiritismo. Esses textos, disseminados a partir de 1884 em diferentes meios e destinadas a diferentes públicos, versou desde assuntos doutrinários particulares à doutrina espírita, até a crítica aos fundamentos de outras religiões, sobretudo o catolicismo, passando por temas políticos e sociais como a escravidão e sua abolição, higiene das cidades e temas médicos.

No jornal “*O Paiz*” foram 204 artigos publicados sempre aos domingos na coluna *Estudos Filosóficos*. Nestes, “os motes centrais não deixavam de ser a delimitação, a conceituação, a formulação, e, finalmente, a exposição e propagação do espiritismo.”⁵⁵³ Isso não impediu que temas voltados para a cura, o uso da homeopatia, a questão das obsessões também estivessem entre os assuntos por ele tratados. Entre os artigos em que esses temas são

⁵⁵¹ BN – Hemeroteca Digital. Reformador, ed. 346, de 1/08/1897.

⁵⁵² Ibidem.

⁵⁵³ ARRIBAS, Célia. Op. cit., p 156.

explorados, podemos destacar: “*Charlatanismo ou Loucura*”⁵⁵⁴, onde a doença de um indivíduo, diagnosticada como loucura pela medicina convencional, era esclarecida como sendo obsessões resultantes de erros cometidos em vidas passadas. No artigo “*Proibida a prática da homeopatia*”⁵⁵⁵, publicado logo após a divulgação do código penal de 1890, Adolfo criticava a proibição do uso da homeopatia por aqueles que não fossem habilitados pelos Institutos e regulamentos do país questionando “mas não há Institutos, nem regulamentos do País que habilitem alguém para o exercício da homeopatia, logo, ou foi legítima ignorância, ou foi o propósito de proibir o exercício daquele ramo da medicina.”⁵⁵⁶ Em “*Curas Espirituais*”⁵⁵⁷, além de tratar da mediunidade curativa, Adolfo apontava os efeitos do código penal para os pobres, argumentando que “a pobreza que hoje esmola a caridade médica, vivia à farta dos recursos médicos que lhe dava o Espiritismo, e desafiamos o mais notável clínico a vir comparar sua estatística com a de um curandeiro”⁵⁵⁸, demonstrando que os maiores prejudicados pela perseguição sanitária àqueles que efetuavam curas espirituais eram as classes menos abastadas da população. No texto “*Árvore boa não dá fruto ruim*”⁵⁵⁹, Adolfo responde a dois padres que atacavam o serviço de Assistência aos Necessitados desenvolvido na FEB, acusando-o de diabolismo. Por fim, em “*Reconhecer a verdadeira obsessão*”⁵⁶⁰, “*Loucura e obsessão*”⁵⁶¹, “*Fenômenos mediúnicos*”⁵⁶² e “*A Loucura e o espiritismo*”⁵⁶³, Adolfo novamente explorava a questão da loucura vista pelo lado do espiritismo.

No Reformador, onde publicou artigos desde 1884, além dos debates produzidos a partir dos embates entre as várias tendências que disputavam a vanguarda do movimento, ou escritos voltados para refutar as acusações vindas da Igreja ou dos representantes da medicina, deixou dezenas de relatos, estudos de caso, comentários cartas tratando de temas que visavam a aproximação com um público mais amplo, menos intelectualizado e mais afoito por esclarecimentos que sustentassem fé e práticas. Desta forma, “ao invés de uma produção hermética, mais íntima, destinada a um grupo seletivo, o espiritismo adotou uma mais vulgar,

⁵⁵⁴ BN – Hemeroteca Digital. O Paiz, ed. 1148, de 27 de novembro de 1887.

⁵⁵⁵ MENEZES, Adolfo Bezerra de. Espiritismo, estudos filosóficos, vol. 2. São Paulo: Edições FAE, 2001, p. 223.

⁵⁵⁶ Ibidem, p. 226.

⁵⁵⁷ Ibidem, p. 275.

⁵⁵⁸ Ibidem, p. 278.

⁵⁵⁹ Ibidem, p. 287.

⁵⁶⁰ MENEZES, Adolfo Bezerra de. Espiritismo, estudos filosóficos, vol. 3. São Paulo: Edições FAE, 2001, p. 259.

⁵⁶¹ Ibidem, p. 267

⁵⁶² Ibidem, p. 301.

⁵⁶³ Ibidem, p. 429.

mais ordinária, pensada exatamente para ser exposta e expandida.”⁵⁶⁴ Neste particular, a produção de folhetins atendia não só o objetivo de divulgar os fundamentos da doutrina como o faziam com algumas características que, de várias formas, criavam expectativa, uma vez que os capítulos eram quinzenais, estavam próximos à realidade daqueles que os liam, uma vez que abordavam temas cotidianos, e não deixavam de criticar posicionamentos religiosos, sociais e políticos utilizando linguagem simples e próxima dos leitores menos esclarecidos.

Os folhetins produzidos por Adolfo foram todos publicados nas páginas do Reformador. Alguns, porém, só vieram a público após a sua morte, em 1900. Em todos eles, Adolfo explorou temas particulares do espiritismo, misturados à situação política do país, concepções filosóficas, crítica e comparação a outras religiões, dando ênfase especial a um tema particular em cada um dos folhetins. Em “*A Pérola Negra*”⁵⁶⁵, que tem como tema central a saga da escrava Honorina, conhecida como a pérola negra, Adolfo apresenta uma personagem maltratada e humilhada pelo cativo, no entanto, reencarnacionista e resignada com a sua expiação, estados tidos pelos espíritas como de significativa evolução. Na obra, ele discute a escravidão, sua abolição e recuperava as propostas que já havia apresentado em “*A escravidão no Brasil e as medidas que convém tomar para extingui-la sem danos para a nação*” relacionadas a forma como os escravos deveriam ser educados e preparados para a libertação. Em *A Casa Assombrada*, iniciado em 1º de janeiro de 1891, Adolfo narra o encontro entre dois personagens, um vivo, Leopoldo, e outra desencarnada, Alzira, morta pelo homem a que fora obrigada a casar. No folhetim aparece a comunicação entre vivos e mortos, a preservação dos laços afetivos além da vida corpórea, além do resgate, em reencarnações futuras dos males causados em cada existência. Em *História de um sonho*, publicado entre junho de 1896 e outubro de 1897, Adolfo trabalha com a pluralidade dos mundos, o desprendimento do espírito durante o sono, viagem interplanetária e existência de vida, espiritual principalmente, em outros planetas, no caso, Vênus. Já em “*O Evangelho do Futuro*”⁵⁶⁶, que segundo a editora FEB foi publicado no Reformador entre 1905 e 1911, Adolfo narra a saga de Raimundo, jovem que de criminoso passa a herói. A obra foi dividida em três partes: perdição, conversão e reparação, tendo como cenário o Rio de Janeiro, Ceará, Rio Grande do Norte e Nova Iorque, atravessando a Guerra do Paraguai e novamente o tema

⁵⁶⁴ ARRIBAS, Célia. Op. cit., p.169.

⁵⁶⁵ O folhetim “A Pérola Negra” teve alguns poucos capítulos publicados em edições da década de 1880, mas a conclusão da narrativa só ocorreu a partir de fevereiro de 1902. Os demais aparecem nas seguintes edições: Lázaro, o leproso: da edição 221, de 1/2/1892 a ed. 314, de 15/3/1896; História de um sonho: da ed. 318, de 1/6/1896 a ed. 351, de 15/10/1897; Casamento e Mortalha: da ed. 356, de 1/1/1899 a ed. 410, de 31/3/1900. BN – Hemeroteca Digital.

⁵⁶⁶ MENEZES, Adolfo Bezerra de. O Evangelho do Futuro. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 2011.

da escravidão. O romance é dedicado a demonstrar que é possível a mudança, evitando as consequências futuras dos males produzidos, através da prática da caridade. No folhetim *Os Carneiros de Panúrgio*⁵⁶⁷, cujo subtítulo o identifica como um romance filosófico-político, e que, segundo o prefácio presente na edição da FEESP, teria sido escrito em 1886 e publicado em 1890, Adolfo pega emprestado o tipo criado por *Rabellais* em seu romance *Pantagruel*, e critica a mentalidade gregária do povo, a quem basta aparecer alguém que ocupe posto mais elevado na hierarquia social, que maioria vai a segui-lo sem raciocinar. “*Casamento e Mortalha*” sai entre janeiro de 1899 e março de 1900, parte do período em que Adolfo já estava em estado avançado da doença que o matou. Na obra, mais uma vez ele apropria-se de uma expressão popular “casamento e mortalha no céu se talha”, para desenvolver a necessidade de permanência de laços consagrados, o casamento, antes do encarne. Por fim, em “*Lázaro, o leproso*”, publicado entre fevereiro de 1892 e março de 1896; o tema da doença como resgate de faltas passadas é dissecado em todos os pormenores expostas na doutrina espírita.

Como se vê, a identificação de Adolfo como alguém que tenha redefinido a codificação espírita no Brasil a ponto de alcunha-lo de “Kardec brasileiro” guarda relação direta com a ampla produção escrita por ele deixada, produção esta onde o tema da cura nunca deixou de comparecer. Nesse conjunto, os folhetins comparecem como uma necessidade que tanto Adolfo quanto os escritores espíritas tiveram que:

(...) imperiosamente produzir escritos passíveis de serem ministrados a um público bem mais amplo. Assim, ao invés de uma produção que poderia ser hermética, mais íntima, destinada a um grupo seletivo, o espiritismo adotou uma mais vulgar, mais ordinária, pensada exatamente para ser exposta e expandida.⁵⁶⁸

Ao lado da produção escrita, o atendimento médico aos pobres permitiu a Adolfo consumir um capital simbólico que, além de reproduzir ações semelhantes passa a exercer “uma espécie de ação de acatamento social”⁵⁶⁹, multiplicando iniciativas e servindo como modelo. Sua obra de caridade, representada pelo serviço de cura dos corpos e de cura das almas, ou seja, assistência material e assistência espiritual além de contribuir para aproximar o

⁵⁶⁷ MENEZES, Adolfo Bezerra de. *Os carneiros de Panúrgio*. São Paulo: Edições FEESP, 1997, p.9.

⁵⁶⁸ ARRIBAS, Célia. Op. cit., p. 169.

⁵⁶⁹ *Ibidem*, p. 177.

espiritismo das camadas mais pobres da população, serviu também para consolidar um espiritismo sustentado pelo evangelho e pelas obras da codificação que se:

(...) contrapunha competitivamente à modalidade que enfatizava as “manifestações dos espíritos” e à modalidade filosófica, que serviam, segundo ele, somente como alimento da vaidade e pretensa cultura, incapazes de operar uma “reforma íntima”, necessária para o progresso dos espíritos.⁵⁷⁰

Os últimos cinco anos da vida de Adolfo consolidaram então um ideal de vida que se revestiu de alguns dos valores e atitudes que sustentavam aquilo que ficou conhecido como moral espírita. Pobreza, prática de caridade, perdão e fraternidade levaram Adolfo a afastar-se de todas as esferas que não estivessem diretamente ligadas ao espiritismo e particularmente à FEB. Se na década de 1880 e no início da década de 1990 era comum encontrar seu nome ligado a atividades empresariais, como as reuniões da Companhia de Seguros Mútuo com Fogo, ou políticas, essa relação desapareceu completamente nos últimos anos do século XIX, a ponto de não encontrarmos nem uma única referência a esse tipo de relação na imprensa do Rio de Janeiro.

Por outro lado, multiplicaram-se as referências a um homem profundamente ligado as ações caritativas num universo de pobreza e necessidades, algo que só o tornava mais reverenciado e admirado por espíritas, ou não espíritas. Este é um aspecto já bastante explorado por todos aqueles, seguidores do espiritismo ou estudiosos do tema, que de alguma forma esbarram nos últimos anos de vida de Adolfo. Preferimos concluir com as demonstrações deixadas por ele do quanto os ideais que abraçou estavam inseridos em sua vida, e em sua morte.

Desde os últimos meses de 1899, Adolfo passou a ausentar-se de compromissos na FEB, algo que era sempre mencionado no Reformador como decorrente de seu “estado de saúde”. No dia 25 de dezembro ainda presidiu a solenidade em comemoração ao nascimento de Jesus, data incluída entre as “solenes”, mas no ano seguinte estas ausências prorrogaram-se e levaram a Federação a adiar a eleição da diretoria, que deveria ter ocorrido no dia 5 de janeiro.

O depoimento⁵⁷¹ do antigo presidente da entidade, Dr. Dias da Cruz, e amigo pessoal de Adolfo de que seu estado de saúde, decorrente de um “insulto congestivo”, em

⁵⁷⁰ Ibidem, p. 178.

⁵⁷¹ BN – Hemeroteca Digital. Reformador, ed. 405, de 15 de janeiro de 1900.

função das lisonjeiras condições em que se encontrava poderiam permitir que a eleição fosse adiada até seu pronto restabelecimento, foi imediatamente corrigida na edição seguinte, onde se lia.

Em nossa passada edição, quando nos referimos ao nosso querido chefe Dr. Bezerra de Menezes, cometemos um equívoco ao assinalar que era seu médico assistente o Dr. Dias da Cruz, pois que, menos como médico do que no caráter de amigo, mas de amigo sincero e dedicado, lhe tem ele feito assíduas visitas, interessando-se vivamente pela sua saúde e acompanhando com cuidado as manifestações patológicas do seu caso.

Espírita, de uma fé profunda e verdadeiramente edificante, o nosso querido presidente, desde o começo de sua enfermidade, não tem estado aos cuidados clínicos senão de nossos amigos do espaço, por intermédio de médiuns receitistas de sua confiança. Além da medicação homeopática, ministrada por esse meio, o nosso chefe apenas tem recebido passes de vários médiuns curadores, que espontaneamente, e vencendo a longa distância de sua residência, no Engenho Novo, aí tem afluído solícitos e pressurosos, no desejo de mitigarem os seus sofrimentos e abreviar a sua cura.

A perturbação natural que se estabeleceu após esse incidente e a falta de informações precisas no primeiro momento, forma a causa do involuntário equívoco que cometemos e que agora retificamos, a pedido mesmo do nosso excelente amigo Dr. Dias da Cruz, cujo escrupuloso culto a verdade não nos permitiu silenciar esta retificação.⁵⁷²

Embora solicitada por Dias da Cruz, a retificação efetuada pelo periódico deixava claro que o tratamento realizado em Adolfo não poderia ser feito fora daquilo que ele mesmo vinha realizando em seus pacientes, ou seja, a cura através da medicina espírita, do auxílio dos benfeitores espirituais e do uso de medicamentos indicados pelos médiuns receitistas, ainda que homeopáticos. Mesmo sendo Dias da Cruz médico homeopata conhecido e respeitado inclusive nos meios espíritas, aceitar que o tratamento realizado em Adolfo não o fosse com interferência da espiritualidade seria como jogar fora anos e anos de construção de um capital simbólico que não encontra sustentação se não pelo exemplo.

Quanto à eleição da FEB, a situação foi resolvida com uma solução inusitada, a eleição da chapa encabeçada por Adolfo, sem a sua presença, e sem outra que lhe pudesse opor concorrência. Para justificar tal contrariedade aos estatutos da FEB, o artigo de convocação presente no Reformador dizia:

⁵⁷² BN – Hemeroteca Digital. Reformador, ed. 406 de 1 de fevereiro de 1900.

É a primeira vez que se dá na Federação esse fato de uma candidatura oficial, imposta ao sufrágio de seus membros; mas hão de convir os nossos consócios, aos quais dirigimos este aviso, como um instante apelo ao mesmo tempo, que o móvel de nosso procedimento orça pela sugestão de um dever superior, iniludível e sagrado, qual o de oferecermos um testemunho solene do apreço, em que, por tantos títulos, o devemos ter, àquele que, anquilosado agora no leito da dor, tão grandes serviços tem prestado à propaganda no Brasil, em geral, e à Federação Espírita em particular.⁵⁷³

A iniciativa, porém, não foi à frente uma vez que dois dias antes da data marcada para a eleição, dia 30 de março, o estado de saúde de Adolfo piorou, o que, segundo o editorial do Reformador, em função da iminência de seu desencarne, anulava os motivos que os haviam levado a querer reelegê-lo para a presidência da entidade. A decisão foi acertada, pois no dia 11 de abril de 1900 Adolfo desencarnava, segundo o editorial do Reformador, “docemente, quase sem agonia, rodeado dos seus afetos caros, de todos aqueles entes amados e ternos, que eram parte integrante de seu próprio ser, e aos quais votava um culto só excedido pela sua dedicação à causa que fora a sua principal missão na terra.”⁵⁷⁴

O legado deixado por Adolfo e o respeito que angariou entre espíritas e não espíritas ficou evidenciado tanto no velório, momento de demonstração de importância, quanto no editorial de vários jornais da capital e ainda nos acontecimentos que cercaram seu desenlace nos meses seguintes.

Em *O Paiz*, no editorial de 13 de abril, lia-se que o féretro, que levava seu corpo para ser enterrado no Cemitério de São João Batista, fora acompanhado de 80 carros, onde se encontravam espíritas, políticos, jornalistas, médicos e toda sorte de admiradores. Mas, se há algo que possa demonstrar a importância do trabalho que Adolfo deixou foi a procissão que se realizou desde que se divulgou a notícia de seu trespasse, até uma parte do dia anterior, numa incessante romaria que se estabeleceu em direção a sua habitação. “Eram os pobres, os humildes e necessitados, no anonimato de sua condição, (...) que lhe iam render o tributo da saudade e do reconhecimento, conquistados a golpes de bondade, e cujos soluços e lamentações se confundiam com os da pobre família.”⁵⁷⁵

Assim, se Adolfo tivesse, como vários outros propagadores do espiritismo, se preocupado apenas com a constituição de bases doutrinárias, princípios de tratamento ou

⁵⁷³ BN – Hemeroteca Digital. Reformador, ed. 409, de 15 de março de 1900.

⁵⁷⁴ BN – Hemeroteca Digital. Reformador, ed. 411, de 15 de abril de 1900.

⁵⁷⁵ BN – Hemeroteca Digital. O Paiz, ed. 5667, de 15 de abril de 1900.

fundamentação religiosa, talvez seu legado tivesse tido menos importância que aquele que alimentou pela produção de exemplos, consolidados na alcunha de “médico dos pobres”.

CONCLUSÃO:

Dimensionar a trajetória de Adolfo Bezerra de Menezes ao longo do período de 1850 a 1900, priorizando as esferas em que se envolveu relacionadas com as atividades de cura, nos exigiu esforço de pesquisa, análise e conclusão que, muitas vezes, estiveram acima de nossa capacidade. Não há nessa afirmação nenhum tipo de falsa modéstia, ou preocupação em amenizar erros que, com certeza, pairam sobre esse trabalho. Nossa maior dificuldade esteve sempre relacionada à multiplicidade de esferas em que Adolfo se envolveu, ainda que tenhamos eleito apenas um aspecto de sua trajetória, as práticas de cura, estas estiveram imbricadas em tantas dimensões que muitas vezes nos escaparam elementos relacionados à experiência de pesquisa, acúmulo de leituras ou mesmo capacidade de produzir, através do material pesquisado, conclusões mais aprofundadas sobre essa trajetória.

Alguns elementos, no entanto, nos salvam a consciência e nos trazem alguma esperança sobre a utilidade que, do ponto de vista científico, este trabalho possa ter. A primeira foi a orientação valiosa do Professor Anderson de Oliveira, tanto no que diz respeito às indicações bibliográficas quanto na análise paciente e criteriosa do material que produzimos, assim como nas sugestões de concepção estrutural e escrita do trabalho. A segunda foi a postura, já exposta na introdução, de que trabalhamos com a possibilidade de analisar os processos de cura que acompanharam a trajetória de apenas um, dos diversos personagens que se envolveram com essa questão, ao longo de determinado período e em região demarcada, a Corte imperial do Rio de Janeiro. A terceira, e não menos importante, foi a possibilidade de acompanharmos a trajetória de Adolfo Bezerra de Menezes fora da história ‘construída’ pelos seguidores do espiritismo, coisa que muitas vezes deixou de lado sua faceta humana, seus sofrimentos, contradições e desequilíbrios, para edificar alguém que já nascera pronto e com missão determinada. Por último, restou-nos a possibilidade de trazer para discussão acadêmica e historiográfica, alguns eixos de pesquisa ainda pouco explorados, como os processos de cura vinculados ao espiritismo, os dispositivos de exclusão e criminalização destes processos, a construção de um conjunto de conceitos e postulados que sustentassem tais práticas, as dimensões políticas dessas práticas, assim como o universo dos personagens históricos a eles vinculados.

Ao analisar a opção de Adolfo pela carreira médica nos faltaram elementos de pesquisa que nos pudessem trazer com maior segurança em que momento e sob quais circunstâncias essa escolha teria surgido. O material de que dispomos, assim como uma base teórica devida à Bourdieu, nos leva a crer que essa opção surgiu ao longo do curso

secundário no Liceu do Ceará, mas não somente devido à escola. A presença nesta de professores que atuavam na sociedade não apenas com as artes de curar, mas com forte relevância política, a proximidade destes professores com a família de Adolfo, assim como o papel que era dado à escola e aos membros das famílias que dividiam o poder político do Império na construção da nação, deve ter contribuído de alguma forma para a opção de Adolfo em tornar-se médico.

A dimensão política dessa prática, por outro lado, é algo que nos pareceu ter surgido em Adolfo apenas após a sua formatura, embora possa ter germinado ao longo da faculdade. O exame da sua tese de formatura, além dos poucos escritos médicos que produziu entre os anos de 1856 e 1860, nos levou a observar um personagem que concebia a medicina como prática exclusivamente técnica para uma dimensão mais política que englobava outros elementos, sobretudo aqueles relacionados com a organização da sociedade. No entanto, não nos pareceu que esse envolvimento tivesse sido, pelo menos inicialmente, de forma intencional. A escassez de ocupações para um jovem médico recém-formado na Corte de 1856, assim como já foi tão bem explorado por historiadores como José Murilo de Carvalho, levou-o inevitavelmente a procurar posições em empregos públicos e a aproximação com um dos cirurgiões mais conceituados naquele momento, abriu-lhe as portas para aproximar-se da elite médica do Rio de Janeiro, cenário que tanto evidencia a teia de relações mantidas entre os administradores do poder.

Toda essa teia, por sua vez, nos leva a desacreditar que seu envolvimento com a política tenha sido exclusivamente por conta da assistência médica que prestava aos pobres e a fama que teria captado. Ao observarmos a composição da Câmara Municipal da Corte na segunda metade do século, dominada por esculápios, não é difícil inferir a aplicação de um modelo para a sociedade com bases naquilo que a medicina preconizava como sociedade higienizada. No entanto, se essas novas atividades abriram-lhe portas, também lhe cobraram posicionamentos, atitudes e ações que muitas vezes o levaram ao confronto direto com membros do Partido Liberal, ao qual representava, ou assumir posicionamentos que eram discordantes no partido, como a secularização dos cemitérios ou a laicização da sociedade, posições que muitas vezes criticava em função da sua alta religiosidade.

Este é um traço que parece ter ficado bastante claro na trajetória de Bezerra, o de firmeza em todas as posições que assumiu, independente de quem viesse a contrariar. Foi assim que, enquanto identificado como católico, defendeu a Igreja na tribuna, da mesma forma que o fez quando assumiu o espiritismo como religião. Foi defensor intransigente da autonomia regional contra a centralização política, posição que o levou ao confronto com os

chefes do Partido Liberal. Contrariou por diversas vezes as determinações para a derrubada de casas pequenas, indo de encontro à posição de figuras poderosas como o Dr. José Pereira Rego, Barão do Lavradio.

Se acompanhar a trajetória de Adolfo nos permitiu verificar a irregularidade com que as vidas se desenrolam, nos permitiu também, esmiuçar a teia de interesses, confrontos, ideias e ações nas quais as práticas de cura estiveram relacionadas por todo o século XIX. De tudo o que pudemos estudar, o que talvez tenha ficado mais claro é que a cura não é uma ação técnica, circunscrita ao próprio ato de restabelecer a saúde, pelo contrário, adoecer é prática política cercada de todo um conjunto de circunstâncias que antecedem a perda da saúde, acompanha seu desenrolar e perpetua-se após as tentativas de restabelecer o corpo revivido, ou a morte inevitável.

Curar, enfim, é ato político, mas também é ação religiosa, perpetuação de culturas, resgate de memórias, resistência social, e essas facetas estiveram expostas tanto na trajetória de Adolfo, quanto na própria história da cura no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX. Adolfo nunca foi lembrado por aqueles que protagonizaram a medicina capaz de extirpar as epidemias, as novas descobertas médicas, as grandes ações políticas, não teve papel de destaque à frente de acontecimentos historicamente tão lembrados na historiografia do “oitocentos”, como a libertação dos escravos ou o advento da República, mas até hoje, quando a ele se referem, o fazem com a lembrança de alguém profundamente envolvido com as dores dos homens, um curador de corpos, um médico das almas.

FONTES e BIBLIOGRAFIA

1. Fontes

1.1 Periódicos:

A Actualidade – RJ.

A Constituição – RJ.

A Manhã – RJ.

A Reforma – RJ.

Annaes Brasilienses de Medicina – RJ.

Arquivo Médico Brasileiro – RJ.

Correio Mercantil – RJ.

Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal – RJ.

Diário do Rio de Janeiro – RJ.

Gazeta de Notícias – RJ.

Jornal do Brasil – RJ.

O Apóstolo – RJ.

O Cearense – CE.

O Paiz – RJ.

O Reformador – RJ

1.2 Legislação:

Boletim da Ilustríssima Câmara Municipal da Corte – RJ.

Brasil. Ministério do Império – RJ.

1.3 Escritos de Adolfo Bezerra de Menezes:

MENEZES, Adolfo Bezerra de Menezes. A escravidão no Brasil e as medidas que convém tomar para extingui-la sem dano para a nação. Rio de Janeiro: Tipografia Progresso, 1869.

_____. A Casa Assombrada. São Paulo: Editora Camille Flamarion, 2011.

_____. A loucura sob novo prisma. Brasília: Federação Espírita Brasileira, 7ª ed., 1989.

_____. Espiritismo, estudos filosóficos, vol. 2. São Paulo: Edições FAE, 2001.

_____. Espiritismo, estudos filosóficos, vol. 3. São Paulo: Edições FAE, 2001.

_____. Evangelho do Futuro. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 2011.

_____. História de um sonho. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 2010.

_____. Os carneiros de Panúrgio. São Paulo: Edições FEESP, 1997, p.9.

_____. Breves considerações sobre as secas do norte. Fortaleza: Tipografia Brasileira de Paiva & Cia., 1877.

Artigos, teses e livros:

AB'SÁBER, Aziz Nacib. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. São Paulo, USP, Estudos Avançados, vol. 13, n. 36, 1999.

ABREU, Canuto. Bezerra de Menezes: Subsídios para a História do espiritismo no Brasil até o ano de 1895. São Paulo: FEESP, 1987.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. A singularidade: uma construção nos andaimes pingentes da teoria histórica. In: ___, História: a arte de inventar o passado: ensaios de teoria da História. Bauru/SP: EDUSC, 2007.

ALONSO, Angela. Ideias em movimento: a geração de 1870 a crise do Brasil-império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALVAREZ, Marcos César, SALLA, Fernando, SOUZA, Luiz Antonio F. A sociedade e a lei: o código penal de 1890 e as novas tendências penais da primeira república. Revista Justiça & História, Porto Alegre/RS, v. 3, n.6, 2009.

Annaes do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Srs. Deputados. Sessão de 1867. Tomo 1. Rio de Janeiro: Typografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C. p. 31.

ARRIBAS, Célia da Graça. Afinal, espiritismo é religião? A doutrina espírita na formação da diversidade religiosa brasileira. São Paulo: Alameda, 2010.

AUBRÉE, Marion & LAPLANTINE, François. A mesa, o livro e os espíritos: gênese, evolução e atualidade do movimento social espírita entre França e Brasil. Maceió: EDUFAL, 2009.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

AZZI, Riolando. O altar unido ao trono: um projeto conservador. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.

BARBOSA, Francisco Carlos Jacinto. Cidade, saúde e doença: epidemias, endemias e serviços de saúde em Fortaleza (1838-1851). XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza, 2009.

BARROSO, José Liberato. Índice alfabético da legislação provincial do Ceará. Fortaleza/CE: Fundação Waldemar Alcântara, 2009.

- BASTOS, Ana Marta Rodrigues. *Católicos e Cidadãos: A Igreja e a legislação eleitoral no império*. Rio de Janeiro: LUMEN JURIS, 1997.
- BEZERRA, Antônio Herbert Paz. *Genealogia dos Bezerra de Menezes – História e Diáspora*. Fortaleza: Premius Editora, 2004.
- BORGES, Vavy Pacheco. O “eu” e o “outro” na relação biográfica: algumas reflexões. In: NAXARA, Márcia; MARSON, Izabel; BREPOHL, Marion (Org). *Figurações do outro*. Uberlândia: EDUFU, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pereira. *Nos caminhos da acumulação: negócios e poder no abastecimento de carnes verdes para a cidade do Rio de Janeiro, 1808-1835*. 2007. 274 p. Dissertação (Mestrado em História Social). UFF, 2007, p. 61.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- _____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CASTEL, R. *A ordem psiquiátrica: A idade de ouro do alienismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- CASTRO, Paulo Pereira. “A experiência republicana”, 1831-1840. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.) - *História geral da civilização brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1967.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- COELHO, Edmundo Campos. *As Profissões Imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil – 1860 – Tomo XXIII – Rio de Janeiro*: Tipografia Nacional, 1861.
- CORADINI, Odaci Luiz. *A formação da elite médica, a Academia Nacional de Medicina e a França como centro de importação*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, n 35, jan-jun de 2005.
- COSTA, Elaine Gonçalves da. *A Febre Amarela vista através da Junta Central de Higiene Pública (1851)*. In: 13º Seminário Nacional da Ciência e da Tecnologia, 2012, São Paulo. *Anais do 13º Seminário de História da Ciência e da Tecnologia*, 2012.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

- CRUZ, Heloisa de Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na Oficina do Historiador: Conversas sobre História e Imprensa. São Paulo: Projeto História USP, nº 35, 2007.
- DAMAZIO, Sylvia. Da elite ao povo: advento e expansão do espiritismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930) Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz – (<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>).
- DONADELLI, Paulo Henrique Miotto. Cultura Política Republicana e o Código Penal de 1890. História e Cultura, Franca/SP, v.3, n.3 (Especial), p. 360-375, dez. 2014.
- DRUMMOND, José Augusto. O Jardim dentro da máquina, breve história ambiental da floresta da Tijuca. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988.
- EDLER, Flávio Coelho. Ensino e profissão médica na Corte de D. Pedro II. São Paulo: UFABC, 2014.
- ENGEL, Magali Gouveia. A loucura na cidade do Rio de Janeiro: ideias e vivências (1830-1930). Resgate (UNICAMP), n.7, p. 133-136, 1997.
- _____. Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930). Rio de Janeiro: FOICRUZ, 2001.
- FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- _____. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- FREIRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia Patriarcal, 48ª ed. São Paulo: Global, 2003.
- FRIAS, Renato Coimbra. Dai de beber a quem tem sede! Crise no abastecimento d'água do Rio de Janeiro no século XIX. Anais do II Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico. São Paulo, USP, 2009.
- GADELHA, Georgina da Silva. A formação e um corpo médico cearense durante a segunda metade do século XIX. XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza, 2009.
- GIUMBELLI, Emerson. O cuidado dos mortos: uma história de condenação e legitimação do espiritismo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997, p. 81.
- _____. O baixo espiritismo e a historia dos cultos mediúnicos. Horizonte Antropológico, v.9. n.19, Porto Alegre, 274-281, jul. 2003.
- GONDRA, José. Artes de Civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte imperial. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.
- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. O Império das Províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

- Haidar, Maria de Lourdes Mariotto. *O Ensino Secundário no Brasil Império*. São Paulo: EDUSP, 2008.
- Heynemann, Cláudia. *Floresta da Tijuca: natureza e civilização no Rio de Janeiro – século XIX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1995.
- Kardec, Allan. *A Gênese*. Brasília: FEB, 35ª ed., 1992.
- _____. *O Livro dos Espíritos*. Rio de Janeiro: FEB, 2007.
- _____. *O Livro dos Médiuns*. Rio de Janeiro: FEB, 80ª ed., 2011.
- Khun, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- Klein Filho, Luciano. *Bezerra de Menezes, fatos e documentos*, 2ª ed. Niterói/RJ: Lachâtre, 2000.
- Koutsoukos, Sandra Maria Machado. *Amas mercenárias: o discurso dos doutores em medicina e os retratos de amas – Brasil, segunda metade do século XIX*. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.16, n. 2, abr-jun., 2009.
- Leal, Vinicius Barros. *História da Medicina no Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Desporto e Promoção Social, 1978, p. 89.
- Lemenhe, Maria Auxiliadora. *Família, tradição e poder: o caso dos Coronéis*. São Paulo: ANNABLUME/Edições UFC, 1995.
- Levi, Giovanni. *Usos da biografia*, in: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- Marques, Eduardo Cesar. *Da higiene à construção da cidade: o Estado e o saneamento no Rio de Janeiro*. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, v.2(2), p.51-67, jul-out., 1995.
- Marson, Izabel Andrade. *Política, história e método em Joaquim Nabuco: tessituras da revolução e da escravidão*. Uberlândia/MG: EDUFU, 2008.
- _____. *Política, Polícia e Memória: A atuação do chefe de polícia Jerônimo Martiniano Figueira de Melo na Revolução Praieira*. *Rio Grande do Sul: Revista Justiça e História*, v.4, nº 7, 2004.
- Martins, Bárbara Canedo R. *Construindo a memória de um ofício: as amas de leite no mercado de trabalho urbano do Rio de Janeiro (1820-1880)*. *Revista de História Comparada*, PPGHC-UFRJ, Rio de Janeiro, 6-2, 2012.
- Martins, Jorge Damas. *Os Bezerra de Menezes e o Espiritismo*. Rio de Janeiro: Novo Ser, 2011.

MENEZES, Geraldo Mantedônio Bezerra de. O capitão-mor Joaquim Antonio Bezerra de Menezes e sua descendência. Revista do Instituto Genealógico Brasileiro, nº 17 e 18: 49-59, 1948.

NOBRE, Freitas. Perfis Parlamentares: Bezerra de Menezes. Brasília: Câmara dos Deputados, 1986.

OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Devoção e Caridade: Irmandades Religiosas no Rio de Janeiro Imperial (1840-1889). Niterói/RJ: Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 1995.

OLIVEIRA, Carla Silvino de. Cidade (In)salubre: ideias e práticas médicas em Fortaleza (1838-1853). Fortaleza/CE: Dissertação apresentada ao PPGH da Universidade Federal do Ceará, 2007.

Os Clérigos Católicos na Assembleia Provincial do Ceará (1834-1889). Memorial Deputado Pontes Neto. Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Fortaleza/CE: INESP, 2008.

PÁDUA, José Augusto. Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1768-1888. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

PESSANHA, Andréa Santos. Da abolição da escravidão à abolição da miséria: a vida e as ideias de André Rebouças. Rio de Janeiro: Quartet; Belford Roxo (RJ): UNIABEU, 2005.

PIMENTA, Tânia Salgado. Entre sangradores e doutores: práticas e formação médica na primeira metade do século XIX. Campinas/SP: Caderno CEDES, v. 23, n. 59, p. 91-102, abril 2003.

PRADO JR., Caio. Evolução Política do Brasil, 16ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.

REGO, José Pereira. História e descrição da febre amarela epidêmica que grassou no Rio de Janeiro em 1850. Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, 1851.

Revista Espírita, Jornal de Estudos Psicológicos. 2º ano, 1859. Tradução de Evandro Noletto Bezerra. Federação Espírita Brasileira, p. 24. Disponível em <http://www.febnet.org.br/ba/file/Downlivros/revistaespirita/Revista1865.pdf>. Consultada em 11/12/2014.

Revista Espírita, Jornal de Estudos Psicológicos. 8º ano, 1865. Tradução de Evandro Noletto Bezerra. Federação Espírita Brasileira, p. 344. Disponível em <http://www.febnet.org.br/ba/file/Downlivros/revistaespirita/Revista1865.pdf>. Consultada em 2/3/2015.

Revista Espírita. Jornal de Estudos Psicológicos. Ano Décimo, 1867. Federação Espírita Brasileira. Edição Digital disponível em: <http://www.febnet.org.br/ba/file/Downlivros/revistaespirita/Revista1863.pdf>, p. 99.

- Revista Espírita. *Jornal de Estudos Psicológicos*. Ano Sexto, 1863. Federação Espírita Brasileira. Edição Digital disponível em: <http://www.febnet.org.br/ba/file/Downlivros/revistaespirita/Revista1863.pdf>, p. 319.
- REY, Philippe-Marius. *O Hospício de Pedro II e os alienados no Brasil (1875)*. *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 382-403, junho 2012.
- RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: *Arquivo Nacional*, 2005, p. 260.
- ROSA, Angelito A. *Aiquel Borges da. Comentários ao código do processo penal*. Curitiba/PR: Editora Revista dos Tribunais.
- Sá, Murilo Bezerra de. *Famílias cearenses: estudo genealógico dos Bezerra de Menezes*. *Revista do instituto do Ceará*, T. 60: 215, 1946.
- SALES, José Borges. *Ensaio Histórico de Medicina no Ceará*. In: *Anais da Academia Cearense de Medicina*. Fortaleza: Ano II, nº 2, s.d., p. 273-303.
- SALLES, Ricardo. *As águas do Niágara. 1871: crise da escravidão e o ocaso saquarema*, in, *O Brasil Imperial*, vol III (1870-1889), 2ª ed. Rio de Janeiro: *Civilização Brasileira*, 2014.
- SANTOS, Cláudia. *Narrativas de viagem e escrita da história: os franceses no processo abolicionista brasileiro (1850-1899)*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2013.
- SANTOS, Murilo Eugenio Bonze. *Dinâmica política no Rio de Janeiro: a Câmara Municipal na corte imperial (1861-1872)*. 2008. 120 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, Rio de Janeiro, 2008.
- SILVA, Antonio Augusto Moura da. *Amamentação: fardo ou desejo? Estudo histórico-social dos saberes e práticas sobre aleitamento na sociedade brasileira*. Ribeirão Preto/SP: Dissertação apresentada ao Departamento de Medicina Social, USP, 1990.
- SOARES, Silvio Brito. *Vida e Obra de Bezerra de Menezes*. Rio de Janeiro: FEB, 2010, p. 58.
- SOBRINHO, Tomás Pompeu. *História das Secas (Século XX)*. Coleção Mossoroense, vol CCXXVI, 1982.
- SOUZA, José Weyne de Freitas. *Política e Seca no Ceará (1869-1905)*. ANPUH - Anais do XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza/CE, 2009.
- TAVARES, Georgia da Costa. *A atuação dos marchantes no Rio de Janeiro colonial: Estratégias de mercado e redes de sociabilidade no comércio de abastecimento de carne verde 1763-1808*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Arquivo geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2012.

VIEIRA JR., Antonio Otaviano. O Açoite da Seca: Família e Migração no Ceará (1780-1850). Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ouro Preto/MG, 2002.

WANTUIL, Zêus. Grandes Espíritos do Brasil. Rio de Janeiro: FEB, 2002, p. 410.

Xavier, Chico. Brasil: Coração do Mundo, Pátria do Evangelho. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 33ª ed., 2008.

WEBER, Beatriz Teixeira. Medicina Intuitiva, Homeopatia e Espiritismo na Revue Spirite (1858-1869). Revista Territórios e Fronteiras. Cuiabá, vol.6,n.2, jul-dez, 2013.

WEBER, Beatriz Teixeira. Espiritismo e Saúde: concepções a partir das práticas numa sociedade kardecista. Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, Maringá (PR), vol. V, n. 15, jan/2013.

ZOTTI, Solange Aparecida. Sociedade, educação e currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980. Campinas: Autores Associados; Brasília: Ed. Plano, 2004.